

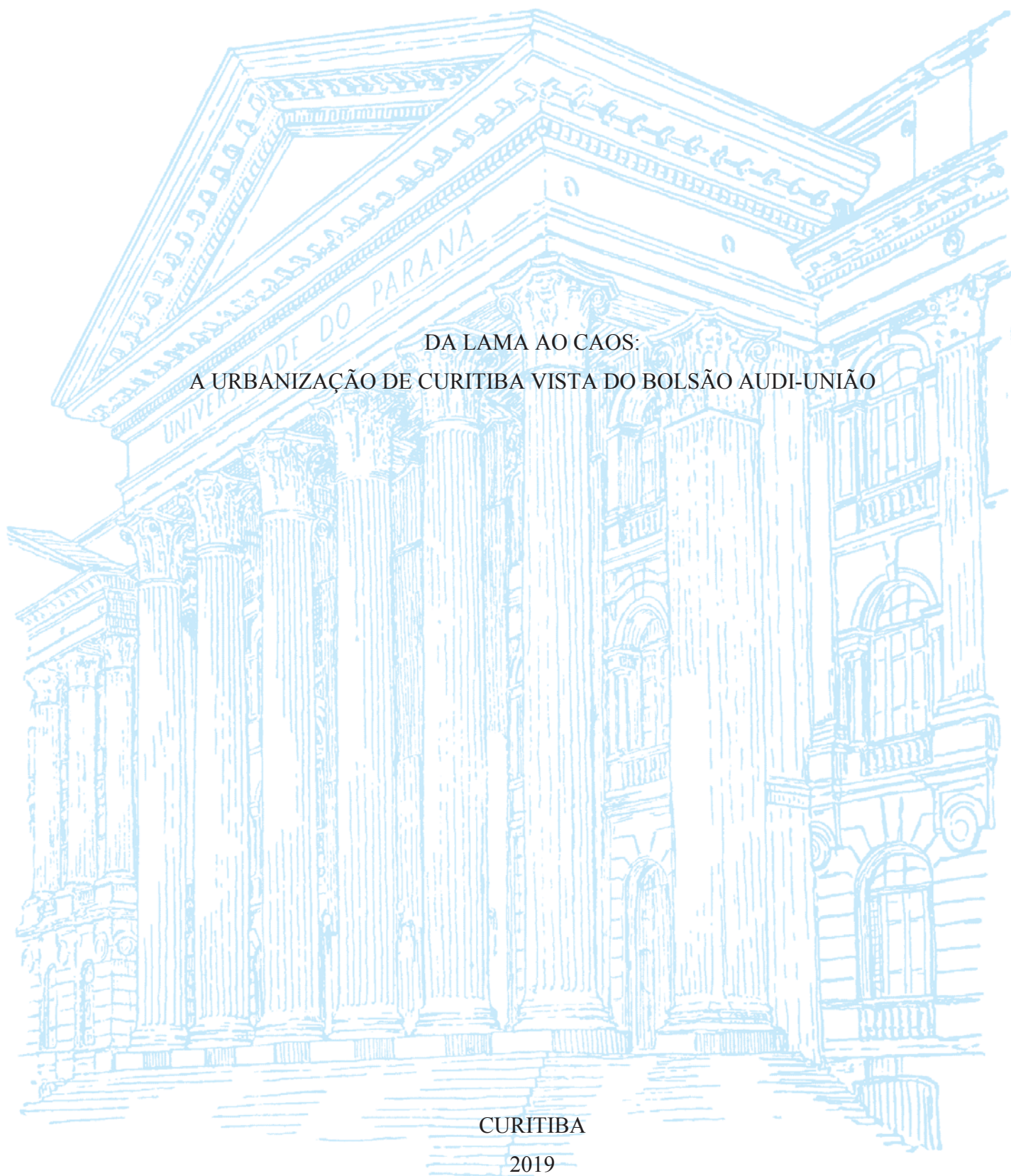
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ BELMIRO TEIXEIRA

DA LAMA AO CAOS:  
A URBANIZAÇÃO DE CURITIBA VISTA DO BOLSÃO AUDI-UNIÃO

CURITIBA

2019



LUIZ BELMIRO TEIXEIRA

DA LAMA AO CAOS:  
A URBANIZAÇÃO DE CURITIBA VISTA DO BOLSÃO AUDI-UNIÃO

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia - Deciso, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega.

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Teixeira, Belmiro Teixeira

Da lama ao caos : a urbanização de Curitiba vista do Bolsão Audi-União. /  
Luiz Belmiro Teixeira. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Tarcisa Silva Bega

1. Curitiba – Urbanização – Aspectos sociais. 2. Assentamentos humanos  
Curitiba (PR). 3. Política habitacional. 4. Habitações – Aspectos sociais.  
5. Sociologia urbana. I. Bega, Maria Tarcisa, 1953. II. Título.

CDD – 307.76098162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -  
40001016032P2

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **LUIZ BELMIRO TEIXEIRA**, intitulada: **DA LAMA AO CAOS: A URBANIZAÇÃO DE CURITIBA VISTA DO BOLSÃO AUDI-UNIÃO**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA TARCISA SILVA BEGA, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 16 de Agosto de 2019.

MARIA TARCISA SILVA BEGA  
Presidente da Banca Examinadora

TOMMASO LILLI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ)

LUCIA MARIA MACHADO BÓGUS  
Avaliador Externo (PONTIFICA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE SÃO PAULO)

JOSÉ MIGUEL RASIA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ)

MADIANITA NUNES DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ)

Obs.: A prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucia Maria Machado Bógus participou da sessão de defesa por videoconferência, com arguição oral. Sendo assim, a ata da sessão e termo de aprovação seguem assinados pela prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Tarcisa Silva Bega, presidente da banca.

## AGRADECIMENTOS

Não acredito no “self-made man”, pois nenhuma pessoa constrói sua trajetória sozinha. Sou filho de um negro retirante nordestino e de uma empregada doméstica vinda do interior do Paraná, o primeiro dos dois lados da família a se tornar Doutor, tendo estudado a vida inteira em escola pública. Mas me recuso a ver esta como outra história de sucesso individual, conheci em minha vida acadêmica muitas pessoas tão capazes ou até mais talentosas do que eu, no entanto, a estrutura desigual e excludente deste país as impediu de concretizarem seus sonhos. O que me fez uma exceção para além de muito trabalho e dedicação foi sobretudo o amor das pessoas que me cercam todos os dias, neste sentido, esta tese não resulta apenas do meu esforço individual ou criatividade. Compartilho com elas a felicidade pela finalização da presente pesquisa, sem o seu apoio em muitos momentos não teria encontrado forças para continuar diante das dificuldades e angústias que por vezes me tiraram o sono.

Esta tese levou nove anos para ser concluída, tive de ingressar duas vezes no curso de doutorado em Sociologia da UFPR, superando um sentimento de derrota e o medo em fracassar. Mas quando tive de me reerguer não estava sozinho, família, amigos, alunos e professores me deram a mão e me puseram de pé novamente. Ajudaram a carregar um grande peso e mesmo que não saibam suas palavras me animaram nas horas em que mais precisei, renovaram minhas energias e indicaram caminhos que nunca teria enxergado sozinho.

Apresento aqui mais um capítulo de uma história que começou a vinte anos atrás no curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da UFPR, onde meus horizontes foram ampliados e fui acolhido pelas pessoas que passaram a fazer de meu mundo desde então. Portanto não poderia deixar de nomear e agradecer todas elas neste momento tão representativo e feliz.

Primeiramente àqueles que estiveram em sala de aula comigo e que fora dela se tornaram mais do que colegas de classe, mesmo que tenhamos perdido contato com o passar dos anos sempre estamos juntos de alguma forma: Márcio Ukoski, Marcelo Bacon, Carlos Favoretto, João Santos, Patrícia Rodrigues, Joslei Silveira, Vânia da Silva, Alessandra Nottar, Simone Frigo, Alessandro Paixão, Duda Silva e Silva. Especialmente a dois amigos que ingressaram junto comigo na turma de graduação em 1999 e depois no mestrado e doutorado em Sociologia novamente estivemos juntos: Alessandro Cavassim e Roberta Nabuco.

A todos os professores e professoras que tanto me ensinaram, seja nas disciplinas das Ciências Sociais como Sociologia, Antropologia e Ciência Política, seja nas disciplinas da

educação ou áreas afins. À professora Madianita Nunes da Silva, pela leitura minuciosa da primeira versão deste trabalho e as sugestões feitas em minha qualificação, que ajudaram a concluir a pesquisa. Mas tenho de lembrar com mais carinho daqueles de quem fiquei próximo devido a orientações em bolsas de pesquisa e trabalhos acadêmicos, que se tornaram meus pais e mães acadêmicos: Ana Luiza Fayet Sallas, José Miguel Rasia e Nelson Tomazi. E à minha orientadora Maria Tarcisa Silva Bega, com quem tanto aprendi nestes anos todos desde minha primeira bolsa de pesquisa como graduando.

Aos bolsistas e pesquisadores do Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDUR), por terem contribuído com observações e com o trabalho de campo que ajudou a coletar informações importantes que faltavam para concluir esta pesquisa. Particularmente Ana e Marihu por terem realizado a tabulação dos dados e a correção final do material coletado, além da inventividade nas fotos do antes e depois da vila.

À comunidade do Instituto Federal do Paraná do campus Paranaguá, onde ingressei como professor em 2012. A todas as turmas que lecionei no ensino médio técnico integrado e na licenciatura em Ciências Sociais, meus orientandos e orientandas, seu carinho e compreensão me mostraram que a educação não diz respeito apenas a mera transmissão de conteúdos. A meus colegas de trabalho, pelo apoio e a solidariedade na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade: Silvio Weber, Cíntia Tortato, Francielle Lisboa, Aline Miranda, Kelem Rosso, Lívia Maria, Marluz Jonsson, Beatriz Lipinski. E à instituição pela oportunidade de me dedicar exclusivamente à conclusão da tese neste último ano mediante o afastamento de minhas funções, isto significa o reconhecimento da importância da pesquisa para a atividade docente, e a valorização do nosso modelo baseado no tripé ensino-pesquisa-extensão.

À comunidade da Vila União Ferroviária, todas as famílias que me receberam em suas casas para compartilhar histórias e emoções tão fortes e verdadeiras, espero ter retratado suas trajetórias de forma minimamente digna. Faço referência aqui especialmente àqueles que entrevistei: Andreia Aparecida Correia de Camargo, Damareis Laurindo da Silva, Roberto Carlos de Paula, Sirley Chagas, Inês Medeiros e Cida Caetano. À equipe da Obra Social Santo Aníbal por ter me recebido e aberto seu espaço físico para que fosse minha base enquanto realizava o trabalho de campo, principalmente a Augusto.

Aos técnicos dos órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba (COHAB-CT, FAS e IPPUC): Danniele Gato, Valter Rebelo, Paulo Mangili e Alessandro Dias. Os dados que me forneceram tão prontamente foram centrais para a compreensão do contexto em que vivem as

famílias no Bolsão Audi-União, e o trabalho que desenvolvem é importantíssimo para o enfrentamento graves problemas sociais que atingem a região.

Aos companheiros e companheiras de militância desde os tempos do movimento estudantil, por estarem ao meu lado na batalha pela construção de um mundo mais justo, um esforço que tem se revelado a cada dia mais árduo, e justamente por isso cada vez mais necessário. Neste momento em que a educação se vê ameaçada pelo patrulhamento ideológico, os ataques autoritários e os cortes de investimentos, a sua força me faz acreditar que um dia enfim venceremos a opressão e o ódio. Ao coletivo do CWB Resiste, à Mônica Ribeiro, Conceição dos Santos, Rafael Athayde, Jhonatan Souza, Marco Rizzo, Yousseff Ali, Mariana Tabuchi, Herrmann Muller, Rodrigo Tomazini, Max Collares, Kamila Carvalho. E ao companheiro Lucas Lipka, pelo atento trabalho de revisão e adequação desta tese às normas técnicas.

À minha família, que me dá suporte todos os dias e compreendeu que tive de me ausentar por várias vezes principalmente neste último ano, mas nunca permitiu que eu me afastasse totalmente, sempre estiveram presentes em lembranças calorosas ou em mensagens diárias de incentivo e afeto: Renato Gonçalves, Mariana Guerra, Júlio Gouvêa, Enzo Maschio, Priscila Donadello, Affonso Cardoso, Luiz Domingos, Giseli Gontarski, Douglas Pessanha, Giuliana Iarrocheski, Rafael Magela, Lucas Maciel, João Gonçalves, Juliana Zeni, Marcus Pedroso, Marcela Rolim, Geraldo Staub, Alex Romanine, Tatiana Marques, Júlio Gonçalves, Marcelo Moreira. Ana Fonseca por tudo que temos compartilhado desde que nos conhecemos, a intimidade, a alegria, os abraços e beijos. A Nair e Marcos, o que nos une não são apenas os laços de sangue, a vida que construímos juntos está para além disso e da convivência cotidiana, nossas lágrimas e sorrisos nos fizeram as pessoas que somos, me deram a percepção necessária para olhar o mundo à minha volta e a sensibilidade para procurar compreender a dura realidade que vivenciamos.

A Geremias Bonifácio Teixeira *in memoriam*.

Ninguém solta a mão de ninguém.

Posso sair daqui para me organizar

Posso sair daqui para desorganizar

Da lama ao caos, do caos à lama

Um homem roubado nunca se engana

(CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI, 1994, Da lama ao caos)



## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir o processo de urbanização brasileiro a partir de estudo de caso desenvolvido na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná. Tratamos aqui do reconhecimento oficial de um complexo de ocupações irregulares como parte da cidade, desde o movimento de ocupação até a regularização e urbanização da área. Nosso objeto de pesquisa é o “Bolsão Audi-União”, que após o processo em questão passou a ser chamado Jardim Parque Iguaçu, uma subdivisão do bairro do Uberaba. Surgido durante os anos 1990, o Bolsão era formado pelas seguintes ocupações: Audi, Jardim União, União Reno, União ferroviária, Icaraí, Alvorada II, Lorena e Savana. A área, com 1,3 milhão de metros quadrados, encontra-se na área de proteção ambiental rio Iguaçu. Anteriormente, era uma região de extração de areia para a construção civil, quando cessaram as lavras sobram as cavas, e muitas se transformaram em lagoas devido às chuvas e às cheias do rio. Trabalhamos especificamente na Vila União Ferroviária, identificamos que a organização de sua ocupação não se deu nos moldes dos movimentos populares de luta por moradia, mas a partir de um mercado imobiliário informal administrado pela Associação de Moradores dirigida pelos ocupantes. Procuramos demonstrar que esse mercado informal segue a mesma lógica do mercado imobiliário formal, compreendendo o processo de urbanização da cidade por meio da dinâmica entre os bairros formais e as ocupações irregulares. Ao contrário de vários autores que afirmam que as grandes metrópoles brasileiras se caracterizam pela configuração de duas cidades distintas em cada uma delas, a cidade informal e a formal, defendemos que os assentamentos irregulares não formam uma cidade à parte, pois se integram às áreas já regularizadas contribuindo na expansão e consolidação da mancha urbana em todas as direções do território do município, formando uma só cidade. Definimos como “cidade excludente” o resultado desta articulação entre o formal e o informal, devido ao seu fundamento ser a exclusão de uma parcela significativa dos moradores da cidade que participam do processo. A partir dos relatos de pessoas que participaram do movimento de ocupação inicial da Vila União Ferroviária e ainda permanecem na área recuperamos a história local, focando não apenas em acontecimentos, mas nas motivações que os impulsionaram em suas ações. Chegamos assim aos significados e valores que atribuem à incorporação do complexo à cidade de Curitiba, bem como à norma ética arrivista que conduz a vida dos excluídos no meio urbano marcado pela desigualdade social e a violência.

Palavras-chave: Bolsão Audi-União. Urbanização. Curitiba. Cidade excludente. Mercado imobiliário informal.

## ABSTRACT

The following thesis has as the objective to discuss the process of the Brazilian urbanization in the form of a case study developed in the city of Curitiba, State capital of Paraná. Bringing here the official recognition of an irregular occupation complex as part of the city, since the occupation movement up until the regularization and urbanization of the area. The object of the research is the “Bolsão Audi-União”, that after the process in question was named “Jardim Parque Iguaçu”, a subdivision of the neighborhood “Uberaba”. Emerged during the 1990’s, the Bolsão was formed by the following occupations: Audi, Jardim União, União Reno, União Ferroviária, Icarai, Alvorada II, Lorena e Savana. In the area, of 1.3. million square meters, an environmental protection area of the Iguaçu river is found. Previously, it was an area of sand extraction for civil construction, when they ceased the extraction they were left whole, and many turned into lagoons due to rains and inundation of rivers. Working specifically in the Vila União Ferroviária, was identified that the organization of the occupation doesn’t fit the molds of the popular movements of the fight for housing, but by an informal real estate market managed by the Association of Residents directed by the occupants. We’re trying to demonstrate that this informal market follows the same logic as the formal real estate market, comprising the urbanization process of the city by the dynamics between formal neighborhoods and irregular occupations. Going against many authors that affirm that big Brazilian metropolis are characterized by the configuration of two distinct cities in each one of them, the informal and formal cities, we defended that the irregular settlements are not part of a city apart, as they integrate to the already regularized parts contributing to the expansion and consolidation of the urban areas in all directions of the of the county, making it one whole city. Defining as “excluding city” the result of this articulation between formal and informal, due to its fundament be an exclusion of a significant portion of the city’s residents that take part in the process. From the reports of people that participated in the initial occupation movement of Vila União Ferroviária and still remains in the area, we recovered the local history, focusing not only in what happened, but in the motives that lead their actions. Getting to the meanings and values that attribute the incorporation of the complex to Curitiba, as the ethical norm that conduct the life of the excluded in the urban means marked by social inequality and violence.

Keywords: Bolsão Audi-União. Urbanization. Curitiba. Excluding city. Formal real estate market.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO BOLSÃO AUDI-UNIÃO NA METRÓPOLE DE CURITIBA .....	18
FIGURA 2 – ITINERÁRIO DA CHACINA NA VILA AUDI .....	19
FIGURA 3 – ÁREA DO BOLSÃO AUDI-UNIÃO (1996).....	39
FIGURA 4 – ÁREA DO BOLSÃO AUDI-UNIÃO APÓS INÍCIO DA OCUPAÇÃO (1999) .....	40
FIGURA 5 – ÁREA DO BOLSÃO AUDI-UNIÃO (MARÇO/2001).....	40
FIGURA 6 – ÁREA DO BOLSÃO AUDI-UNIÃO 2007-2008 .....	40
FIGURA 7 - ENCHENTE DE 1995 NA ÁREA BOLSÃO AUDI-UNIÃO.....	41
FIGURA 8 – UNIÃO DAS ILHAS (2001).....	44
FIGURA 9 – CRIANÇAS VULNERÁVEIS A POBREZA .....	47
FIGURA 10 – CRIANÇAS DE 0 A 05 ANOS FORA DA ESCOLA .....	48
FIGURA 11 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.....	50
FIGURA 12 – BOLSÃO AUDI-UNIÃO: RESUMO DAS INTERVENÇÕES – PROJETO FINAL .....	53
FIGURA 13 - MORADIAS UNIÃO FERROVIÁRIA (SITUAÇÃO PROPOSTA).....	54
FIGURA 14 – MORADIAS UNIÃO FERROVIÁRIA (2011) .....	55
FIGURA 15 – POLICIAMENTO PÓS-CHACINA .....	58
FIGURA 16 - CONDOMÍNIO DE SOBRADOS GERMINADOS 2011 .....	61
FIGURA 17 – CONDOMÍNIO “PARQUES DO IGUAÇU” EM CONSTRUÇÃO (2011) ...	66
FIGURA 18 – CONDOMÍNIO “PARQUES IGUAÇU” EM CONSTRUÇÃO (2011).....	67
FIGURA 19 – BRISTOL PORTAL DO IGUAÇU HOTEL (2019).....	68
FIGURA 20 – BRISTOL PORTAL DO IGUAÇU HOTEL (2019).....	69
FIGURA 21 – LOCALIZAÇÃO DA VILA UNIÃO FERROVIÁRIA.....	70
FIGURA 22 – ARRUAMENTOS DA VILA UNIÃO FERROVIÁRIA.....	71
FIGURA 23 – ATERRAMENTO DOS LOTES (DATA NÃO INFORMADA).....	75
FIGURA 24 – CONSTRUÇÃO DA CAPELA SANTO ANÍBAL (2001).....	77
FIGURA 25 – CELEBRAÇÃO DO CORPUS CHRISTI NA CAPELA EM CONSTRUÇÃO (2001) .....	78
FIGURA 26 – VISITA DA PASTORAL DA CRIANÇA ÀS CASAS DOS MORADORES	79
FIGURA 27 – CELEBRAÇÃO DO CORPUS CHRISTI NA CAPELA EM CONSTRUÇÃO (2001) .....	80

FIGURA 28 – CAPELA SANTO ANÍBAL E OSSA (2009).....	87
FIGURA 29 – RUA HELENA CARCERERI PIEKARSKI (2016).....	88
FIGURA 30 – ANTES E DEPOIS VILA UNIÃO FERROVIÁRIA (2001 E 2018) .....	89
FIGURA 31 – MANCHA DA OCUPAÇÃO URBANA – RMC – 1955/2004.....	109
FIGURA 32 – ESTRUTURA ESPACIAL DA METRÓPOLE DE CURITIBA NO FINAL DA DÉCADA DE 1980 .....	112
FIGURA 33 – ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA SEGUNDO DÉCADAS 1990–2000 .....	114
FIGURA 34 – OCUPAÇÕES IRREGULARES E VETORES DE EXPANSÃO – RMC....	116
FIGURA 35 – RENDA MENSAL PER CAPITA E CUSTO DA TERRA – RMC 2000....	117
FIGURA 36 - RENDA MENSAL PER CAPITA E CUSTO DA TERRA – CURITIBA 2010 .....	117
FIGURA 37 – DENSIDADE DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA E ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO CRESCIMENTO INTENSIVO NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NO FIM DA DÉCADA DE 2000 .....	119
FIGURA 38 – CASA DA FAMÍLIA CAETANO (2018) .....	174
FIGURA 39 – CASA DA FAMÍLIA SILVA (2019).....	178
FIGURA 40 – CASA DA FAMÍLIA SOUZA (2019) .....	183
FIGURA 41 – CASA DA FAMÍLIA DE PAULA EM 2001 E 2018 .....	186
FIGURA 42 – CASA DA FAMÍLIA MEDEIROS (2019) .....	189
FIGURA 43 – CASA DA FAMÍLIA CHAGAS (2019).....	192
FIGURA 44 – OCUPAÇÃO INICIAL DA VILA UNIÃO FERROVIÁRIA EM 1999 .....	194
FIGURA 45 – CAVAS DO BOLSÃO AUDI-UNIÃO (2001).....	197
FIGURA 46 – CRIANÇAS ATRAVESSANDO A LINHA DO TREM (2012).....	200
FIGURA 47 – ATERRAMENTO DA RUA PEDRO JOAQUIM DE CASTRO (2001).....	202
FIGURA 48 – RUA PEDRO JOAQUIM DE CASTRO ANTES E DEPOIS (2001 E 2018).....	203
FIGURA 49 – CASA DA FAMÍLIA DE PAULA (2019).....	207
FIGURA 50 – ENCONTROS NOTURNOS ENTRE OS MORADORES (ENTRE 1998 E 2000).....	212
FIGURA 51 – RUA PEDRO JOAQUIM DE CASTRO ANTES E DEPOIS (2001 E 2018).....	215
FIGURA 52 – PARTICIPAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES NA EXPANSÃO DA MANCHA DE OCUPAÇÃO URBANA (1990 – 2016).....	224

FIGURA 53 – DISTRIBUIÇÃO DE COBERTORES CAMPANHA DO AGASALHO (2012)	243
FIGURA 54 – DISTRIBUIÇÃO DE COBERTORES CAMPANHA DO AGASALHO (2012)	243
FIGURA 55 – DISTRIBUIÇÃO DE COBERTORES CAMPANHA DO AGASALHO (2012)	244
FIGURA 56 – BOLSÃO AUDI-UNIÃO (2016)	248
FIGURA 57 – VISTA INTERNA DA CASA DA FAMÍLIA SOUZA (2019)	249
FIGURA 58 – BOLSÃO AUDI-UNIÃO (2016)	250
FIGURA 59 – CONSTRUÇÃO DA CASA DA FAMÍLIA DE PAULA (2003)	251
FIGURA 60 – CONSTRUÇÃO DA CASA DA FAMÍLIA DE PAULA (2003)	252

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

- AM - Amazonas
- APA - Área de proteção ambiental
- API - Assentamentos Populares Informais
- APP - Área de Proteção Permanente
- ARENA - Aliança Renovadora Nacional
- ART - Anotação de Responsabilidade Técnica
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNH - Banco Nacional da Habitação
- CADÚnico - Cadastro Único do Governo Federal
- CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
- CEFURIA - Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CIC - Cidade industrial de Curitiba
- CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil
- CMP - Central dos Movimentos Populares
- COHAB - CT - Companhia de habitação popular
- COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
- COREM - Conselho Regional de Enfermagem
- CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
- CREA- PR - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
- EES - Empreendimentos da Economia Solidária
- ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
- ETA - Estações de Tratamento de Esgoto
- FAR - Fundo de Arrendamento Residencial
- FAS - Fundação de Ação Social
- FEMOCLAM - Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana
- FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- FIEP - Federação das indústrias do Paraná
- FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
- GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBOVESPA - Índice BOVESPA  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado  
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba  
IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana  
IUPERJ - Instituto de pesquisa científica no Rio de Janeiro  
LAURB - Laboratório de Arquitetura e Urbanismo  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
MEC - Ministério da Educação  
MIS - Mercado Informal de Solo  
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
MUF - Moradias União Ferroviária  
ONG's - Organizações Não Governamentais  
OSSA - Obra Social Santo Aníbal  
PAC - Programa de Aceleração de Crescimento  
PDI - Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba  
PDU - Plano Diretor Urbano  
PDUR - Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional  
PEA - População Economicamente Ativa  
PIB - Produto Interno Bruto  
PLANO AGACHE - Plano de Remodelação Urbana da Cidade do Rio de Janeiro  
PM - Polícia Militar  
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida  
PMHHIS - Política Municipal de Habitação e Habitação de Interesse Social  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PPU - Plano Preliminar de Urbanismo  
Programa PROLOCAR - Plano dos Mil Lotes  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PT - Partido dos trabalhadores

PTTS - Projeto de Trabalho Técnico e Social  
RMC - Região Metropolitana de Curitiba  
SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná  
SE-CF - Setor Especial Comendador Franco  
SEHIS - Setor Especial de Habitação de Interesse Social  
SFH - Sistema Financeiro de Habitação  
SMU - Secretaria Municipal de Urbanismo  
UFPR - Universidade Federal do Paraná  
UH - Unidade Habitacional  
UPP - Unidade de Polícia Pacificadora  
UPS - Unidade Paraná Seguro  
URBS - Urbanização de Curitiba S.A.  
Zeis - Zonas Especiais de Interesse Social  
Zhis - Zonas Habitacionais de Interesses Sociais  
ZR-2 - Zona Residencial 2



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1 CAPÍTULO 1 – CONHECENDO O BOLSÃO AUDI-UNIÃO .....</b>	<b>37</b>
1.1 OS PRIMEIROS DIAS .....	37
1.2 O DIREITO AMBIENTAL A SERVIÇO DA URBANIZAÇÃO .....	41
1.3 A VULNERABILIDADE DO BOLSÃO AUDI-UNIÃO .....	45
1.4 AS OBRAS DE URBANIZAÇÃO .....	51
1.5 O BOLSÃO “PACIFICADO” .....	57
1.6 AS OBRAS PARA A COPA 2014 .....	63
1.7 CONHECENDO A VILA UNIÃO FERROVIÁRIA .....	69
1.8 A MISSÃO DOS ROGACIONISTAS .....	76
<b>2 CAPÍTULO 2 – CURITIBA A METRÓPOLE PLANEJADA .....</b>	<b>91</b>
2.1 A CIDADE MODELO .....	91
2.2 A PERIFERIZAÇÃO DE CURITIBA .....	108
2.3 OCUPAÇÕES IRREGULARES CURITIBANAS .....	120
2.4 POLÍTICAS HABITACIONAIS DE CURITIBA .....	122
<b>3 CAPÍTULO 3 –METODOLOGIA DE ANÁLISE .....</b>	<b>127</b>
3.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA CIDADE .....	127
3.2 O CAPITALISMO BRASILEIRO E O PADRÃO PERIFÉRICO DE URBANIZAÇÃO 131	
3.3 MUDANÇAS NO PADRÃO .....	136
3.4 O MERCADO IMOBILIÁRIO RESTRITO .....	140
3.5 OS MARCOS LEGAIS .....	143
3.6 A CIDADE LEGAL E A CIDADE ILEGAL .....	148
3.7 INSTRUMENTALIZANDO TEORIAS URBANAS .....	149
3.8 FRONTEIRAS ENTRE O LEGAL E O ILEGAL .....	153
3.9 OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA .....	155
3.10 MERCADOS IMOBILIÁRIOS INFORMAIS .....	157
3.11 KOWARICK ENCONTRA LEFEBVRE NA CIDADE EXCLUDENTE .....	160
3.12 ESTUDOS URBANOS E CULTURAIS .....	165
<b>4 CAPÍTULO 4 A VILA UNIÃO FERROVIÁRIA .....</b>	<b>170</b>
4.1 A PRIMEIRA MORADORA .....	171

4.2 O PRESIDENTE .....	175
4.3 A MULHER VIRTUOSA .....	179
4.4 O ABRIDOR DE RUAS .....	183
4.5 A CATEQUISTA .....	186
4.6 O EMPREENDEDOR.....	189
4.7 AS EXPERIÊNCIAS COLETIVAS .....	193
<b>5 CAPÍTULO 5 – A URBANIZAÇÃO VISTA DA OCUPAÇÃO: UM PROCESSO</b>	
<b>HEGEMÔNICO .....</b>	<b>217</b>
5.1 O DOMINANTE .....	217
5.2 O RESIDUAL .....	228
5.3 O EMERGENTE .....	246
5.4 A CONSCIÊNCIA PRÁTICA DOS MORADORES .....	257
5.5 O BOLSÃO INTEGRADO À CIDADE: ESTRUTURAS DE SENTIMENTO .....	259
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>263</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>272</b>
<b>ANEXO 1.....</b>	<b>289</b>
<b>ANEXO 2.....</b>	<b>290</b>
<b>ANEXO 3.....</b>	<b>291</b>
<b>ANEXO 4.....</b>	<b>292</b>
<b>ANEXO 5.....</b>	<b>293</b>

## INTRODUÇÃO

No início da década de 2010 a imprensa noticiou que Curitiba ganhava dois novos bairros, o Neville<sup>1</sup> e o Jardim Parque Iguaçu<sup>2</sup>, em duas áreas com mais de um milhão de metro quadrados. Oficialmente a cidade tem 75 bairros; na verdade esses assentamentos seriam o que popularmente os moradores locais chamam de vila: unidades de urbanização menores em que se subdividem informalmente os grandes bairros da capital paranaense. Apesar de terem nascido na mesma época, a história dos dois não poderia ser mais diferente; enquanto o Neville surge de um processo de incorporação imobiliária, o Jardim Parque Iguaçu tem sua origem em uma ocupação irregular ocorrida uma década antes de seu reconhecimento oficial.

O Neville está localizado na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), na confluência da Avenida Pedro Gusso com Avenida das Indústrias, em um terreno que há mais de 60 anos pertence à família do ex-governador do Paraná Jayme Canet Júnior (gestão 1975-1979). A propriedade chegou a ser uma fazenda de gado, mas nas últimas três décadas permaneceu desocupada, aguardando a valorização de mercado. Neste interim foram recusadas diversas propostas de compra feitas principalmente por grandes indústrias, apenas quando a própria família reuniu condições financeiras e técnicas para desenvolver um projeto de ocupação da área que começou a ganhar forma o que viria a ser o novo “bairro”.

A empresa familiar Canet Júnior Desenvolvimento Imobiliário S.A. planejou e executou o empreendimento em cooperação com a prefeitura de Curitiba a partir de 2007, erguendo toda a infraestrutura nas normas estabelecidas pelos termos da parceria: arruamento, serviços de água, esgoto, drenagem, iluminação e sinalização. O público alvo era a classe média, famílias com renda entre R\$ 3.750 e R\$ 7.000; as estimativas iniciais eram de que receberia, após o fim das obras, de 15 a 20 mil pessoas, e que no mercado fosse gerada uma incorporação imobiliária entre R\$ 1,3 e R\$ 1,5 bilhão. Os tipos de habitação previstos eram casas, sobrados, condomínios horizontais fechados e prédios de quatro a oito pavimentos, além de instalações comerciais e pequenas indústrias.

Os primeiros moradores quando chegaram encontraram toda infraestrutura já pronta, em 1 milhão de m<sup>2</sup> construídos com asfalto, calçadas, água e esgoto. Além disso, havia um centro comercial com várias lojas, incluindo panificadora, lotérica, salão de beleza, pizzaria,

---

<sup>1</sup> “Novo bairro para a classe média” (Gazeta do Povo 15/05/2010).

<sup>2</sup> “A nova identidade da vila Audi” (Gazeta do Povo 08/01/2011).

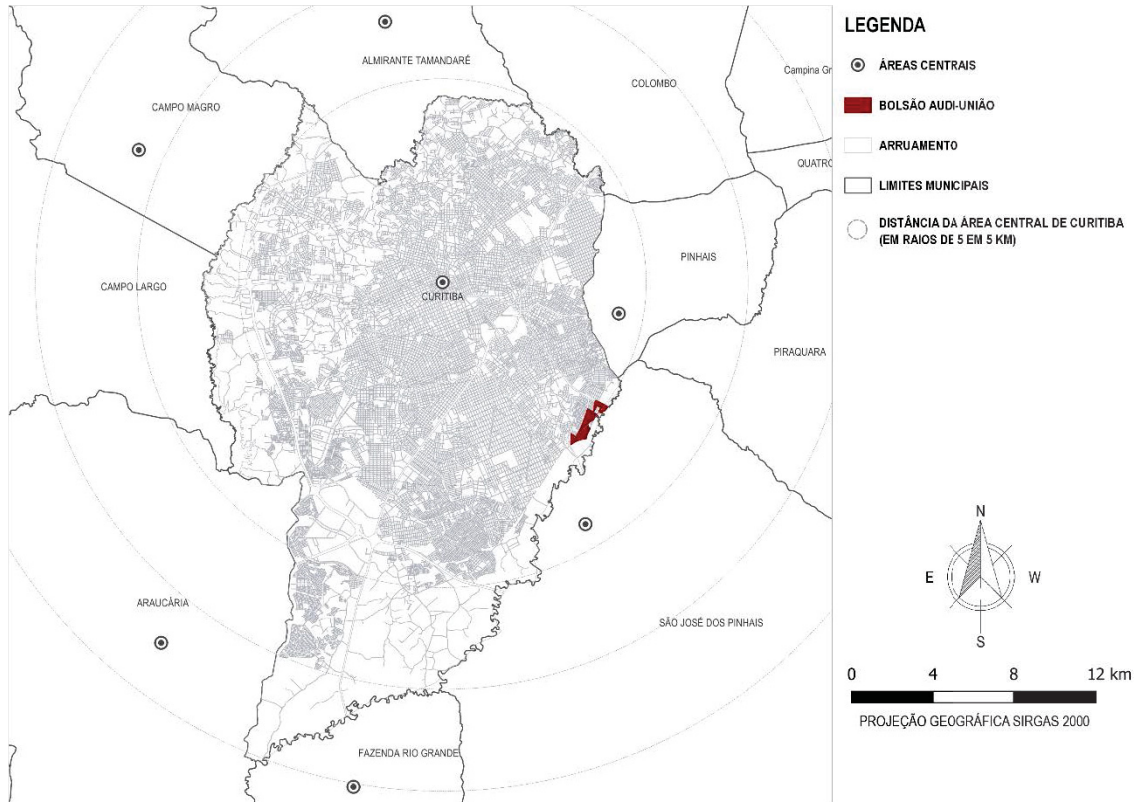
studio de dança, pet shop, restaurante, etc., que atende também os moradores do CIC e bairros vizinhos. Atualmente o site da Canet Júnior apresenta o Neoville como o “bairro” que mais valoriza na região sul de Curitiba, planejado e totalmente integrado à cidade, com 6 vias de acesso rápido aos principais pontos da capital. A localização seria grande atrativo, uma vez que é próximo a empresas, indústrias e centros tecnológicos, que segundo a incorporadora geram 30 mil empregos. Sendo também muito bem atendido por equipamentos públicos, como o quartel do 23º Batalhão da Polícia Militar (PM) instalado em 2016 para garantir a segurança pública, e uma sede da Universidade Tecnológica Federal do Paraná em operação desde 2017. Outro ponto positivo ressaltado é a preservação ambiental, com 290 mil m<sup>2</sup> de áreas verdes, o Bosque do Trabalhador e um Parque Linear com equipamentos para lazer diário, como canchas públicas e anfiteatro aberto. O conjunto todo traz uma promessa de qualidade de vida para as famílias, a salvo de qualquer problema social que geralmente acomete metrópole brasileira.

No Neoville tivemos forte atuação de agentes do mercado imobiliário em conjunto com o poder público para alterar os rumos do planejamento urbano, em uma região a princípio destinada a ser o distrito industrial, onde morariam os operários das fábricas ali instaladas. Os condomínios de classe média mudaram o perfil do bairro, se aproveitando da estrutura já existente sua integração à cidade foi um processo que se fez sem grandes percalços ou impedimentos.

Quanto ao Jardim Parque Iguaçu, sua história começa em 1998, quando um movimento de ocupação irregular em terras até então desocupadas no bairro do Uberaba deu origem ao complexo de ocupações Bolsão Audi-União. A área com um total de 1,3 milhão de metros quadrados se encontra na bacia hidrográfica do rio Iguaçu, dentro de sua Área de Proteção Ambiental (APA), e durante décadas foi local de extração de areia para a construção civil. Quando cessaram as lavras, a região foi abandonada e sobraram apenas as cavas, sendo que muitas delas se transformaram em lagoas, devido às chuvas e às cheias do rio. As ocupações se deram ao longo do rio Iguaçu, entre a BR 277 e o ramal ferroviário Engenheiro Bley, próximo à divisa com o município de São José dos Pinhais, pelo ramal ferroviário e pela Avenida Comendador Franco que faz a principal ligação de Curitiba até o aeroporto. O

complexo era formado pelas vilas Audi, Jardim União/ União Reno, União ferroviária, Icaraí, Alvorada II, Lorena e Savana<sup>3</sup>.

Figura 1 - Localização do Bolsão Audi-União na metrópole de Curitiba



Fonte: IPPUC (2019)

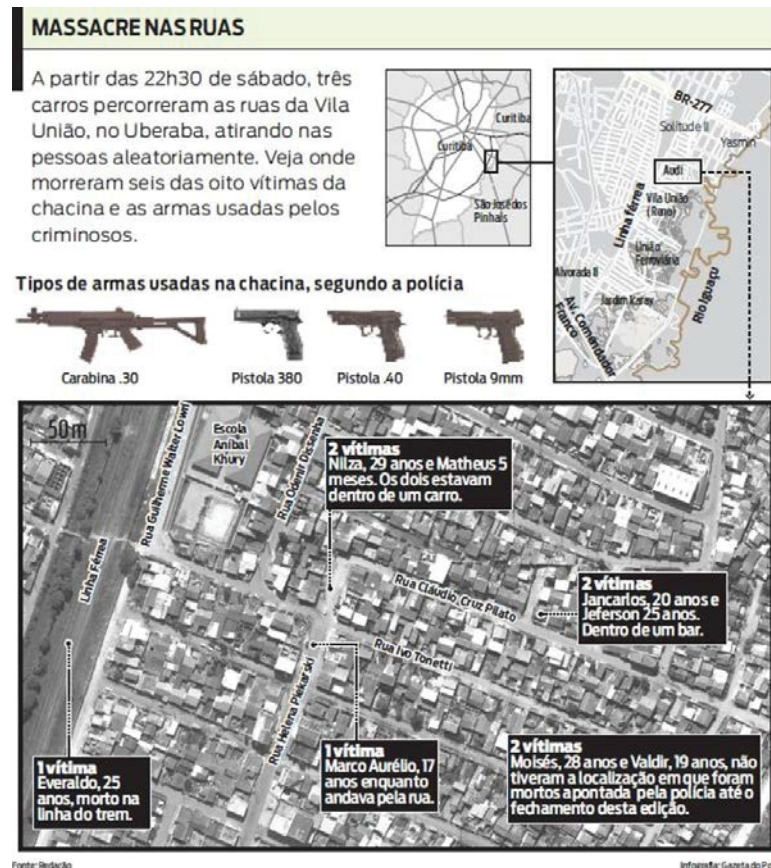
O início das intervenções do poder público se deu em 2003 com a chegada da luz elétrica, marcando o reconhecimento da existência do bolsão por parte do governo estadual, à época chefiado por Roberto Requião (2003-2010). No mesmo ano a administração municipal também se fez presente através da Companhia de Habitação Popular (COHAB-CT), reassentando as famílias que estavam nas áreas de maior risco. O Projeto de Intervenção no Bolsão Audi-União foi elaborado em 2004, mas foi ganhar força mesmo em 2007, a partir de sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, que destinava uma parte de seus recursos para a urbanização de favelas. Com este aporte foram realizadas grandes obras de urbanização: relocação, drenagem, pavimentação, construção de galerias e canal de drenagem.

<sup>3</sup> Com exceção das vilas Lorena e Savana, que ficavam em outras regiões do bairro do Uberaba, embora a Prefeitura as tenha considerado como parte do complexo para efeito de aplicação de recursos e realização de obras de urbanização. Em nosso trabalho falamos especificamente das ocupações que compõem a área que após a intervenção estatal foi denominada como Jardim Parque Iguaçu: Alvorada II, Jardim União, Jardim Icaraí, União Ferroviária e Vila Audi.

Na questão institucional, foi decretada pelo Prefeito de Curitiba Beto Richa (gestão 2005-2010) área de interesse público ao longo de rio Iguaçu em março de 2008, com a promulgação do decreto de número 174/2008. Isto abriu caminho para a realização de várias obras que deveriam conter a ocupação desordenada na área e promover o turismo ambiental e cultural, sendo a principal delas a implantação do Parque do Centenário da Imigração Japonesa, ainda com recursos advindos do PAC.

Enquanto isso os moradores tiveram de erguer com as próprias mãos a estrutura mínima para habitar o lugar. Em seus horários de folga abriram as ruas, instalaram redes clandestinas de fornecimento de água e luz elétrica, além de terem construído as casas onde viveriam com suas famílias. As condições de habitação eram precárias e, além delas, tinham de enfrentar outros problemas sociais, como desemprego e violência. O tráfico de drogas tomou conta do Bolsão, o tornando uma das regiões mais violentas de Curitiba, e o caso de maior repercussão foi a chacina ocorrida na Vila Audi em 3 de outubro de 2009, que deixou oito mortos e dois feridos. A motivação teria sido o assassinato do sobrinho de um dos chefes do tráfico, que em ato de vingança percorreu as ruas do complexo com alguns comparsas de carro atirando a esmo nas pessoas.

Figura 2 – Itinerário da chacina na Vila Audi



Fonte: Gazeta do Povo (08/10/2009)

O crime foi amplamente noticiado pela imprensa local e nacional, ganhando destaque nas páginas policiais. O nome “Audi-União” virou sinônimo de violência e afetou a autoestima dos moradores, a ponto de sentirem vergonha em admitir que residiam na área em entrevistas de emprego ou para amigos de bairros vizinhos, como eles próprios contaram durante o primeiro “Fórum de Segurança do Uberaba” realizado dois meses após o acontecido. Esse foi um espaço que as autoridades municipais se reuniram para ouvir os relatos dessa e de outras ocorrências; os depoimentos trouxeram principalmente casos de abuso policial no período pós-chacina. Em março de 2010 foi realizada uma audiência pública, na qual os moradores decidiram pela mudança de nome do lugar; finalmente em 2011 o Bolsão Audi-União foi reconhecido oficialmente como parte da cidade, uma vila do bairro do Uberaba com o nome de Jardim Parque Iguaçu.

Distantes histórica, social e geograficamente, os dois “bairros” que acabamos de apresentar pertencem ao território do mesmo município, Curitiba, e se inserem em seu processo de urbanização, porém de formas bem distintas. Enquanto o primeiro, desde o projeto inicial, já era anunciado e identificado como parte integrante da cidade, o outro passou por um longo processo até seu reconhecimento. No Neoville os problemas sociais foram tratados preventivamente e as demandas da comunidade foram prontamente atendidas, ao passo que no antigo complexo até hoje estas questões não foram enfrentadas da mesma forma e seguem sem solução. Embora estas diferenças sejam significativas, ao dizermos que ambos estão inseridos em um mesmo processo estamos afirmando que os dois casos podem e devem ser lidos como parte de uma história maior do que da família Canet, do mercado imobiliário ou de um complexo de ocupações; estamos falando da história de Curitiba, que já foi contada muitas vezes e tema para muita reflexão.

Durante a primeira metade do século XX, o progresso de Curitiba deveu-se basicamente à expansão do café no norte do Paraná, mas principalmente incentivo à agricultura no oeste do estado. Com o declínio da cafeicultura a partir da década de 1950, e a consequente diminuição do emprego no campo, as correntes migratórias em direção à Curitiba e região tiveram um considerável aumento. Em 1960 360 mil pessoas habitavam a cidade; já em 1970 esse número era de 625 mil, dando início ao ritmo acelerado de crescimento que a cidade experimentou nas décadas seguintes.

Até os anos 1960 a cidade se encontrava numa situação sem destaque entre as maiores do Brasil, sendo apenas a capital de um estado com vocação agrícola. Mas com a mudança na estrutura produtiva do Paraná a partir dos anos 1970<sup>4</sup>, tanto ela quanto sua área metropolitana passaram por grandes mudanças econômicas e sociais. Em 1973 a Prefeitura de Curitiba, com apoio do governo estadual, criou a Cidade Industrial de Curitiba (CIC); essa recebeu dezenas de empresas nacionais e multinacionais, atraídas pelo “milagre brasileiro”, os baixos preços dos terrenos e os incentivos fiscais e financeiros do município e do estado. No final da mesma década o comércio também começou a se modernizar com a instalação do primeiro Shopping Center da cidade.

Na época, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) já se sobressaía por apresentar a maior taxa de crescimento (5,78%) em relação às demais regiões metropolitanas do país. Na década seguinte, mesmo com este índice caindo para 3,64 %, persistiu um acentuado aumento populacional, que lhe permitiu continuar em primeiro no ranking de crescimento das Regiões Metropolitanas Brasileiras (FIRKOWSKI, 1997). No entanto, Curitiba não cresceu mais do que o previsto, ou de forma inesperada. Nas estimativas do Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), também chamado Plano Serete, de 1965, a previsão é que Curitiba teria, na menor das hipóteses, 2 milhões de habitantes no ano 2000, mas poderia comportar até mesmo 5 milhões neste ano, segundo estimativas mais alargadas de crescimento. Falando, em números absolutos, apenas sobre o crescimento populacional da cidade nos últimos quarenta anos, vemos que em 1970 sua população era de 609.026 habitantes, atingindo segundo as estimativas do IBGE em 2018 1.917.185 habitantes, ou seja, praticamente vinte anos após 2000 ainda não atingimos os números previstos do PPU.

Mudanças tão rápidas e tão profundas foram acompanhadas por uma modernização também do ponto de vista urbanístico. Durante a década de 1970 foi equipada com instrumentos urbanos de recreação, educação, abastecimento e terminais de transporte público. Passou a ser percebida desde então como a uma cidade inovadora, onde os serviços públicos, como transporte e limpeza, funcionavam e geravam uma qualidade de vida incomparável com o resto do país. O período de redemocratização no final dos anos 1980 é marcado pelo início das sucessivas administrações do grupo político associado ao ex-presidente do Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Curitiba (IPPUC), Jaime

---

<sup>4</sup> A agricultura ainda continua forte, mas a agricultura familiar e a pequena propriedade perdem espaço, e o agronegócio passa a ser hegemônico com o predomínio do latifúndio e do cultivo da soja, trigo e cana-de-açúcar.



Lerner<sup>5</sup>, primeiramente com um discurso se apoiando na eficiência técnica do planejamento urbano, e posteriormente na imagem da cidade como Capital Ecológica.

As leituras da urbanização da capital paranaense em sua maioria destacam a cidade que conhecemos hoje como obra da iniciativa e das ações deste grupo político, que durante as décadas de 1970 e 1980 teria mudado os rumos do planejamento urbano implementado à época, praticamente a reinventando para o mercado mundial de cidades, e consolidando definitivamente como uma metrópole regional. Para além de Lerner e seus sucessores, os outros atores sociais que merecem destaque nestas análises são as elites locais (o empresariado e a classe política), deixando em segundo plano a atuação das classes subalternas e os movimentos populares. O processo em questão é visto ora como instrumentalização política de um saber técnico, ora como uma espetacularização, ou ainda como uma mercadoria posta à venda no mercado mundial de cidades. Nestas leituras praticamente não há espaço para a ação dos moradores, aqueles que vivenciam o espaço urbano cotidianamente, que à medida em que constroem suas vidas participam da construção da cidade.

Mas o surgimento do Bolsão Audi-União numa área em que, a princípio, não estava planejada a implantação de assentamentos com fins habitacionais, ou qualquer outro tipo de edificação, para além da mancha urbana à época, mostra que, na verdade, as atuações negligenciadas tem sim um peso efetivo e fazem parte ativamente da história da cidade. Embora no Neoville os moradores também não sejam os principais atores à frente do seu surgimento, esta trajetória pode ser lida tranquilamente como mais um capítulo da história de Curitiba, protagonizado por grupos histórica e socialmente reconhecidos, ao contrário dos ocupantes que deram início às vilas do complexo.

Estamos diante de duas populações que vivem a cidade de forma diferente, que mesmo assim a constroem por meio de suas ações de forma concomitante. Enquanto os moradores de bairros projetados são o público alvo tanto do mercado imobiliário quanto das políticas públicas municipais, aqueles que residem em áreas irregulares se encontram em uma condição em que estão excluídos tanto do mercado imobiliário formal quanto da história da cidade em que vivem, o objetivo da presente tese é justamente identificar a contribuição desta

---

<sup>5</sup> Prefeito da cidade por três vezes: nomeado em 1974 e 1979 pela ditadura civil-militar, eleito pelo voto direto em 1988.

parcela da população para a urbanização. Neste sentido, trabalhamos com a seguinte questão de pesquisa: como os excluídos<sup>6</sup> se integram no meio urbano em que vivem?

A problemática a partir da qual desenvolveremos nossas investigações acerca da urbanização é da articulação entre os espaços formais e informais de moradia, esperando chegar à dinâmica da produção espaço urbano na cidade que é nosso objeto de pesquisa bem como no país, e conseqüentemente encontrando uma resposta para a questão que acabamos de colocar. Tomaremos o Bolsão Audi-União como objeto discutindo a forma como estes espaços se integram à Curitiba, tratando a cidade como uma unidade de análise complexa e contraditória, entrecortada por tensões desencadeadas pelas ações dos atores que se movimentam em meio aos elementos que estruturam o processo de urbanização.

Ao adotarmos o ponto de vista dos excluídos estaremos dando voz àqueles que tem sido sumariamente ignorados, ou silenciados tanto por interpretes quanto pelos agentes que elaboram e executam as políticas públicas. Nosso foco será os assentamentos irregulares, lançando luz sobre a experiência das pessoas que os constroem e habitam, discutindo como vivenciam a cidade. Tal qual seus moradores, estes espaços são definidos como marginalizados, oriundos das disparidades sociais existentes no país as aprofundam. Fazem parte de um cenário que combina perigosamente desigualdade, segregação espacial, violência e degradação ambiental. São considerados um grave problema social que deve ser combatido e erradicado, desvio do planejamento urbano que produziu a cidade moderna. Mas quando começamos a olhar para o fenômeno mais de perto, vemos que o impacto que trazem sugere uma posição em relação ao processo de urbanização de nossas cidades bem mais central.

No Brasil, ocupações irregulares como o Complexo Audi-União são conhecidas popularmente como favelas - termo utilizado para definir áreas urbanas que combinam irregularidade na propriedade com um baixo nível de qualidade de vida, cujos habitantes são pessoas de baixa-renda que residem em moradias precárias construídas por eles próprios com materiais reaproveitados. Outras características marcantes das favelas são o excesso de população, a falta de saneamento básico e altos índices de violência. A definição surgiu juntamente das primeiras favelas na cidade do Rio de Janeiro por volta de 1900; até hoje são as mais conhecidas do Brasil.

Oficialmente, em 1950, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu pela primeira vez a favela na contagem de população (PRETECEILLE e

---

<sup>6</sup> Excluídos sob vários aspectos: econômico, social e político. Sentidos que serão desenvolvidos sociologicamente mais adiante.

VALLADARES, 2000). Nos Censos seguintes passou a denominar este tipo de assentamento como aglomerados subnormais: “favelas e assemelhados caracterizados por um conjunto de no mínimo 51 domicílios, que ocupam ou ocuparam até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), normalmente dispostos de forma desordenada e densa, e carentes dos serviços públicos essenciais” (BRASIL, 2007, p. 16). Segundo os dados censitários das últimas décadas, tanto os domicílios, quanto a população vivendo nestas áreas, vêm aumentando a um ritmo acelerado desde 1980 com índices maiores que da população urbana global.

Entre 1980 e 1991 os domicílios totais do país cresceram 3,08% ao ano, enquanto nesses aglomerados cresceram 8,18% ao ano. Na década seguinte, entre 1991 e 2000, os domicílios totais aumentaram 3,05% a.a., enquanto nessas áreas tiveram uma taxa de incremento anual de 4,18%. E finalmente entre 2000 e 2010, enquanto a taxa de crescimento total do número de domicílios caiu para 0,57% a.a., a dos aglomerados atingiu surpreendentes 6,93%, num total de 3.224.529 domicílios nessas áreas. Falando em números absolutos, em 1991 os aglomerados favelados, segundo o censo demográfico, eram 3.187; pela contagem de população de 1996 subiram para 3.348 e no ano de 2000 atingiram 3.906 assentamentos. Em 2010 o foram contabilizados 6.329 aglomerados.

Quanto à sua população, em 1980 alcançava 2,25 milhões de pessoas; em 1991 mais de 5 milhões; no ano 2000 cerca de 7,2 milhões; e em 2010 era de 11,42 milhões. Proporcionalmente, representava 1,62% da população total do país em 1980, percentual que subiu para 2,76% em 1991, e 3,04% no ano 2000. Para termos uma ideia de como o ritmo de seu crescimento populacional se manteve acelerado nas últimas décadas, enquanto a população brasileira cresceu a 1,9 % ao ano entre 1980 e 1991, e 1,6% entre 1991 e 2000, a população favelada cresceu respectivamente 7,65% e 4,18%. No último censo foram apresentados os seguintes números: 11.425.644 pessoas vivem em favelas, o que corresponde a 6% da população do País; 3.224.529 domicílios estão nestas áreas, representando 5,6% do total de domicílios brasileiros; foram identificadas 6.329 favelas espalhadas em 323 municípios. O crescimento populacional entre 2000 e 2010 nas favelas foi de 75%, enquanto a população brasileira cresceu 12,3%.

Estes assentamentos se concentram nos limites das cidades, distantes dos centros urbanizados, nas periferias. A formação e o crescimento exponencial destas regiões se consolidou como forte tendência da urbanização brasileira, fenômeno definido como periferização (BARROS, 2012): a expansão das cidades em ciclos alternados de rápida expansão de loteamentos informais, em grande parte de baixa renda, com consolidação

gradual posterior; a proliferação de áreas de informalidade apenas para serem substituídas, posteriormente, por ocupações formais de rendas mais altas. Os espaços periféricos são os mais distantes e de menor renda diferencial, ocupados pela população de mais baixa renda e inserida de maneira mais precária no mercado de trabalho (KOWARICK, 1979; BONDUKI & ROLNIK, 1982). Praticamente impossível pensarmos a realidade das favelas desassociada da periferização, pois através dela que tais assentamentos se proliferam.

Como a definição de favela do IBGE é muito vaga, e baseada prioritariamente num critério numérico, preferimos adotar um termo que encontramos nos documentos oficiais da COHAB-CT para todos estes tipos de aglomerados, ocupações irregulares<sup>7</sup>. Apesar de genérica, esta definição nos possibilita discutir o ato de ocupar um espaço, fazendo referência à mobilização e ao movimento que dá origem a estes assentamentos. Os primeiros registros de assentamentos informais em Curitiba datam das décadas de 1940 e 1950, mas foi em 1980 que ocorreu a intensificação do fenômeno no município, coincidindo com a implantação do Plano Diretor entre as décadas de 1970 e 2000 (ALBUQUERQUE, 2007)<sup>8</sup>, neste período 16% do incremento domiciliar de Curitiba foi absorvido pelos assentamentos informais.

A evolução destas ocupações é acompanhada por Moreira (2014), em 1976 segundo levantamento da Política Municipal de Habitação e Habitação de Interesse Social (PMHHIS), Curitiba tinha 4.083 domicílios localizados em 35 ocupações irregulares. Mas o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) já afirmava que os números eram maiores.<sup>9</sup> Nos anos 1980 tínhamos 87 áreas nestas condições quando do levantamento em 1987, já mostrando um aumento expressivo de uma década para outra, que se seguiu nos anos 1990 com praticamente o dobro de ocupações registradas em 1996, chegando a 167. Mas o período de maior crescimento deste tipo de assentamento ainda estava por vir: no curto período entre 1996 e 2000 mais do que dobraram o número de ocupações, passamos de 167 para 341. Segundo os dados mais recentes do IPPUC (2016), existiam 417 áreas irregulares; e os dados sobre a população não são tão atuais, o levantamento mais recente que encontramos é de 2013, contabilizando 248.750 moradores, o que representava 13,45% de um total de 1.848.946 habitantes de Curitiba (estimativa da época).

Esta foi uma realidade que o planejamento urbano não conseguiu prever ou conter. O povoamento da cidade foi desordenado sobretudo na região sul, e mesmo após essas duas

---

<sup>7</sup> A variação que utilizaremos também será de assentamentos irregulares em algumas passagens.

<sup>8</sup> Quando foram executadas as principais intervenções no zoneamento.

<sup>9</sup> Segundo o instituto nesta década o número real de 5.992 domicílios em áreas de ocupações irregulares, com 33 mil habitantes, ou 5,4% da população (609.026 habitantes). A política habitacional aplicada nessa década não chegou a fazer efeito, já que apenas 13% da demanda foi beneficiada.

décadas, marcadas pela explosão de ocupações irregulares na periferia, a falta de regulamentação e a ocorrência de novas mobilizações permanecem como a realidade da população pobre. Muitos moradores destas áreas na periferia levaram décadas para conseguir a legalização de seus terrenos, tanto que a regularização fundiária se tornou a principal bandeira dos movimentos sociais populares<sup>10</sup>, além dos agravantes da precariedade e violência policial. Também não havia qualquer expectativa de atendimento das demandas por conta de uma política nacional de habitação. Ao invés disso, as linhas de crédito para o financiamento de habitações populares foram praticamente extintas durante a década de 1980. Quanto à questão do déficit de moradias, soluções definitivas não surgiram em nenhuma das administrações das últimas décadas. Embora o espaço urbano fosse intercotado por grandes estoques de terrenos desocupados ou com potencial construtivo ocioso, registrava-se uma grande oferta de lotes urbanizados, valorizados por sua localização (em zonas residenciais definidas como de baixa densidade de ocupação), mas com preços de mercado inacessíveis para a população de baixo poder aquisitivo (TONELLA, 1997).

Para nós o conceito de ocupações irregulares se revela oportuno, porque nos permite abordar um fenômeno central do processo de urbanização reconhecendo seu caráter dinâmico. Assim, o utilizaremos quando nos referirmos às ocupações existentes na cidade e à sua multiplicação nas últimas décadas. Daí nossa preocupação em trazer aqui o histórico destas ocupações em Curitiba, procuramos apresentar seu desenvolvimento com um processo que se dá de forma concomitante ao desenvolvimento da própria cidade, e que cumpre um importante papel em sua expansão territorial.

No final dos anos 1980 a região sul da cidade foi palco de grandes movimentos organizados de ocupação. O primeiro que gostaríamos de destacar ocorreu em uma área particular denominada Sítio Cercado no ano de 1988, neste movimento os dirigentes afirmaram que houve a participação de 16 associações de moradores, 3.200 famílias e mais de 10 mil pessoas. Sabendo que era muito difícil permanecer no terreno particular, o objetivo principal era pressionar o poder público, para que fosse apontada alguma solução, como a realocação para outra área. No ano seguinte ocorreu a ocupação que levou o nome de Xapinhall, fruto do trabalho de 16 entidades comunitárias dos bairros Xaxim, Pinheirinho, Sítio Cercado e Alto Boqueirão<sup>11</sup>. O movimento levou dois anos para se concretizar, tendo

---

<sup>10</sup> A ausência de políticas públicas voltadas para as classes subalternas levou à organização de movimentos populares que levantavam a bandeira da luta por moradia (BEGA, 1999), organizados e dotados de maior eficiência quanto à vigilância e disciplinamento do espaço urbano do que em outras capitais do Brasil.

<sup>11</sup> O nome Xapinhall é uma sigla com as iniciais dos bairros citados.

iniciado em 1986, e seu objetivo central era resolver o problema de moradia para a população desses bairros. Numa região repleta de espaços vazios (citavam a cifra de 400 alqueires ou 1.000 hectares), a população estava vivendo no que se pode considerar uma nova modalidade de moradia, os cortiços da periferia. Algumas ocupações posteriores ocorreram próximas ao Xapinhal:

1. Jardim Natal, em dezembro de 1990, envolvendo 540 famílias;
2. Jardim Cristo Rei, em 25 de novembro de 1990, envolvendo um número aproximado de 490 famílias.
3. Em 23 de agosto de 1991, ocorreu a ocupação da Vila Osternak por cerca de 400 famílias. O episódio ficou conhecido como o da II Ocupação do Xapinhal, pois foi organizado por esta associação de moradores (Tonella, 2005).

Outro movimento de destaque à época foi a ocupação da Ferroviária em setembro de 1991, que também provocou mudanças definitivas no cenário urbanístico curitibano. Forçada pelas circunstâncias, a Prefeitura Municipal, em setembro do mesmo ano, lançou o projeto do Bairro Novo, no já oficializado bairro do Sítio Cercado, que previa a construção imediata de milhares de residências populares. A manchete do jornal dizia: "Lerner desapropria uma área para atender 30 mil famílias carentes" (Gazeta do Povo, 25/9/91). O prefeito assinou o Decreto Municipal n. 536/1991, pelo qual desapropriou uma área como sendo de interesse social na região sul, no Boqueirão. Ele negociou os terrenos com 25 grandes proprietários, avaliados à época em Cr\$ 300 milhões. A soma resultava exatamente no número de famílias que estava à espera de lotes da COHAB-CT. O anúncio do programa e o início de obras desaceleraram um pouco o processo de ocupação na cidade, mas não bastou para eliminar o problema fundiário na capital do estado. Tanto que alguns anos depois surgiu no bairro do Uberaba o complexo de ocupações que chama nossa atenção em especial, o Bolsão Audi-União.

Seu nascimento se dá justamente no período em que o Uberaba apresentou o seu maior crescimento. Desde os anos 1990 o bairro está entre aqueles que mais crescem na cidade em número de habitantes. No período entre 1991 e 1996 teve a média anual de crescimento registrada em 4,94%, e entre 1996 e 2000 atingiu 7,21% (IPPUC). Localizado na região leste de Curitiba, seus primeiros registros de sua ocupação datam ainda do século XVIII, mas começou a crescer com mais intensidade por volta de 1945, quando algumas famílias se instalaram ali e foram loteando para suas moradias e vendendo parte de suas

propriedades a terceiros. Pode ser considerada uma região privilegiada pois tem acesso à algumas das principais vias da capital como BR-277, BR-116, Av. das Torres, Av. Salgado Filho, Av. do Trabalhador e Linhão do Emprego. A Av. Comendador Franco (conhecida também como Avenida das Torres, devido às torres de transmissão de energia elétrica instaladas no canteiro central) praticamente divide o bairro em dois, a saber o Uberaba de Cima e o Uberaba de Baixo, dependendo da posição em relação à avenida. Atualmente é o quinto bairro mais populoso de Curitiba, com aproximadamente 70.000 habitantes.

A oficialização do Jardim Parque Iguazu representa um novo capítulo não apenas na história do Uberaba ou das ocupações irregulares na cidade, mas sobretudo na história do processo de urbanização de Curitiba. Nas vilas que começaram em meio à lama e escombros aos poucos os barracos foram dando lugar a casas de alvenaria e conjuntos habitacionais, e o complexo foi reconhecido como parte da metrópole. Como se trata aqui de elucidarmos a dinâmica da integração entre os bairros formais e as ocupações irregulares, não nos basta focar no episódio da oficialização em específico, embora sua importância seja central. Por isso tomaremos esta história como um processo, a partir do estudo de caso de uma das vilas que fazia parte do Bolsão Audi-União e também foi urbanizada e regularizada, a Vila União Ferroviária. Reconstituiremos e discutiremos a trajetória desta vila em particular, desde o movimento inicial de ocupação, até os dias atuais. Passaremos pelas obras estruturais, a política comunitária e o processo de regularização fundiária, sempre pelo olhar dos moradores que viveram estes eventos e construíram não apenas suas próprias casas mas o complexo como um lugar habitável.

A presente tese está organizada em cinco capítulos. No primeiro nos dedicamos à história do complexo Bolsão Audi-União, desde o surgimento até ser renomeado como Jardim Parque Iguazu e formalizado como parte do bairro do Uberaba e conseqüentemente da cidade de Curitiba. Começaremos pelo contexto da capital à época dos movimentos que originaram as vilas do complexo, as condições das famílias que se mobilizaram e como se encontrava a área desocupada. Discutiremos o processo de urbanização e a regularização fundiária a partir das intervenções do Poder Público municipal, abordando as seguintes temáticas: o direito ambiental, a segurança pública, a transparência das grandes obras urbanísticas, os megaeventos em nosso país.

Depois deste panorama geral, voltaremos nosso foco para a Vila União Ferroviária, discutindo como se deu a organização da ocupação inicial identificamos que não se tratava de uma mobilização nos moldes dos movimentos populares de luta por moradia, com um cunho político e uma pauta reivindicatória bem definida; tanto que sua formação se deu através de

redes familiares e de amizade. Nestes primeiros dias a única “instituição” existente na vila nascente era um mercado imobiliário informal: um pequeno grupo organizou tanto a ocupação quanto a divisão dos lotes e um mercado para sua venda, em que atuavam como os maiores loteadores. Este mercado acabou sendo a “instituição” que conduziu o processo na ausência de uma associação que reunisse as famílias em busca de uma casa própria, a Associação de Moradores local fundada na época não passava de fonte de sustento para seu primeiro presidente, um instrumento que fazia uso em benefício próprio como veremos.

Como neste caso prevaleceu a lógica comercial, para definirmos esta forma de assentamento irregular devemos recorrer aos estudos sobre mercados imobiliários informais, nesta literatura encontramos uma tipologia que classifica os parcelamentos de solo entre loteamentos clandestinos e irregulares. Os dois podem ser produzidos por incorporadores imobiliários ou proprietários de terra, a diferença entre eles está no grau de irregularidade que apresentam; loteamento clandestino se refere ao parcelamento executado sem autorização ou conhecimento do Poder Público municipal;<sup>12</sup> já o loteamento irregular é aquele que embora tenha sido aprovado pelo Poder Público, foi executado em desacordo com a legislação existente - com o ato de aprovação expedido pelo município ou que não tenha sido registrado no cartório após sua implantação (GASPARINI 1993 apud SILVA, 2012).

Embora este mercado tenha ditado os rumos da ocupação num primeiro momento, algum tempo depois grupos de moradores começaram a se organizar em movimentos sociais populares para fazerem suas reivindicações. Aqui a presença da igreja católica progressista prestando assessoria foi muito importante, fomentando iniciativas comunitárias como uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis e uma padaria baseada nos princípios da economia solidária, tanto que dedicamos uma seção do capítulo à congregação dos Padres Rogacionistas, que estava à frente dos trabalhos. Apresentaremos estas experiências discutindo as potencialidades, limites e contradições dos projetos, avaliando em que medida conseguiram cumprir seus objetivos. Após este mergulho na história do complexo e da Vila União Ferroviária especificamente levantamos a seguinte questão: que cidade é esta que produz um espaço como o Bolsão Audi União?

Elaboramos uma resposta para esta questão no segundo capítulo, após uma revisão bibliográfica da literatura sobre a urbanização de Curitiba, cuja principal temática abordada é sua transformação em metrópole regional. Os autores e autoras destacam a atuação dos urbanistas responsáveis pelo planejamento urbano que depois vieram a se consolidar como

---

<sup>12</sup> A instância federativa a quem compete a concessão do direito de fracionar o solo urbano no Brasil.



grupo político à frente da Prefeitura e do governo estadual; além das elites empresariais que conseguiram se articular e fazer valer seus interesses na formulação do plano diretor e na condução da política urbana implementada nas décadas seguintes. Além disso, traremos uma leitura crítica do planejamento urbano que problematiza os sentidos que ele assume durante a urbanização da cidade, através da qual constatamos que a exclusão aparece, não como um desvio, e sim como resultado direto da hierarquização dos espaços que segrega ao invés de incluir as populações mais pobres.

A alternativa encontrada por estas pessoas é entrar no mercado imobiliário informal para conseguir prover moradia a suas famílias. Então, dedicamos algumas seções do capítulo à discussão sobre a dinâmica de funcionamento deste circuito da economia informal. Alguns estudos sobre este mercado em Curitiba e Região Metropolitana serão objeto de nossa reflexão, enfatizando a participação das ocupações irregulares na expansão da malha urbana. Também falaremos a respeito das ações do poder público desenvolvidas no enfrentamento do déficit habitacional na capital, resgatando as políticas públicas de moradia popular que foram implementadas para atender a demanda e combater a propagação destes assentamentos. Ao final do capítulo constatamos a necessidade de recorrer a uma metodologia que nos permita apreender os significados do processo de urbanização a partir da ação daqueles que dele participam, até mesmo os excluídos, como os moradores das ocupações irregulares.

No terceiro capítulo instrumentalizamos teorias e conceitos com este propósito, passando por trabalhos da Sociologia Urbana que tratam tanto da sociedade contemporânea quanto do Brasil especificamente. Partimos do pressuposto de que o espaço é um produto social (LEFEBVRE, 2008), entendendo a cidade e o bairro como socialmente produzidos, o que ocorre de forma concomitante ao desenvolvimento das relações sociais de produção e reprodução do modo de produção vigente. Assim a almejada compreensão da urbanização brasileira se refere à compreensão da dinâmica do processo de produção da cidade capitalista no Brasil, com esse objetivo em mente caracterizamos as nossas cidades e o processo que as produziu, o tomando em suas propriedades, que se manifestam em três dimensões: temporal, espacial e social. Primeiramente na questão do tempo verificamos a alta velocidade em que se deu a urbanização em nosso país, ao atentarmos para a forma que assumiu no espaço vemos que se concentrou em determinadas regiões e cidades, e finalmente no que tange ao social foi sobretudo excludente. Destacando o “padrão periférico de urbanização” como noção que foi adotada por diversos estudos urbanos para falar do auge do processo de urbanização entre as décadas de 1950 e 1980.

O “padrão periférico” teria evidenciado o fenômeno da “periferização”, os altos preços das áreas centrais e a invisibilidade das classes populares para o Estado produziram um quadro em que a ocupação irregular de terras se dá num ritmo ainda mais acelerado do que o verificado no crescimento das grandes cidades, e como estas populações foram excluídas não apenas do ponto de vista econômico, mas alijadas de direitos, serviços públicos e estrutura urbana, a segregação aparece como a face mais visível da exclusão. Nesse sentido, um dos conceitos de maior reverberação na Sociologia Urbana brasileira pretende dar conta de todo esse processo de exclusão, o entendendo como uma série de extorsões que acomete as classes subalternas enquanto habitantes da cidade, a “espoliação urbana” (KOWARICK, 1979). O autor engloba as relações de produção e a urbanização ao identificar a “espoliação” como expressão do “capitalismo periférico” em nosso país, quando aponta as mazelas de nossas metrópoles como funcionais à modalidade de capitalismo implementado por aqui insere a discussão em um quadro de referência mais amplo, relacionando política e economia sob uma orientação marxista. Traremos uma parte do debate que levou à elaboração do conceito, bem como alguns trabalhos que seguiram sua perspectiva teórica, o colocando como principal referência nos estudos sobre o urbano brasileiro.

Mas nas últimas décadas, após o país ter se estabilizado com a maioria de sua população vivendo no meio urbano, as sucessivas crises econômicas, a desindustrialização e o crescimento das cidades médias mudaram os rumos do processo, porém não modificaram seu sentido, pois enquanto duas das propriedades perderam peso uma não apenas se manteve como se intensificou, a exclusão. O “padrão periférico de urbanização” não permaneceu nos mesmos moldes, porém a periferização seguiu como fenômeno expressivo, inclusive as periferias apresentaram as maiores taxas de crescimento dentro dos municípios, alimentadas pela incessante proliferação dos assentamentos irregulares. Isto consolida seu espaço como locus de análise, nos impõe a exclusão como principal propriedade de todo o processo de urbanização, e nos mostra como as dimensões social e espacial estão relacionadas.

A exclusão por sua vez é igualmente um fenômeno multidimensional, que é produzido tanto jurídica quanto economicamente quando falamos do contexto urbano. Para demonstrar isso discutiremos como nosso mercado imobiliário formal é restrito e os marcos legais que regulam a propriedade do solo no país, constatando que a legislação na verdade legitima o mercado, produzindo e agravando cada vez mais a segregação. Alguns autores (MARICATO, 2003; ROLNIK, 2006; D’OTTAVIANO e SILVA, 2009) chegam a afirmar que a cisão territorial é tamanha que resulta na coexistência de duas cidades no espaço do mesmo município, a cidade legal e a cidade ilegal. Reconhecemos o valor analítico da

distinção, porém acreditamos que pode conduzir a erros e nos afastar do nosso objetivo que é compreender como espaços regulares e irregulares se integram na produção de nossas cidades, daí recorreremos novamente à obra de Henri Lefebvre para abordar a cidade capitalista no Brasil como produto de um processo totalizante<sup>13</sup>. Para ele a realidade é totalidade aberta, ainda não consumada e em processo.

Em nossa leitura passaremos pelo “direito à cidade” (2011), pela temática da reprodução das relações sociais de produção (1973), e pela centralidade do cotidiano, chegando a uma visão da urbanização como algo complexo que não cabe em dicotomias. Traremos abordagens que começam a caminhar nessa direção, como Vera Telles (2006, 2009, 2010a, 2010b), que problematiza os limites entre o legal e o ilegal, e Milton Santos (2008), que analisa os circuitos da economia urbana. Estas contribuições nos permitem trazer para a discussão que estamos fazendo o irregular e informal como elementos constituintes de nossas cidades, como vemos em Abramo (2006), que fala de uma “cidade COM-FUSA”, produto da dinâmica dos mercados imobiliários que concilia a forma compacta e a direção difusa da expansão dos assentamentos irregulares. Mas para os fins aqui pretendidos não consideramos o mais acertado definir a cidade brasileira a partir de sua forma ou do sentido do movimento que a produz, já que ambos expressam nada mais do que o desenvolvimento das propriedades do seu processo de produção.

Definimos o produto da urbanização brasileira como a “cidade excludente”, pois sua forma e características expressam os sentidos que a exclusão social assume em nosso meio urbano. Nossa proposta é elaborar um conceito totalizante que também atualize a “espoliação urbana” de Kowarick, dando ênfase não apenas à questão econômica, mas principalmente à subtração de direitos sofrida pelas classes subalternas todos os dias, trabalhando com outro conceito utilizado pelo autor, o de subcidadania. Para concluir o capítulo e nossa construção teórico-metodológica pensamos os instrumentos para abordar a exclusão na forma como ela acontece, de maneira diária, cotidiana.

Promovemos um diálogo dentro do marxismo contemporâneo entre Henri Lefebvre e os Estudos Culturais Ingleses a partir da leitura que ambos fazem do conceito de “hegemonia” de Gramsci.

O conceito de hegemonia, finalmente, representa talvez a contribuição mais importante de Gramsci à teoria marxista. Hegemonia é o conjunto das funções de

---

<sup>13</sup> E excludente nos termos que estamos utilizando aqui.

domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia é composta de duas funções: função de domínio e função de direção intelectual e moral, ou função própria de hegemonia (MOCHCOVITCH, 1992, p. 20-21 apud DANTAS, 2015, p. 17).<sup>14</sup>

Para Lefebvre o espaço aparece enquanto lugar e expressão fundamental da reprodução das relações sociais de produção, onde a hegemonia se exerce por meio do emprego de um saber e de técnicas como o planejamento urbano, produzindo cidades que externalizam os rumos da luta de classes. Quantos aos Estudos Culturais Kowarick já havia ido buscar neles instrumentos de análise, com a categoria de experiência de E.P. Thompson, que também utilizamos em nossa pesquisa de campo e a referenciamos neste capítulo metodológico. Mas a principal referência utilizada por nós aqui é a obra de Raymond Williams e sua leitura do conceito de hegemonia.

Em sua teoria da cultura, o materialismo cultural, há uma grande preocupação quanto aos processos de internalização, daí hegemonia chama atenção para que dentre tudo que é naturalizado pelos indivíduos estão as determinações de uma sociedade de classes, que por vezes sofrem resistência antes de serem legitimadas. O que é válido inclusive para o processo de produção de uma cidade, marcado por uma disputa política entre as classes sociais, que procuram estabelecer o seu projeto de cidade como hegemônico.

Isto vai nos possibilitar pensar como os habitantes vivem e produzem a “cidade excludente” cotidianamente, identificando os significados, valores e práticas presentes nas ações dos atores que participam do processo. Williams nos dá os instrumentos para isso ao ampliar o conceito de hegemonia com a ideia de que o processo cultural é constituído por elementos que expressam as relações de dominação, a saber: “dominante”, “residual” e “emergente”. A operacionalização metodológica consiste em identifica-los no cotidiano das pessoas que construíram a Vila União Ferroviária, em suas experiências diárias nos lugares que trabalham e habitam. Assim, seremos capazes de compreender como a urbanização brasileira é vivida e significada por seus atores, e conseqüentemente a cidade deve aparecer não mais como um produto, ao invés disso ela vai materializar um “modo de vida”, outro conceito desenvolvido por Williams.

---

<sup>14</sup> Nossa opção por citar a definição de hegemonia em Gramsci a partir de um interprete se deve à dificuldade em encontrar na obra do autor o conceito estritamente, já que se desenvolve por todo o conjunto dos “Cadernos do Cárcere”, o que demandaria uma discussão teórica que avaliamos não caber aqui neste trabalho.

Nos capítulos seguintes retornaremos ao Bolsão e especificamente à Vila União Ferroviária, no quarto nosso foco será na experiência das famílias que participaram do processo que produziu a vila, trazendo o resultado de nosso trabalho de campo realizado por meio de uma pesquisa participante. Visitamos os moradores em suas casas, acompanhando de forma regular seu cotidiano durante alguns meses, e entrevistando alguns deles que participaram do movimento inicial de ocupação, ou que chegaram logo nos primeiros anos antes da urbanização. A partir dessas entrevistas trabalharemos com a História de Vida das pessoas, procurando reconstruir a história da vila e do bolsão, para chegar, enfim, à história da cidade. Devemos deixar bem claro que não se trata de, através da História de Vida, descobrir a verdade por trás das várias “histórias”, mas de apreender no relato das experiências destes indivíduos o olhar que possuem do mundo (MASSONI, 2017), suas opiniões e percepções do processo maior que estamos estudando. Sabemos que não resulta desta abordagem uma descrição objetiva do que seja a realidade concreta;<sup>15</sup> no entanto, entendemos que justamente a subjetividade dos relatos é o valor mais original da História de Vida (SANTAMARINA e MARINAS, 1983), enquanto principal técnica adotada pela História Oral.<sup>16</sup> Para nós, a importância de recorrer à tal “História” está no fato de que assim damos destaque às experiências e saberes práticos das camadas ou classes excluídas, como as que residem nas vilas do complexo, que, como já vimos, outras perspectivas não abordam, e os meios de comunicação de massa normalmente não divulgam.

Apresentaremos as trajetórias de seis famílias a partir dos depoimentos dados por um de seus membros, dedicamos uma seção para cada tendo a trajetória de quem conversou conosco como fio condutor e título, a ordem será a seguinte: a primeira moradora (família Caetano); o Presidente (família Silva); a mulher virtuosa (Camargo e Souza); o abridor de ruas (família De Paula); o empreendedor (família Chagas). Eles nos contaram a versão deles para os principais episódios da história da vila e como estes impactaram o complexo como um todo, nos disseram os significados que atribuem aos eventos e como se sentem e se identificam enquanto moradores de Curitiba. Além de terem nos falado como entendem a

---

<sup>15</sup> Para Thompson (2002) a memória é bem diversa, podendo apresentar desde informações factualmente válidas (onde a pessoa viveu, tipos de trabalho, etc), até traços da consciência coletiva e individual.

<sup>16</sup> Há autores que subestimam a História Oral e a entendem como uma técnica ou até mesmo um tipo de entrevista (HAGUETTE,1992), enquanto outros a consideram um método e a HV como uma técnica (GRISA,2003). Para Santamarina e Marinas (1983) a História de Vida é formada por relatos produzidos com a intenção de elaborar e transmitir uma memória (pessoal ou coletiva), que faz referência às formas de vida de uma comunidade em um determinado período histórico.

exclusão que sofrem diariamente, da percepção que tem de seus próprios direitos, à moradia e à cidade.

Finalmente, no quinto capítulo instrumentalizaremos os conceitos dos Estudos Culturais para analisar a experiência dos moradores em meio ao processo de urbanização da cidade. Assim, veremos como os elementos determinantes da vida no meio urbano se fazem presentes na história da vila. Verificaremos como as práticas cotidianas dos moradores demonstram as estratégias adotadas por eles para sobreviver em meio às condições precárias que enfrentaram desde sua chegada, e como isso formou sua visão de mundo, sendo a base de uma norma ética segundo a qual conduzem suas vidas. Aí nosso debate passa a ser sobre as condições de superação deste quadro, nos interrogando o quão são profundas as marcas deixadas pela exclusão no meio urbano brasileiro.

Curitiba será vista como uma “cidade excludente”, que se desenvolve alijando uma parte de sua população das riquezas e avanços promovidos por seu planejamento urbano. Encerraremos abordando os significados do reconhecimento oficial do Jardim Parque Iguaçu, enfatizando que isso não significa que a história destas pessoas como produtores da capital paranaense chegou ao fim; ao invés disso; se trata do início de um novo capítulo. Isto tanto é verdade que discutiremos o nome dado à região, se ele suplanta a antiga denominação do complexo. O título desta tese “Da lama ao caos: a urbanização de Curitiba vista do Bolsão Audi-União” busca sintetizar estas trajetórias, de quem saiu de um cenário precário, mas que ainda não teve todos seus direitos atendidos, e se percebeu vivendo em um meio urbano desigual e excludente.

Fazemos referência à música “Da lama ao caos”, composta por Chico Science (1966-1997) e que dá nome ao primeiro disco de sua banda “Chico Science & Nação Zumbi” lançado em 1994, a canção denuncia graves problemas sociais na cidade de Recife – PE. Entre mangues e arranha-céus a urbanização degradante deixa apenas uma alternativa aos pobres, a revolta, em alguns versos o autor defende a auto-organização como forma de superar os graves problemas sociais que atingiam a população das periferias da capital pernambucana. O refrão enfatiza a condição daqueles que foram alijados de seus direitos, “*Da lama ao caos, do caos a lama. O homem roubado nunca se engana*”. Mas essa não é uma realidade exclusiva do nordeste, como podemos ver claramente no caso que abordamos nesta tese. As famílias que ocuparam as margens do Rio Iguaçu em meio à lama e às cavas deram origem ao Bolsão Audi-União, conseguiram prover suas moradias mas ainda enfrentam muitas dificuldades cotidianas na construção de suas casas e da cidade. Tal qual na letra da música, passaram da sujeira e precariedade da vida que levavam ao caos de uma grande

cidade que lhes nega seus direitos. A exclusão não é uma condição em que vivem, é um processo pelo qual passam todos os dias, eis o que pretendemos demonstrar nas próximas páginas.

## 1 CAPÍTULO 1 – CONHECENDO O BOLSÃO AUDI-UNIÃO

Neste primeiro capítulo apresentaremos nosso objeto de estudo, o Bolsão Audi-União, e o recorte de nossa análise, a Vila União Ferroviária. Iniciaremos recuperando contexto social e espacial em que houveram os movimentos de ocupação que originaram o complexo e as vilas que dele fazem parte. A partir daí contaremos a história do bolsão, passando pelo processo de regularização fundiária até as obras de urbanização que transformaram o cenário e tornaram a área habitável.

Além disso, lançaremos as principais questões levantadas pelo nosso objeto, que já foram debatidas pela sociologia brasileira em inúmeros trabalhos. Mas não nos limitaremos a elas, pois a grande questão que procuramos responder com este trabalho surge não apenas das determinações macroestruturais a que o bolsão e seus moradores estão submetidos.

Neste sentido, também traremos a história da Vila União Ferroviária, identificando os agentes à frente do movimento, bem como as condições em que se encontravam as famílias que ocuparam a área. Veremos as instituições sociais existentes que acabaram exercendo um papel socializador por mediar as relações que se estabeleceram durante o desenvolvimento local, chegando até os dias atuais após as intervenções do poder público. Ao final do capítulo teremos então o quadro em que realizaremos nossas investigações e procuraremos responder as questões colocadas.

### 1.1 OS PRIMEIROS DIAS

A origem do complexo Audi-União remonta a meados da década de 1990, quando um movimento de ocupações irregulares deu origem às vilas que hoje fazem parte do complexo. A primeira ocupação na região teve início próximo à BR – 277, onde já havia uma planta de habitação da COHAB-CT (planta Evaristo) e um conjunto de moradias, chamado de Vila Reno. Mas o movimento não se limitou às margens da rodovia e do conjunto, se estendeu em direção ao sul, dando origem a outras vilas: Audi, Jardim União, União Ferroviária, Icaraí e Jardim Icaraí. Oficialmente, a Prefeitura Municipal de Curitiba reconheceu a existência das ocupações na década seguinte, com as obras de urbanização e a regularização fundiária das propriedades.

À época o país passava por uma grave crise econômica; embora o plano real (1994) tenha trazido estabilidade e controle da inflação, o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) foi marcado por um baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)



aliado a déficits crescentes na balança comercial. No início do segundo mandato, em 1999, ocorreu uma maxidesvalorização da moeda brasileira de 32,4% em relação ao dólar; se por um lado os investidores se animaram com o cenário macroeconômico e o Ibovespa avançou 152%, por outro no mesmo ano a inflação voltou com tudo, o IGP-M passou de 1,79% em 1998 para 20,10% em 1999. Estes números se refletiram em diversos indicadores sociais, mas aquele que queremos destacar aqui é o desemprego.

Houve um crescimento processual da taxa de desemprego: com um acumulado de 38% no período, passando de 6,5% para 9,0% da População Economicamente Ativa (PEA), o que significou 2,2 milhões de desempregados a mais no país, e um total de 6,6 milhões em 1998. Nem mesmo a recuperação econômica entre 1993 a 1997 conseguiu produzir uma recuperação da taxa de emprego; o maior crescimento de um ano para outro foi verificado entre 1997 e 1998, quando saltou de 7,8% para 9,0%, o que representa um índice de 15%. A recessão do final de 1998 significou a perda do emprego para mais 1 milhão de brasileiros, com o contingente de desempregados em todo o país chegando a 6,923 milhões.

A Curitiba de 1990 só confirma isso: ao combinar riqueza com a pobreza dos moradores que lotavam sua periferia, a desigualdade foi intensificada na capital. O desemprego de longa duração passou a atingir um número maior de pessoas a cada ano. Aqueles que continuavam empregados viram a precarização de seus trabalhos, os rendimentos seguiram caindo, embora despesas básicas como aluguel e transporte fossem reajustadas periodicamente, além da jornada de trabalho ter sido ampliada a níveis extenuantes. O aumento da informalidade e da terceirização provocaram uma expressiva perda de direitos, favorecendo a intensa utilização de mãos de obra desvalorizadas historicamente como a feminina, quando não infantil ou escrava.<sup>17</sup>

No Estado do Paraná a grande maioria dos empregos gerados estava na região metropolitana de Curitiba, se tornando assim um grande polo de atração para aqueles que procuravam melhores condições de vida. Dentre as milhares de pessoas que se dirigiram para a capital em meados de 1990, estavam a maioria das famílias que vieram a participar do movimento de ocupação que deu origem à Vila União Ferroviária. A cidade passava por um movimento de reestruturação de sua matriz produtiva, recebendo indústrias com um perfil diferente das que haviam se instalado quando da criação da CIC na década de 1970.<sup>18</sup> A

---

<sup>17</sup> O quadro das mudanças no mundo do trabalho foi tema de diversos trabalhos nas últimas décadas. Destacamos especialmente a obra de Ruy Braga (2012, 2017) e o conceito de “precariado”, elaborado para definir a condição do proletariado contemporâneo.

<sup>18</sup> Quando houve outro grande fluxo imigratório para a cidade, vindo especialmente do interior do estado.

Região Metropolitana de Curitiba (RMC) conduziu as mudanças na organização produtiva do estado, com cidades como São José dos Pinhais assumindo posição de destaque, inclusive alterando a direção em que se dava a ocupação territorial da região à época; tanto que o movimento que originou o Bolsão Audi-União ocorreu nesse período.

O nome da primeira vila, a Audi, seria fruto de uma confusão feita pelos primeiros ocupantes, que teriam entendido errado o nome do conjunto da COHAB-CT, a Vila Reno. O nome Reno foi associado a fábrica de automóveis da marca francesa Renault, que à época se instalava no estado; como forma de se contrapor os ocupantes chamaram a ocupação de Vila Audi, numa referência à marca alemã Audi, que também se instalava no estado à mesma época. O nome União Ferroviária, da área que estamos analisando, teria o objetivo de afirmar a união dos moradores no sentido consolidarem a ocupação e enfrentarem os problemas que tinham em comum - sendo o principal deles a questão da moradia. Podemos observar a ocupação do Bolsão Audi-União comparando as figuras a seguir que trazem diferentes momentos do processo:

Figura 3 – Área do Bolsão Audi-União (1996)



Fonte: Acervo de Imagens – COHAB-CT.

Figura 4 – Área do Bolsão Audi-União após início da ocupação (1999)



Fonte: Acervo de Imagens – COHAB-CT.

Figura 5 – Área do Bolsão Audi-União (Março/2001)



Fonte: Acervo de Imagens – COHAB-CT.

Figura 6 – Área do Bolsão Audi-União 2007-2008



Fonte: Acervo de Imagens – COHAB-CT.

O complexo faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal do Iguaçu, inserida na bacia hidrográfica do rio Iguaçu. A intensa atividade de mineração de areia desde

a década de 1960 até a década de 1990 resultou na formação de uma série de cavas abandonadas e alagadas. Essa grande quantidade de cavas, combinada à topografia da área, que é plana, torna a região sujeita a inundações.<sup>19</sup> A cobertura vegetal original era constituída por matas típicas de galeria do rio Iguaçu, mas foi praticamente toda devastada ainda durante o processo de mineração, o último remanescente de 100.000m<sup>2</sup> foi destruído no início de 2001, durante a expansão do complexo. O registro que a COHAB-CT possui da enchente de 1995 na região nos mostra bem o quadro pré-ocupação:

Figura 7 - Enchente de 1995 na área Bolsão Audi-União



Fonte: Acervo de Imagens – COHAB-CT.

Este cenário nos coloca diante de questões de diversas ordens: social, política, econômica e a primeira, pela qual gostaríamos de iniciar as discussões deste capítulo, a ambiental.

## 1.2 O DIREITO AMBIENTAL A SERVIÇO DA URBANIZAÇÃO

Procurando reduzir as situações de risco enfrentadas pelos moradores da região foi realizada, após a grande inundação de 1995, a construção de um Canal Extravasador. O canal abrange uma área de 3.968,45 ha; com 15 quilômetros de extensão, 40 metros de largura e 3 metros de profundidade, passa pelos seguintes bairros: Cajuru, Uberaba, Boqueirão e Ganchinho. A obra serviu para: controlar o fluxo do Rio Irai e Iguaçu, evitando enchentes à jusante da BR- 277; direcionar as águas diretamente *in natura* para as estações de tratamento de esgotos/ETA do Iguaçu, otimizando a quantidade de águas, evitando a sua perda para o preenchimento da várzea do Rio Irai; manter a qualidade das águas na região do Altíssimo

<sup>19</sup> O tipo de solo é o aluvionar hidromórfico, com uma composição orgânica que possui espessura variando entre 1 a 3 metros, abaixo da qual se encontra um colchão de areia com espessura variando entre 1,5m e 3m. O lençol freático é alto, quase aflorante, com profundidade máxima de 40 cm.

Iguaçu, pois as águas do represamento do Rio Irai, até chegarem na ETA do Iguaçu, passariam naturalmente por um sistema de canais associados a uma série de várzeas, desde a barragem a montante da rodovia PR 415, até a rodovia BR-277; deslocar as águas *in natura*, após a conclusão do Canal para as Estações de Tratamento de Esgoto – a ETAs – do Iguaçu e do Irai, com o intuito de sofrer menor influência do meio externo. Segundo Hayakawa e Ultramari (2008), houve agilização no nível do planejamento e da gestão urbana nas liberações de recursos em função de ter ocorrido uma situação de emergência, como resposta ao decreto de Estado de Calamidade Pública e de situação de risco após as inundações a que nos referimos.

Mas esta aceleração no ritmo das obras acabou comprometendo o planejamento da ocupação da área. A própria COHAB-CT (2017) reconhece que houve redução na percepção que a população tinha do risco de novas enchentes, o que favoreceu a ocupação da área após o ano de 1998. Como vimos nas figuras que mostram a evolução do Bolsão esse processo foi rápido e intenso, e como as obras não haviam afastado totalmente o risco de novas inundações, as famílias que ocuparam a área se colocaram sob sério risco. Enquanto isso o poder público foi omissivo tanto na questão ambiental quanto social, sua primeira resposta veio apenas em 2000, com o decreto que definiu a APA do Iguaçu.

A regulamentação de uso da APA (*Cf.* Decreto n.º 192, de 29 de março de 2000) permite o uso habitacional na parte livre de inundações, o que possibilitou a consolidação do assentamento após as obras de urbanização. Reconhece as ocupações no que define como “setor de transição”: “consiste em áreas com loteamentos residenciais aprovados anteriormente à implantação da APA e áreas ocupadas irregularmente, passíveis de regularização fundiária [...]”. Também define um “setor de serviços”, ou seja, prevê uma estrutura urbana mínima com comércios para atender os moradores. Embora o texto do decreto afirme visar a “preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental da bacia do Rio Iguaçu”, identificamos como sua principal função controlar a ocupação da área nos anos que se seguiriam. Se formos considerar que a área já havia sofrido degradação ambiental durante décadas com a extração de areia para a construção civil, a legislação chegou tarde demais para este fim; os principais objetivos ambientais estavam ultrapassados.

A questão ambiental aparece aqui subordinada à expansão urbana. Essa, por sua vez, condicionada pelos interesses envolvidos na ocupação do solo da cidade, principalmente as demandas de mercado. As contradições e conflitos verificados em áreas como o Bolsão advêm desse fato; pois não apenas a questão ambiental está subordinada à agenda

mercadológica, inclusive a social sofre o mesmo condicionamento. O caso de nosso objeto de estudo especificamente ilustra muito bem esta lógica, como demonstra Lima (2010):

O capital que gerava o processo de expansão da cidade era o mesmo que impunha obstáculos ao seu crescimento, pois ao alterar profundamente a área, comprometia o seu uso e impedia quaisquer outras formas que não fossem as já realizadas. Os interesses em jogo naquele momento restringiam-se a essa atividade de exploração mineral. A atividade de exploração de areia, que por si já é predatória, acentua-se nessa área de grande fragilidade ambiental, gerando impactos no meio ambiente devido à remoção dos solos, modificando o relevo, a qualidade da água e provocando profundas alterações na paisagem. [...] As dificuldades colocadas, inicialmente, e que se apresentaram de forma visível devido à degradação da área, afastaram momentaneamente os interesses de exploração comercial que poderiam se tornar um elemento inibidor ou mesmo proibidor da ação de ocupação, atribuída de ilegal (LIMA, 2010 p.60).

As cavas que resultaram das lavras de exploração de areia permaneceram como “passivos ambientais”, muitas transformadas em lagoas devido às cheias do rio Iguaçu, e, embora isso tenha representado o esgotamento de seu potencial gerador de riqueza para o setor da construção civil, o fato de não possuir valor comercial significou uma oportunidade para as populações pobres que não tinham condições de acessar o mercado imobiliário formal. Os problemas que surgiram daí se referiam às condições precárias que as famílias ocupantes tiveram de enfrentar, se configurando enquanto conflitos ambientais urbanos: “onde a segregação espacial obriga vastas populações a viver e a trabalhar em condições perigosas ou indignas, devido à falta de saneamento básico e outros equipamentos urbanos e à exposição desproporcional a riscos de poluição e a desastres ditos “naturais” (Porto, 2013). A sua luta para se estabelecer no local e construir, não apenas suas casas, mas um novo território, evidenciam as contradições e conflitos existentes, forçando o poder público a se posicionar.

O principal instrumento utilizado pelo poder público é o Direito Ambiental, que serve de base para suas ações e justifica as decisões políticas que toma; tal direito se revela providencial à medida em que os dispositivos ambientais têm sido elaborados e incorporados no âmbito das políticas urbanas sem nenhum questionamento (LIMA, 2015). Este argumento “absoluto”<sup>20</sup> revela uma forma de compreender e operacionalizar o direito que, segundo os autores, tem servido para “encobrir” os interesses que possam estar em jogo, sendo que na verdade as políticas públicas urbanas colocam em lados opostos indivíduos que disputam os mesmos pedaços da cidade. A partir disso o Direito Ambiental aparece como o instrumento que permite organizar a “desordem” da cidade alegando que ela é decorrente da utilização inadequada dos recursos naturais. Nesse sentido, é possível identificar diversos dispositivos

---

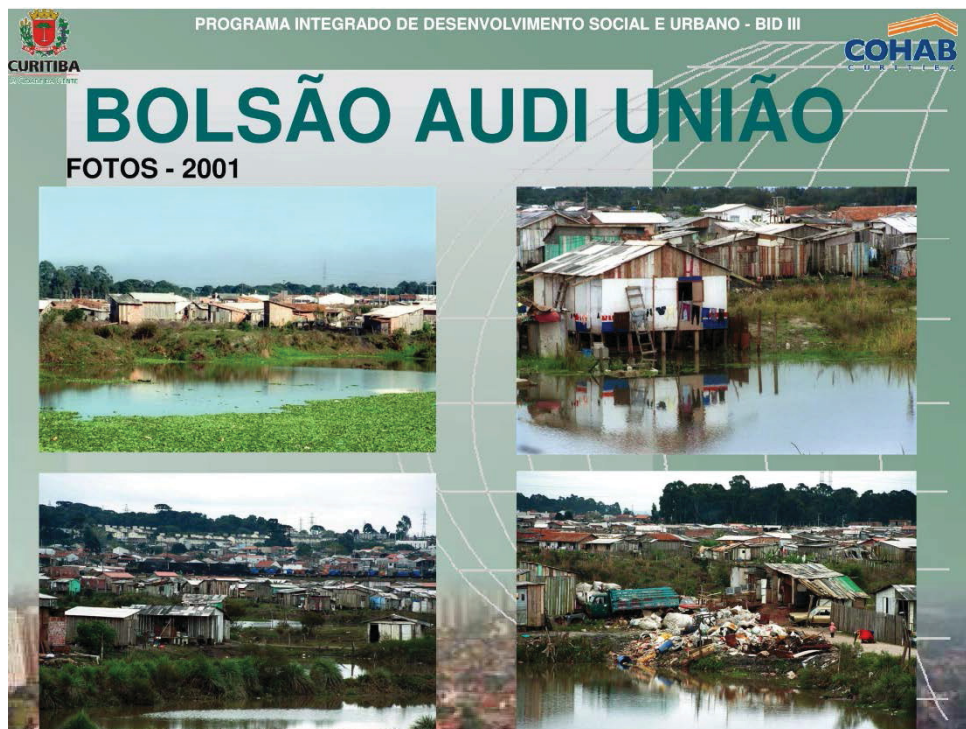
<sup>20</sup> Grifo nosso.

legais que incidem sobre a área do Bolsão, normatizando e tentando controlar o processo de ocupação:

[...] há uma incidência de diversos dispositivos legais que afetam diferentemente a Área de Proteção do Iguaçu com o objetivo de disciplinar e controlar o seu uso. A quantidade e a variedade de dispositivos legais que se apresentam e que servem para disciplinar o uso da área não representa um elemento inibidor do processo, uma vez que as famílias desconhecem tal legislação, e também porque possuem uma compreensão a respeito da preservação do meio ambiente, que difere da compreensão do poder público (LIMA, 2010 p.61).

Pautada pelo Direito Ambiental, a Prefeitura Municipal de Curitiba iniciou sua intervenção promovendo a realocação das famílias que moravam nas áreas consideradas de maior risco, dando fim a duas vilas que faziam parte do Bolsão Audi-União. Em 2003 foram retiradas aproximadamente 300 famílias que moravam da chamada "União das ilhas", houve a demolição das casas e sua transferência para Contenda, município da Região Metropolitana de Curitiba. Ainda no mesmo ano, mais de 400 famílias que moravam na vila Yasmim também foram retiradas e levadas para um terreno no Jardim Irai, loteamento ao lado da Vila Reno<sup>21</sup>.

Figura 8 – União das Ilhas (2001)



Fonte: Acervo de imagens COHAB – CT

<sup>21</sup> Sambaquí, loteamento para população de baixa renda situado no bairro Sítio Cercado, que fica localizado na zona sul de Curitiba, aproximadamente 17 km do centro da cidade e cerca de 13 km distante do Jardim Icarai.

Isso apenas confirma uma tendência em concentrar os mais pobres nas áreas mais distantes, através de operações que não contam com a participação dos que são objeto da intervenção, geralmente nem sequer são ouvidos nesses casos. A justificativa do poder público é a necessidade em proteger o meio ambiente, de preservar a APA do Iguaçu,<sup>22</sup> acompanhada por um “libelo acusatório” que imputa às famílias ocupantes todas as responsabilidades pela deterioração da área (Lima e Shiraishi Neto, 2015), embora saibamos que quando elas chegaram esta já estava arrasada devido à exploração das lavras de areia. Esta forma de considerar e tratar os excluídos como “doença” não se limita às questões ambientais; o diagnóstico do bolsão apresentado no Plano Técnico de Trabalho Social (PTTS) da COHAB-CT mantém esta orientação. A seguir veremos os dados apresentados no PTTS e os indicadores que apontam os principais problemas sociais enfrentados pela população.

### 1.3 A VULNERABILIDADE DO BOLSÃO AUDI-UNIÃO

Os dados levantados pelo PTTS orientaram a intervenção no bolsão a partir de 2007. Foi traçado um perfil socioeconômico dos moradores a partir de aplicação de questionário que visava fornecer os dados para a criação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚnico)<sup>23</sup>. Embora a meta de trabalho fosse a aplicação do questionário com todas as famílias, foram cadastradas 79,2% delas<sup>24</sup>. Quando da elaboração do PTTS em 2006, as ocupações totalizavam 2.554 domicílios, segundo o levantamento realizado pela COHAB-CT. Com base nos dados coletados foram definidos os seguintes problemas como os mais críticos:

- Ocupação desordenada e acelerada, fora dos parâmetros municipais estabelecidos pela legislação, incluindo áreas de preservação permanente e faixas de domínio institucionais.

---

<sup>22</sup> Geralmente os documentos oficiais falam em um processo de “deteriorização ambiental” para explicar as motivações dessa política, como é possível verificar no “Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente” (COHAB-CT, 2007).

<sup>23</sup> Cadastro Único do Governo Federal é um sistema que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, para que possam ter acesso aos programas Sociais do Governo Federal.

<sup>24</sup> Sobre a abstenção de 20,8%, o próprio PTTS elenca vários possíveis motivos: impossibilidade de algumas famílias em receber os agentes, pois nenhum responsável podia ficar disponível em casa; em parte do Bolsão já haviam intervenções anteriores do poder público e da iniciativa privada para regularização fundiária, e a aplicação de questionário gerou receio na comunidade em aderir ao cadastramento, que se assemelhava em muito ao realizado por iniciativas anteriores, o CADÚnico poderia ser confundido com o cadastro para moradia, visando titulação; e por fim, outro fator a considerar é a dinâmica de mobilidade típica das áreas de ocupação irregular, como casos de disputa de posse envolvendo violência entre famílias, devido à prerrogativa de atendimento com moradia para cada família cadastrada/moradora.



- Sistema viário subdimensionado e em más condições de conservação.
- Inexistência de sistema de drenagem, que aliado às condições geológicas locais, dificultava as condições de circulação na área.
- Apenas 13, 5% da população era atendida por serviços básicos: rede de abastecimento de água, rede de distribuição de energia elétrica e coleta de lixo feira porta a porta.
- Maioria das famílias dependia de ligações clandestinas de água e energia elétrica<sup>25</sup>.
- Rede de esgotos inexistente.
- Coleta de lixo feita por caçambas estacionárias na maioria das casas, o que não impedia a grande quantidade de lixo acumulada nas ruas.
- Passivo ambiental grave resultante da ocupação inadequada da APA, daí identificação da necessidade de relocação de 53% dos domicílios.
- Outros 1.537 domicílios estavam sujeitos a risco de inundação, e também deveriam ser relocados.
- Baixo padrão construtivo das habitações, em sua maioria casas de madeira reaproveitada (74%) e casas mistas (12%).
- Instalações sanitárias inadequadas em 85% dos domicílios.
- Inexistência de equipamentos sociais (escola, creche, unidade de saúde) dentro do assentamento.
- Sobrecarga em todos os equipamentos sociais do entorno.
- Atendimento precário do Transporte Coletivo, nenhuma linha de ônibus adentrava a área do complexo.
- Vulnerabilidade da população, exposta permanentemente a situações de risco físico e social advindos: violência e a todas as mazelas geradas pela pobreza, pela degradação ambiental, pela fragilidade da organização social e pela falta de identidade cultural e de referências de uma população recém-chegada a um espaço urbano em processo acelerado de ocupação e mudanças.

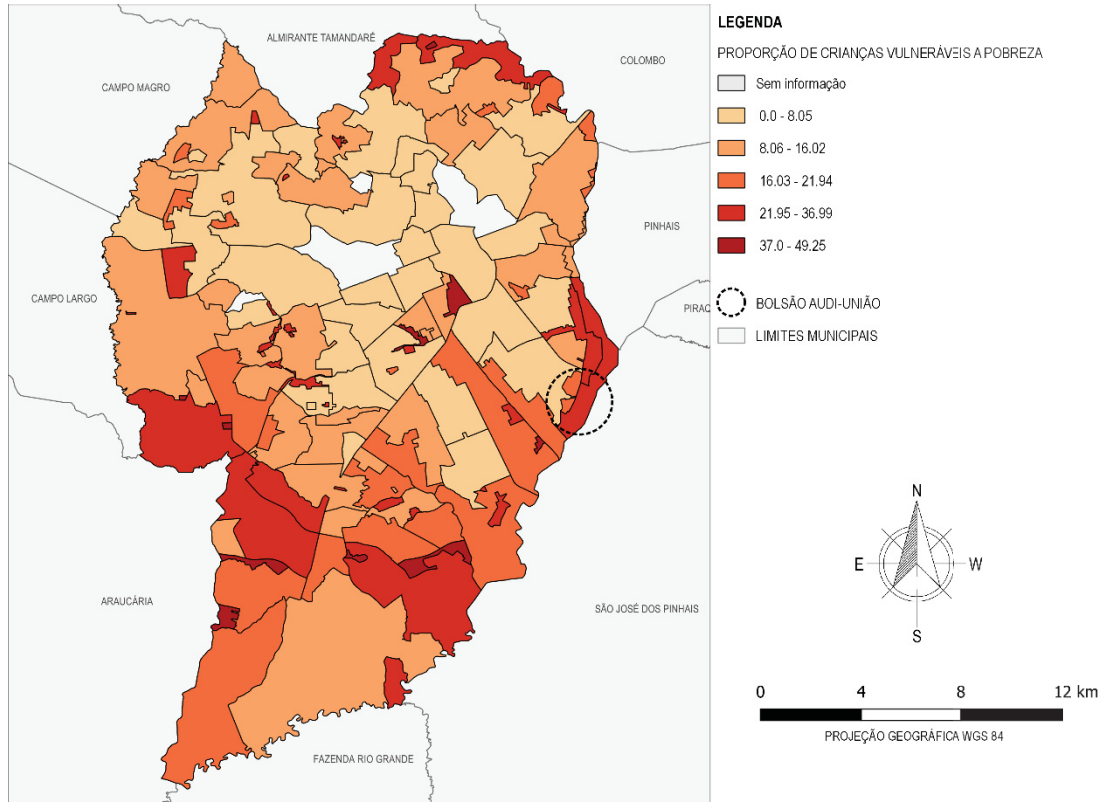
Verificava-se à época uma população predominantemente jovem, com 64,14 % de pessoas na faixa etária entre 0 e 30 anos de idade,<sup>26</sup> uma parcela significativa em idade

---

<sup>25</sup> O que significa riscos à saúde, pois grande parte dos poços que abasteciam as casas estavam contaminados, e as ligações clandestinas de energia elétrica ofereciam sérios riscos de choque a qualquer momento.

economicamente ativa, principalmente no período de inserção no mercado de trabalho. Este quadro pouco se alterou desde a época em que foi elaborado o PTTS; o que torna o bolsão uma das áreas da cidade com maior número de crianças vivendo em meio à pobreza, indicador importante para avaliar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal.

Figura 9 – Crianças vulneráveis a pobreza



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

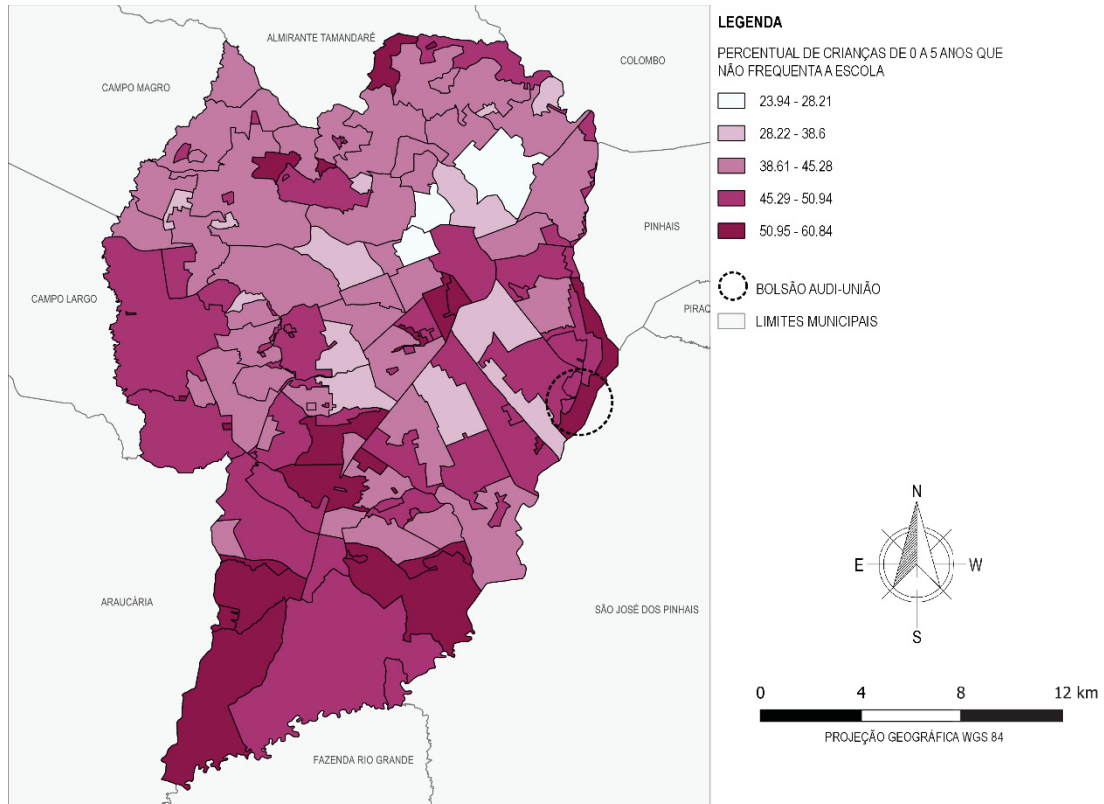
Um dos principais indicadores relacionados à juventude, a educação, ilustra bem a vulnerabilidade a que estão submetidos os moradores do complexo. O PTTS mostrava que 32,7 % da população total se encontrava estudando à época;<sup>27</sup> quanto àqueles que não estudavam à época, tínhamos o alto percentual de 48,2%. Destes, a maioria era de crianças de 0 a 6 anos, 56,9%, devido principalmente a não obrigatoriedade do Ensino Infantil, bem como o acesso limitado a um número insuficiente de vagas nos Centros de Educação Infantil. A evasão escolar acima dos 18 anos também era preocupante; 31,6% interromperam os estudos já no Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), e 23,7% entre a 5ª a 8ª série. Estes números se

<sup>26</sup> Dentre as faixas etárias de maior incidência, 21,47% da população total tinha entre 18 a 30 anos, e 19,37% entre 07 a 13 anos.

<sup>27</sup> Números que correspondem principalmente a faixa entre 7 e 15 anos, idade escolar com ensino garantido pelo poder público municipal.

mantiveram estáveis e novamente colocaram o complexo numa posição de destaque quando se olha para o IDH em Curitiba, especialmente na faixa etária entre 0 a 5 anos que não frequenta a escola.

Figura 10 – Crianças de 0 a 05 anos fora da escola



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

O PTTS apontava que a baixa escolaridade influenciava de forma decisiva na inserção no mercado de trabalho, na situação de emprego e na renda das famílias da comunidade. Cruzando os dados referentes aos titulares das famílias e cônjuges, 38,2% estavam desempregados, 28,9% eram autônomos sem previdência e 8,7% assalariados sem vínculo empregatício; número expressivo de responsáveis pelo domicílio que não estavam amparados pelo sistema de proteção social trabalhista.

Entre os chefes de família 71,8% eram mulheres e 28,14% homens, revelando a tendência em a mulher assumir titularidade do domicílio quando da dissolução dos casamentos, pois seriam as responsáveis por salvaguardar o direito dos filhos. A realidade no mercado de trabalho era desfavorável a elas tanto na situação de emprego quanto na remuneração; via de regra, os postos de trabalho que ocupavam eram em funções domésticas, consideradas de menor valor, com baixa remuneração, precarizadas e com poucas

possibilidades de ascensão profissional. A maioria delas não ganhava mais de dois salários mínimos; como algumas eram as únicas responsáveis pelos domicílios a condição de suas famílias era bem vulnerável, sendo que a situação mais grave era das titulares que não possuíam renda ou que recebiam até um salário mínimo.<sup>28</sup>

A vulnerabilidade e a pobreza que atingem essas famílias exigem uma responsabilidade cada vez maior por parte das mulheres na luta pela sobrevivência (MONTALI, 2000). O problema está em como ocorre sua inserção no mundo do trabalho, marcada pela precarização, intensificação e ampliação das formas de modalidade de exploração no trabalho (NOGUEIRA, 2004). Para muitas, o que lhes resta é entrar no mercado de trabalho informal, por tempo determinado, e/ou como trabalhadores autônomos, ambulantes, dentre outros (Rosa, 2014). Num mundo em que o aumento do número de lares sustentados por mulheres é cada vez maior, estamos diante de uma tendência de caráter profundamente excludente.

Atualmente, Antunes e Alves (2004) afirmam que o trabalho feminino atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países desenvolvidos, e que tem sido absorvido pelo capital preferencialmente no âmbito do trabalho precarizado e desregulamentado. Os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores homens, inferioridade que ocorre também com relação aos direitos sociais e trabalhistas (HIRATA, 2007). No Brasil especificamente, a PNAD (2010) demonstra que entre 2001 e 2009 o percentual de famílias chefiadas por mulheres subiu de 27% para 35%; quase 22 milhões de famílias indicam como principal responsável do domicílio uma pessoa do gênero feminino.

Mas a grande maioria destas trabalhadoras está sobrecarregada, submetidas a uma jornada dupla de tarefas domésticas e o cuidado dos filhos, como se estas fossem obrigações exclusivas delas. Segundo Dedecca (2004), menos da metade dos homens dedicam uma parcela de seu tempo aos afazeres domésticos; uma diferença que sugere menor responsabilidade do homem na organização familiar, cabendo relativamente mais às mulheres este tipo de ônus social (MOREIRA, 2013). Essa situação se agrava ainda mais quando a mulher vive sozinha com seus filhos. Segundo Carvalho (1998), aquelas que chefiam famílias arcam com uma sobrecarga de afazeres que as direcionam para trabalhos mal remunerados e, conseqüentemente, para uma vulnerabilidade econômica que afeta toda família. Esta situação

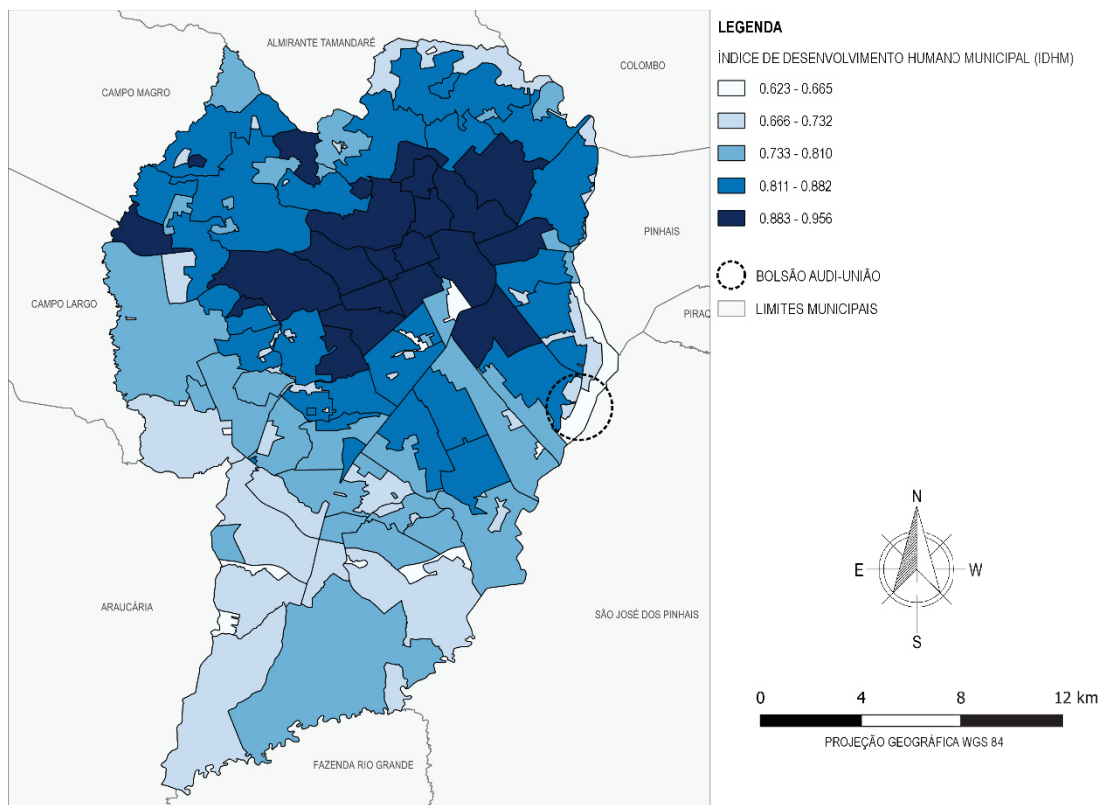
---

<sup>28</sup> Entre os titulares dos domicílios, 33,18% se declararam sem renda e 43,94% informavam renda de até 1 salário mínimo, sua renda se concentrava nas faixas até R\$ 500,00, e apenas em poucos domicílios o titular ou casal conseguia somar renda de 2 salários mínimos ou superior.

se agrava entre as mais pobres, pela absoluta falta de acesso a formas de apoio, como creches e escolas em período integral, que poderiam aliviar a sobrecarga de trabalho doméstico (CARLOTO, 2006).

Ficava claro que estas famílias enfrentariam dificuldade caso assumissem o financiamento do imóvel que estava para ser regularizado; grande parte delas inclusive já apresentava despesas maiores do que a renda informada.<sup>29</sup> Um percentual significativo não conseguia suprir suas necessidades básicas; com orçamento mínimo, procuravam prioritariamente cobrir os gastos com alimentação, e relegavam a segundo plano outras carências igualmente importantes: saúde, vestuário, educação, atividades de lazer. A precariedade de renda aliada aos índices de escolaridade contribuía para a manutenção dos níveis de pobreza, bem como a baixa expectativa de melhoria nas condições de trabalho, emprego e qualidade de vida, colocando o bolsão entre as áreas com o IDH mais baixo da cidade.

Figura 11 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

<sup>29</sup> Embora tenha sido considerada para a composição da renda a remuneração do casal, era comum nas famílias de áreas de ocupação os demais membros contribuírem para o sustento e manutenção do domicílio.

Programas sociais dos governos federal, estadual e municipal tem procurado amenizar a situação destas famílias, mas pouco puderam fazer em meio à crise que atingiu o país na última década. Segundo dados da Fundação de Ação Social (FAS), o número de famílias inscritas no CADÚnico tem se mantido em torno de 1.700, sendo a média de 3 pessoas família. A renda per capita ainda é bem baixa (a maioria não chega a R\$500 mensais), e chama a atenção a quantidade de pessoas trabalhando por conta própria; podemos especular que atuam, provavelmente, com a prestação de pequenos serviços na própria região. A minoria estudou para além do ensino fundamental, apesar de que, como é grande o número de jovens, muitos estão estudando agora.

Com o perfil socioeconômico levantado pelo PTTS e a identificação das principais carências do Bolsão, a COHAB-CT gerenciou o projeto de intervenção, que tinha como objetivo urbanizar as vilas e regularizar a situação fundiária dos imóveis. A propriedade dos terrenos na área variava; alguns eram públicos (do município e da união) e outros eram particulares; por conta disso os processos de regularização fundiária também variaram bastante.<sup>30</sup> Atualmente a situação das vilas é a seguinte: a Vila União Ferroviária é uma área consolidada, com Regularização Fundiária e Urbanização realizadas;<sup>31</sup> o Jardim União/União Reno possui previsão de Regularização Fundiária e previu o atendimento de algumas famílias com reassentamento para adequação de vias, sendo que a maioria das situações já foram atendidas; a Vila Audi já está com processo de Regularização praticamente finalizado.<sup>32</sup> O processo de regularização permitiu que fossem realizadas as obras de infraestrutura, o assunto de nossa próxima seção.

#### 1.4 AS OBRAS DE URBANIZAÇÃO

Em 2007, o então prefeito Luciano Ducci (PSB), por meio do decreto n° 894/2007, definiu parte do complexo como área de interesse público, com a função de amortecimento

---

<sup>30</sup> Uma das vilas especificamente, o Jardim União, se formou em área pertencente a particulares. Na época da ocupação em 1998, os proprietários do terreno conseguiram na justiça um interdito proibitório que impedia a regularização dos ocupantes e a execução de obras de urbanização. Mas se comprometeram a desistir do interdito caso houvesse adesão de pelo menos 80% dos moradores ao projeto de regularização supervisionado por uma empresa que prestou assessoria, a Terra Nova. A empresa atuou como intermediária entre moradores e proprietários, e a COHAB-CT participou como órgão assessor e responsável pela aprovação do loteamento.

<sup>31</sup> A regularização da área ainda está em andamento, as famílias não contempladas com escritura pública estão sendo convocadas a fazê-la.

<sup>32</sup> Sobre a situação do Jardim Icarai não há informações no relatório da COHAB-CT.

das águas pluviais, contenção de cheias, controle da degradação do solo. O objetivo era evitar a ocupação desordenada na área de risco; nesse sentido, uma das melhorias implantadas na área foi a construção de um sistema de contenção de cheias, formado por: dois diques somando 2,5 quilômetros de extensão e 1,5 metro de altura; bombas para controlar o escoamento da água; e um canal que acompanha o Rio Iguaçu ligado a uma lagoa de acumulação<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> O anexo 1 apresenta uma fotomontagem de autoria da própria COHAB-CT com uma perspectiva de como ficaria o Bolsão após o término das obras.

Figura 12 – Bolsão Audi-União: Resumo das intervenções – Projeto Final



# BOLSÃO AUDI UNIÃO

## RESUMO DAS INTERVENÇÕES - PROJETO FINAL

ESCALA: 1:15.000 - NOVEMBRO / 2010  
 PROJETO: COHAB-CT (2011)  
 ATUALIZADO EM: FEVEREIRO 2010

Fonte: COHAB-CT (2011).



Além destas obras estruturais houve a construção do conjunto Moradias União Ferroviária (MUF), em área livre no próprio complexo, para receber mais 419 da Vila Audi, que foram relocadas em maio de 2009<sup>34</sup>. O MUF possui um total de 469 moradias e faz parte do programa “Morar em Curitiba”; dessas, 419 foram executadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), através do contrato Bacia do Rio Iguaçu.<sup>35</sup> A construção das unidades habitacionais (UH) ocorreu de modo fracionado, devido a diversidade de recursos utilizados.<sup>36</sup> Como podemos observar na figura abaixo, foram deixadas 2 quadras vagas, destinadas para construção de equipamentos públicos para atendimento das famílias com serviços das políticas de saúde, educação e assistência social<sup>37</sup>. Destes serviços apenas os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI’s) previstos foram construídos; os outros ainda precisam adequar-se com seus planejamentos e orçamentos, mas seus terrenos permanecem disponíveis para o fim a foram destinados.

Figura 13 - Moradias União Ferroviária (Situação Proposta)



Fonte: Acervo de imagens da COHAB-CT.

<sup>34</sup> O anexo 2 apresenta uma fotomontagem de autoria da própria COHAB-CT com uma perspectiva de como ficaria o conjunto habitacional após o término das obras.

<sup>35</sup> Que foi possível executar devido à funcionalidade dada pelo contrato Bolsão Audi-União, o objetivo geral era propiciar o envolvimento das famílias em todo o processo de intervenção física e social, a partir das diretrizes do PAC/Moro Aqui.

<sup>36</sup> Até o final de 2012 foram construídas e 215 UH com recursos do PAC, 35 com recursos da Resolução 518 e 4 com recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), somando um total de 254 unidades entregues nos anos anteriores a 2013. Após 2013, 208 UH foram entregues, sendo 203 construídas com recursos do PAC e 5 com recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), 11 UH foram suprimidas na Quadra 01 do Empreendimento para a construção de um Barracão de Materiais recicláveis.

<sup>37</sup> O anexo 3 apresenta o conjunto habitacional logo após o término da construção das unidades habitacionais.

As UH foram construídas em lotes cujas proporções/metragens possuem tamanhos superiores ao que comumente são entregues com recursos do PAC em Curitiba<sup>38</sup>, o que permite às famílias realizar modificações.<sup>39</sup> Para construções ou ampliações até 70,00 m<sup>2</sup>, a COHAB-CT disponibiliza para o proprietário a emissão do alvará de construção simplificado, por meio do qual recebe atendimento personalizado de um profissional técnico que atua de acordo com a legislação vigente da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU).<sup>40</sup> No alvará simplificado, o próprio morador assume a responsabilidade pela construção, sendo, nesse caso, dispensável um responsável técnico. Esse alvará possibilita ao proprietário solicitar junto à SMU a vistoria para averbar sua construção.

Figura 14 – Moradias União Ferroviária (2011)



Fonte: O autor.

---

<sup>38</sup> O anexo 4 apresenta as duas opções de unidades habitacionais disponíveis às famílias.

<sup>39</sup> Ampliações ou utilização para plantio de árvores, hortas, etc.

<sup>40</sup> As famílias recebem gratuitamente orientação técnica sobre as normas e parâmetros construtivos exigidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), o projeto arquitetônico e o alvará de construção, ficando responsável apenas pela Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo CREA-PR no valor de R\$ 4,79.

Uma vez abertas e minimamente pavimentadas as ruas, o Bolsão passou a ser atendido pelo transporte público, com a expansão em 2010 da linha Vila Reno que sai do Terminal Centenário. À medida em que as obras de urbanização avançavam, a linha passava por novas expansões até chegar nos limites do Bolsão, no Jardim Icaraí. Quando criada em 1999, a linha apenas atravessava a BR-277 e encerrava seu trajeto ali. Hoje em dia existem quatro diferentes linhas atendendo as vilas do complexo.<sup>41</sup> Foram construídos equipamentos públicos, e atualmente os moradores da região contam com os seguintes: Unidade Municipal de Saúde Alvorada; Unidade Municipal de Saúde Lotiguaçu; Centro Municipal de Educação Infantil Ana Proveller; Centro Municipal de Educação Infantil Dr. Francisco Cunha Pereira Filho; Centro Municipal de Educação Infantil Professora Teruko Beltrão; Escola Municipal Marumbi; Escola Municipal Michel Khury; Escola Municipal Rachel Mader Gonçalves; Escola Municipal Professora Maria Marli Piovezan; Cras Yasmim (Centro de Referência da Assistência Social); Cras União Ferroviária; Cras Ouro Verde; Liceu de Ofícios Uberaba (Centro de Qualificação Profissional); Armazém da Família Uberaba. Além desses podemos destacar o CMEI Ruth Cardoso, o maior de Curitiba. Com 1,3 mil metros quadrados, distribuído em 10 salas, tem capacidade para atender até 260 crianças com idades até 5 anos. E o Centro de Esportes e Lazer Vila Audi União, com quase 3 mil metros quadrados de área, contando com a seguinte estrutura: anfiteatro, quadra e piscina cobertas, praça interna, cozinha industrial, estacionamento e espaço para atividades administrativas e pedagógicas.

Somando todas as intervenções executadas no Bolsão,<sup>42</sup> foram executados mais de R\$ 25 milhões em contratos, números que contrariam as previsões divulgadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba em diferentes oportunidades. Em 2009 foi divulgado um valor de R\$ 46,1 milhões. Já em 2013 aparece a soma de R\$ 38 milhões, e em outra manchete no ar atualmente no site da COHAB-CT surge R\$ 50,1 milhões em investimentos. As fontes dos recursos seriam variadas, uma parte da própria Prefeitura, outra do Ministério das Cidades e, finalmente, do governo estadual. Parece que a cifra varia de acordo com a vontade do poder público em divulgar as intervenções na área como grandes projetos urbanísticos, e promover a imagem da administração à frente da Prefeitura como eficiente no combate à desigualdade social, valorizando, sobretudo, o reconhecimento obtido através de premiações internacionais concedidas ao projeto.

---

<sup>41</sup> A linha 336-Reno transporta os passageiros até o Terminal Centenário, no bairro Cajuru e a linha 338-Centenário-Hauer faz o transporte entre os Terminais Centenário e Hauer. As demas levam os passageiros para o centro da cidade de Curitiba.

<sup>42</sup> Nos projetos Bolsão Audi-União e Bacia do Iguazu.

Também foram realizadas ações de Trabalho Social com as famílias residentes nas áreas onde foram feitas as intervenções urbanas e habitacionais do contrato Bacia do Rio Iguaçu;<sup>43</sup> elas foram organizadas em três eixos: intervenção física; sanitário ambiental; e proteção social básica. O primeiro englobou ações para sustentação da implementação das obras de construção das moradias: processo de mudanças, reassentamento das famílias, urbanização da área, titulação dos moradores, organização das comissões que acompanhariam o processo e orientações sobre o Trabalho Técnico Social, de acordo com o exposto por COHAB-CT (2007, p. 98). Para o eixo Sanitário Ambiental foram previstas ações socioeducativas que contribuiriam para a preservação ambiental, saneamento básico, coleta seletiva, higiene pessoal, etc.<sup>44</sup> E o eixo Proteção Social Básica contemplava ações de atendimento e acompanhamento familiar nos CRAS (COHAB-CT 2007, p. 98). Para além das obras estruturais e das políticas públicas de proteção social, outra área também foi central no processo de urbanização do bolsão, a segurança pública.

### 1.5 O BOLSÃO “PACIFICADO”

A área do complexo sempre se destacou nos rankings locais de violência de Curitiba, colocando o bairro do Uberaba entre os mais violentos da cidade. Para termos uma ideia, apenas em 2011 o bairro como um todo teve 53 homicídios, quase 10% da criminalidade total da cidade. Pouco mais da metade dos mortos vivia em vilas como Icarai, Ferroviária e Marumbi, três áreas do bolsão. “É como se a cada mês dois mortos fossem encontrados numa área minúscula, com dois quilômetros em linha reta, à mercê de serem encontrados pelas crianças a caminho da escola” (Gazeta do Povo, 08/09/2012). Diante de tal quadro o poder público escolheu a região para iniciar um novo programa de segurança pública do governo estadual no ano de 2012, o Programa Paraná Seguro, com a instalação da primeira Unidade Paraná Seguro (UPS). A área da UPS abrangia não apenas o bolsão, mas também as vilas próximas que teriam sentido igualmente os impactos da chacina de 2009.

A UPS foi instalada em primeiro de março de 2012, com a ocupação do bairro por policiais, e foi a primeira ação do gênero no estado.<sup>45</sup> O programa é claramente inspirado nas Unidades de Polícia Pacificadora (Upas) que existem no estado do Rio de Janeiro, embora no

<sup>43</sup> Que contempla também as áreas de intervenção do Bolsão Audi-União.

<sup>44</sup> Visando a co-responsabilidade e comprometimento dos moradores.

<sup>45</sup> Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná o programa se baseia num conceito de polícia comunitária, e consiste na instalação de bases de policiamento em localidades com altas taxas de tráfico de drogas e homicídios.

Paraná não conte com a mesma estrutura do original, pois não é acompanhado por outros serviços públicos e também não foi expandido da mesma forma<sup>46</sup>.

Figura 15 – Policiamento pós-chacina



Fonte: Gazeta do Povo (04/10/2009)

Na mesma semana, em três de março de 2012, a UPS apresentou os primeiros resultados de suas ações: seis estabelecimentos foram fiscalizados e fechados - desses, quatro receberam autuações; foram efetivadas 22 autuações administrativas gerais com multa; 13 motoristas foram abordados, e registradas 9 infrações de trânsito; no total, foram feitas 106 abordagens a pessoas; e por fim, 6 orientações a crianças e/ou adolescentes. Nos dias seguintes, foram realizadas mais três ações do gênero, mas em nenhuma houve apreensão de armas e drogas. No dia quatro de março, moradores denunciaram tortura cometida por policiais contra alguns habitantes da vila, além de relatos de tratamento ríspido por parte de alguns policiais durante abordagens nas casas.

<sup>46</sup> Atualmente existem 14 UPS no estado do Paraná, concentradas em Curitiba com 10 unidades e em sua Região Metropolitana com duas em Colombo e São José dos Pinhais, as exceções do interior são as cidades de Londrina e Cascavel. Mas todas foram instaladas no período entre 2012 e 2013 ainda durante o primeiro mandato de Beto Richa (2011-2014), o governador praticamente abandonou o programa após sua reeleição.

Em reportagem do jornal Gazeta do Povo (03/03/2012) a líder comunitária Edna Paixão da Silva dos Santos<sup>47</sup> criticou a ação por ter colocado em risco a população. Segundo ela os filhos ouviram a sirene da polícia e saíram correndo para a rua ver o que estava acontecendo, como de costume. “Quando acordei, ouvi o barulho. As crianças correram para rua para ver tudo. Poderia ter ocorrido qualquer tiroteio. É preciso avisar a gente”. Segundo a assessoria de imprensa do governo, como relatado na mesma reportagem, a operação não teria sido informada aos líderes comunitários por se tratar de um projeto piloto; inclusive esse seria o procedimento padrão da polícia, que não antecipa qualquer operação à população. Apesar de essa ser uma contradição, se consideramos que se trata de um projeto de policiamento comunitário, a assessoria informou que nenhum cidadão teria sido constrangido. Mas a eficiência da ação foi contestada mesmo assim, “desse jeito não vão prender ninguém. Os caras [traficantes] estavam hoje mesmo [sexta-feira de manhã] andando na rua aí em frente”.

Esta forma de atuação policial em bairros periféricos e nas favelas brasileiras é recorrente (CONSERVAM, 2012), e, historicamente, é marcada por relatos de uso excessivo da força; tanto que são comuns os casos de execuções sumárias e prisões onde a única testemunha é o policial que estava presente na ação. A segurança das próprias famílias vítimas desses abusos é evocada para legitimar as ações desenvolvidas por esses programas; da mesma forma como ocorre com o meio-ambiente a segurança aparece aqui como um bem comum, um argumento “absoluto”, que visa não apenas encerrar a discussão, mas principalmente inviabilizá-la. Essa é a base de uma prática que ignora e viola direitos básicos:

Utilizando-se de justificativas referentes à segurança das famílias que vivem em condições de risco, tais práticas políticas se referem um tipo de segurança pública que não respeita os direitos individuais de todos, e atua segundo uma seletividade das leis, onde estas são usadas em determinados locais e para com determinados grupos, excluindo outros do mesmo tratamento (CONSERVAM, 2012 p. 73).

Aliada à iniciativa do governo estadual, a prefeitura promoveu no fim de semana seguinte uma feira de serviços para toda a comunidade, com participação da COHAB-CT e confecção de diversos tipos de documentos básicos. Mas no dia dez de março foi registrada a primeira morte após a ocupação policial, de um rapaz morto a tiros em frente à própria casa. Como forma de intensificar a ação na área, cinco meses depois, em agosto, o efetivo policial da UPS passou de 45 para 100 homens. Enquanto a proporção média do Paraná é de um policial militar para cada 700 moradores, na área esse número cai para 400 moradores. A forma de operar da UPS foi identificada pela reportagem como parecida a um módulo policial

---

<sup>47</sup> Mais especificamente do Jardim Icarai.

com ronda, em que no máximo quatro e no mínimo duas viaturas se movimentam frequentemente pelas vilas em turnos de 12 horas, rondando até 80 quilômetros diariamente. Mas, mesmo com o aumento do contingente policial, a violência persistiu. Durante os seis primeiros meses de ocupação foram registrados 17 assassinatos ocorridos na área da UPS, segundo dados da Delegacia de Homicídios. Números que constituem uma alta taxa de homicídios, de quase um assassinato para um grupo de mil moradores, sete vezes maior que a registrada no Paraná no mesmo ano. Embora sejam índices ainda menores que os registrados nos primeiros oito meses de 2011, quando 25 pessoas foram assassinadas.

O delegado da Homicídios, Rubens Recalcatti, revelou em entrevista à Gazeta do Povo (10/09/2012) que ocorreram principalmente crimes relacionados à luta por território do tráfico de drogas. Mas também crimes passionais e resultantes de assalto, como latrocínio. Dentre os crimes relacionados ao tráfico, no final de semana do sete de setembro ainda de 2012, foi executado Ezequiel dos Santos, conhecido como “Kel”, de 21 anos. O jovem estava entre os suspeitos de terem participado da chacina que mencionamos anteriormente, que fora dos principais motivos para escolher o Bolsão a área de implantação da primeira UPS. A polícia reconheceu que o tráfico de drogas não desaparece apenas com a instalação da UPS, tanto que o responsável pelo programa, coronel César Alberto Souza, admitiu que o comércio de entorpecentes ainda era o principal problema do lugar: “Aqui tem tudo para ser tão ‘perigoso’ quanto a Vila Isabel ou tão tranquilo quanto o Água Verde. Acontece que 98% das pessoas que moram aqui, nessas condições, são pessoas boas, trabalhadoras. Mas tem os 2% que vão delinquir” (Gazeta do Povo “Não existe mágica contra o crime”, 10/09/2012).

Apesar de reconhecer que a minoria dos moradores se dedica a atividades criminosas, a fala do coronel vai no mesmo sentido apontado por Caldeira (2000), dos discursos sobre a violência e o medo que fazem referências a nordestinos, negros, pobres e favelados. Essas categorias são construídas com uma função de não reconhecimento, que apoia os abusos das instituições da ordem contra indivíduos que se encontram nelas. Os espaços urbanos que esses grupos ocupam são considerados reduto da promiscuidade, de marginais e criminosos, foco de doenças, local de tráfico e consumo de drogas, dentre tantos outros adjetivos pejorativos, e por isso devem ser eliminados.

A UPS teria alterado a rotina não apenas do Bolsão, mas do bairro do Uberaba como um todo. Historicamente, os moradores dividem o bairro em duas partes, a “de cima” e a “de baixo”, tomando como referência a Avenida das Torres. A parte de “cima” do bairro se caracteriza pela presença marcantes de condomínios fechados, desde os de alto padrão até os destinados à classe média baixa com poucos sobrados geminados.

Figura 16 - Condomínio de sobrados germinados 2011



Fonte: O Autor.

Mas independente da faixa de renda a qual se destinam estes empreendimentos imobiliários, ambos obedecem a mesma lógica de garantir, acima de tudo, a segurança de seus moradores. Para Caldeira (2000), a expansão destes espaços representa a emergência de um novo estilo de vida, que os enxerga como lugares de prestígio e *status*. Quando dizemos que representam um novo estilo de vida urbano, estamos nos referindo não apenas a formas das construções e projetos, mas também a novas formas de sociabilidade e a novas formas dos indivíduos, moradores ou não, compreenderem e viverem a cidade. Se eles são símbolos de *status* e reconhecimento social, espaços como o Bolsão são considerados reduto de marginais e criminosos.

[...] os habitantes desses espaços são tidos como marginais. A lista de preconceitos contra eles é infinita. São considerados intrusos: nordestinos, recém-chegados, estrangeiros, pessoas de fora e que não são na verdade da cidade. São também considerados socialmente marginais: diz-se que têm famílias divididas, que são filhos de mães solteiras, crianças que não foram criadas devidamente. Condena-se seu comportamento: diz-se que usam palavrões, são sem-vergonha, consomem drogas e assim por diante. De certo modo, tudo o que quebra os padrões do que se considera boa conduta pode ser associado a criminosos, ao crime e a seus espaços. O que pertence ao crime é tudo o que a sociedade considera impróprio (CALDEIRA, 2000 p. 80).



Essa associação do crime aos espaços periféricos funda uma cultura que compreende como sinônimos o combate à criminalidade e o ataque aos habitantes desses espaços, os mais pobres<sup>48</sup>. Além disso, também acredita no uso da violência como única forma de evitar de forma eficaz o crime; eis o porquê de quanto mais violenta a polícia, mais eficaz ela é, o que explica o apoio popular aos abusos de poder. Quando observamos a atuação das instituições da ordem pelo país a fora identificamos ações que apoiam e reforçam o desrespeito aos direitos civis, ou seja, as práticas do poder público vão no mesmo sentido que as práticas violentas.

A parte identificada como mais rica do bairro, o “Uberaba de Cima”, passou a ser foco de ações policiais na região. A justificativa oficial seria de que os criminosos da região estariam se escondendo na parte “superior” do bairro e moradores dos arredores estariam “descendo” para comprar drogas no “Uberaba de Baixo”, principalmente na área do bolsão. Neste quadro, os moradores mais abastados passaram a exigir a mesma frequência policial da UPS, e a área de atuação teria sido ampliada, desde o “Uberaba de Cima” até a região da Avenida Salgado Filho.

O trabalho da Polícia Militar (PM) na UPS não era apenas de patrulhar a área e se preocupar com o tráfico; alguns moradores iam à sede da unidade em busca de informações, como números de telefone de órgãos públicos. Durante uma observação autorizada para realização de uma reportagem a fala do tenente Bruno Bora atesta isso: “Aqui, 10% é realmente problema policial. Os policiais intermediam brigas de vizinho, discussões de casais, casos de perturbação do silêncio à noite” (Gazeta do Povo, 08/01/2011). E numa tentativa de aproximação com a comunidade, a PM promovia reuniões mensais com a mesma; apesar de ampla divulgação, até mesmo com convites impressos, poucos moradores compareciam. O que não prejudicava sua aprovação popular: em pesquisa realizada à época pela Regional Cajuru – à qual pertence o complexo – junto a 300 moradores apontou que 74% identificavam o que seria uma UPS, e 97% aprovavam a iniciativa. Mesmo com o relativo sucesso do programa, ele foi perdendo força nos últimos anos com a passagem de quatro secretários diferentes pela Segurança Pública do Estado.

A região permaneceu como uma das mais violentas da cidade; os moradores se acostumaram a viver com medo e no fogo cruzado entre polícia e criminosos. De acordo com Caldeira (idem), a violência se firma como um elemento constituinte do nosso meio urbano. Para a autora, o aumento da sensação de insegurança advindo do aumento da criminalidade

---

<sup>48</sup> Ela associa o crime à pobreza, às drogas, à ausência de estrutura familiar e à ausência de autoridade.

afetou o cotidiano e gerou uma “fala do crime”. Essa é capaz de regular a vida dos indivíduos, reorganizar suas práticas cotidianas e suas relações de sociabilidade, da mesma forma que também produz preconceitos e estereótipos, contribuindo para novas formas de segregação espacial e discriminação social.

Os sérios problemas que atingem o bolsão até hoje, fazem passar despercebida sua ótima localização, entre a BR 277 e a Avenida das Torres. A avenida, especialmente, faz parte do importante eixo que liga o Aeroporto Internacional Afonso Pena em São José dos Pinhais à Rodoviária no centro de Curitiba. Esta localização foi considerada estratégica, sobretudo durante o período pré realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, quando Curitiba foi uma das cidades sede. Todas as cidades sedes tiveram importantes obras de mobilidade urbana incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento da Copa (PAC-Copa), e às margens do Rio Iguaçu foi construída uma importante obra, o Parque do Centenário da Imigração Japonesa. Nossa próxima seção trata especificamente do impacto destas obras.

#### 1.6 AS OBRAS PARA A COPA 2014

Construído com o objetivo de promover o turismo ambiental e cultural, foi implantado o Parque do Centenário da Imigração Japonesa, localizado dentro da APA do Rio Iguaçu<sup>49</sup>. O parque possui uma área de 500 mil m<sup>2</sup>, com um lago de 250 mil m<sup>2</sup>, centro de apoio, área de lazer, canchas esportivas e ciclovia. Além de fazer parte do conjunto de obras de urbanização e revitalização do bolsão, o parque teve parte de sua obra financiada por projeto do Governo Federal que visava a qualificação turística das cidades-sede da Copa de 2014. Segundo a prefeitura, o parque teria sua concepção pautada no discurso ambiental, com os seguintes objetivos: promover a “reestruturação socioambiental” com a requalificação de áreas consideradas degradadas na região; valorizar a área como um todo; embelezar a paisagem; dinamizar o mercado imobiliário local; e impedir novas ocupações irregulares. Do ponto de vista arquitetônico, a estrutura em aço e vidro remete à imagem de um navio, meio de transporte utilizado pelos imigrantes japoneses para chegar ao Brasil. E a parte superior da edificação remete à imagem de um leque, um dos símbolos da cultura nipônica. Em seu interior, a obra representa o símbolo do Paraná, uma Araucária.

---

<sup>49</sup> O anexo 5 apresenta uma fotomontagem de autoria da COHAB-CT com uma perspectiva de como ficaria o Bolsão após o término das obras do parque.

Até sua inauguração em dezembro de 2012, a obra passou por vários problemas em sua execução, principalmente no que diz respeito a seu orçamento, que teve de ser revisto e superado várias vezes durante as obras.<sup>50</sup> Levantamento feito pelo Comitê Popular da Copa 2014 aponta que o parque custou mais de 10 milhões de reais. Eles chegaram a este valor por meio da análise de leis municipais que tratam de valores de desapropriações, obras e outras providências para a realização do parque. Como as aberturas de crédito adicionais especiais e suplementares para a construção,<sup>51</sup> que elevou o custo da obra em 2012 para R\$ 9.259.750,09, valor ao qual deve ser acrescido o valor relativo às desapropriações, num total de R\$ 1.004.857,30.<sup>52</sup> Como o parque faz parte das obras de infraestrutura turística realizadas para a Copa, não está presente em nenhum dos relatórios dos projetos desenvolvidos pela COHAB-CT no bolsão; mas, se considerarmos que sozinho custou aos cofres públicos o mesmo valor de todo o projeto do Bolsão, todas as leis que trataram dos recursos destinados às obras tiveram um impacto muito grande sobre a cidade, e deveriam ter um processo de tramite mais transparente.

Além da questão dos valores, ainda tivemos controvérsias no que diz respeito ao reassentamento das famílias que moravam na área do parque. A Prefeitura Municipal de Curitiba informou em notícia publicada em seu site oficial em 05/11/2012 que foram transferidas 855 famílias do Jardim Icarai<sup>53</sup> para a instalação do parque; mas, novamente, temos aqui dados que se contradizem. No relatório do projeto do bolsão, a COHAB-CT informa que foram identificadas em 2006, antes das obras de urbanização, 687 famílias residindo em todo o local. Esse número é inclusive maior do que o número total de famílias realocadas desde o início do complexo, contabilizando aquelas que moravam na “União das Ilhas” e na vila “Yasmin, ocupações que deixaram de existir após as operações de retirada. Acreditamos que essa é uma questão muito importante para ser tratada de tal forma pelo poder

---

<sup>50</sup> O Ministério do Turismo em 2009 anunciou que a obra custaria 975.000,00. Em reportagem de março de 2013 foi anunciado o montante de 3,8 milhões. Mas Segundo entrevista realizada com funcionário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente pelo Comitê Popular da Copa, em maio de 2013, a obra estaria sendo reajustada de 5 milhões para o valor de 5,5 milhões.

<sup>51</sup> Previstos nas leis ordinárias municipais n. 12.748/2008, 12.820/2008, 13.157/2009 e 14.009/2012.

<sup>52</sup> Previsto na Lei n. 12.749/2008, no entanto, esta importância se refere apenas às desapropriações dos imóveis de Indicação Fiscal n.88.249.002.000 a 88.249.029.000, 88.250.023.000, 88.250.024.000, 88.250.030.000, 88.250.032.000 e 88.255.013.000. O decreto de desapropriação n. 1469/2007 prevê as referidas indicações fiscais e acrescenta as seguintes: 88.255.020.000, 88.255.133.000, 88.255.140.000 e 88.255.141.000. Tal condição permite supor que o Município empregou mais receita com desapropriações, além do valor previsto na Lei n.12.749/2008, ressaltando que não foram computadas as despesas necessárias à realização das realocações das famílias.

<sup>53</sup> A área do Jardim Icarai concentrou o maior número de famílias que foram reassentadas moravam às margens das cavas do Rio Iguaçu, devido as chuvas sofriam com inundações, alagamento e situações que favorecem a transmissão de zoonoses.

público, pois se trata das vidas de milhares de pessoas que já se encontravam em situação muito precária; a transparência quanto a seu destino era o mínimo a se esperar desse caso.

E além de todas estas irregularidades envolvendo a construção do parque, ele nunca funcionou plenamente após sua inauguração em 2012. Seu centro de apoio permaneceu fechado para o público, pois, segundo a Prefeitura, seu projeto arquitetônico estaria incompleto. O espaço permaneceu praticamente abandonado até 2017, quando foi assumido pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), sendo requalificado e passando a abrigar na estrutura que deveria ser do centro de apoio o “Memorial do Rio Iguaçu”. Sua reinauguração foi em março de 2018 por conta das festividades do aniversário de Curitiba, em uma nova parceria entre Prefeitura e o Estado do Paraná. Segundo a Sanepar, o objetivo é trabalhar a educação ambiental através de cursos de capacitação, palestras e eventos voltados à temática, focando na história e nos aspectos geográficos do Rio Iguaçu. A questão ambiental aparece, mais uma vez, como justificativa que procura encobrir todos os problemas que houveram na execução de uma grande obra urbanística, problemas de ordem financeira e social, principalmente.

A escolha de Curitiba como uma das cidades sede da Copa de 2014 não foi vista como uma oportunidade apenas pelo poder público; o mercado imobiliário também se agitara no período. Algumas construtoras já haviam voltado seus olhos e investimentos para a região enquanto aconteciam as obras de urbanização; mas uma obra especificamente se destaca por demonstrar uma transformação de seu uso quando já estava praticamente concluída. Estamos falando do Hotel Bristol Portal do Iguaçu, localizado na Rua Velcy Bolívar Grandó, 645, esquina com a Av. Comendador Franco. Estrategicamente no eixo Aeroporto–Rodoferroviária, à 4km do aeroporto e 12Km do centro da cidade, ao lado do Parque da Imigração Japonesa.

No local do atual hotel haviam as obras do condomínio residencial Parques do Iguaçu, pertencente à construtora Opcional Engenharia e Construções Ltda. Quando a obra estava 95% concluída, a rede de hotéis Slaviero fez uma proposta à construtora para adaptar a obra a um empreendimento hoteleiro em função da localização. A Opcional solicitou à rede de hotéis concorrente Bristol que fizesse um segundo estudo de viabilidade e custo. A nova proposta foi considerada melhor, mesmo com adaptações encarecendo o empreendimento em R\$17 milhões, além dos R\$10 milhões investidos inicialmente.

Figura 17 – Condomínio “Parques do Iguaçu” em construção (2011)



Fonte: O Autor.

A construtora se responsabilizou pelas modificações no projeto e pelo processo burocrático para aprovação da alteração de uso junto ao poder público, enquanto a rede Bristol ficou responsável pela administração pós-finalização. A Prefeitura Municipal de Curitiba permitiu a alteração de uso habitacional para habitacional transitório 2, com base em parecer do Conselho Municipal de Urbanismo, que abria possibilidade de alteração de uso baseado no fato do empreendimento possuir testada tanto para a Rua Velcy Bolívar Grandó quanto para a Av. Comendador Franco. Desta forma, apesar de estar num Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS), o terreno possui testada para o Setor Especial Comendador Franco (SE-CF), o que permite esse tipo de uso. Mas uma olhada no mapa de zoneamento de Curitiba mostra que o terreno está integralmente situado em um SEHIS, que a lei municipal determina às finalidades em habitação de interesse social, sem qualquer previsão de uso para atividade hoteleira.<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> Art. 29. O Setor Especial de Habitação de Interesse Social - SEHIS compreende as áreas onde há interesse público em ordenar a ocupação por meio de urbanização e regularização fundiária, em implantar ou complementar programas habitacionais de interesse social, e que se sujeitam a critérios especiais de

Figura 18 – Condomínio “Parques Iguaçu” em construção (2011)



Fonte: O Autor.

A construtora investiu, assim, em um empreendimento mais rentável do que habitações populares,<sup>55</sup> enquanto o poder público expandiu a rede hoteleira da cidade no contexto da aproximação da Copa de 2014. A obra a princípio estava voltada para a demanda por habitação de interesse social na área, incluída no programa Minha Casa, Minha Vida. Atenderia, pelo menos, 96 famílias com o número de apartamentos do projeto original; no entanto, após as mudanças, o prédio de apartamentos foi transformado em um hotel com 136 unidades. Inclusive 15 dos 60 apartamentos já prontos haviam sido vendidos, mas a construtora comprou os apartamentos financiados pelos moradores após as alterações, com uma valorização de 50% para evitar possíveis processos por parte dos compradores.

---

parcelamento, uso e ocupação do solo. Que além de não permitir empreendimento como um hotel, apresenta-se destinado a uma parcela específica da sociedade.

<sup>55</sup> Pois os baixos salários das camadas populares não possibilitam uma margem de lucro tão atrativa quanto o empreendimento no ramo hoteleiro.

Figura 19 – Bristol Portal do Iguaçu Hotel (2019)



Fonte: O Autor.

Esse caso em específico, do conjunto habitacional que se transforma em um hotel para atender aos interesses de investidores, nos mostra um pouco da dinâmica que procuramos compreender aqui: como a cidade se urbaniza a partir da relação entre os espaços irregulares e os regularizados, por meio do mercado imobiliário.

Figura 20 – Bristol Portal do Iguazu Hotel (2019)



Fonte: O Autor

Para além da atuação do mercado imobiliário, a intervenção estatal transformou o complexo Bolsão Audi-União em uma vila que pertence oficialmente ao bairro do Uberaba, o Jardim Parque Iguazu. A integração modificou inclusive a configuração do bairro, atualmente a distinção entre “Uberaba de cima” e “Uberaba de baixo” não toma mais como referência a Avenida das Torres, mas a linha do trem que separa o antigo bolsão do resto do bairro. E “baixo” não se refere mais à uma localização geográfica apenas, mas principalmente à condição econômica da região, ainda mais pobre do que as vilas mais antigas. Para quem mora fora do bolsão não existem diferenças entre as vilas, mas cada uma delas possui sua própria identidade; os moradores se referem primeiramente àquela em que residem do que ao complexo como um todo; eis nosso próximo foco: a apresentação de nosso objeto de estudo específico, a Vila União Ferroviária.

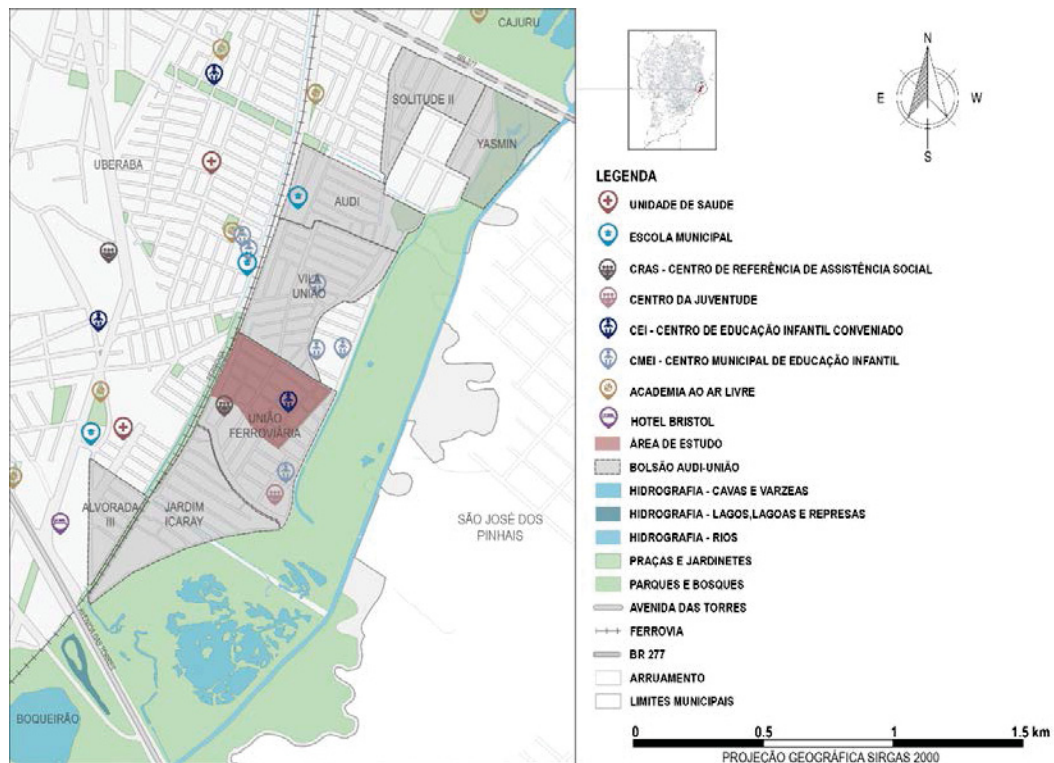
### 1.7 CONHECENDO A VILA UNIÃO FERROVIÁRIA

A Vila União Ferroviária está localizada dentro do complexo entre a Vila União e o Jardim Icarai; seus limites são as ruas José Laurindo de Castro e Fernando Antonio Alberti. Mas nosso recorte de pesquisa se restringe ao foco inicial de ocupação, entre as ruas Fernando Antonio Alberti e Antonio Tortato. Tanto os moradores que participaram do movimento, e que ainda residem na vila, quanto o poder público não sabem precisar ao certo a data de



chegada dos primeiros ocupantes, apenas indicam o período entre outubro a novembro de 1998 como o mais provável; alguns moradores se recordam que a ocupação teria ocorrido num final de semana prolongado, devido a um feriado, o que limita as especulações a duas possibilidades: 10 a 12 de outubro ou 31 de outubro a 02 de novembro.

Figura 21 – Localização da Vila União Ferroviária



Fonte: IPPUC (2019)

Não podemos dizer que o movimento que ocorreu na Vila União Ferroviária foi uma ocupação realizada nos moldes dos movimentos sociais que lutam por moradia; as lideranças não estavam ligadas às entidades e organizações que construíam a luta pela moradia na cidade, apenas visavam atender suas demandas individuais por moradia. Todas as famílias que participaram ficaram sabendo que ocorreria a ocupação através de redes de amizade e parentesco, que passaram a notícia no boca-boca, e a preparação se deu em encontros informais entre as pessoas que se dispuseram. Isto limitava a mobilização aos membros desta rede de relações; tanto que, apesar do alto déficit habitacional à época em Curitiba, inicialmente a adesão foi pequena, contando apenas com cerca de 40 pessoas.

Não havia uma organização estruturada, com uma direção ou coordenação formalmente instituída; apenas um dos ocupantes fazia as vezes de líder, se tornando na sequência o primeiro Presidente da Associação de Moradores, conhecido simplesmente pela alcunha de “Coxinha”. Também não houve um processo de consulta entre os participantes que

o elegeisse como líder, nem uma aclamação unânime que reconhecesse atributos ou feitos que justificassem sua liderança. O que supostamente o capacitava como dirigente teria sido seu protagonismo, em dar dado início à rede de relações que difundiu e organizou minimamente a ocupação.

Da mesma forma que sua liderança foi imposta, “Coxinha” fez prevalecer sua vontade ao escolher dois participantes para o ajudar a dirigir o movimento, Simão e Ceará. Junto a eles começou a medir os “lotes” e a dividir as quadras, além de reservarem espaço para as primeiras ruas. As primeiras ruas a serem abertas receberam nomes que possuíam significado para as pessoas que estavam vivendo naquele contexto; uma foi identificada pela alcunha de quem dividiu os lotes da quadra, outra, por fazer a ligação com as demais vilas do complexo, fazia alusão ao desenvolvimento da região, ao progresso. Atualmente as nomeações informais foram substituídas por nomenclaturas oficiais atribuídas pelo poder público, escolhidas pelos vereadores da cidade quando do início das obras de regularização, e poucos moradores se lembram dos nomes originais ou de seus significados.

Figura 22 – Arruamentos da Vila União Ferroviária



Fonte: IPPUC (2019)

Nesse princípio da ocupação, os três tomaram posse de vários terrenos para vendê-los, em seguida às famílias, que chegavam, dando início a um mercado imobiliário informal

dentro da ocupação. Vários dos primeiros moradores seguiram os exemplos dos três, e logo não havia mais terrenos livres, cada nova família que chegava tinha de pagar por aquele que pretendia tomar posse. Esse mercado era informal não apenas pela ausência de documentos legais que garantissem a permanência das pessoas nos lotes, mas também pela cotação dos mesmos.

Quando do início das negociações, os primeiros loteadores se reuniram e definiram tanto o tamanho quanto o preço dos lotes; as medidas deveriam ser de 10m x 20m e o preço seria de 50 reais por cada um deles. Mas com o tempo tanto o tamanho quanto o preço mudaram, pois as necessidades dos ocupantes se impuseram sobre as definições iniciais. Os proprietários perceberam que o tamanho dos terrenos poderia ajudar a atender suas necessidades quando fosse o caso, pois as famílias precisavam apenas de espaço suficiente para erguer uma casa pequena e modesta, já que não tinham condições financeiras de construir moradias espaçosas. Então um terreno era dividido pelos próprios moradores e virava dois, daí grande parte deles passou a medir 5m x 20, essa prática foi tão difundida que foram poucos os terrenos que mantiveram a medição original. Ao mesmo tempo em que a família tinha lugar para morar, ainda podia fazer algum dinheiro com o único bem que possuíam, por vezes o dinheiro conseguido com a venda de metade do lote ajudava inclusive na construção da casa.

Em média, os terrenos eram vendidos no início da vila por valores entre 50 e 60 reais<sup>56</sup>; mas os ocupantes determinavam seu preço influenciados, não pelos preços praticados pelos demais ocupantes, mas sim pela quantia que consideravam suficiente para atender as necessidades eleitas que definiam como mais “urgentes”. Assim, os lotes, por vezes, eram trocados por tv’s, bicicletas e outros bens de valor equivalente. Em alguns casos, o que determinava o preço do terreno era a ocasião de fazer um churrasco; então bastava ao interessado no terreno bancar comida e bebida que o negócio estaria fechado.

Uma casa bem construída era a principal forma de valorizar uma propriedade; conforme os barracos de compensado eram substituídos por casas de madeira e alvenaria, as propriedades foram aumentando consideravelmente de valor. Mas nem todos conseguiram aproveitar uma boa valorização dos terrenos; muitos dos primeiros moradores queriam um retorno mais rápido, ocupar, vender e partir para uma nova ocupação; não à toa poucos dos primeiros ocupantes permaneceram no local.

---

<sup>56</sup> Com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, os valores atualizados para os dias atuais seriam de R\$ 178,50 e R\$214,20 respectivamente.

O funcionamento desse mercado imobiliário informal era minimamente organizado pela Associação de Moradores, que, na ausência de contratos ou escrituras, confeccionava uma carteirinha que atestava a posse de lote na área. Essa tinha o custo de 5 reais<sup>57</sup> à época e, segundo a diretoria da associação, seriam destinados a custear as despesas, que não eram muito claras para seus associados. Nenhum destes “especuladores” enriqueceu graças a estas negociações; podemos dizer, no entanto, que tiveram ao menos suas necessidades atendidas, pois o “lucro” que cada um buscava não era exatamente financeiro. Para muitos desses moradores, a posse de mais de um terreno era a melhor oportunidade de conseguir um meio de transporte para ir ao trabalho (uma bicicleta), um aparelho de TV para assistir à novela ou o jogo de futebol. O cálculo que definia o preço dos terrenos era feito a partir de necessidades básicas e desejos simples, cotidianos, mas que significavam muito para essas pessoas.

Claro que com o passar do tempo os terrenos foram se valorizando financeiramente; os moradores foram, aos poucos, melhorando as condições de suas casas, trabalhando eles próprios nos finais de semana e horas de folga. Os primeiros barracos de madeira foram cedendo lugar a casas de alvenaria e sobrados, que agregavam cada vez mais valor às propriedades. Além disso, a consolidação da ocupação também contribuiu decisivamente para esta valorização, com a realização de obras estruturais como a chegada da luz elétrica e da água tratada, e, finalmente, com a regularização da posse dos terrenos. Da ocupação, passando para a vila, até o novo bairro, o mercado imobiliário também foi se desenvolvendo consideravelmente. Atualmente, o preço de um terreno permite aos proprietários satisfazer não apenas necessidades mais urgentes, mas também sonhos e ambições maiores, como veremos a seguir na trajetória de outras famílias.

Levantamento realizado pelo Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDUR) da UFPR, entre outubro a dezembro de 2018, com os atuais moradores das quadras mais antigas da Vila União Ferroviária, traz alguns dados que nos ajudam a resgatar a dinâmica do funcionamento do mercado imobiliário informal da ocupação<sup>58</sup>. Num universo de 92 entrevistados os achados mais relevantes para nosso estudo foram os seguintes: apenas sete pessoas informaram que suas famílias participaram da ocupação inicial; Três pessoas ganharam o terreno de alguém que ocupou (um do sogro e outro da tia). 86,95% dos entrevistados/as possuem casa própria; 10,8% pagam aluguel e 2,1% não informaram. Dos 92

---

<sup>57</sup> Com base no IPCA este valor atualizado para os dias atuais seria de R\$ 17,85.

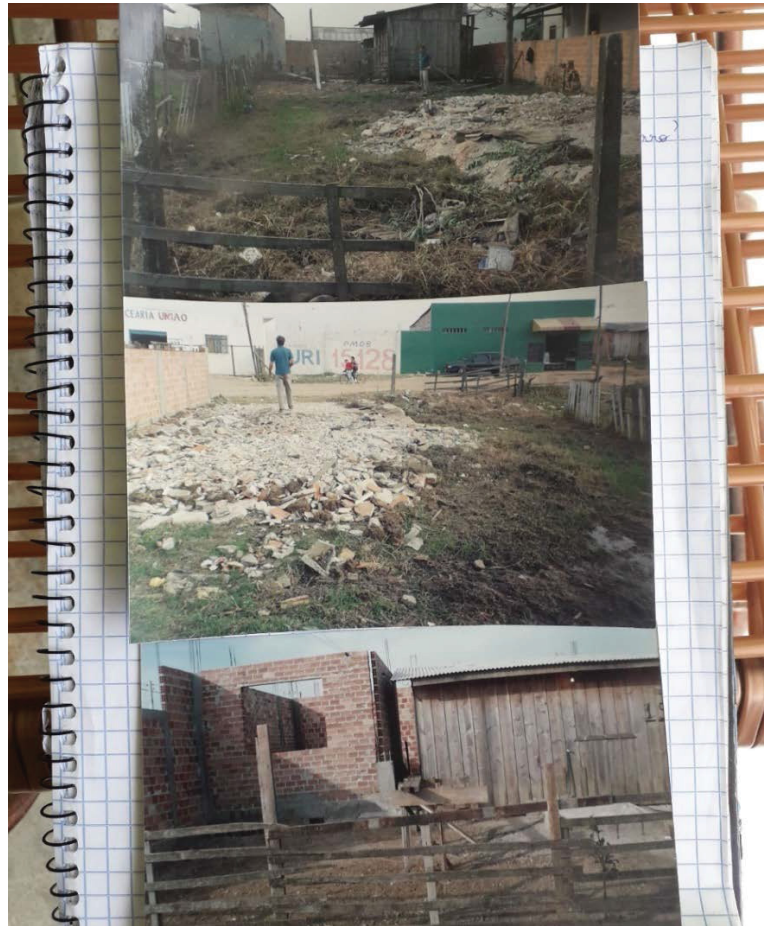
<sup>58</sup> O objetivo da ação foi coletar informações que poderiam servir de base para projeto de extensão desenvolvido pelo PDUR na vila, foi elaborado questionário quantitativo que foi aplicado nas casas com um representante de cada família.

moradores/as entrevistados/as 81,5 % das casas estão regularizadas; 5,4 % estão irregulares; 2,1% estão ainda no processo de regularização e 10,8 % não informaram a situação. Dos/as entrevistados/as 10 pessoas moram de aluguel, uma delas não informou o valor. A média do valor do aluguel é de R\$ 650,00. 42,39% das casas são chefiadas por mulheres, 31,52% pelos homens, 8,96% pelo casal e 17,39% não informaram.

A estrutura era bem precária; os serviços básicos como água e luz eram inexistentes; o que levou os moradores a improvisar por meio dos chamados “gatos”. Esses são ligações clandestinas, feitas junto à rede pública mais próxima do local em questão. Mangueiras para água e fios de luz ultrapassavam os limites da ocupação para além da linha do trem, que nunca deixou de funcionar como uma espécie de fronteira, separando não apenas a ocupação da área legalizada, mas também de toda a cidade de Curitiba. No entanto, essas ligações não traziam água e luz elétrica com a mesma qualidade e intensidade que levavam às casas das pessoas que moravam fora da ocupação; por vezes, a energia elétrica caía no meio de um banho, e a água não vinha com a mesma pressão e intensidade de uma ligação normal.

No mesmo sentido outra benfeitoria que necessitava da iniciativa coletiva dos moradores era o aterramento dos lotes, pois, como havia várias cavas, era impossível construir as casas sem antes aterrar os lotes com vários caminhões de terra e calça. Da mesma forma que nas redes clandestinas, os custos eram divididos entre os ocupantes, que se reuniam em pequenos grupos de vizinhos e pagavam motoristas de caminhões que traziam restos de construções de regiões próximas para jogar na área, ao custo de 5 reais por caminhão. Quanto à estrutura de cada moradia, as primeiras casas não passavam de barracos constituídos por poucas placas de compensados cobertos por algumas folhas de Eternit.

Figura 23 – Aterramento dos lotes (data não informada)



Fonte: Acervo dos moradores

A urbanização da vila teve início em 2003, com a instalação dos primeiros postes de luz. Essas primeiras obras estruturais representaram não apenas a chegada da luz elétrica; também significaram o reconhecimento por parte do Estado da consolidação e da legitimidade da ocupação. A seguir, a água tratada e a rede de esgoto começaram a ser instaladas; bem como a pavimentação das ruas e a construção dos primeiros aparelhos públicos localizados dentro da própria vila; por fim, a construção de casas populares, visando atender os moradores em áreas mais precárias. O próximo passo foi o início dos processos de regularização da posse dos terrenos, que ainda está em curso. Tanto a construção das casas quanto o processo de regularização foram executados pela COHAB-CT, marcando uma aproximação e reconhecimento definitivo da área pelo poder público (principalmente o municipal).

Esta pauta do reconhecimento aproximava a ocupação do caráter dos movimentos sociais que surgiram no país durante o processo de redemocratização nas décadas de 1970 e 1980; esses se colocavam como uma camada popular mais participante e estavam longe de contestar o *status quo*; ao invés disso, lutavam por seu reconhecimento dentro da sociedade política e pela superação de suas carências (BEGA, 1999). Suas principais pautas eram

melhorias nas suas condições básicas de vida; por seu direito à diferença ou pela possibilidade de acesso aos serviços públicos, seus esforços estavam voltados para uma inserção crítica no modelo de sociedade capitalista vigente. Em meio a esses movimentos, a pauta da moradia é, sem dúvida, uma das mais avançadas, pois estabelece uma disputa que é tanto simbólica, quanto pragmática, em torno da luta por moradia e cidadania; ao mesmo tempo que nega a propriedade privada também carrega um grande simbolismo (POLLI e GUSSO, 2013). Nas últimas décadas as ocupações se tornaram prática recorrente dos movimentos por moradia, o seu *modus operandi*. Geralmente contam com apoios externos; grupos, entidades e até mesmo outros movimentos sociais cumprem um papel de assessorar com o conhecimento técnico necessário para superar as dificuldades. Na Vila União Ferroviária quem desempenhou esse papel foi a igreja católica.

## 1.8 A MISSÃO DOS ROGACIONISTAS

Vários estudos apontam as ações da Comissão Pastoral da Terra, da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como centrais para a articulação dos movimentos sociais populares que despontaram após o fim da ditadura civil-militar em 1985 (BEGA, 1999). Segundo Polli e Gusso (2013) os movimentos por moradia em Curitiba, particularmente, são profundamente marcados por um caráter “relacional” com estas organizações religiosas, principalmente com as CEBs. A ordem religiosa que atua na Vila União Ferroviária desde os tempos da ocupação é a dos Padres Rogacionistas, que já estava presente no bairro do Uberaba há várias décadas, sempre com uma atuação próxima aos movimentos sociais na cidade. O primeiro contato foi no ano de 2000, quando a igreja promoveu as “Santas Missões Populares”, ações de evangelização que eram realizadas diretamente nas comunidades, nas casas dos fiéis. Os rogacionistas tinham a orientação de levar as missões às áreas mais carentes; como já sabiam da existência das ocupações na região do Bolsão, se dirigiram para lá; mas, diante do quadro que encontraram, decidiram ampliar sua atuação na área. Os moradores começaram a se reunir para rezarem os terços nas casas, e começaram a realizar as atividades para arrecadar dinheiro em prol da construção da capela. As obras logo tiveram início e se encerraram em 2002 com a inauguração da capela Santo Aníbal na rua Doutor Magnus Sondhal 234.

Figura 24 – Construção da Capela Santo Aníbal (2001)



Fonte: Acervo dos moradores.

Essa construção se mostrou importante, pois, após, seu término foi reconhecido pelo Governo Estadual como uma demonstração da consolidação da ocupação enquanto uma vila. Isso a qualificou para receber fornecimento de luz elétrica por meio do Programa Luz Para Todos,<sup>59</sup> que levava energia a cidades e comunidades carentes pelo Estado inteiro.

---

<sup>59</sup> Implementado durante os dois governos sucessivos de Roberto Requião (2003-2010).



Figura 25 – Celebração do Corpus Christi na capela em construção (2001)



Fonte: Acervo dos moradores.

A orientação dos rogacionistas é próxima dos princípios da Teologia da Libertação e das CEBs, que podemos definir como progressista, e elenca como prioridade o trabalho junto às comunidades mais pobres.<sup>60</sup> O principal papel assumido pelas igrejas católicas nestas áreas é a caridade, que atribui um significado religioso à doação de bens aos mais necessitados; embora o discurso católico progressista não atribua lugar central à caridade, a carência dessas populações torna as doações<sup>61</sup> uma ajuda considerável na sua luta por sobrevivência. Outro

<sup>60</sup> Apesar destes esforços, o movimento das CEBs pelo Brasil afora não conseguiu trazer um número expressivo de novos fiéis vindos destas comunidades, não tendo sido capaz de conter os avanços dos pentecostais, na própria vila eles são bem expressivos e a cada ano são abertas novas igrejas, em quase todas as quadras encontramos alguma delas, inclusive de origens estrangeiras.

<sup>61</sup> Alimentos, roupas, brinquedos, etc.

exemplo de entidade da igreja católica bem presente junto às comunidades mais pobres é a Pastoral da Criança,<sup>62</sup> que busca, via ações de baixo custo, atuar junto a famílias carentes.

Figura 26 – Visita da Pastoral da Criança às casas dos moradores



Fonte: Acervo dos moradores.

Na vila, a atuação da igreja foi significativa de várias maneiras. O pároco à época de sua chegada era o Padre Lédio; ele foi protagonista de muitas mobilizações pela regularização da área. Numa dessas, convidou alguns moradores mais atuantes para formar um grupo que representaria a comunidade junto às autoridades na ausência da associação de moradores, que praticamente inexistia.<sup>63</sup> O papel do Padre Lédio foi decisivo para o grupo: além de convidar e articular os membros, seus contatos com movimentos sociais da cidade foram muito importantes. Um desses era o ex-vereador Adenival Gomes (PT), que na época em que teve mandato na câmara municipal de Curitiba (2003-2004) representou os movimentos populares

<sup>62</sup> Fundada no norte do Paraná em 1983 pela médica e sanitarista Dra. Zilda Arns Neumann, seu principal objetivo é garantir o desenvolvimento integral das crianças desde o ventre materno, desenvolvendo para isso três ações básicas: Visita Domiciliar, Celebração da Vida e Reunião de Reflexão e Avaliação. Conta com mais de 150 mil voluntários que mensalmente acompanham cerca de 735 mil famílias, estes voluntários moram nas próprias comunidades, cada um deles acompanha de 10 a 15 crianças, para isso recebem formação e treinamento em aulas e no material de apoio próprio do “Guia do Líder”.

<sup>63</sup> Uma destas reuniões foi com o administrador da Regional do Cajuru para apresentar a situação precária em que viviam as famílias, esta foi uma das primeiras vezes que os moradores foram recebidos pelo poder público.

de luta pela moradia. Ele foi o autor do primeiro projeto que propunha a urbanização da área; mas, como não foi aprovado à época, fora posteriormente reapresentado e aprovado por outro vereador.

A principal linha de intervenção dos rogacionistas sempre foi o atendimento prioritário às crianças e adolescentes do bolsão; o que ocorria e ainda ocorre de forma complementar à atuação das Irmãs Ursulinas, a primeira ordem religiosa católica a se estabelecer na Vila União Ferroviária em 2000, com a fundação da creche “Recanto Feliz”. Os padres criaram a Obra Social Santo Aníbal (OSSA) em 2003 no terreno da capela; eles trabalhavam com as crianças assim que completavam 06 anos de idade e deixavam de ser atendidas pela creche, oferecendo atividades socioeducativas no contraturno escolar.

Figura 27 – Celebração do Corpus Christi na capela em construção (2001)



Fonte: Acervo dos moradores.

Os rogacionistas desenvolveram diversas ações enquanto definiam qual seria o seu público alvo, ou mesmo o tipo de intervenção que promoveriam. Fomentaram uma cooperativa de catadores de papel, uma padaria comunitária e a manutenção de um espaço comunitário. A igreja comprou o maquinário de panificação, fornecia o espaço e, através de convênio com o Governo Federal, oferecia cursos de capacitação para os interessados em trabalhar na padaria comunitária. Inicialmente funcionava de forma improvisada, em uma sala

do prédio ainda em construção da OSSA; após algum tempo foi construída em terreno próximo dentro da vila uma casa que seria lugar para cursos e o funcionamento de iniciativas sociais, a “Casa da Paz”. O projeto contou com a participação apenas de mulheres que tinham seus filhos atendidos no início do funcionamento da OSSA.

Essas iniciativas adotavam os princípios da Economia Solidária e contaram com assessoria de outros movimentos sociais populares da cidade. Os chamados “Empreendimentos da Economia Solidária” (EES) compreendem as experiências cuja principal característica é a conjunção da economia com a solidariedade (Ferrarini, 2018). Suas modalidades variam bastante: pequenas unidades produtivas, associações de beneficiamento ou apoio à produção familiar, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, cooperativas de trabalho, de comercialização e de consumidores ou usuários de serviços de saúde, educação etc., iniciativas de comércio justo, finanças solidárias, clubes de troca etc<sup>64</sup>.

Experiências como a da padaria comunitária da Vila União Ferroviária são muito comuns, principalmente no que diz respeito à participação feminina. Os EES desenvolvidos por mulheres frequentemente são na área da alimentação, costura e manutenção de roupas e panos, saúde, serviços de tratamento (creches), educação, entre outros. Enquanto a identidade do homem trabalhador está associada ao trabalho assalariado formal, as representações dominantes sobre a identidade feminina estão ligadas ao papel de mãe, esposa, dona de casa, as aproximando dos grupos que se reúnem na vizinhança do espaço doméstico, que operam com lógicas e valores mais próximos aos seus costumes (NOBRE, 2003). Na maioria das vezes, as mulheres são as primeiras vítimas do desemprego e da desigualdade; assim, os empreendimentos solidários se revelam uma oportunidade efetiva para enfrentar essa realidade (OLIVEIRA, 2008). Segundo Guérin (2005), muitos desses são dirigidos e destinados às mulheres devido a necessidade de muitas em conciliar a vida profissional com a familiar, e a dificuldade de ter acesso a propriedade e ao crédito ser maior para elas do que para os homens; por isso não é raro serem as primeiras a se mobilizarem e se auto-organizarem. Dessa forma, essas diferentes iniciativas devem ser entendidas como uma resposta às necessidades cotidianas da grande maioria delas.

---

<sup>64</sup> As primeiras iniciativas que reivindicam a Economia Solidária como um movimento organizado surgiram durante os anos 1980, como uma resposta ao aumento do desemprego e à precarização das condições de vida e de trabalho que marcaram esta década. Setores populares começaram a se organizar a partir de experiências coletivas de geração de trabalho e renda, como forma de resistir ao modelo econômico e político concentrador de riqueza e afim de propor formas alternativas de produção da vida material e social, que ao mesmo tempo também pudessem lhes garantir fontes de subsistência e uma nova sociabilidade.

O movimento se diferencia da luta operária clássica; enquanto essa se localiza no âmbito das relações entre capital e trabalho, a Economia Solidária acrescenta a luta pelo trabalho autogestionado e emancipado, se inserindo assim no debate dos novos movimentos sociais (GOHN, 2011). Além disso, acrescenta a dimensão produtiva à luta social, entendendo que a condição de pobreza a que estão submetidas significativas parcelas da população torna a subsistência parte das práticas emancipatórias e dos processos educativos das classes populares.

Apesar das potencialidades serem muitas,<sup>65</sup> existem limites que também devem ser apontados. Para Wellen (2008) os idealizadores do movimento concebem o uso do capital como uma escolha individual, o que define as vontades humanas como independentes das determinações do capital. Essa seria uma justificativa ideológica de que o capital não representa uma força ativa na totalidade social, e seria induzido de acordo com a subjetividade de cada um dos seus portadores. Uma vez definido o uso individual do capital como principal causa das desigualdades sociais, fica implícita a ideia de que é determinado pelo uso particular. Não aparece mais como uma força social que gera determinações, mas como condicionado pelo emprego feito pelas pessoas, o que produz uma análise moralista da sociedade. Isto significaria que são as utilizações particulares feitas do capital, e não as determinações da universalidade da lógica do capital, que configurariam a sociedade.

Devido a essa compreensão da realidade, os idealizadores acreditam na possibilidade das organizações integrantes do movimento se localizarem nos interstícios do sistema capitalista, esquecendo que no capitalismo contemporâneo a organização monopólica da vida social tende a preencher todos os interstícios da vida pública e privada; não apenas os setores ligados diretamente à produção capitalista são aprisionados pelos interesses do capital, mas também as demais esferas sociais. Concebem a comunidade de forma romantizada, como a panaceia da emancipação humana; uma mistificação que pensa as relações comunitárias como livres das determinações do capitalismo. A ‘economia solidária’ teria força suficiente para forjar de forma independente um tipo de racionalidade peculiar. O autor identifica nessa concepção um elevado grau de voluntarismo, advindo de uma posição filosófica idealista. As contradições sociais não teriam sua causa no capital como uma relação social, mas

---

<sup>65</sup> Ferrarini (2018) considera que os ganhos dos EES não se restringem à dimensão econômica, pois a provisão da subsistência é acompanhada de efeitos virtuosos, extraeconômicos e sistêmicos advindos da cooperação. Para Guérin (2005) cumprem três funções intersticiais: em primeiro lugar desempenham um papel de justiça de proximidade; em segundo lugar constituem espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; e em terceiro lugar contribuem com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil.

exclusivamente na vontade egoísta do seu portador. Nesse sentido, sendo seu detentor um indivíduo de valores solidários, o capital conseqüentemente também seria solidário.

Para além das concepções do movimento, Lima (2006) crítica os efeitos práticos dos EES. Com a crise econômica das últimas décadas, e o decorrente processo de precarização, emergiram duas formas de gestão muito comuns entre os mais pobres: a informalidade e os empreendimentos solidários. Estes empreendimentos fundamentam-se em uma contradição: se de um lado geram empregos e autonomia aos trabalhadores, de outro são funcionais ao sistema capitalista de produção. Eles acentuam o caráter da flexibilização e da precarização do trabalho, com as cooperativas criando postos de trabalhos flexíveis para atenderem grandes empresas quando essas precisam; as padarias comunitárias, por exemplo, fornecendo pães para empresas como terceirizados na área de alimentação. Os EES podem significar tanto autonomia quanto precarização: autonomia quando o trabalhador autogestionado garante as condições necessárias de vida, trabalho e direitos; porém esses aspectos são limitados por seu caráter informal.

Diante destes limites e potencialidades, as políticas de fomento ao empreendedorismo dos pobres têm impacto mais rápido e sustentável quando articuladas ao incentivo de formas de organização social dos próprios empreendedores, que os capacitem a atuar como sujeitos políticos. Sua possibilidade de sucesso também é maior quando os envolvidos possuem predisposições culturais prévias, vincadas em padrões de mutualidade e, do ponto de vista das lideranças, da partilha de valores alternativos e de ideais de transformação social (GAIGER, 2004). Isto implica na formação de uma identidade aglutinadora e na superação das estruturas sociais de dominação que pesam sobre eles (ABRAMOVAY et al., 2003). Tais ações acabam politizando o empreendedorismo, o colocando como um elemento de luta social com dimensões emancipatórias.

Podemos facilmente ver como o papel dos assessores é muito importante nesse sentido; ainda mais quando são eles fomentadores, como aconteceu na padaria e na cooperativa de catadores de papel na Vila União Ferroviária com os padres rogacionistas. O objetivo da cooperativa, a princípio, era aliviar ao menos um pouco o sofrimento das famílias envolvidas com a coleta de material reciclável que moravam na região. Seria uma forma de preservar mulheres e crianças; os homens continuariam na coleta enquanto mulheres ficariam no barracão fazendo a separação do material, e as crianças ficariam brincando. Os padres fizeram contato com síndicos de condomínios fechados próximos no bairro do Uberaba, e foram fechadas parcerias por meio das quais os condomínios reservariam seu lixo exclusivamente para os catadores da cooperativa. Se esperava, assim, que eles não

precisassem mais percorrer longas distâncias em uma jornada exaustiva, carregando muito peso.

Os responsáveis identificaram as famílias que dependiam da coleta de materiais; as chamaram para uma conversa, onde expuseram a ideia da cooperativa como algo que ia de encontro às suas necessidades; depois de mais alguns encontros formaram a equipe inicial e deram início aos trabalhos. A igreja alugou um barracão na rua Dr. Maguns Sondhall, onde funcionaram por dois anos. Os rogacionistas fizeram uso de sua rede de contatos com outros movimentos sociais e trouxeram outras entidades para ajudar no desenvolvimento do projeto. O Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo (CEFURIA) deu alguns cursos em Economia Solidária, e a Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná mandou alguns estudantes bolsistas para assessorar com conhecimento técnico em áreas como contabilidade e administração. Esses contatos trouxeram ganhos inclusive na organização política dos catadores, que participaram de espaços dos movimentos populares, não apenas na cidade, mas até no estado, chegando a participar da romaria da terra.

Aos poucos, a cooperativa foi se firmando; foram comprados, novamente com recursos da igreja, uma prensa de papel e uma Kombi para facilitar os trabalhos. Mas depois de um ano e meio as obras da OSSA foram concluídas e os rogacionistas decidiram voltar seus esforços e recursos para sua prioridade original, o atendimento a crianças e adolescentes; foram saindo de cena para dar mais autonomia aos catadores e deixaram de pagar o aluguel do barracão, e, apesar de ainda manterem a parceria com os condomínios, conseguiram se manter por apenas mais seis meses. Da mesma forma que para as mulheres da padaria comunitária, a dinâmica de pagamentos comprometia o sustento das famílias cooperadas, e foi um fator decisivo para o encerramento de suas atividades.

Os catadores ainda não haviam alcançado a autonomia que os permitiria andar com as próprias pernas. Tanto a cooperativa quanto a padaria foram EES por terem partido da iniciativa da igreja; necessitavam de um acompanhamento não apenas no treinamento dos participantes, mas principalmente no que diz respeito a criar laços fortes entre eles, de reforçar os sentidos da coletividade. Lembramos, aqui, os apontamentos de Geiger e Abramovay, sobre ações e fatores que aumentariam as chances de construir empreendimentos politizados e sustentáveis, que conseguissem alcançar todas as potencialidades da “Economia Solidária”. Apesar de se mostrarem necessárias, não foram os moradores que tiveram essa percepção, e não haviam na vila iniciativas coletivas que tivesse criado neles a predisposição a trabalharem juntos. Posturas como esta dos padres rogacionistas são frequentes em experiências pelo país afora (DAGNINO, 2009), em que proposições e conhecimentos tendem

a ser definidos e desenvolvidos a partir do modelo cognitivo de atores externos às demandas, e não a partir da visão de mundo dos excluídos, ainda que tais assessores estejam sensibilizados pela causa. Apesar de bem intencionadas, essas iniciativas acabam se revelando ineficazes ao identificar “necessidades sociais” que não são de fato necessidades sentidas pelos excluídos. Tais posturas dos agentes externos, apesar de bem intencionadas, podem ser definidas como paternalistas, assistencialistas e, no limite, autoritárias.

Nesse sentido, faltou sensibilização quanto às condições da ocupação de catador de papel e das próprias famílias envolvidas, principalmente no que diz respeito à remuneração (MOTA 2017). Por terem pouco controle sobre a estrutura da cadeia produtiva dos recicláveis, ficam reféns de intermediários comerciais, os “atravessadores”. Esses controlam a estocagem e encaminhamento do material coletado para as indústrias de reciclagem; por consequência, tem o poder de impor o valor a ser pago e as condições exigidas pelo material coletado, apropriando-se de grande parte do excedente produzido na coleta pelos catadores individuais. Além disso, a renda dos catadores sofre fortes variações de acordo com o movimento do dólar e dos preços internacionais das *commodities* relacionadas aos principais produtos que coletam: petróleo (plástico), minério de ferro, alumínio, celulose, etc. Levando isso em consideração, fica difícil para qualquer catador conseguir segurar algum valor do que recebe para fazer uma poupança, já que não sabe quanto receberá ao final de seu dia de trabalho. Na vila, tanto a cooperativa quanto a padaria comunitária sofreram com a dinâmica de pagamentos dos EES, que se mostrou muito rígida. A condição das famílias não os permitia esperar uma semana para receber a sua parte do dinheiro gerado; de modo que haviam praticamente dois tempos distintos que estavam fora de sincronia: enquanto o tempo da sobrevivência das famílias era diário, o tempo dos EES era semanal.

Somada aos baixos rendimentos, também há a precariedade característica das relações informais que regem o trabalho dos catadores, que não lhes dá o acesso a uma série de direitos trabalhistas e dificulta seu reconhecimento pelos órgãos da administração pública. A informalidade se mostra ainda mais preocupante quando consideradas as condições de risco para a saúde desses trabalhadores, uma vez que não possuem qualquer seguro social para o caso de acidente ou doença que os impossibilite de trabalhar por um período. Esta é uma contradição que já apontamos nos EES: ao mesmo tempo em que estimulam a autonomia dos envolvidos, aprofundam a precariedade em que vivem por manterem o caráter informal de suas atividades. Essa informalidade também é uma das causas da alta rotatividade dos participantes de cooperativas de catadores: como muitos deles estão no limiar do mercado de trabalho, é comum alguns abandonarem a experiência coletiva quando conseguem emprego



formal, embora também seja esperado seu retorno se novamente ficarem desempregados. A cooperativa da vila sofreu baixas assim. Mulheres que eram cooperadas preferiram trabalhar com registro em carteira para o atravessador que tinha um barracão do outro lado da rua; os direitos trabalhistas representavam para elas um ganho expressivo. Outros motivos que afastam os catadores especificamente destes empreendimentos são enumerados por Mota (2017):

Vários motivos para a baixa adesão ao trabalho coletivo, dentre os quais podem ser citados: i) muitos catadores preferem atuar sozinhos em nome de uma suposta – e por que não dizer, ilusória – autonomia na gestão de seu tempo e do resultado de seu trabalho; ii) há uma desinformação muito grande quanto às exigências para constituição de cooperativas e associações; iii) o processo de criação desses empreendimentos exige conhecimento técnico especializado, tanto na sua constituição quanto na sua gestão, o que requer dos catadores o estabelecimento de parcerias que lhes garantam o assessoramento técnico necessário; iv) muitos catadores enxergam as cooperativas como um agente externo e não como organizações formadas e geridas por eles próprios, que são os verdadeiros donos do empreendimento (MOTA, 2017, p.245).

Para vencer a desconfiança e trazer mais pessoas para os EES, tanto trabalhadores quanto agentes externos que trabalham na assessoria devem enfrentar um quadro que aprisiona quem vive nele. Embora a informalidade deixe as famílias desprotegidas e suscetíveis a uma série de problemas, eles não se apresentam exatamente como novidade para elas, diante da situação de vulnerabilidade em que já vivem.

Segundo Leal (2010), as catadoras estão excluídas de todas as políticas públicas, relegadas ao esquecimento, formando parcelas vulneráveis e subalternas da população, das práticas de cidadania. Daí serem bandeiras recorrentes das que se organizam no Movimento Nacional de Catadores os direitos trabalhistas e sociais mais amplos, bem como por outros benefícios para a categoria, principalmente os direitos à Previdência especial e aos serviços socioassistenciais (Moreira, 2013). E as circunstâncias sob as quais realizam esse trabalho lhes são muito desfavoráveis, realizando a parte mais pesada que os homens. A coleta e a separação exigem um esforço extra na medida em que só se realizam mediante esforço físico e dispêndio de energia, além de muitas horas de dedicação às tarefas (LEAL, idem). Contudo, muitas de suas famílias dependem exclusivamente dessa renda, que sustenta maridos desempregados, filhos e por vezes até os netos.

A superação deste quadro poderia se dar justamente com a ação política das cooperativas, que tornariam os catadores e catadoras sujeitos políticos autônomos e emancipados, com status de cidadãos reconhecido pelo poder público. Em muitos casos pelo país isso ocorre com as experiências mais bem sucedidas de cooperativas que adotam os princípios da “Economia Solidária”; mas, infelizmente, na Vila União Ferroviária não houve

um passo mais decisivo no sentido da politização de homens e mulheres que participaram do projeto, em nenhuma oportunidade eles se colocaram como representantes da comunidade na reivindicação por direitos básicos. Após o encerramento de suas atividades não era possível identificar novas lideranças que pudessem, por exemplo, participar da diretoria da associação de moradores, ou de qualquer iniciativa semelhante ao grupo criado por Padre Lédio.

Com o fim dessas experiências, os rogacionistas voltaram seus esforços integralmente para o atendimento das crianças e adolescentes das famílias locais, com uma equipe formada por assistentes sociais, pedagogos e educadores que ministram oficinas que vão desde teatro e música até artesanato. Atualmente as Irmãs Ursulinas atendem as crianças até os 05 anos de idade; os rogacionistas, com a OSSA, continuam as acolhendo dos 06 até os 16 anos, abrindo 180 vagas todos os anos. O atendimento que prestam é muito importante para as famílias, que podem deixar os filhos aos cuidados das instituições durante o horário em que estão trabalhando. As matrículas podem ser feitas até mesmo por famílias que não se confessam católicas. Como a procura é grande o único impeditivo é mesmo o número de vagas; em caso de lotação é aberta uma lista de espera. A demanda de atendimento às crianças permanece alta assim como a vulnerabilidade em que vivem grande parte das famílias.

Figura 28 – Capela Santo Anibal e OSSA (2009)



Fonte: Gazeta do Povo (20/11/2009)

As ações dos rogacionistas assumem o mesmo caráter paliativo das promovidas pelo poder público. Nenhuma das duas instituições consegue modificar aspectos estruturais que mantem a precariedade da vila; tanto que o Bolsão Audi-União ainda é popularmente conhecido como uma favela de Curitiba. Mas após a regularização fundiária e as obras de urbanização o complexo perdeu muito do aspecto que permitiu às pessoas o identificarem assim; hoje podemos dizer que ele é mais um bairro pobre na periferia da capital paranaense.

Figura 29 – Rua Helena Carcereri Piekarski (2016)



Fonte: O Autor.

Grande parte de seus moradores iniciais já não reside mais ali, o mercado imobiliário funciona como em qualquer bairro da cidade. As vilas ainda possuem algumas ruas que mantem o traçado dos tempos de ocupação; mas a maioria delas já passou por benfeitorias e estão asfaltadas. Apesar de todas as condições adversas que enfrentaram, essas pessoas conseguiram estruturar suas vidas enquanto construíram suas casas e a Vila União Ferroviária. Da mesma forma que os moradores das demais vilas, como Lima (2009) identifica no Jardim Icarai:

Tudo ali é (re)aproveitado e (re)inventado, assemelhando-se a uma grande colcha de retalhos, onde cada fragmento, cada pedacinho de material “sem valor”, passa a ter utilidade e compor o todo. Nesse lugar, importa salientar, tudo ou quase tudo foi construído pelas famílias, na ausência do Poder Público Municipal. Desde o aterramento das cavas e das lagoas, a abertura e aterramento das ruas e toda uma “infraestrutura mínima”, como a abertura e aterramento das ruas, instalação da água e da energia elétrica por meio artesanal e clandestino (LIMA, 2009 p.62).

Figura 30 – Antes e depois Vila União Ferroviária (2001 e 2018)



Fonte: ACERVO PDUR

Vamos nos focar na atuação desses moradores, porque mais do que identificar a integração do bolsão à Curitiba, precisamos compreender como isto ocorreu. Não basta nos atermos aos elementos estruturais que determinaram o desenvolvimento das vilas; devemos nos voltar para as pessoas que viveram essa história, aos sentidos que elas atribuem aos determinantes que condicionaram suas ações. Assim chegaremos à dinâmica da articulação dos espaços formais e informais que ocorre durante o processo de urbanização da cidade. A partir do próximo capítulo procederemos nesse sentido. Para compreendermos como bolsão se incorpora às áreas mais antigas do Uberaba e aos demais bairros do município, precisamos primeiramente compreender que cidade é essa que produz espaços como Vila União Ferroviária, o Jardim Icarai e as demais vilas que fazem parte do Bolsão Audi-União.

Se nos restringíssemos aos aspectos macroestruturais como as obras de urbanização e o reconhecimento oficial com o nome de Jardim Parque Iguaçu verificaríamos a integração do bolsão à Curitiba de forma evidente, porém não entenderíamos como isto ocorreu. Os indicadores sociais apontam que a área ainda permanece uma das mais pobres da cidade, e que a situação de vulnerabilidade de seus moradores permanece bem grave. Sua demanda por moradia foi atendida mas muitas questões não foram resolvidas, como a violência e a questão ambiental.

O bolsão se incorporou à cidade mas isto não quer dizer que seus moradores tem acesso a toda a estrutura urbana e aos direitos que os demais habitantes da cidade, portanto, podemos dizer que isto não ocorreu de forma plena. Pra compreendermos o porquê desta incompletude, precisamos apreender a dinâmica da articulação entre os assentamentos informais e formais que ocorre durante o processo de urbanização da cidade, suas potencialidades, limites e contradições. Temos assim uma nova questão a responder: que cidade é essa que inclui em sua malha urbana as ocupações irregulares ao mesmo tempo em que mantem seus moradores excluídos socialmente? No próximo capítulo conheceremos melhor a cidade de Curitiba procurando responder esta questão.

## 2 CAPÍTULO 2 – CURITIBA A METRÓPOLE PLANEJADA

Dedicaremos o presente capítulo para respondermos a indagação que acabamos de colocar sobre Curitiba, começando pelo estado da arte sobre a urbanização da cidade. Durante muito tempo tida como cidade modelo, a capital paranaense foi objeto privilegiado de pesquisa da sociologia urbana brasileira, veremos obras que discutiram a origem e os sentidos dessa denominação, e sua influência sobre o processo de urbanização nas últimas décadas. Ao contrapormos as teses destes autores esperamos chegar a um reposicionamento desta simbologia, que nos permita avançarmos para uma caracterização da metrópole em que se tornou a cidade.

Mas para alcançarmos tal intento, devemos também abordar estudos que consideram o papel das ocupações irregulares como o Bolsão Audi-União em meio ao processo, que destacam sua participação na conformação do tecido urbano tal qual o conhecemos atualmente. São trabalhos que trazem o impacto da proliferação deste tipo de assentamento para além da vulnerabilidade a que estão submetidos seus moradores, demonstram sua influência na direção em que se dá a expansão da malha urbana e na forma espacial que a cidade assume. Indicam fatores principalmente de ordem econômica como determinantes do fenômeno, trazendo para a discussão o contexto das mudanças recentes na economia paranaense e a dinâmica de funcionamento do mercado imobiliário informal em toda a Região Metropolitana.

Concluimos com um histórico das políticas públicas de habitação popular implementadas no município pela COHAB-CT, o que nos possibilita verificarmos a forma com que o poder público municipal tem lidado com o problema, se há uma perspectiva de superação nos próximos anos, e como isso se reflete na configuração da cidade. Nosso objetivo é identificar a existência ou não de uma linha política para a área, tomando o Estado também como um importante agente na promoção ou enfrentamento da exclusão.

### 2.1 A CIDADE MODELO

As mudanças ocorridas nos últimos quarenta anos na cidade de Curitiba chamaram atenção de vários pesquisadores, que tomaram sua urbanização como objeto, procurando compreender o processo por meio da análise de suas principais características, de seus elementos e das ações dos seus principais atores. Os principais estudos sobre a urbanização de Curitiba deixaram em segundo plano a discussão acerca do rápido crescimento da cidade e

suas fontes,<sup>66</sup> ao invés disso, detiveram seus esforços na análise da dinâmica interna do processo. Elegeram como principal temática o planejamento urbano, tomando como pressuposto sua eficiência técnica; foram discutidas suas consequências políticas e sociais, relacionadas com o processo de produção da cidade brasileira. Vejamos então os principais momentos da história do urbanismo curitibano.

A primeira intervenção no sentido de ordenar a cidade como um todo veio apenas, em 1943, com o Plano Agache.<sup>67</sup> O plano foi elaborado pelo urbanista francês Alfredo Agache, como o primeiro plano diretor da cidade. Em termos gerais, esse plano concentrou-se em três grandes áreas:

1. Saneamento: drenagem dos banhados, canalização dos rios e ribeirões e construção da rede de abastecimento de água e coletora de esgotos; arborização de ruas e avenidas, criação de parques nos extremos da cidade e de um horto municipal;
2. Circulação: descongestionamento do centro da cidade e criação das perimetrais externas;
3. Órgãos funcionais: construção de um centro destinado às atividades administrativas, criação de um centro comercial, de um centro militar e de uma cidade universitária na periferia da cidade.

Com o crescimento da cidade, o Plano Agache foi atualizado e aprovado pela Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda. associada ao escritório do urbanista Jorge Wilhelm do Rio de Janeiro em 1966, dando origem ao Plano Diretor – Plano Preliminar Urbanístico – vigente até hoje. Segundo pesquisa do IUPERJ (1973), justamente durante esse período teve início o verdadeiro processo de planejamento urbano de Curitiba,<sup>68</sup> que a transformaria num exemplo de modernidade urbana para o resto do país. A partir de então, a história do planejamento de Curitiba pode ser dividida em três fases:

---

<sup>66</sup> Segundo Zirkl (1999) as duas principais foram: a modernização e mecanização da agricultura no interior do estado, que teriam causado alterações no campo rural, levando à migrações para os centros urbanos do estado, principalmente para Curitiba; a crescente industrialização da cidade também foi fator que impulsionou o crescimento de Curitiba, destacando a criação da “Cidade Industrial de Curitiba” (CIC), consolidando o Parque Industrial da cidade, que foi o principal elemento na mudança do perfil econômico de uma região agrícola para uma região industrializada.

<sup>67</sup> O primeiro Código de Posturas foi elaborado em 1895, que estabelecia, entre outras normas, a proibição da construção de casas de madeiras no centro da cidade, o calçamento das ruas centrais e substituição dos bondes puxados por mulas por bondes elétricos. Já o segundo Código de Posturas, de 1919, mantendo a “modernização” como norma, previa a circulação de veículos e o alargamento de ruas, medidas que perduraram até 1929, quando a cidade ganhou uma “nova planta”.

<sup>68</sup> Durante a elaboração do plano, foi criado um “grupo local de acompanhamento”, composto por profissionais de reconhecido saber técnico, com a função seria acompanhar a implementação do plano. O grupo também cumpria uma função política, de atender às reivindicações dos arquitetos locais contra a “firma de fora”.

- Fase I (1962-66), cujo principal fato foi a institucionalização da decisão de planejar a cidade e da criação dos instrumentos para tanto. Durante essa fase, foram criadas agências e órgãos municipais, como a Urbanização de Curitiba S/A (URBS) e o IPPUC. Além da elaboração dos Plano Preliminar e Plano Diretor;

- Fase II (1966-70), marcada pelo conflito de visões e prioridades entre os projetos elaborados pelo IPPUC e as obras efetivamente realizadas pela administração municipal. Conhecido também como período da “geladeira do IPPUC”, considerado muito importante porque o esvaziamento a que o órgão foi submetido permitiu que elaborasse os principais projetos que seriam implementados no período subsequente. Um dos presidentes do Instituto nesse período foi o futuro prefeito Jaime Lerner (1968-69);

- Fase III (1970-74), período da “implementação” dos planos, quando coube ao IPPUC não apenas pesquisar e planejar, mas também coordenar e gerir a execução do Plano Diretor. Conhecido também como o período da institucionalização do planejamento urbano e do IPPUC como sua principal agência. Justamente nesta época que Jaime Lerner foi nomeado Prefeito de Curitiba.

A Lei nº 2 828/66, que instituiu o plano diretor e o IPPUC – órgão municipal que mais tarde se tornaria a principal agência de planejamento da cidade –, foi o ato definitivo no processo de institucionalização jurídica do planejamento urbano em Curitiba. Vide as atribuições conferidas ao Instituto: elaborar e detalhar projetos, além de indicar as soluções, para a execução do Plano Diretor. Quanto ao plano diretor, suas principais características eram as seguintes:

1. Crescimento linear de um centro servido por vias tangenciais de circulação rápida;
2. Hierarquia de vias;
3. Desenvolvimento preferencial da cidade no sentido Nordeste-Sudoeste;
4. Policentrismo e adensamento;
5. Extensão e adequação das áreas verdes;
6. Caracterização das áreas de domínio de pedestres;
7. Criação de uma paisagem urbana própria.

Como podemos entender os princípios que orientam este urbanismo? Procurando uma resposta para a questão foram analisadas as ações dos atores sociais considerados responsáveis por levar a cabo o planejamento urbano: governantes, técnicos e empresários.



Oliveira (2001) afirma que a partir de meados dos anos 1970 e durante a década de 1980 a modernidade urbana em Curitiba significou “equipar a cidade”.<sup>69</sup> Do período datam os principais projetos no que tange ao transporte coletivo, embelezamento, restauração e preservação dos sítios históricos, padronização da paisagem urbana, implantação de áreas de lazer (como parques e bosques).

Mas a construção da imagem de Curitiba como uma cidade planejada não é fruto apenas dessas obras; temos todo um discurso que, mais do que legitimar os diversos projetos executados, criou a ideia de “cidade-modelo”. Nesse sentido, temos o trabalho de Sánchez (2003), que discutiu como a elaboração do planejamento urbano inseriu a cidade em meio a um contexto nacional e internacional de cidades. Segundo a autora, desde o início de 1970 Curitiba teria sido veiculada como “vitrine urbana do Brasil”, por representar a cidade-modelo, sobretudo da época da ditadura. Essa experiência de planejamento urbano, considerada bem-sucedida pelo senso comum, se perpetuaria até nossos dias graças à reprodução e constante renovação de sua imagem, de acordo com os interesses dos grupos hegemônicos no contexto local.

O principal meio utilizado para atingir tal objetivo seria o investimento sistemático em intervenções urbanas e no chamado “*city marketing*”, que a autora define como um discurso veiculado por meio da criação de uma logomarca para a cidade, e que deveria sempre aparecer intimamente ligada às ideias de inovação, qualidade de vida e criatividade.<sup>70</sup> No caso de Curitiba, a “cidade produto” seria resultado de uma engenhosa “invenção” de seus planejadores, cujos objetivos eram orientados para inseri-la no mercado global de cidades, a fim de torna-la objeto de consumo.

Em Curitiba, a visibilidade teria sido conquistada pela efetivação de um urbanismo de espetáculo. Renovações urbanas e importantes obras teriam sido levadas a cabo com esse objetivo, erigindo uma arquitetura igualmente de espetáculo, visível em obras como a revitalização do Centro Histórico – o “Largo da Ordem”, na construção do teatro “Ópera de Arame”, na criação de ruas de serviço chamadas “Ruas da Cidadania”, e de bibliotecas nos bairros chamadas de “Faróis do Saber”.

---

<sup>69</sup> Segundo o autor, a principal diretriz adotada foi criar e distribuir pela cidade instrumentos urbanos nos setores de recreação, educação, terminais de transportes e de abastecimento.

<sup>70</sup> Para Van Gent e Peelen (citados por Pereira, 2003:5), o “*city marketing*” é um termo que “passou a significar promoção ou, até mesmo, competitividade da cidade como um todo”; que marcaria, na verdade, a adesão da cidade às novas tendências internacionais, que partiriam da premissa que a “qualidade do espaço urbano encontra-se vinculada ao aumento da competitividade”.

Enquanto projeto, a modernização da cidade construiu uma imagem de Curitiba moderna, como síntese entre passado, presente e futuro da cidade. O marketing cuidou disso, manipulando não apenas a identidade espacial da cidade, mas inclusive sua história, ao adotar como marco do planejamento urbano a década de 1970, quando do início dos sucessivos mandatos do grupo político de Jaime Lerner. Foi imposta, assim, uma leitura deshistorizada da cidade, privilegiando a ação dos grupos hegemônicos, como se o planejamento urbano em Curitiba se resumisse às suas iniciativas.

[...] o projeto de modernização urbana processou uma síntese entre o passado, presente e futuro para construir a imagem da Curitiba moderna. Mediante a manipulação de elementos de identidade espacial pelo marketing territorial, a imagem de Curitiba passou a ter como marco a década de 1970. É como se ali começasse a história urbana. A força da nova imagem deshistorizou a realidade e impôs uma leitura hegemônica da cidade, hoje bastante consolidada (SÁNCHEZ, 1993, p. 100).

A autora não deixa de chamar atenção para os desdobramentos e influências da difusão dessa imagem, destacando a despolitização da população; tal fato é verificável sobretudo na busca por um consenso aparente em torno da imagem de Curitiba como mercadoria, que direciona as políticas públicas sempre no sentido da competição no mercado internacional de cidades. A identidade da cidade se resumiria a ser competitiva internacionalmente, e os moradores seriam incentivados a se orgulharem desse feito; todos são assim chamados a vender a cidade, a divulgar esta imagem como uma mercadoria qualquer.<sup>71</sup>

Alguns segmentos se inserem com maior força nesse movimento, como os agentes do mercado imobiliário, que nas últimas décadas investiram em edifícios inteligentes e condomínios fechados como representações dessa Curitiba competitiva. Enquanto isso, as contradições da questão habitacional na cidade são ignoradas, mas não deixam de existir, como bem lembra a autora. A elevação do padrão habitacional da cidade com os empreendimentos citados ocorre paralelamente a uma segregação social cada vez maior, visível na expansão contínua dos bairros de baixa no aglomerado urbano como um todo, na direção de uma periferia cada mais longe do centro embelezado de Curitiba.

Esses empreendimentos imobiliários promovem uma intensificação da discriminação residencial em enclaves fortificados, que não guardam nenhuma relação com o tecido da cidade. O padrão residencial de topo de mercado, na Grande Curitiba, convive com a agudização da crise habitacional e uma expansão

---

<sup>71</sup> Assim Curitiba foi pensada pelo Poder Público no contexto das exigências desse "mercado de cidades", que tem como padrão critérios de competitividade e de sustentabilidade difundidos e aceitos internacionalmente (DINIZ FILHO e VICENTINI, 2004).

significativa dos bairros de baixa renda no aglomerado urbano. São justaposições paradoxais, mas funcionalmente interdependentes. (SÁNCHEZ 2003, p. 398)

Aqui podemos verificar outra faceta do planejamento urbano; trata-se não apenas de grandes obras urbanísticas, mas também de ordenar, direcionar o processo de expansão da cidade. O espaço é formulado, controlado racionalmente pelo saber técnico, visando conter o desenvolvimento espontâneo e sua lógica “ilegível”. O planejamento pressupõe um objetivo para o desenvolvimento urbano, definido pelo mesmo saber técnico já citado, que tende a conceber o espaço a partir da matriz funcionalista-racionalista do período em questão. Não à toa que palavras como “fluidez”, “continuidade” e “funcionalidade” seriam recorrentes no texto dos planos.

A noção de Plano é também de grande significado. O Plano é a possibilidade de equacionamento, de direcionamento de um processo de expansão, a formulação racional do espaço proposto, o controle. Esse apropriar-se de um processo, dominá-lo, dirigi-lo a partir de algumas formulações, de uma ideia do urbano previamente configurada, opõe-se ao empirismo, ao espontaneísmo que, segundo apontado, dirigia até então a configuração do espaço com sua lógica obscura, ilegível. Com o novo plano, a cidade passa a ser ideia, intenção, objetivo. [...] A recorrência de algumas categorias utilizadas no discurso do plano e na sua veiculação evidenciam, também, o forte traço da matriz funcionalista-racionalista que pautou o urbanismo tecnicista daquele período. (SÁNCHEZ, 1993, p. 100)

Mas os detentores do saber técnico não seriam os únicos atores do processo, como Sánchez destaca, na formação de uma coalizção de interesses entre as elites empresariais e políticas em torno do projeto de cidade. Então os planejadores não seriam os únicos formuladores das políticas públicas em Curitiba; os atores dos principais setores econômicos afetos às questões urbanas teriam participado, cada um a seu modo, da elaboração e implementação dessas políticas. Essa aliança entre as classes e os técnicos forjou uma aliança entre as elites por meio da qual o plano diretor foi viabilizado, não apenas como instrumento urbanístico, mas principalmente como instrumento político, para promover a renovação urbana. Dessa forma, o planejamento urbano em Curitiba não se restringiu às práticas espaciais, uma vez que em sua elaboração e execução teriam prevalecido os interesses corporativos diante do interesse público.

A aliança entre as elites em torno do planejamento urbano não está presente apenas na obra de Sánchez; outros autores também apontaram para a forma como a confluência de interesses ditou os rumos do urbanismo curitibano. Sobre esse pacto entre as elites locais especificamente, temos a obra de Oliveira (2000), que o discute desde suas origens ainda na década de 1960, quando houve a confluência entre as elites locais e os interesses do capital industrial em geral. A estratégia de tal aliança seria promover o desenvolvimento baseado na execução de políticas agressivas de atração de investimentos industriais, e seu maior símbolo

a criação da CIC – Cidade Industrial de Curitiba, como polo industrial projetado para atrair novos investimentos para a cidade.

A partir daí, o “êxito” do planejamento urbano em Curitiba esteve associado à reforma urbana e ao bom desempenho das atividades privadas. O planejamento urbano teria sido compatível com a acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que não contrariou os principais interesses dos empresários. A cidade se configura, então, como uma metrópole corporativa: era a viabilização de um projeto político baseado no atendimento dos interesses dos setores dominantes.

Condições políticas e econômicas específicas teriam impulsionado o urbanismo de Curitiba, como a pouca alternância política desde a ditadura civil-militar. Esse, inclusive, é considerado fator determinante para que o Plano Diretor tenha se tornado realidade; enquanto que em outras cidades, durante o mesmo período, não tenha saído do papel. Além do elemento político responsável pela legitimação do plano, aponta para a existência de condições econômicas favoráveis que teriam constituído um quadro ideal para sua realização.

Para Oliveira (2000), o Plano Diretor de 1966 é o marco na organização espacial da cidade, devido a suas propostas inovadoras para a época: a integração entre recreação, trabalho, promoção social; o cuidado com o meio ambiente; a criação de mecanismos para proporcionar à população qualidade de vida e transporte coletivo eficiente. Além destes, a prevenção de enchentes também era assunto de destaque; por promover a preservação de grandes extensões de áreas verdes e de fundos de vales, que viria a culminar na criação de parques e áreas de lazer, e atrativos turísticos da cidade. O plano teria sido sustentado pelo tripé da integração física, formado por zoneamento, transporte coletivo e sistema viário. Tripé constantemente retrabalhado em conjunto com outras questões essenciais, formando um tripé paralelo das diretrizes do plano diretor: dinâmica econômica, organização social e meio ambiente. Dessa forma, o projeto de urbanismo humanista procurou transformar a cidade de Curitiba e o curitibano.

O principal objetivo dos urbanistas que elaboraram o plano era integrar o homem curitibano no projeto de revitalização dos valores tradicionais da cidade, e assim fazer de cada curitibano um urbanista e uma cidade humana. Durante os três governos sucessivos de membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na década de 1970 (dois de Jaime Lerner e um de Saul Raiz), tais ações foram colocadas em prática. Mais tarde, em uma nova gestão de Lerner no início dos anos 1990, tais realizações foram apresentadas em seu discurso como lembranças saudosas de uma época dourada do planejamento urbano na cidade. Mas Oliveira questiona a metrópole funcional; segundo ele a área metropolitana teria servido

simplesmente à consolidação do modelo Curitiba de desenvolvimento. “Assim, de certa forma, pode-se dizer que a imagem de Curitiba só existe tal qual ela é precisamente devido aos serviços que os municípios vizinhos prestam à causa da sua manutenção” (OLIVEIRA, 2000, p. 182).

Outra perspectiva para analisar o planejamento urbano é adotada por Souza (1999), que a partir da obra de Michel Foucault, toma a cidade como espaço de conflito, onde a busca da “verdade” urbana, apesar da aparente neutralidade técnica, quando analisada, se revela um procedimento de poder. O autor analisa os procedimentos e instrumentos do urbanismo tal qual implementado em Curitiba, e como ele foi construído como um empreendimento discursivo estratégico, visando a divisão do espaço da cidade e a codificação dos fluxos populacionais, suas experiências e relações.<sup>72</sup> Poderíamos perceber, assim, claramente uma aposta no planejamento global como empreendimento capaz de superar as contradições sociais, simplesmente pela redefinição do espaço.

Quanto às condições de elaboração e efetivação do plano, o autor contextualiza a modernização urbana de Curitiba, que teria ocorrido em meio a um contexto nacional de ascensão das forças burocrático-militares e de fortalecimento da ideologia do planejamento racional. Daí a crença no poder da Arquitetura, bem como do Urbanismo, no ordenamento do espaço e na (trans)formação do comportamento das camadas mais pobres da população. Assistiríamos à estetização e naturalização das práticas de poder, cujo objetivo seria produzir um saber sobre a população e influenciar o comportamento dos indivíduos.

Os espaços urbanos são lidos aqui como equipamentos de poder, que atuam dividindo espaços, integrando, combinando ou bloqueando outros, enquanto reforçam hierarquias sociais e normatizam comportamentos. A distribuição de equipamentos públicos pela cidade, feita a partir de estudos técnicos, acabaria por codificar os fluxos e regular a inclusão social, além de ressignificar os lugares pela determinação prévia de seus técnicos.<sup>73</sup> Os equipamentos urbanos planejados e distribuídos a partir desse processo seriam expressão do jogo de forças que atua sobre cada cidade, ao mesmo tempo que faria parte do mesmo.

Nesse sentido, o Plano Diretor Urbano (PDU) da cidade de Curitiba teria sido um plano global, com o objetivo principal de operar uma total reordenação da cidade, que visava

---

<sup>72</sup> O planejamento urbano na cidade teria uma forte influência de alguns princípios do urbanismo modernista: a divisão da cidade em zonas funcionais excludentes; a transformação de ruas em avenidas; a hierarquização do sistema viário; a construção da cidade como todo orgânico a ser equilibrado; e a conseqüente classificação da população segundo “necessidades” identificadas pela razão técnica inspirada num conceito de homem universal.

<sup>73</sup> Sob a perspectiva modernista, dar sentido aos espaços seria uma ação realizada concomitantemente à classificação dos usuários segundo perfil e necessidade específica de cada grupo.

modernizá-la e prepará-la para o desenvolvimento econômico. Destaca-se em meio a seu processo de elaboração a construção discursiva a propósito dos chamados “eixos estruturais lineares”, e sua localização. Esses eixos teriam sido concebidos e posteriormente implantados como linhas que combinam um tripé integrado: sistema viário, transporte de massa e uso do solo. Com isso, se procurava viabilizar, segundo o discurso dos urbanistas, o desenvolvimento ordenado da cidade. Esses eixos seriam os seguintes: o nordeste-sudoeste, implantado primeiro, seria o mais longo; o Leste-Oeste, que, na sua origem era mais curto, sofria uma interrupção quando encontrava a BR-116.

Assim, o autor apresenta o Plano Preliminar de Urbanismo (PPU) como um documento representativo tanto da racionalidade urbanística quanto da relação entre planejamento do espaço e governo da população da cidade.

O PPU é um documento representativo da racionalidade urbanística e da relação entre planejamento do espaço e governo da população em Curitiba. Planejar, aos olhos dos técnicos do PPU, significava diagnosticar as necessidades e disfunções da cidade e de sua população a partir de uma razão orientada para construção de um espaço universal para um homem abstrato. Tal empreendimento solicitou pensar a cidade como todo orgânico e sua população como sujeito capaz, ou não, de operar o bom funcionamento do corpo urbano. (SOUZA, 2001 p.111)

Para além da elaboração e dos interesses por trás do discurso urbanístico, precisamos discutir os seus aspectos sociais. Aqui temos a obra de Moura (2001), que chega a reconhecer que Curitiba possui uma longa história de "construção simbólica de um cenário de eficácia e perfeição", mas destaca seu caráter excludente. Inclusive, o reconhecimento da eficácia do planejamento em Curitiba impediria por vezes, segundo a autora, o questionamento, por parte dos próprios técnicos, das intervenções urbanísticas, que teriam como objetivo marcar, ordenar e controlar de forma eficiente o espaço urbano da cidade.

Em sua análise, ela procura demonstrar como, ao mesmo tempo em que era construído o mito da cidade modelo, também era conduzida a urbanização de Curitiba num sentido bem específico. O planejamento recorta a cidade, valorizando e desvalorizando determinados espaços conforme os interesses do momento. De modo que, teria podido organizar o impacto do crescimento populacional e o respectivo uso do solo, já que detinha a norma e o mercado imobiliário ao seu favor, o que lhe possibilitou induzir o crescimento da ocupação para áreas periféricas internas, e, principalmente, para além dos seus limites administrativos. O planejamento urbano teria sido dessa maneira eficaz na aplicação das políticas urbanas, no sentido de manter a pobreza afastada de Curitiba. Teria funcionado como uma espécie de barreira, inibindo ou até mesmo impedindo as pessoas de usufruírem dos

benefícios conquistados. Hierarquizou os espaços urbanos, induzindo uma determinada ocupação, definida pela autora como "seletiva" e "segregadora".

Como teria ocorrido este processo? Teria se dado a indução da ocupação e crescimento urbano a partir das vias de circulação, levando à valorização de determinados espaços e desvalorização de outros, sobretudo, a valorização de grandes vazios urbanos<sup>74</sup> localizados ao longo dos eixos. A partir daí, a imagem que vem sendo construída teria como objetivo a instituição de um "modelo de cidade", capaz de ser tomado enquanto tal, e ingressar num seleto mercado de "cidades-modelo", para ser utilizada por um grupo seleto de pessoas e empresas, detentor de recursos que lhe possibilitam consumir esse tipo de cidade<sup>75</sup>.

Como podemos ver em Firkowski (2001), o planejamento urbano de Curitiba se revelou incapaz de projetar, e mais, de preparar a cidade para uma nova dimensão metropolitana, de atender as demandas da região como um todo.

O planejamento de Curitiba não foi capaz de preparar a cidade para a nova dimensão metropolitana que ora se apresenta, nem tampouco relativizar a ação do capital imobiliário na produção do espaço, priorizando uma cidade socialmente mais justa, como era de se esperar, tendo em vista sua suposta tradição em planejamento urbano. Ao contrário, o processo de planejamento fez aprofundar as diferenças sociais, à medida que valorizou o solo urbano e, conseqüentemente, restringiu o acesso de certos segmentos sociais. (FIRKOWSKI, 2001, p. 249)

Executado nesses moldes, o urbanismo teria funcionado no sentido de, durante as últimas décadas, empurrar a população para as chamadas áreas de risco ou de preservação ambiental; as jogando para além dos limites da cidade de Curitiba, nos municípios que compõem o aglomerado metropolitano. Em suma, o planejamento urbano foi capaz de valorizar sobremaneira o solo em certas porções do território em detrimento a outros, que teria resultado numa progressiva e crescente seletividade espacial.

Sob esse caráter elitista, o planejamento urbano colaborou decisivamente para a formação de periferias expandidas, segregadas e pobres. A dinâmica industrial seria marcada não mais pela concentração industrial em Curitiba (CIC), mas pela dispersão na escala do aglomerado metropolitano. A autora aponta como causas da limitada inserção do município de Curitiba nessa nova fase de industrialização: falta de terrenos adequados às necessidades

---

<sup>74</sup> O conceito de vazio urbano é bastante amplo, como mostra Magalhães (2005), abrangendo uma pluralidade de termos: terrenos vagos, terras especulativas, terras devolutas, terrenos subaproveitados. Está relacionado à propriedade urbana, regular ou irregular, ao tamanho e à localização. Em nosso trabalho não nos preocupamos em especificar o tipo de vazio de que estamos tratando, quando nos referimos a eles estamos falando em geral de espaços abandonados ou que caíram em desuso, e por isso servem à especulação imobiliária ou aos movimentos de ocupação irregular.

<sup>75</sup> Sob esta perspectiva, um belo exemplo seria a criação da CIC, que teria ocorrido de forma coadunada com os interesses da elite local.

dos novos empreendimentos; impossibilidade de doação municipal de áreas da Cidade Industrial de Curitiba, devido questões jurídicas; consolidação das ocupações irregulares na região da CIC, em áreas anteriormente previstas como zonas industriais.

Para além disso, teríamos também um novo perfil de ocupação por parte das indústrias; pois, segundo Firkowski, esse novo tipo de indústria procura se instalar preferencialmente:

[...] em locais onde as marcas de um forte passado industrial são praticamente inexistentes, e onde os novos métodos flexíveis de produção e organização da empresa não encontram barreiras físicas, sociais ou trabalhistas. [...] deste modo, os novos locais escolhidos têm a possibilidade de aliar a inovação trazida pela empresa a um ambiente receptivo, uma espécie de “campo de provas” (FIRKOWSKI 2001, p. 179)

Segundo a autora, a metropolização de Curitiba foi impulsionada, sobretudo, pela entrada de capitais industriais, que vieram se instalar na região metropolitana, principalmente no município de São José dos Pinhais. Cabe e então a cidade de Curitiba, especificamente, abrigar o setor terciário,<sup>76</sup> com maior grau de especialização; ao passo que os espaços urbanos, principalmente os destinados à habitação, passam por um processo de valorização, resultando na expulsão dos segmentos mais pobres para os "vazios urbanos"; em especial, para as áreas de mananciais a leste do município de Curitiba e nos municípios vizinhos.

Podemos analisar o planejamento urbano não apenas nos termos gerais que orientam seu caráter; seus instrumentos específicos também possibilitam discutir suas principais características. Pereira (2002) destaca como principal deles o zoneamento do uso do solo, no decorrer dos últimos 40 anos; esse seria o instrumento com o maior número de alterações propostas pelo IPPUC, no sentido de supostamente adequar-se ao “crescimento da cidade”.

Verifica-se, portanto, que ocorreu uma substancial modificação no papel a ser exercido por um zoneamento urbano, confirmando sua proximidade com o zoneamento norte-americano, o qual [...], transformou um instrumento do plano no próprio plano. No caso de Curitiba, a adoção do modelo americano está claramente exposta nos documentos oficiais<sup>16</sup>, que afirmam intenção de transformar o zoneamento de um simples instrumento disciplinador em um poderoso agente de desenvolvimento, catalisador e promotor de efeitos multiplicadores. (PEREIRA, 2002 p. 157)

---

<sup>76</sup> A autora analisa a reconfiguração de Curitiba a partir da década de 1990, por meio da observação da renovação das atividades econômicas, dos serviços e dos novos espaços urbanos. Elenca como alguns dos elementos definidores destas transformações as seguintes atividades: publicidade e propaganda; moda; bancos; serviços especializados para empresas; equipamentos comerciais e de serviços; eventos e feiras, hotelaria e flats. Destaca particularmente os últimos, estreitamente relacionados às demandas do turismo de negócios, em expansão na cidade.



Uma vez que o solo urbano seria uma mercadoria não reproduzível, a autora considera que o domínio das diretrizes do zoneamento transformou-se, em Curitiba, num importante instrumento para as classes dominantes. Tal domínio seria capaz de proporcionar, além de lucro, a legitimação de seus interesses, daí a organização dessas em associações e entidades de classe, visando influenciarem a definição das diretrizes estabelecidas pelo zoneamento do uso do solo. As leis do mercado se impõem na organização do planejamento urbano, pois “Mediante o zoneamento a cidade é reduzida a um de seus componentes – o solo, e, como tal, passa a estar sujeita aos mecanismos de mercado e às leis da produção econômica” (PEREIRA, 2002, p.167).

Outro elemento que desempenhou papel importante no desenvolvimento da cidade foi a questão ecológica, como podemos ver em diversos estudos.<sup>77</sup> A imagem de "capital ecológica" da Curitiba do início dos anos 1990, teria se somado a ideia de "cidades sustentáveis" (MENDONÇA, 2006), e assimilada pelas administrações por meio de intervenções como a criação de áreas verdes, e ações como a contenção de enchentes e a vanguarda nesse projeto de cidade. A quantidade de áreas verdes é utilizada como um indicador de sustentabilidade.

O discurso de proteção e preservação ambiental seria recorrente, e constantemente "atualizado" pelo Poder Público (LIMA, 2000; PEREIRA, 2002), consolidando Curitiba como modelo de cidade ambientalmente sustentável (ULTRAMARI, 2001). A criação de vários parques e bosques seria o tipo de ação de maior visibilidade, a ponto de ser denominado por Castelnou Neto (2005) de parquismo curitibano. Esses espaços servem para atrair um determinado tipo de público, capazes de se tornarem os consumidores da cidade, pois ao visita-los, se encantariam diante da sua arquitetura e estética.

Temos o trabalho de Oliveira (2001), acerca da apropriação da temática ambiental pelo discurso técnico dos planejadores, atendendo suas necessidades de poder. O autor analisa como as obras, que a princípio visavam solucionar problemas de saneamento básico e questões ambientais ainda nos anos 1970, foram ressignificadas pelo discurso oficial, alegando que à época já possuía uma preocupação ecológica. Tal manobra teria sido suficiente para obter êxito numa das principais questões colocadas pela agenda política contemporânea.

---

<sup>77</sup> Vários autores (FUKE, 2001; ACSELRAD, 2004; LOPES, 2004) tem discutido o processo de construção do "problema ambiental", como a agenda ambiental de preservação e conservação do meio ambiente tem sido imposta e incorporada de forma indistinta, em consonância com os interesses sociais encobertos sob um discurso de proteção do meio ambiente.

Resgatando o histórico destas intervenções em Curitiba, as primeiras ações ambientais propriamente ditas surgiram de forma ainda tímida durante a primeira administração de Jaime Lerner (1971-74), e só vieram a se firmar definitivamente na década seguinte, com os sucessivos governos de Jaime Lerner, Maurício Fruet e Roberto Requião. Mas somente teriam se consolidado de forma definitiva no discurso do poder público durante os anos 1990, nas gestões Jaime Lerner e Rafael Greca.

A primeira lei municipal que podemos considerar ambiental teria sido a Lei Municipal nº 4 557/73, que dispunha sobre a proteção e conservação da vegetação de porte arbóreo.<sup>78</sup> A legislação continuou a avançar na questão ambiental na gestão seguinte, de Saul Raiz (1975-79), quando foi criada a Lei nº 5 234/75, ou Lei de zoneamento e uso do solo. Por meio dela foi modificado o uso do solo no município, pela criação de novos setores, entre os quais os setores especiais. O Decreto nº 400/76, regulamentou estes setores, criando os Setores especiais de preservação de fundos de vale. Foi essa legislação que teria permitido à área do Parque Iguaçu, o maior da cidade com 8.264.316 m<sup>2</sup>, ser desapropriada com recursos do Ministério do Interior. A legislação procurava não apenas a preservação de fundos de vale e córregos, mas também das matas ciliares de seu entorno contra a especulação imobiliária e ocupação clandestina.

Os anos 1980 foram marcados por avanços relativos à questão ambiental no município; com a criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (1986), o Poder Executivo assumia o monitoramento ambiental do município, até então executado por um órgão estadual. A legislação também caminhou nesse sentido, com a criação da Lei nº 6 819/86, que estimulou a preservação e criação de áreas verdes por meio de isenções parciais no IPTU.<sup>79</sup>

Dessa forma, durante as décadas de 1960 e 1970, e praticamente durante toda a década de 1980, as conquistas ambientais em Curitiba se resumiram à evolução da legislação ambiental e à preservação e criação de áreas verdes, pois não havia nenhum programa explicitamente ambiental. As raízes epistemológicas dos documentos oficiais sobre meio ambiente urbano podem ser encontradas nos discursos municipais do início da década de 1990. O documento que teria lançado a “filosofia ambientalista” da Prefeitura foi o número

---

<sup>78</sup> Mas a lei não foi uma ação isolada no que se refere à proteção da vegetação, a Prefeitura Municipal de Curitiba lançou à época (1972) uma campanha visando à proteção e o plantio de árvores, cujo lema era “Nós damos a sombra, você a água fresca”. A partir da campanha foram plantadas em média 60 000 árvores por ano.

<sup>79</sup> Além disso, a coleta e o destino do lixo hospitalar foram também disciplinados, com a Lei nº 6 866/86.

especial da Revista do IPPUC com um título que reivindicava determinado status para os planejadores técnicos, “Escola ecológica de urbanismo” (IPPUC, 1992).

Com essa publicação, pela primeira vez, foi feito um esforço para sintetizar e ordenar todas as ações ambientalistas da prefeitura, mostrando todas as etapas e programas responsáveis por transformar Curitiba em uma capital ecológica.

A partir deste momento, todas as publicações da Prefeitura que tratam de temas ecológicos fazem-no na linha definida por esse número. Nelas, as preocupações ecológicas e a qualidade de vida urbana são apresentadas como estando na origem da política de preservação de áreas verdes, de separação do lixo, dos transportes coletivos etc. Trata-se de uma ecologia urbana, que pode ser resumida nos seguintes termos: a cidade teria compreendido que “[...] o meio ambiente primário de cada um é a casa onde vive, a rua onde mora, a cidade onde reside”. É nessa perspectiva que a municipalidade se apoia para falar num projeto ecológico iniciado há 20 anos, que teria dado origem aos Postulados da Escola de urbanismo ecológico. (IPPUC, 1992, p. 3-4)

Os textos apresentavam Curitiba como uma “cidade com justiça social”, que colocaria o homem no centro de todas as atenções, tanto no que diz respeito às “condições ambientais de vida” quanto às “exigências da natureza humana”. A partir daí, ecologia vira quase que um termo guarda-chuva, capaz de abarcar todos os projetos urbanos em curso, desde os parques e bosques até os ônibus expressos, o Calçadão da Rua das Flores ou a Cidade industrial. Assim, esses documentos conseguiriam passar a impressão para quem os lê de que, os parques e bosques teriam sido pensados e criados com base em descobertas recentes (Ecologia) e num certo “entendimento” (a qualidade de vida), mesmo que inseridos num discurso ambiental que rima desenvolvimento com planejamento urbano.

Mas o autor aponta que o sentido geral da criação dos parques e bosques curitibanos teria se concentrado nos três primeiros parques (Iguaçu, Barigüi e São Lourenço), criados ainda nos anos 1970, década de maior incremento nas áreas verdes públicas do município.<sup>80</sup> A função inicial desses parques seria unir, de um lado, a antiga ideia “de dar água à cidade” de Jaime Lerner,<sup>81</sup> e uma solução técnica de combate às enchentes na cidade.<sup>82</sup> Ganhava força à época a ideia de dar água à cidade, emoldurando essa “água” com áreas verdes, por meio de obras de saneamento e infraestrutura urbana que evitassem da melhor maneira possível as enchentes. A tão falada política de criação de parques teria nascido assim, concebendo os

---

<sup>80</sup> Durante o período entre 1972-82 foram criados 3 parques e 3 bosques, totalizando quase 10 milhões de m<sup>2</sup> de área verde criados, representando 2,31% de área do município preservada, num acréscimo de quase 10 m<sup>2</sup> de área verde por habitante. Em nenhum outro período da história de Curitiba, houve tal incremento de áreas verdes urbanas.

<sup>81</sup> Ainda quando era arquiteto do IPPUC na década de 1960.

<sup>82</sup> Quando da grande enchente que vitimou a antiga usina de curtume do São Lourenço no começo dos anos 1970, durante a administração de Jaime Lerner.

mesmos como grandes lagos-reservatório em seu interior, a partir de circunstâncias pontuais da cidade, não necessariamente ecológicas. O autor propõe aqui uma inversão de perspectiva para analisar a “Escola de Ecologia Urbana” de Curitiba, considerar o discurso como fruto de uma prática, e não o contrário.

Foi infrutífero assim procurar as causas das ações ambientais em discursos ou documentos oficiais. As causas da ecologização dos discursos municipais sobre o meio ambiente e sua ousadia política é que talvez possam ser explicadas por seus efeitos. A consolidação do discurso de Curitiba enquanto uma capital ecológica teria se dado fundamentalmente com base em algumas ações ambientais. Em outras palavras, não seria o discurso que orientava a prática, mas o contrário. De fato, a partir do discurso ambiental era a própria história da cidade que adquiria um novo sentido, como parece demonstrar o seguinte trecho dos Postulados: “Por exemplo: o que tem a ver com ecologia a implantação dos ônibus expressos? O calçamento da Rua das Flores só é ecológico por causa de suas floreiras? Até que ponto a Cidade Industrial é também uma obra ecológica? (OLIVEIRA, 2001 p. 103)

O discurso ambiental curitibano teria se desenvolvido empiricamente; embora fossem as ações ambientais que tivessem, ainda que informalmente, escrito os “postulados”. A partir do teor dos discursos ambientais presentes nesses postulados, tanto as intervenções no tecido urbano feitas durante os anos 1990, quanto as da década de 1970, passaram a ser apresentadas como parte de uma espécie de pré-história de um planejamento urbano ecológico. O discurso permitia aos detentores do poder realizar uma releitura de suas políticas urbanas, a princípio, não necessariamente ecológicas, e rerepresenta-las como projetos de um discurso ambientalista mais abrangente.

A eficiência do grupo no poder está em não se ater apenas à temática ambiental na produção de uma narrativa que trabalha pela sua manutenção à frente da Prefeitura Municipal. A própria imagem da cidade foi ressignificada por eles, utilizando de maneira muito hábil as ferramentas discursivas do *city marketing*, como Bega (2011) aponta:

[...] as administrações municipais conseguiram, com sucesso, executar seus planos e, ao mesmo tempo, criar e vender imagens-síntese, diferenciando as experiências locais de outras de âmbito nacional, tanto para o público externo como, principalmente, para o público interno da cidade. O fascínio das administrações da cidade por construções de “impacto midiático” e, reciprocamente, o fascínio da mídia por Curitiba, permitem que selecionemos alguns aspectos que reforçam esta simbiose, na medida em que são reiteradas na imprensa algumas imagens-síntese sobre a cidade: área verde invejável, de 50m<sup>2</sup> por habitante, tráfego rápido com opções alternativas, vias expressas para transporte coletivo e rede de ciclovias; cidade bem organizada no que se refere ao fluxo de veículos; áreas para pedestres no centro urbano; existência de inúmeros espaços de lazer e de cultura. (BEGA, 2011 p.49)

Em seu retorno ao cargo de Prefeito, Jaime Lerner muda a orientação do planejamento urbano curitibano. As grandes obras dão lugar às intervenções pontuais de maior efeito estético; mas em seu discurso oficial apresenta as duas propostas como se

houvesse continuidade entre elas. Ao resgatar suas antigas realizações procura construir uma cultura de “orgulho da cidade” em torno delas, pois teriam colocado a capital paranaense na vitrine do urbano nacional; superando a imagem de uma cidade provinciana para cada vez mais se colocar como uma metrópole moderna e eficiente no cenário regional. É tão exitoso que acabamos identificando um movimento que compreende as décadas de 1970 a 1990 na história de Curitiba.

Essa é igualmente uma cultura de consumo; toda inovação urbana produz o mesmo efeito de um produto novo colocado à venda no mercado; as construções materiais são objetos de intensa visita, uso e consumo. A “cidade-produto” e o “morador-consumidor” sintetizam o momento urbanístico e político, forjando uma “cultura do consumidor” da e na cidade, que confunde cidadão com consumidor e cidade com mercado. Mas promove um engajamento por parte destes “moradores-consumidores” que é essencial tanto para o sucesso do discurso lernista quanto para a construção das imagens-síntese.

A cidade deixa de ser o palco do espetáculo da racionalidade técnico-urbanística dos anos 1970, cujos atores eram os planejadores, para nos anos 1990 abandonar a separação entre plateia e palco, com os moradores-consumidores sentindo-se como atores e entendendo a cidade como obra sua também. As ações do planejamento e das intervenções urbanas, ao investirem numa imagem do “povo capaz de construir uma cidade de Primeiro Mundo”, sepultam o provincianismo presente no imaginário local até então. As necessidades de consumo dos cidadãos/consumidores foram satisfeitas e potencializadas pela oferta de bens culturais urbanos, agora mais disponibilizados. Para além de sua função modernizante, todas as obras se voltam para o lúdico, o consumo visual, reafirmando o sentido de pertencer a uma cidade diferente das demais.

Em sua análise Bega (2011) sugere que a eficácia do projeto de poder em questão se deve ao fato de ter partido de valores culturais fortemente associados ao modo de viver das camadas médias, conseguindo captar e reproduzir seus anseios; a ponto deles terem respondido apoiando e disseminando o ideário construído. Essa é justamente a classe social que busca constantemente elevar o seu nível de vida através do consumo desenfreado de bens e serviços; quando se deparam com os novos espaços que se autoproclamam modernos lhes parece que se encontram a si mesmos, se reconhecem como o “curitibano médio” idealizado por este discurso. Daí sua efetividade, acabam “[...] formando um ethos metropolitano em apenas uma geração. Ou seja, através do recurso a um conjunto de traços identitários típicos do curitibano médio, combinado às transformações concretas na paisagem da cidade,

construiu-se um sentido de pertencimento, associando estreitamente identidade espacial à identidade social” (BEGA, 2011 p.65).

O recorte de classe dessa construção simbólica exclui grande parte da população das representações culturais da cidade, desconsidera solenemente sua participação na história local, e ignora qualquer contribuição que estas pessoas possam ter dado. Eles não se reconhecem nos monumentos e parques que fazem referência a um passado comum; “inventam-se tradições” em que não cabem aqueles que fizeram parte do movimento de êxodo rural ou que não descendem da etnia correta. O segredo para chegar ao poder e permanecer é se afiliar a essa “tradição”, reivindicar a imagem da cidade em seu discurso e insistir na continuidade do ideário tecnocrata; para isso, cada nova obra deve reafirmar sua eficiência se limitando a atualizar o que está feito e não alterar o sentido do planejamento urbano. Na verdade, o principal traço que se perpetua nas últimas décadas de forma consistente é a exclusão.

As políticas urbanas em Curitiba tiveram papel central no processo de segregação espacial da população pobre, que foi colocada para "fora" da cidade (OLIVEIRA, 2000; MOURA, 2001; PEREIRA, 2002). O planejamento pôde organizar o impacto do crescimento populacional e o respectivo uso do solo, pois detinha a norma e o mercado imobiliário a seu favor, assim induzindo o crescimento da ocupação para áreas periféricas internas e principalmente para além dos seus limites administrativos (MOURA, 2001).

Foram hierarquizados os espaços urbanos, e o planejamento funcionou como indutor de uma ocupação que se coloca ao mesmo tempo "seletiva" e "segregadora" dos espaços (LIMA, 2007), como uma espécie de barreira, impedindo ou até mesmo inibindo as pessoas de usufruírem dos benefícios que se relacionam com o modelo de cidade que se busca construir. Dessa maneira, ao invés de garantir e de promover direitos aos cidadãos, como anunciado na propaganda oficial, espaços como "rua da cidadania" e "linhão do emprego" na verdade acabam restringindo direitos, pois determinam e selecionam os usuários, ou mais especificamente, consumidores da cidade. O fato de facilitar acesso a determinados serviços públicos não necessariamente implica no uso e apropriação do espaço urbano. No entanto, o crescimento da cidade ao longo das últimas quatro décadas foi acompanhado pela proliferação dos espaços informais de moradia por todo seu território; apesar não terem sido obras do planejamento urbano essas ocupações irregulares participaram do processo de desenvolvimento de Curitiba das últimas décadas, e devemos olhar para elas com mais atenção. Nas próximas seções veremos como isso se deu, seu impacto sobre a estrutura urbana

da cidade, a sua dinâmica e a forma como o poder público respondeu ao crescimento do fenômeno.

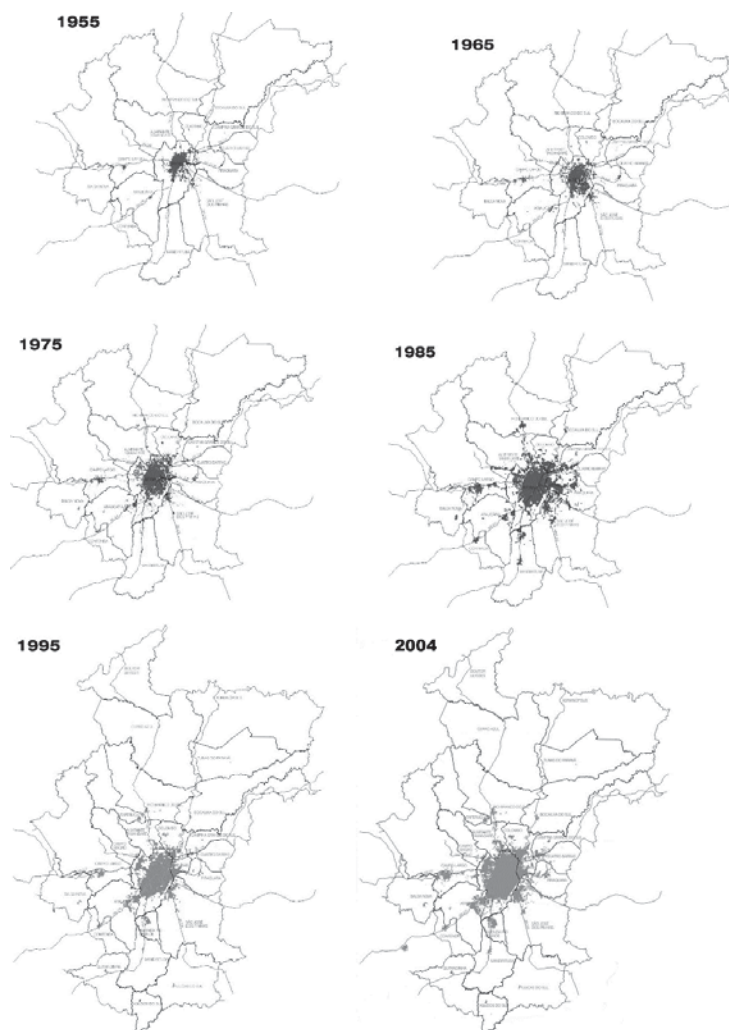
## 2.2 A PERIFERIZAÇÃO DE CURITIBA

Quando consideramos a expansão de Curitiba nas últimas quatro décadas, identificamos um movimento de “periferização” que não se ateu aos limites territoriais da cidade (SILVA, 2012), alcançando os principais municípios da RMC.<sup>83</sup> Esse foi basicamente o sentido do processo que produziu a metrópole durante o maior período de fluxo migratório, entre as décadas de 1950 e 1970. A formação da periferia metropolitana se deu a partir da produção regular de loteamentos nos limites de Curitiba e dos municípios de seu entorno; e o provimento de moradia se deu via de regra por meio da autoconstrução (PEREIRA & SILVA, 2008).

---

<sup>83</sup> Entre 1970/1980, 65,72% dos domicílios urbanos situavam-se no pólo da RMC, e 31,3% distribuíam-se nos demais municípios do aglomerado; entre 1991/2000 o pólo reduziu sua participação para 44,41%, e os demais municípios do aglomerado passaram a receber 52,12% dos domicílios urbanos.

Figura 31 – Mancha da ocupação urbana – RMC – 1955/2004



FONTE: COMEC

O processo de periferização se deu em dois vetores (SILVA, 2014b). O primeiro, que podemos chamar de vetor de estruturação espacial, tomava como referência o polo e promovia a desconcentração orientado à periferia limítrofe de Curitiba. O segundo, denominado de vetor de expansão, se referenciava nas áreas urbanas centrais dos municípios do entorno e partia da periferia limítrofe ao polo em direção ao núcleo da metrópole. Os dois vetores deram origem a periferias que, apesar de não serem pertencentes à Curitiba, mantinham relações mais intensas com a cidade-polo do que com as áreas urbanas centrais dos municípios onde elas estavam legalmente situadas; essa periferização da moradia popular estruturou o espaço metropolitano nos moldes vistos até então.

O processo de aprovação dos loteamentos populares no período entre 1950/1970 ocorreu sem a existência de normas de parcelamento, uso e ocupação do solo na região; ele ocorreu antes do primeiro Plano de Ordenamento Territorial da RMC, o PDI de 1978, e



também da Lei Federal 6766 de 1979, que disciplinou o parcelamento do solo urbano no Brasil. De acordo com o estudo “Urbanização e Recursos Hídricos na Região Metropolitana de Curitiba” (UFPR, 2004), o período 1970/1989 foi o de maior produção de lotes legais na periferia do aglomerado metropolitano; sendo a grande maioria localizada na região leste,<sup>84</sup> com grandes fragilidades ambientais e que geraram intensos conflitos nas décadas seguintes.

Foi justamente devido à ausência de um marco regulatório que o parcelamento de áreas rurais e a implantação de loteamentos ocorreu apenas com um mínimo de infraestrutura; o que viabilizou a produção de lotes com pouco investimento e a baixo custo. Os lotes comercializados atendiam, assim, tanto a demanda dos compradores em potencial, os migrantes da zona rural do Paraná, quanto os proprietários e incorporadores imobiliários, que se beneficiaram com a supervalorização de suas terras e empreendimento.

Essa aprovação, além de indevida no sentido ambiental, foi no mínimo apressada, e permitiu que muitos dos novos lotes produzidos fossem vendidos antes dos parcelamentos terem sido totalmente implantados, em espaços com precária infraestrutura urbana. Segundo Ultramari e Moura (1994), a aprovação da Lei Federal 6766 em 1979 provocou a mudança do vetor da atividade imobiliária formal, destinada à produção de lotes populares na periferia metropolitana; ela condicionou a aprovação, implantação e venda dos novos loteamentos a exigências ambientais, jurídicas e projetuais. Os custos dos negócios se elevaram e a atividade imobiliária passou a explorar áreas mais apropriadas à ocupação, diminuindo a intensidade no Leste, e aumentando no Oeste da RMC<sup>85</sup>.

Os autores mostram que na década seguinte o parcelamento do solo foi menor do que nas décadas anteriores, e houve o crescimento da informalidade na cidade-polo de acordo com os próprios dados oficiais. Até o final da década de 1980 a metrópole de Curitiba passou pelo mesmo processo de periferização da pobreza observado nas demais cidades brasileiras a partir ao longo do século XX; com os pobres indo morar nas periferias precárias, enquanto os ricos ocupavam as áreas centrais, seguindo o padrão centro-periferia. No final da década de 1980 a estruturação da metrópole de Curitiba apresentava as seguintes características: existência de áreas rurais e periféricas limítrofes a Curitiba sobre pressão de ocupação; insularidade das áreas urbanas centrais dos municípios do entorno ao polo; a presença de áreas urbanas consolidadas em processo de extravasamento.

---

<sup>84</sup> O número de lotes aprovados no aglomerado metropolitano entre 1970 a 1994 foi de 89.089, sendo as décadas de 1970 e 1980 responsáveis por 96,69% desse total.

<sup>85</sup> Falando apenas da década de 1970, em 1974 Curitiba possuía 4.083 domicílios informais distribuídos em 35 assentamentos, apenas cinco anos depois em 1979 esse número já era de 46 áreas e 6.067 domicílios.

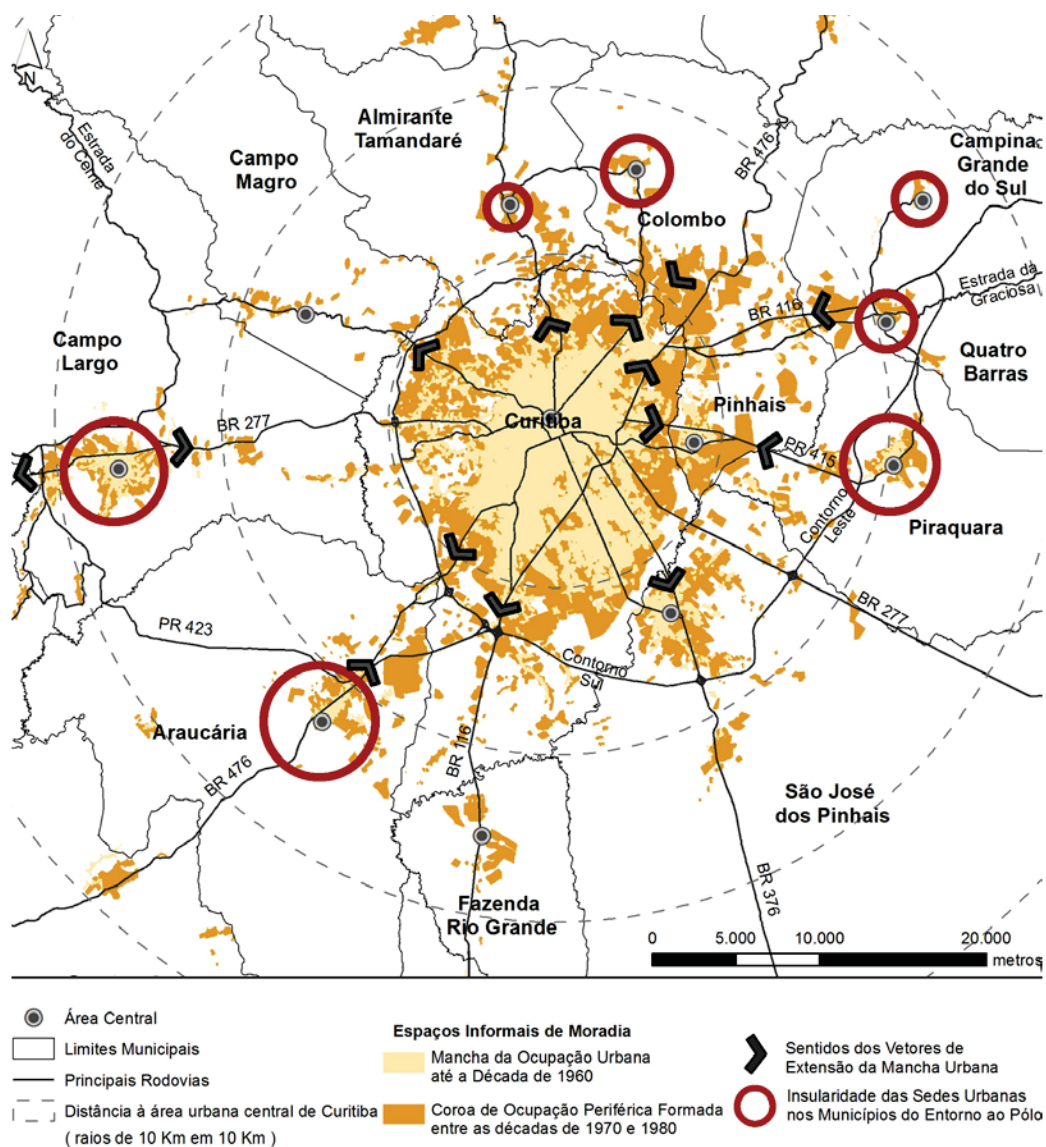
A tendência de expansão dos usos de solo pelos setores industrial, de serviços e residencial em direção a glebas não parceladas ou áreas com uso residencial de baixa densidade provocou uma pressão sobre áreas rurais e periféricas; destacando que, à época, as áreas rurais ainda eram encontradas também no interior dos perímetros urbanos. Esse processo produziu uma coroa de ocupação periférica no entorno dos limites territoriais de Curitiba; mesmo assim, dependente da cidade-polo em relação à oferta de empregos, ao comércio e aos equipamentos urbanos. O espaço da metrópole que resultou desse processo apresentava as seguintes características: (i) uma mancha de ocupação concentrada no entorno dos limites territoriais de Curitiba, habitada pela população migrante que se dirigia à RMC no período; (ii) núcleos de ocupação pré-existentes situados nos municípios do entorno ao polo, habitados pela população residente antes da periferação; (iii) entre esses núcleos urbanos pré-existentes e a periferia formada estabeleceram-se relações socioespaciais muito frágeis, se comparadas às existentes entre a coroa de ocupação periférica e o polo da aglomeração metropolitana em formação.

Ultramari e Moura (1994) observam ainda que, a partir de 1980, a pressão por ocupação em áreas residenciais de baixa densidade em bairros periféricos de Curitiba levou a substituição da população residente; antigos moradores com renda mais baixa que a dos novos residentes se deslocaram para a periferia próxima, num movimento denominado de subperiferação; em grande parte derivado do aumento do preço da terra na cidade-polo. A distribuição do preço da terra na metrópole obedeceu a uma forma radiocêntrica (PEREIRA, 2002), decrescendo do centro em direção à periferia. Assim, os municípios situados no entorno de Curitiba formaram a periferia da cidade-polo, pois os lotes mais baratos eram alternativas para as famílias de baixa renda<sup>86</sup>. Foi consolidada uma espacialidade caracterizada pela descontinuidade territorial, entre a aglomeração urbana de Curitiba, a coroa de ocupação periférica formada nos limites da cidade-polo, e as áreas urbanas centrais dos municípios do entorno ao polo. (Figura 31).

---

<sup>86</sup> Outras explicações para a periferação na RMC são a maior flexibilidade da legislação urbanística nos municípios do entorno ao polo e os efeitos de atração do “*city marketing*” sobre a população nas proximidades de Curitiba.

Figura 32 – Estrutura Espacial da Metr pole de Curitiba no Final da Década de 1980



Fonte: Silva (2014b)

O crescimento populacional verificado no período acentuou ainda mais a concentra o de Curitiba na RMC e o crescimento periférico. O movimento de migra o maior passar a ser no sentido urbano–urbano, especialmente para região sudeste e sul do país<sup>87</sup>. A disparidade habitacional também merece destaque, uma vez que são os municípios mais pobres que justamente têm recebido a maior demanda demográfica; a expectativa   que permaneçam no mesmo ritmo pelos próximos anos. Em 2000, as principais cidades no entorno do polo metropolitano – Curitiba, Araucária, Piraquara, Almirante Tamandaré,

<sup>87</sup> Para o Paraná esta migra o foi de 1.092.667 habitantes, representando 56,4% de todos os fluxos migratórios (Baeringer, 2003).

Colombo, Pinhais, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais – concentravam 74,4% do total de famílias pobres da RMC (Moura e Rodrigues 2009). Foram justamente os municípios do núcleo central dessa região que passam a se constituir como polos de atração; Curitiba permanece como o principal, com um aumento de 165 mil habitantes no período<sup>88</sup>.

No início da década de 1990 tivemos mudanças na dinâmica de produção dos espaços populares de moradia na RMC, destacando, principalmente, o crescimento da informalidade. O surgimento dos espaços informais de moradia em Curitiba foi acompanhado, também, pela implantação dos primeiros programas de habitação de interesse social na região, realizados ainda durante a vigência do BNH. Sendo que grande parte dos investimentos ficaram restritos a Curitiba e não se estenderam aos demais municípios metropolitanos; tendência que permaneceu nas décadas seguintes, obedecendo o Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC elaborado na década de 2000 (PARANÁ, 2001).

Na década de 1990 se consolida uma nova lógica na organização do mercado imobiliário na RMC (Pereira e Silva); a redução significativa na produção de lotes formais ocorre ao mesmo tempo em que se dá o crescimento das ocupações irregulares. Durante essa década tivemos a expansão e intensificação da produção dos espaços informais de moradia no conjunto da aglomeração metropolitana; a proporção de moradias produzidas informalmente na RMC aumenta significativamente: entre 1991 e 2000 o estoque informal de moradias cresceu 205%, enquanto o estoque formal cresceu apenas 87,5%.

Em sua pesquisa sobre a produção de espaços informais nas duas últimas décadas, Silva (2012) demonstra muito bem essa evolução; saltamos de 521 assentamentos e 50.311 domicílios no final da década de 1990, para 948 assentamentos e 86.478 domicílios no final da década de 2000, representando um crescimento da ordem de 81,95%. Em 1998, especificamente, 65,89% da população residente em ocupações irregulares estava em Curitiba, e 34,11% nos demais municípios da RM. Com relação aos municípios da RMC, aqueles que mais produziram novos assentamentos no período foram Curitiba, Campo Largo, Campo Magro e Almirante Tamandaré, no norte do aglomerado metropolitano, e São José dos Pinhais, a sudeste. Curitiba se manteve como o município com o maior número de assentamentos irregulares, com 341 áreas, representando 35,97% do total<sup>89</sup>. Na década de 2000 ocorreu uma expansão significativa da informalidade nos municípios situados no

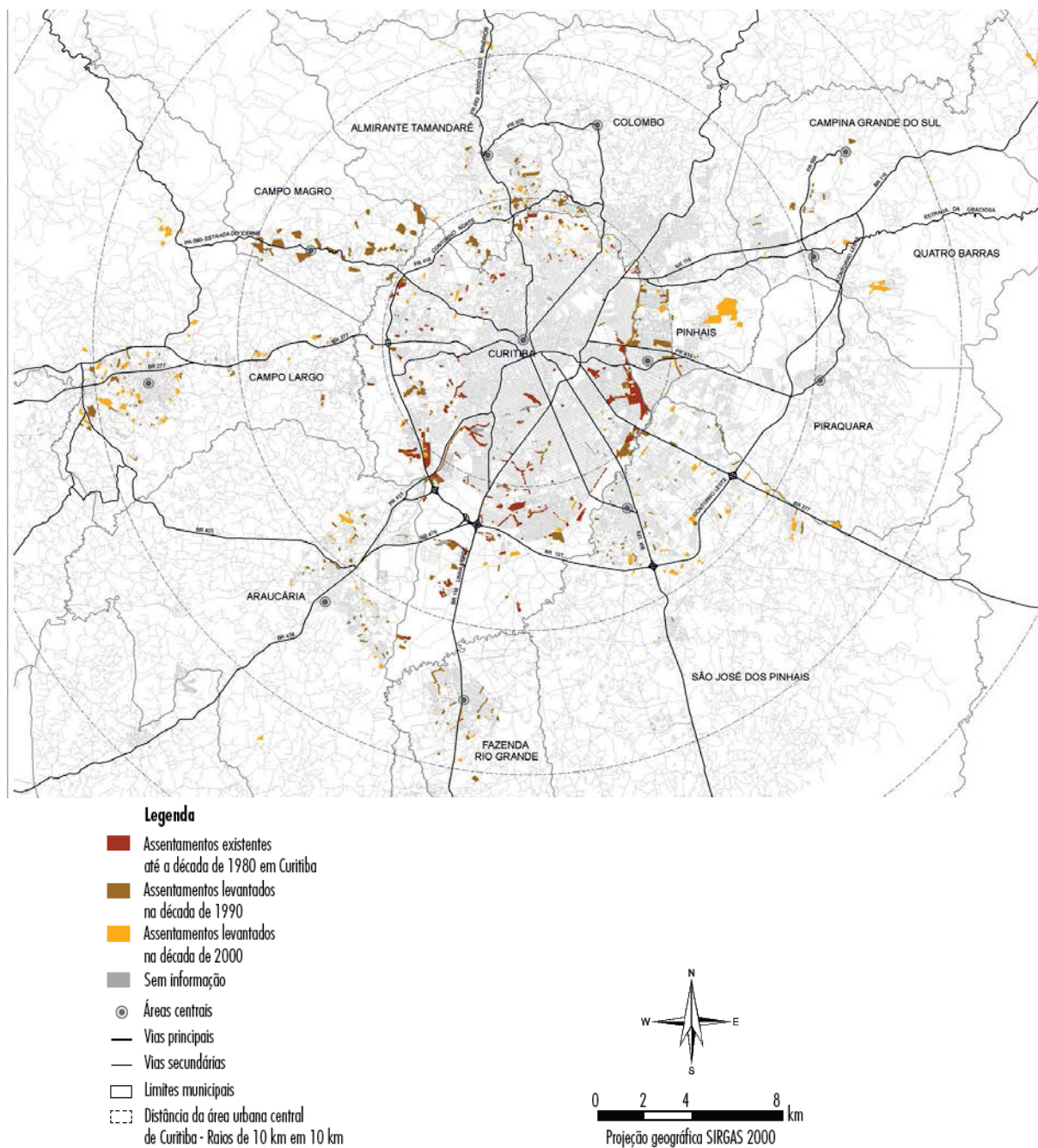
---

<sup>88</sup> Passando de 1.586.848 habitantes em 2000 para 1.751.907 em 2010.

<sup>89</sup> Com exceção da capital, no fim da década de 2000 os espaços informais se concentravam em Campo Largo, Almirante Tamandaré e São José dos Pinhais, que somados tinham 405 assentamentos, ou 43% das áreas identificadas.

entorno de Curitiba, e os vetores de crescimento foram mais intensos no norte e no sudeste do aglomerado metropolitano (Figura 32). As maiores áreas estavam localizadas em Curitiba, Campo Largo, Pinhais e Campo Magro, com uma concentração nos limites do polo com os demais municípios e uma predominância de ocupações com até 10 ha.

Figura 33 – Espaços informais de moradia no aglomerado metropolitano de Curitiba segundo décadas 1990–2000



Fonte: SILVA (2014a).

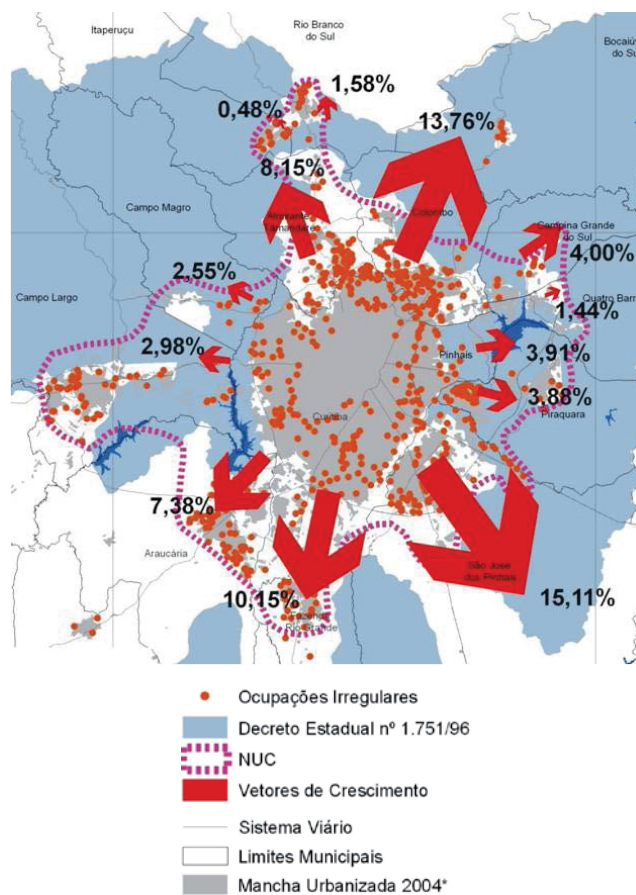
Em outro trabalho a autora defende a hipótese de que o crescimento do número de domicílios em assentamentos informais no período, faz parte do mesmo fenômeno responsável pela chegada das novas corporações industriais (SILVA, 2014), de comércio e serviço especializados, e dos novos produtos imobiliários destinados à população de alta renda. Ela identifica esse fenômeno com os estudos de Firkowski (2001) e Garcia (1997), sobre a emergência da globalização econômica na metrópole de Curitiba, mas ela discute o lugar que o mercado imobiliário informal ocupa em meio ao processo.

Prosseguindo com sua análise, ela verifica a participação de tal mercado na expansão territorial da metrópole, identificando uma concentração de ocupações irregulares na porção leste da RMC, área que também concentrava os principais vetores de crescimento<sup>90</sup> (Figura 33). Também é possível verificar que há uma polarização em relação aos padrões de ocupação do solo. Na região norte/nordeste, a partir do centro de Curitiba, concentravam-se as maiores taxas de crescimento populacional e o maior número de ocupações irregulares. A região sul/sudoeste caracteriza-se pelo oposto, taxas de crescimento populacional menores e um número significativamente menor de ocupações irregulares.

---

<sup>90</sup> A principal irregularidade é de natureza urbanística, já que os parcelamentos foram executados antes da Lei Federal 6766/1979 e da Lei de Proteção dos Mananciais da RMC da década de 1990.

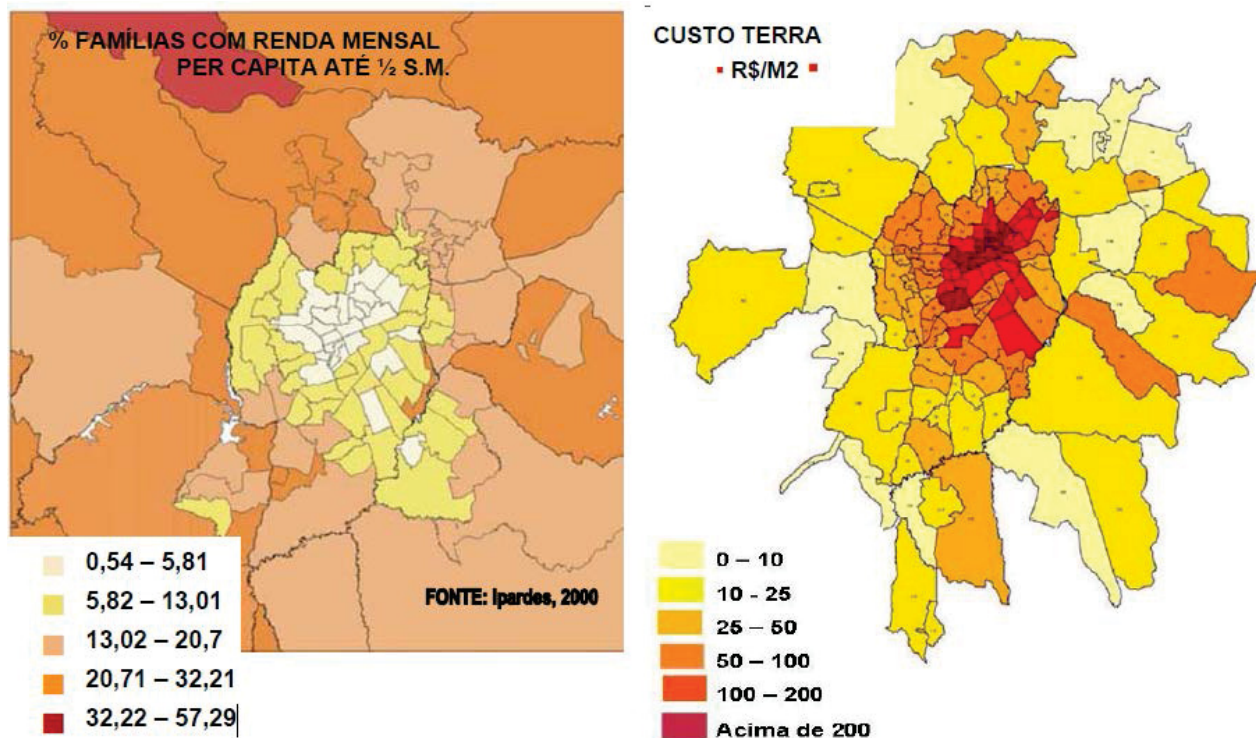
Figura 34 – Ocupações irregulares e vetores de expansão – RMC



Fonte: Pereira e Silva (2008)

Além disso, quando se cruza as famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo com os valores do custo da terra (FIGURA 34), se confirma que a população de menor renda ocupava áreas com menor preço. Pode-se concluir, portanto, que a expansão do aglomerado metropolitano se consolidou até 2000 na direção norte/nordeste, sobre terras de menor preço, e é comandada, predominantemente, por população de menor poder aquisitivo, mediante ocupações irregulares.

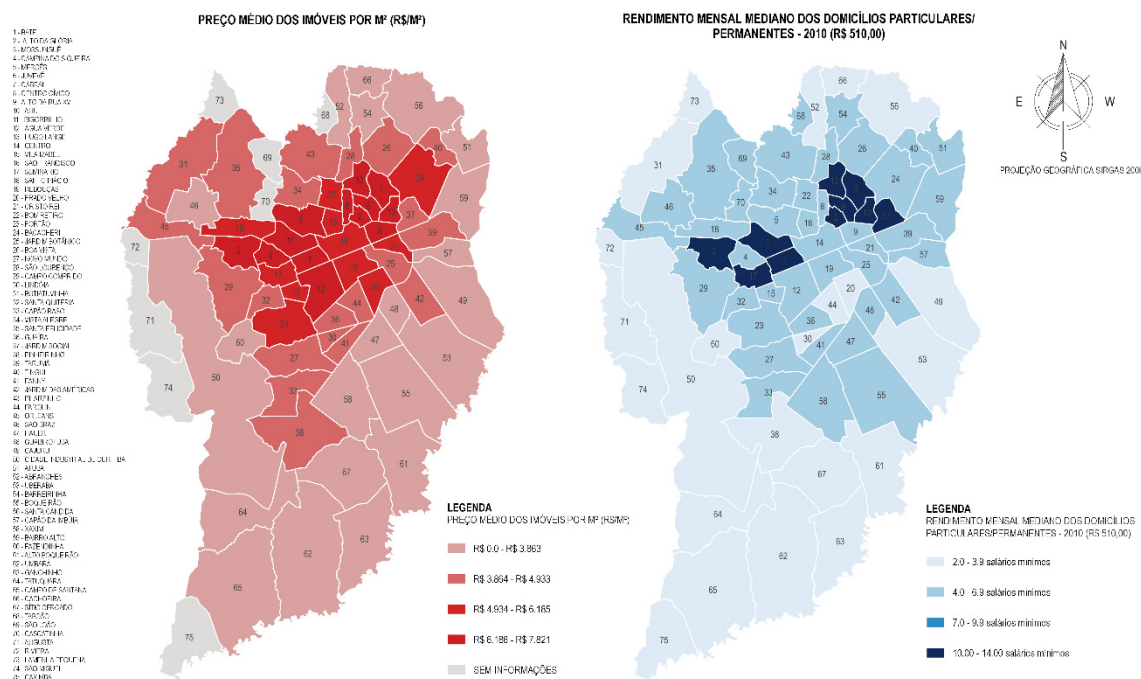
Figura 35 – Renda mensal per capita e custo da terra – RMC 2000



Fonte: Pereira e Silva (2008)

Quando olhamos unicamente para Curitiba no final da década de 2000 o padrão ainda permanece, e as áreas com rendimentos mais baixos e o preço da terra mais barato ainda são as mesmas, destacando a área do Bolsão Audi-União.

Figura 36 - Renda mensal per capita e custo da terra – Curitiba 2010



Fonte: IPPUC (2012)



Quanto à extensão da mancha urbana, passa a ser possível identificar dois principais vetores de crescimento (SILVA, 2012) à Norte e à Sudeste da aglomeração metropolitana. Nessas regiões foram encontrados os indicadores mais elevados em termos de número de assentamentos, domicílios e densidade demográfica; sua expansão ocorreu também de forma intensiva no interior da mancha urbana existente. A evolução do processo de produção indica que o seu crescimento foi resultado basicamente do aumento dos residentes nos assentamentos pré-existentes, mais intensivo do que extensivo (Figura 36). Quando cruzados os vetores de direção e sentido de expansão do processo, vemos que no norte do aglomerado metropolitano o crescimento extensivo se apresenta com mais força, e no restante da sua área prevalece o intensivo.

Figura 37 – Densidade dos espaços informais de moradia e área de concentração do crescimento intensivo no aglomerado metropolitano de Curitiba no fim da década de 2000



Fonte: SILVA, 2014a.

A conclusão que a autora chega é que, durante as últimas décadas, a expansão dos espaços informais de moradia tem contribuído para a extensão da mancha urbana em todas as direções do território do Município. Principalmente em direção ao sul da área urbana central de Curitiba, que concentrou o maior número de assentamentos informais com origem nas décadas anteriores à de 1990; enquanto ao norte se concentram os surgidos a partir da década

de 2000. Ou seja, as ocupações irregulares estão inseridas no processo de expansão da cidade, fazendo parte dela na prática, mesmo que não sejam reconhecidas legalmente. Mas qual é a dinâmica de produção desses espaços? Deixaremos de falar do aglomerado urbano e focaremos em Curitiba na próxima seção para responder essa questão.

### 2.3 OCUPAÇÕES IRREGULARES CURITIBANAS

Vemos com esses dados que, mesmo após tantas décadas marcadas pela explosão de assentamentos irregulares na periferia curitibana, a falta de regulamentação e a ocorrência de novas ocupações permaneceram, como a realidade da população pobre. Para demonstrar a vulnerabilidade destes espaços basta dizermos que aproximadamente 35% destes estão em áreas sujeitas a inundações (SILVA, 2012) e 15% estão localizados sobre faixas de domínio de rodovias, ferrovias e linhas de alta tensão. Muitos moradores de bairros da periferia levaram décadas para conseguir a legalização de suas propriedades, além dos agravantes como precariedade e violência policial. Quanto à questão do déficit de moradias, soluções definitivas não surgiram em nenhuma das administrações das últimas décadas, como comprovam os próprios números oficiais da COHAB-CT<sup>91</sup>: em 2000 o déficit habitacional de Curitiba era equivalente a 5%, o que significava, em números absolutos, 25.147 unidades habitacionais (IBGE, 2000); em 2010 era de 49.164 unidades equivalendo a 8,5% (Fundação João Pinheiro, 2013). No último levantamento que cobriu toda a RMC (Fundação João Pinheiro, 2018), verificou-se um déficit em 2015 de 79.949 unidades equivalendo a 6,5% de todo o aglomerado. Enquanto isso, a COHAB-CT tem cadastradas 46.064 famílias esperando para serem atendidas.

Embora o espaço urbano estivesse intercalado por grandes estoques de terrenos desocupados ou com potencial construtivo ocioso, registrava-se uma grande oferta de lotes urbanizados, valorizados por sua localização mas com preços de mercado inacessíveis para a população mais pobre (TONELLA, 1997). Paralelamente, na década de 1990 observa-se a emergência de uma nova lógica na organização do mercado imobiliário (PEREIRA; SILVA, 2012). Vejamos, então, como se dá a evolução do mercado imobiliário informal na RMC, para, a partir de sua dinâmica, discutir como a produção da metrópole articula formalidade e informalidade, legalidade e ilegalidade sob um mesmo processo.

---

<sup>91</sup> No período entre os anos de 1967 e 1988, temos uma média anual de 1.833 unidades entregues, entre casas, lotes e apartamentos. Enquanto a mesma Cohab-CT apontava, em 1989, a existência de 40 mil famílias cadastradas, com renda abaixo de 3 salários mínimos, à espera de financiamento para moradia.

No espaço deixado pelo mercado formal e pelas políticas públicas habitacionais, a produção dos espaços informais de moradia deriva da ação de distintos agentes sociais (SILVA, 2014a): indivíduos, grupos sociais organizados, proprietários de terra, empresas envolvidas com a atividade imobiliária e governos. As ações desses agentes são movidas por lógicas distintas, ora conflitantes, ora convergentes. No Brasil, a comercialização dos lotes é frequente, até mesmo quando o morador não possui o título de propriedade dos mesmos (ABRAMO, 2001).

Em Curitiba, os preços praticados nas áreas irregulares nem sempre apresentam uma disparidade em relação aos bairros vizinhos, e o título de propriedade pouco interfere nos preços dos terrenos residenciais, revelando a existência de um mercado imobiliário informal consolidado. O valor mediano dos terrenos com título de propriedade em 2000/2001 era R\$ 68,00 por m<sup>2</sup>, pouco maior do que o preço para terrenos sem titulação, R\$ 66,00 o m<sup>2</sup>. O grande diferencial ocorre quando existe infraestrutura, o valor mediano no mesmo período dos terrenos com infraestrutura é R\$ 108,00 o m<sup>2</sup>, bem maior que o preço em áreas sem infraestrutura, R\$ 38,00 por m<sup>2</sup>. Apenas quando temos uma combinação entre infraestrutura e títulos temos uma grande interferência nos preços dos terrenos, o valor para lotes com infraestrutura e título era R\$ 73,00 contra R\$ 29,00 sem os dois.

Em levantamento do Laboratório de Arquitetura e Urbanismo (LAURB) da UFPR, se constatou que a casa corresponde a um terço do valor total do imóvel, dependendo das condições da construção e localização. As casas de melhor qualidade são as mais caras, independente da sua localização dentro da ocupação; e o investimento em materiais de construção e melhoramentos na moradia costuma refletir diretamente no preço. Outros fatores também interferem nos preços dos imóveis irregulares: proximidade com postos de emprego; sentimento de pertencimento a uma comunidade, devido os laços de solidariedade, confiança e reciprocidade entre os moradores; concentração de população, atividades de comércio e de serviços na área, pois isso representa a possibilidade de geração de renda aos moradores.

Todos esses fatores podem compensar num primeiro momento, a falta de estrutura e a insegurança na irregularidade da propriedade, mas se tornam as principais pautas reivindicatórias de quem vive nessas áreas; a partir delas os moradores se organizam para pedir sua inserção na cidade regularizada. A resposta que o poder público em Curitiba dá a tais reivindicações será o assunto de nossa próxima seção.

## 2.4 POLÍTICAS HABITACIONAIS DE CURITIBA

Fundada em 1965, a COHAB-CT é o órgão responsável pela elaboração e execução dos projetos que implementam a política habitacional na cidade. Com mais de 130 mil unidades habitacionais construídas e entregues nas últimas cinco décadas, os principais programas desenvolvidos pela companhia desde sua criação foram os seguintes:

Programa PROLOCAR – Plano dos Mil Lotes (1983): assentou a população de ocupações irregulares em áreas da administração pública direta e indireta<sup>92</sup>. Esse programa beneficiou cerca de 1.300 famílias com a entrega do título real de uso.

Plano de Ocupação da Região Sul (1992): utilizou vazios urbanos e áreas aptas a expansão urbana para implantação de habitação de interesse social. Foram atendidas aproximadamente 22 mil famílias, mediante a oferta de lotes urbanizados; além de destinar áreas específicas para habitação coletiva<sup>93</sup>.

“Nossa Vila” (2001): visava regularizar, urbanizar e promover, em conjunto com as comunidades locais e a sociedade, o desenvolvimento social e econômico de ocupações irregulares e áreas periféricas degradadas, bem como fortalecer a capacidade de prevenção de novas invasões nas áreas de intervenção do projeto<sup>94</sup>.

Programa “MORO AQUI” (2005): para atuação em áreas de ocupação irregular, visando a melhoria das condições de habitação das famílias e promoção da integração dos bolsões de subhabitação à cidade formal. Inclui ações de desenvolvimento social junto às comunidades, com projetos nas áreas de qualificação profissional, educação ambiental e saúde entre outras<sup>95</sup>. A primeira política habitacional na cidade de Curitiba foi uma resposta à formação de favelas e ocupações irregulares entre as décadas de 1940 e 1960, apoiada pela política nacional de habitação (MOREIRA, 2014). Consistia basicamente em uma política de desfavelamento e transferência da população moradora em áreas de favelas ou ocupações

---

<sup>92</sup> Principalmente da CIC e da URBS.

<sup>93</sup> Abrangendo a área do Sítio Cercado – Bairro Novo e do Tatuquara/Campo de Santana.

<sup>94</sup> Nessa mesma época, recursos direcionados pelo Governo Federal ao Município, foram contratados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e estão sendo repassados pelo Programa Habitar Brasil/BID, para implantação dos projetos de participação comunitária, recuperação ambiental, urbanização, regularização fundiária e reassentamento da Vila Xapinhã/Moradias Novo Horizonte, beneficiando 2.163 famílias e da Vila Terra Santa/Moradias Laguna, com atendimento de 1.077 famílias.

<sup>95</sup> Fazem parte do Programa “Moro Aqui” os seguintes projetos: Bolsão Audi/União com ações de urbanização, Moradias Pinhão, com ações de reassentamento; Terra Santa, com ações de regularização e reassentamento; Vila Pantanal e Vila Bela Vista do Passaúna, com ações de urbanização; Vila Savana e Lorena, com ações de urbanização e assentamento definitivo.

irregulares para conjuntos habitacionais<sup>96</sup>. À época, 20% da população em condição irregular foi realocada pela política de desfavelamento em execução e nove assentamentos foram extintos (CURITIBA, 2006). Mas isso não impediu que os movimentos de ocupações irregulares fossem ainda mais intensos, como acabamos de ver.

A década de 1980 foi marcada por uma mudança nas políticas habitacionais de Curitiba. As políticas de remoção de favelas diminuíram de dimensão, sendo substituídas pela política de venda de lotes urbanizados. As famílias com renda de até três salários mínimos passaram a ter preferência na provisão de lotes urbanizados, dotados de infraestrutura urbana mínima e área de 160m<sup>2</sup>. Com a extinção do BNH em 1986 e a interrupção das linhas de financiamento para o setor, o número de domicílios em ocupações irregulares passou de 7.716, em 1982, para 11.929, em 1987, segundo levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).

Em 1990 ocorreram novas mudanças que alteraram os rumos da política habitacional do município; a produção de conjuntos habitacionais e a oferta de lotes urbanizados foi ainda mais reduzida, dando espaço a processos de regularização fundiária<sup>97</sup>. À época, a cidade já dispunha de legislação que regulamentava o espaço urbano, que foi posteriormente incorporada ao Estatuto da Cidade<sup>98</sup>; a questão do uso do solo urbano tornou-se matéria de diversas leis. O período de maior produção da COHAB-CT ocorreu entre o final de década de 1980 e início da década de 2000; Carvalho (2014) afirma que, embora esse período tenha sido o de maior produção, a maioria das unidades entregues não eram imóveis construídos, mas apenas lotes urbanizados, muitas vezes produzidos por empresas privadas. Dessa forma, os custos da produção ficavam a cargo do morador, que recorreu, na maioria das vezes, à autoconstrução.

No começo da década de 2000 dois eram os movimentos que sintetizam a orientação da política habitacional da cidade: a adesão do município ao novo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e a articulação entre Plano Diretor e Plano de Habitação. O Plano Diretor de Curitiba se adequou ao Estatuto da Cidade em 2004<sup>99</sup>, apresentando como

---

<sup>96</sup> A primeira ação nesse sentido ocorreu em 1967, com a transferência de famílias de ocupações irregulares para o Núcleo Habitacional Nossa Senhora da Luz, um conjunto de 2.100 casas da COHAB-CT, com financiamento do BNH.

<sup>97</sup> Foi criado um programa de parcerias com a iniciativa privada para a produção de lotes urbanizados e apartamentos voltados para atender a habitação de interesse social.

<sup>98</sup> São exemplos o “Solo Criado”, ou Outorga Onerosa, e a lei que instituiu a Transferência de Potencial Construtivo (BACK, 2004).

<sup>99</sup> O novo Plano Diretor já totalmente adequado ao Estatuto da Cidade foi promulgado pela LEI Nº 11.266 de 16 de dezembro de 2004.

um dos objetivos gerais da política de desenvolvimento urbano a democratização do acesso à terra e à habitação, através do estímulo aos mercados voltados às faixas de menor renda, e do combate ao uso especulativo da terra como reserva de valor, procurando assim assegurar o cumprimento da função social da propriedade (MOREIRA, 2014).

Nos anos seguintes realiza importantes ações nesse sentido: em 2005 normatiza a regularização de áreas ocupadas pela população de baixa renda em áreas da administração direta e indireta por meio da Lei 1.442/2005; em 2007 elabora o Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente, que enfocou o problema a partir da legislação ambiental; em 2008 a COHAB-CT consolida o Plano de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária do Município, firmado conjuntamente com os demais seis Planos Setoriais de Políticas Públicas, determinados pelo Plano Diretor do Município<sup>100</sup>.

Durante a década de 2000, a atuação da COHAB-CT foi basicamente a seguinte: a produção das unidades habitacionais por meio de empréstimos do PAC- Pró-Moradia, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); a organização e seleção das famílias da Fila de Pretendentes; o apoio a elaboração e aprovação dos projetos das faixas do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)<sup>101</sup>. Mais recentemente, a cidade adotou a estratégia de regularização de lotes em ocupações, executada por meio de diversas ações de realocação de famílias que se encontravam em áreas de proteção ambiental; a COHAB-CT começou a atuar na regularização das áreas ocupadas, procurando dar ao próprio morador a segurança jurídica para investir no imóvel regularizado<sup>102</sup>. Mas conforme o IPARDES/IPEA (2010) aponta, essa ainda não é uma ação prioritária, pois o número de assentamentos em regularização diminuiu em 23% entre os anos de 2000 e 2005, enquanto o número de assentamentos sem regularização aumentou em cerca de 11%.

No período entre 2000 a 2006 foram executados programas e projetos habitacionais de caráter mais pontual, que não promoveram a integração metropolitana e muito menos

---

<sup>100</sup> O foco do Plano Municipal de Curitiba foi a elaboração do diagnóstico e a normatização da gestão para a aplicação e efetivação do Plano, além de ter apresentado diretrizes e formulado estratégias para atender ao problema habitacional.

<sup>101</sup> A COHAB-CT atualmente é a responsável pela execução do PMCMV em Curitiba, para isso firmou uma com a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal que funciona da seguinte forma: 1 - a iniciativa privada apresenta os projetos e executa as obras; a Caixa aprova os projetos e libera os recursos; 2 - a Prefeitura oferece incentivos fiscais, como isenção de impostos, agiliza o processo de aprovação dos projetos e liberação do alvará de construção; 3 - a COHAB cadastra e identifica a demanda e dá apoio à comercialização das unidades habitacionais (COHAB-CT, 2016).

<sup>102</sup> Segundo a COHAB-CT, foram regularizados 6.355 lotes em ocupações irregulares de 1980 até 2006 (IPPUC/COHAB-CT, 2007).

enfrentaram as questões da moradia e da regularização fundiária (VASCO, 2018). Apesar de terem sido captados recursos dos programas existentes, as intervenções realizadas não faziam parte de um plano global que pudesse compor um planejamento gradual e integral necessário para superar os graves problemas habitacionais verificados na metrópole. E isso não é novidade na atuação da COHAB-CT: considerando toda sua produção histórica, as intervenções integradas a planos mais amplos foram as que menos foram executadas.

Foram atendidas famílias de apenas 20% dos domicílios em espaços informais de moradia do município em meados da década de 2000 (CURITIBA, 2007). E, como bem mostra o trabalho de Vasco (2018), esse atendimento ainda foi parcial, só confirmando o quanto tal política habitacional era insuficiente:

No Município de Curitiba os Planos de Reassentamento garantiram boa parte dos elementos de moradia adequada às famílias removidas, mas não garantiram moradia adequada às famílias que permaneceram nas favelas atingidas pela operação urbana por não exigir, nem tampouco o município disponibilizar em sua política, um conjunto de soluções que garantissem a intervenção integrada e os elementos da moradia adequada à todos os envolvidos nas áreas objeto das intervenções. (VASCO, 2018 p.92)

Prosseguindo com os resultados deste estudo, os empreendimentos do PMCMV voltados para as faixas de menor renda, com maior número de unidades habitacionais construídas, foram implementados nas divisas de Curitiba com municípios com grande número de ocupações irregulares, o que só fez reafirmar o modelo de periferação da moradia popular e o vínculo desse processo com a metropolização que vimos com Silva (2012). A política habitacional da década de 2000 pode ser definida como excludente: enquanto expulsa os mais pobres das áreas centrais favorece claramente a iniciativa privada no setor da construção civil (empresas construtoras e incorporadoras) por meio da captação de recursos federais, garantindo o investimento de capital que sustenta uma lógica rentista.

A produção da cidade de Curitiba se revela assim um processo complexo que possui várias dimensões, destacamos aqui principalmente a econômica, a política e a cultural. Acabamos de ver que sob todas elas os pobres são excluídos, sua participação não é reconhecida na história da capital paranaense, não possuem condições financeiras de acessar o mercado imobiliário formal e as políticas públicas habitacionais que deveriam corrigir as disparidades existentes simplesmente as reforçam. Não se trata de ineficiência do poder público ou de suas políticas, mas de um sentido que orienta suas intervenções.

Os moradores do Bolsão Audi-União fazem parte desta parcela excluída da população, embora tenham eles próprios produzido o espaço em que vivem nunca tiveram sua contribuição reconhecida na produção da cidade, mesmo agora que fazem parte dela de



maneira oficial. Não tem representação política expressiva, seu poder econômico não os permite acessar espaços de poder na cidade e os mantém à margem. Por isso devemos nos voltar para a história que viveram, para os sentidos que atribuem aos determinantes que condicionaram suas ações. Tendo tal objetivo em mente, nosso próximo passo será instrumentalizar uma metodologia de análise, que deve nos permitir pensar a cidade e os seus espaços a partir da ação daqueles que os produzem.

### 3 CAPÍTULO 3 –METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para compreendermos a participação do Bolsão Audi-União na história de Curitiba precisamos de uma metodologia capaz de apreender a dinâmica de sua trajetória, este será o objetivo do presente capítulo, instrumentalizar teorias e conceitos que nos possibilitem pensar desde o planejamento urbano da cidade até o cotidiano dos bairros periféricos, transitando entre diferentes perspectivas e literaturas sociológicas. Dividiremos este capítulo em duas partes, na primeira apresentamos as determinações estruturais a que nosso objeto de estudo está submetido, trazendo obras de várias áreas (sociologia, geografia, economia, direito) que se dedicaram à reflexão sobre o urbano brasileiro. A cada obra abordada faremos uma discussão teórica e histórica, para a partir daí pensarmos a cidade brasileira, como ela se configura e como podemos defini-la contemplando suas principais características, encerramos esta parte com a formulação de nossa própria conceituação.

Na segunda parte nos dedicamos a construção de uma abordagem dos sentidos que os indivíduos atribuem a estas determinações e das ações que executam no seu enfrentamento, procurando assim fazer uma ponte entre uma macro e uma microsociologia. Mas para dar conta destas ações precisamos nos focar onde eles acontecem, no cotidiano de seus agentes, sem com isso perder de vista seu lugar em um contexto maior, pensando que tais instrumentos tem que conseguir dar conta da ação dos excluídos como os moradores que um dia ocuparam e deram origem ao Bolsão Audi-União. Aqui fazemos uma aproximação com outra literatura sociológica específica, da Sociologia da Cultura, partindo de uma perspectiva marxista para pensarmos a produção da cidade em termos materiais e simbólicos.

#### 3.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA CIDADE

Pensamos a cidade partindo da concepção de Henri Lefebvre (2008), como resultado de um processo de produção ao mesmo tempo social e espacial. O pressuposto do autor é o espaço enquanto um produto social, cujo corolário é que cada sociedade produz o seu próprio, concomitantemente às relações sociais de reprodução e às relações de produção, e cada tipo de espaço urbano corresponde a um determinado modo de produção. Sob o capitalismo especificamente, se caracteriza por ser homogêneo e fragmentado: homogêneo porque tudo nele é equivalente e objeto de troca; fragmentado porque está dividido em pedaços e parcelas que se vendem seguindo os critérios da renda do solo. Além disso, o espaço capitalista

coincide com a produção da sociedade urbana, resultado de uma urbanização completa que aparece em sua obra como um devir, um horizonte possível, através da Revolução Urbana<sup>103</sup>.

Adotando os mesmos pressupostos neste trabalho, entendemos o bairro e a cidade como socialmente produzidos; não discutiremos Curitiba em termos genéricos, mas enquanto uma cidade que se desenvolve simultaneamente ao capitalismo brasileiro, através do processo de urbanização que ocorreu no país. Portanto, quando dizemos que pretendemos compreender o processo de urbanização brasileiro, nos referimos à dinâmica do processo de produção da cidade capitalista no Brasil, aos seus elementos e à lógica que rege seus movimentos. O próximo passo na compreensão da produção da cidade deve ser então apreender as dinâmicas destes processos. Tomamos primeiramente a urbanização em sua especificidade, a partir de propriedades que se manifestam em três dimensões: temporal, espacial e social.

Começando pela questão do tempo, devemos reconhecer uma propriedade que determina em grande medida os rumos de nossa urbanização: a velocidade com que ocorreu. No período de um século, o Brasil deixou de ser um país predominantemente rural para se tornar urbano; segundo o IBGE, saltamos de 10% da população em cidades em 1900, para 83% em 2010, níveis de urbanização equivalentes aos de países desenvolvidos. Em 60 anos a população rural aumentou cerca de 12%, enquanto a população urbana passou de 13 para 138 milhões de habitantes, um aumento da ordem de mais de 1.000%. Para sermos mais precisos, foi entre as décadas de 1950 a 1970 que este crescimento foi mais intenso, período em que conseguimos identificar mais claramente as propriedades que falamos se manifestarem de maneira relacionada.

Com esse ritmo de crescimento, ações do planejamento urbano que demandam um andamento mais lento para sua aplicação ficam seriamente comprometidas; este é o caso dos processos decisórios democráticos, que devem passar por várias instâncias para sua efetivação. Até mesmo os procedimentos estritamente técnicos necessitam de tempo para serem colocados em prática, pois passam por diversas mãos desde suas fases iniciais de elaboração, até a realização de seus objetivos. Lembrando que esses processos compreendem também o momento pós-execução, com a avaliação de seus impactos sobre a vida dos envolvidos. Podemos então concluir que não foram essas ações e procedimentos que ditaram

---

<sup>103</sup> Para o autor o campo urbano nasce de um movimento dialético de “implosão-explosão”, um processo contraditório de extensão e desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas, resultando nos seguintes efeitos: crescimento desmedido das cidades, concentração exacerbada de população, relações, objetos, processos de troca no plano local da cidade e a saturação do processo de urbanização decorrente. Então a forma-conteúdo da cidade industrial passa a não comportar mais a complexificação/generalização do urbano, bem como as relações tempo-espaciais fruto de seu desenvolvimento, culminando numa “explosão”.

o ritmo da urbanização no Brasil, o que nos leva a procurar por elementos que atuam não apenas sobre o meio urbano, mas sobre a sociedade como um todo.

Alguns autores apresentam fatores de ordem econômica como os principais condicionantes da velocidade que verificamos, o principal deles sendo a industrialização (SANTOS, 1993; GROSTEIN, 2006)<sup>104</sup>. De acordo com Sposito (2015), a criação do parque industrial nos grandes centros teria funcionado como um dos principais promotores do deslocamento da população da área rural para área urbana; concomitantemente, como motor da mudança de um modelo agrário-exportador para um modelo urbano-industrial. Prosseguindo com a autora, várias redes foram articuladas e se consolidaram na segunda metade do século XX, a partir das economias regionais. Mas a industrialização se deu num ritmo acelerado e desordenado, numa configuração desigual, enquanto algumas regiões ficaram altamente industrializadas outras permaneceram rurais.

Esta é a segunda propriedade do processo de urbanização brasileiro, que manifesta sua dimensão espacial sob a forma altamente concentrada. Um sistema urbano se constituiu a partir dos polos que vieram a se tornar nossas metrópoles; algumas delas, devido sua centralidade, adquiriram importância não apenas regionalmente, como Rio de Janeiro e São Paulo. A estrutura urbana do país foi formada inicialmente calcada em nove Regiões Metropolitanas (RM's), com a institucionalização das primeiras na década de 1970 por iniciativa da União<sup>105</sup>. Atualmente, o Brasil urbano está estruturado em 29 regiões metropolitanas e, segundo estimativas, a população metropolitana está concentrada em 463 municípios (distribuídos em 18 estados e no Distrito Federal), enquanto o país possui 5.560 municípios (Garson, 2009). Mas sem um planejamento efetivo e políticas públicas consistentes em diversas áreas<sup>106</sup>, uma série de problemas sociais marcaram profundamente o meio urbano.

O que nos leva à propriedade que revela a dimensão social de nossa urbanização: o seu caráter excludente. As maiores cidades não concentravam somente a maior parte da riqueza nacional, também possuíam os maiores focos de pobreza e de exclusão social

---

<sup>104</sup> Para Santos após as décadas de 1940-1950 os fatores de natureza econômica ganham peso e se impõem às dinâmicas urbanas pelo país inteiro, e Grostein coloca que a expansão urbana foi condicionada pelos eixos de expansão econômica, que coincidiam com o traçado da infra-estrutura existente.

<sup>105</sup> Em 1973 criaram-se as RM's de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Em 1974, depois da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara foi criada a RM do Rio de Janeiro. Novas RM's só vieram a se constituir juridicamente após a Constituição Federal de 1988, que tirou da União e passou para os Estados a atribuição de sua institucionalização. Desde então os critérios para criação das regiões metropolitanas foram vários, principalmente políticos.

<sup>106</sup> Habitação, saúde e segurança apenas para citarmos algumas delas.

(Davidovich, 2001); formava-se um círculo vicioso e contraditório: ao mesmo tempo em que produziam espacialmente a exclusão, as metrópoles eram produzidas por ela. A desigualdade social, em sua dimensão urbana, se manifesta principalmente na segregação espacial, como bem demonstra Maricato (2003); a pobreza se concentra em determinadas áreas ou regiões, mal estruturadas e com difícil acesso a serviços e equipamentos públicos.

À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (MARICATO, 2003 p.152)

A maioria das famílias que se deslocaram em direção à cidade nas décadas de 1960 e 1970 foram em direção às periferias, sendo importantes agentes da urbanização ao promoverem a expansão desses espaços pela autoconstrução da moradia; a formação e o crescimento periférico se estabeleceu como uma forte tendência<sup>107</sup>. Isso levanta a questão a partir da qual gostaríamos de desenvolver nossa metodologia, a habitação. Retomando e aprofundando Lefebvre (2008), a produção social do espaço social culmina em um habitar; ele serve ao mesmo tempo de meio e instrumento, assegurando a reprodutibilidade da sociedade (biológica, social e política), instrumentalizando a cidade e a aglomeração urbana como meios de produção. O “habitar” das periferias coloca a exclusão como propriedade central do processo de produção de nossas cidades.

Ao longo da urbanização foram sendo estabelecidos requisitos normativos que produziram uma verdadeira barreira institucional para prover moradia aos mais pobres, induzindo a ação irregular e/ou clandestina de loteadores; muitas vezes em ocupações irregulares de glebas urbanas (MARICATO, 2001; ROLNIK, 1999). Historicamente as classes populares residem em três tipos básicos de habitação: os cortiços, as favelas e os loteamentos periféricos, com moradia própria e autoconstrução. Desses, o espaço que sempre chamou mais atenção, tanto dos estudiosos, quanto do poder público, foi o das favelas: “[...] entendidas como ocupação de terra alheia, pública ou privada, cujas unidades habitacionais barracos de madeira ou casas de alvenaria, estão presentes em boa parte das cidades médias e

---

<sup>107</sup> Enquanto às relações de trabalho, parte deles se integrou nos núcleos dinâmicos da economia (na indústria automobilística por exemplo) e formou as bases da organização e movimentação sindical que marcaram a década de 1980.

grandes do Brasil, muitas situadas em zonas insalubres ou em áreas de risco” (KOWARICK, 2009 p. 81).

A cidade que foi produzida a partir desse processo é profundamente marcada por essas propriedades, e pode ser entendida como o lugar onde se manifestam grande parte dos problemas sociais da sociedade brasileira. Curitiba, como uma metrópole regional, faz parte desse quadro, algo que esperamos ter deixado evidente no capítulo anterior. Para avançarmos na construção de nossa metodologia precisamos prosseguir na discussão sobre a relação entre urbanização e capitalismo em nosso país, que está para além de elencar a industrialização como determinante. A Sociologia Urbana já discutiu muito sobre isso, partindo não apenas de nosso desenvolvimento industrial, mas das especificidades que o modo de produção assumiu no modelo implementado durante o século XX. A seguir, faremos uma revisão desta literatura.

### 3.2 O CAPITALISMO BRASILEIRO E O PADRÃO PERIFÉRICO DE URBANIZAÇÃO

A produção das décadas de 1960 e 1970 discutia o urbano no Brasil e na América Latina como um todo, mantendo um diálogo com os estudos econômicos elaborados pela CEPAL. Nesse movimento surgiu a tese da hiperconcentração urbana, que caracterizava a urbanização brasileira como sócio-pática (PEREIRA, 1969) devido os desequilíbrios provocados pela implantação do “capitalismo periférico” no Brasil; ele foi denominado assim em referência às relações de dependência econômica estabelecidas em relação aos países centrais. Tal interpretação se inseria em meio à teoria da urbanização dependente (CASTELLS, 1972), que procurava explicar os desequilíbrios do crescimento urbano na América Latina como consequência direta da dinâmica de acumulação capitalista no continente. As cidades do continente eram definidas como “inchadas”, “desequilibradas”, “desarticuladas”, com grande parte de seus habitantes marginalizada. Era apontada a necessidade de incorporação dessa população à cidade, tomando as cidades dos países centrais como paradigma de cidade moderna: a urbanização brasileira deveria, assim, caminhar no mesmo sentido, e incorporar os seus cidadãos nos mesmos parâmetros.

Outros trabalhos, como o de Singer (1973), defendiam que as características do crescimento urbano brasileiro e latino-americano não seriam particulares, mas sim decorrência do desenvolvimento das relações capitalistas durante o século XX. Nesse sentido, Kowarick e Campanário (1988) trabalham com a noção de "industrialização subdesenvolvida", que combinava modernização, alta produtividade e formas absolutas de

extração da mais-valia: contenção salarial, extensão da jornada de trabalho, precarização das condições de trabalho. Por essa ótica, o setor moderno da economia nacional faria “uso” do setor “atrasado”, revelando uma relação dialética entre os dois setores ou “polos”, de modo que a expansão do capitalismo no Brasil teria ocorrido pela introdução de relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, configurando uma relação não apenas desigual, mas combinada<sup>108</sup>. Dessa combinação advém o caráter excludente assumido pelo nosso capitalismo, algo já muito discutido pelo pensamento social brasileiro em diversas áreas:

Retórica e enfaticamente, sempre se falou em “capitalismo excludente”, e a mesma adjetivação foi também usada para dinâmica produtiva, industrialização, urbanização ou para alianças e sistema político. O entendimento era que mudanças significativas – diversificação e crescimento econômico, migração para as cidades e as oportunidades socioeconômicas e políticas que estes processos abriam – sempre deixavam de incorporar grandes parcelas nos benefícios do desenvolvimento e da modernização. Estes eram incompletos, inacabados, elitistas ou até predatórios, para as versões interpretativas que associavam o crescimento à pobreza, cuja síntese combinava os desiguais em um conjunto tenebroso: a *Belíndia*, mistura atrofiada de Bélgica e Índia, espécie de “ornitorrinco tupiniquim (KOWARICK, 2009 p. 68).

A principal referência nos debates conjunturais foi a obra de Oliveira (1972)<sup>109</sup>, chegando a influenciar diversos estudos urbanos nas décadas seguintes. Não à toa que o autor escreveu o prefácio da coletânea editada por Maricato (1979), no qual chama a atenção para o fato dos trabalhos ali reunidos adotarem a noção do urbano enquanto forma, e não apenas como lócus da expansão capitalista no Brasil. Outros pontos em comum são: o entendimento da moradia autoconstruída como riqueza social (diferente do valor) posta a serviço da reprodução do capital; a concepção do espaço construído como produto de uma atividade, que apesar de tecnicamente atrasada, é lucrativa devido à combinação de novas e velhas formas sociais; e as características elitistas da política habitacional são o produto decorrente da natureza de classe do Estado brasileiro.

A partir desses pressupostos, os autores desenvolvem a noção de “padrão periférico de urbanização”, adotado em estudos urbanos pelo resto do Brasil; as principais características do “padrão” seriam a segregação social das camadas de menor renda, a autoconstrução das moradias e a precariedade das condições de consumo coletivo. Seguido enquanto modelo

---

<sup>108</sup> A superação da pobreza urbana demandaria mais do que a incorporação do atrasado pelo moderno, dos pobres urbanos pela cidade, mas a superação da estrutura como um todo, em que o “atrasado” e o “moderno” se reatualizam.

<sup>109</sup> Para o autor o principal aspecto do “capitalismo periférico” no Brasil seria o rebaixamento do valor da força de trabalho, via medidas que visavam diminuir os custos de sua manutenção. As principais medidas que ele cita são: a implementação de um modelo de alimentação provinda dos produtos provindos da agricultura de subsistência, e principalmente um modelo habitacional baseado na autoconstrução da moradia operária.

heurístico e, por vezes, como ideal-tipo, tornou-se um paradigma teórico, como Ribeiro e Lago (1994) sintetizam nos seguintes pontos:

- a) Em primeiro lugar, o par centro/periferia, de noção operatória de pesquisa, torna-se um conceito utilizado para entender o processo de expansão da estrutura interna da metrópoles.
- b) Tal processo se caracteriza pela existência de um movimento de expulsão/atração - dependendo da orientação teórica do trabalho - para a periferia. Conseqüentemente, admite-se a idéia de mecanismos de seleção ao acesso ao núcleo.
- c) O termo periferização, portanto, não quer dar conta apenas de um "locus", mas de um processo de segregação e diferenciação social no espaço que tem causas econômicas, políticas e culturais.
- d) Não obstante, consolida-se como inerente ao padrão periférico a representação da periferia caracterizada enquanto espaço da reprodução precária da força de trabalho, portanto espaço da carência.
- e) Apesar de alguns trabalhos chamarem a atenção para o fato de a segregação social não poder ser representada na estrutura núcleo/periferia, sendo necessário operar com a concepção de uma estrutura poli-nucleada, consolida-se a imagem de espaços socialmente homogêneos.
- f) A dinâmica de crescimento periférico é lida a partir de dois tipos de perspectivas analíticas: como a projeção, ao nível do espaço, do processo de acumulação e como modelo de representação da hierarquia social vigente na sociedade brasileira.
- g) De maneira geral, a intervenção seletiva do Estado na alocação dos investimentos urbanos é tomada como mecanismo central do padrão periférico de crescimento, embora em muitos trabalhos se faça alusão à importância dos agentes dos mercados fundiário e imobiliário e suas respectivas práticas (RIBEIRO e LAGO, 1994 p.06).

A maioria dos estudos que adotam o “padrão” tomam o espaço periférico das cidades brasileiras como objeto de análise, e o apresentam como principal produto de nossa urbanização. A dinâmica do processo, para Grostein (2006), criou metrópoles com paisagem marcadas por loteamentos ilegais, clandestinos, invasões e favelas. As áreas ocupadas por essas habitações são caracterizadas pela autora como impróprias para urbanização, o que contribui para formar uma malha urbana desorganizada e deficiente, sem saneamento básico ou equipamentos públicos suficientes. A ausência de infraestrutura e de qualquer planejamento produziu espaços tão precários que negam a própria urbanidade; a ponto de Ermínia Maricato (1985) caracterizar a periferia como o antiurbano. A autora, em outra obra, faz um inventário das regiões que geralmente são apossadas nesse contexto: “beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental<sup>110</sup>” (MARICATO, 2003 p.153).

As duas nos colocam diante dos impactos sofrido pela natureza, e seus apontamentos se complementam para esboçar o quadro complexo da questão ambiental no meio urbano do país. Grostein coloca que o encaminhamento de soluções das questões ambientais entra em conflito com as estratégias de sobrevivência dos mais pobres; e Maricato ressalta que a

---

<sup>110</sup> A vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização.



consolidação das ocupações em áreas de proteção ambiental ocorre devido custo inviável de sua remoção<sup>111</sup>. Além disso, também evidenciam o caráter excludente, que identificamos anteriormente, como propriedade da urbanização: a primeira cita como fatores impulsionadores dessa realidade a dificuldade enfrentada pelos pobres em acessar moradia em regiões estruturadas e a insuficiência da oferta pública de habitação social; a segunda destaca que resta a essas populações somente as terras rejeitadas pelo mesmo mercado que as excluí.

Após nossas leituras identificamos o Estado brasileiro como principal agente do processo de produção de nossas cidades, seja por suas ações ou por sua ausência. De acordo com Ribeiro e Lago (1994) a intervenção estatal estabelece um crescimento urbano segregador e excludente. Por um lado, formula políticas públicas que atendem prioritariamente às necessidades do grande capital em matéria de infraestrutura e serviços urbanos, relegando aquelas concernentes à reprodução da força de trabalho. Por outro, sua omissão no controle do crescimento urbano permite que o espaço das grandes cidades seja organizado ao sabor da especulação imobiliária, encarecendo enorme e artificialmente o preço da terra<sup>112</sup>. O resultado é duplo: segregação social das camadas populares, obrigadas a morar nos espaços periféricos e, conseqüentemente exclusão do acesso aos equipamentos e serviços urbanos.

A orientação do modelo teórico caminha na direção que sugerimos anteriormente ao demonstrar que essas ações explicitam a relação existente entre urbanização e capitalismo no país; pois as políticas urbanas ajudam o Estado a cumprir a função de garantir a reprodução da dinâmica capitalista através de dois tipos de investimentos que são implementados ao mesmo tempo: os produtivos, que auxiliam a acumulação, e os que legitimam a sociedade capitalista ocultando seu caráter de classe.

As políticas públicas urbanas representariam investimentos produtivos, já que auxiliariam a reprodução da força de trabalho, viabilizada através do provimento dos chamados bens (ou equipamentos) de consumo coletivo. Entretanto, essas mesmas políticas também incluiriam gastos improdutivo legitimadores da ordem social, na medida em que ultrapassassem o patamar de condições de vida necessário para a reprodução dos trabalhadores. Como os gastos com a legitimação envolveriam um volume de recursos marginal e os investimentos para a reprodução da força de trabalho tenderiam a cair muito em momentos de crise, as condições urbanas de vida para os trabalhadores quase sempre deixariam a desejar (BICHIR e MARQUES, 2001, p.10).

---

<sup>111</sup> Impactando de forma negativa sobre os mananciais que abastecem as cidades.

<sup>112</sup> Grostein (2006) também aponta a negligência do Estado com o crescimento da ilegalidade nos assentamentos populares (do ponto de vista jurídico, administrativo e urbanístico).

Assim, o “padrão periférico” do crescimento das nossas metrópoles se revela uma das principais expressões do “capitalismo periférico” no Brasil (LAGO e RIBEIRO, 1994); mas a versão mais bem acabada deste movimento de pesquisa está na obra de Lúcio Kowarick (2000), com o conceito que unifica, no plano analítico, as relações de exploração e o processo de urbanização: a “espoliação urbana”. Definida como o conjunto de extorsões sofrido pelas classes baixas, que cumpre uma função necessária ao processo de acumulação capitalista no país ao rebaixar o custo da reprodução da mão-de-obra industrial; nas palavras do próprio autor:

É a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta. [...] É preciso reafirmar que a espoliação urbana está intimamente ligada à acumulação do capital e ao grau de pauperismo dela decorrente. Isso porque os trabalhadores assalariados e autônomos ou os desempregados são também moradores espoliados, e, sobretudo, porque é a dinâmica de criação e apropriação dos excedentes que gera esses dois aspectos interligados da reprodução dos trabalhadores (KOWARICK, 2000 p. 24-26).

O autor aprofunda a discussão sobre o papel que nosso modelo de urbanização cumpre para o “capitalismo periférico”; ele aponta que segregação e desigualdade social são estruturais nos países da periferia do capitalismo mundial. Em nosso caso, a acumulação seria possível somente mediante a manutenção de um vasto exército industrial de reserva, que, longe de ser marginal, aparece como um elemento indispensável ao processo. Acrescenta a dimensão política ao debate, ao afirmar que apenas um regime autoritário poderia sustentar tal sistema, mediante a submissão do conjunto da força de trabalho a padrões constantes de superexploração da mão-de-obra e espoliação urbana. Nesse sentido, a noção nos possibilitaria compreender como seria possível a manutenção de patamares de pauperização elevados mesmo em momentos de prosperidade econômica, como durante o milagre econômico (1969-1973)<sup>113</sup>.

A “espoliação urbana” também estaria, dessa forma, associada à dinâmica das lutas e reivindicações em relação ao acesso à terra, habitação e outras demandas sociais. A principal questão que surge é quanto à capacidade dos grupos e camadas sociais de pressionar e obter do Estado os elementos básicos para sua sobrevivência. Esse se ocupa em mediatizar a reprodução dos trabalhadores, por meio da regulação das condições de trabalho e de remuneração; e ainda, de maneira direta e/ou indireta, pela geração de bens de consumo

---

<sup>113</sup> Período que ficou marcado pelo grande crescimento do PIB e por baixos níveis inflacionário, durante o milagre econômico o PIB alcançou a taxa de 11,1% de crescimento anual.

coletivo essenciais à reprodução urbana dos trabalhadores. Então, mesmo quando a alta pauperização é mantida, os padrões de reprodução urbana podem melhorar ou piorar, dependendo do que os moradores consigam obter do poder público em termos de serviços e equipamentos, subsídios à habitação ou facilidades de acesso à terra provida de infraestrutura. Isso sem falar que a manutenção da ordem social capaz de garantir a acumulação capitalista está assegurada minimamente; caso os excluídos se levantem o Estado não se omite de cumprir o seu papel repressor e age com violência para reprimir manifestações contestatórias. Na leitura de Kowarick, política e economia estão intimamente relacionadas; este direcionamento dos investimentos públicos os torna fatores de valorização diferencial da terra, colocando a instituição estatal como ator central no processo de especulação imobiliária e segregação espacial.

As periferias brasileiras seriam o resultado mais visível desta “espoliação”, marcadas profundamente pela exclusão das camadas populares, obra tanto da ação do Estado, quanto pela própria dinâmica da acumulação capitalista no país. Podemos dizer que o “padrão periférico” mantém uma orientação metodológica estruturalista, privilegiando ainda um enfoque generalista, instrumentalizando categorias e conceitos principalmente de natureza econômica, sob uma influência da literatura marxista. Seu principal mérito seria justamente o de desvelar os mecanismos de funcionamento do regime econômico em nosso país a partir do processo de urbanização, e assim oferecer um excelente ponto de partida para as análises do meio urbano, pois estabelece um panorama de nossas metrópoles como inseridas em um amplo processo social. Mas um modelo teórico criado durante o auge do processo de urbanização ainda dá conta de compreender a produção social de nossas cidades passado tantas décadas? Para responder essa questão veremos a seguir se a dinâmica urbana recente ainda obedece às mesmas determinações verificadas até aqui.

### 3.3 MUDANÇAS NO PADRÃO

Apesar da urbanização ter se imposto com uma força irresistível durante o século XX, no final da década de 1980 já sinalizava importantes mudanças em seu desenvolvimento; como a inflexão na concentração demográfica e econômica nas grandes metrópoles, que ocorreu paralelamente ao fortalecimento das cidades médias (LAGO e RIBEIRO, 1994)<sup>114</sup>.

---

<sup>114</sup> Nesse sentido, Sposito (2015) destaca o aumento do número de metrópoles regionais, com Brasília acendendo à condição de metrópole nacional, além do aumento no papel de inúmeras capitais regionais.

Não que isso tenha significado um esvaziamento das metrópoles, apenas a perda de seu domínio em nosso sistema urbano. Elas ainda cumprem uma função concentradora, mas surgem novos polos industriais em outras áreas, como o caso do polo de informática de Campinas no início da década de 1990.

Os números mostram que nas últimas décadas sua participação na economia brasileira diminuiu. Entre 1996 e 2004 passou de 67,2% para 62,7% (Ribeiro, 2010), redução que é possível verificar em praticamente todos os setores econômicos, exceto o de serviços<sup>115</sup>. Conseqüentemente, as relações entre regiões, estados e cidades se alteraram profundamente, até a Região Sudeste perdeu relativamente sua importância na composição do PIB industrial brasileiro<sup>116</sup>. Enquanto o papel de São Paulo cresceu na centralização espacial da gestão do capital, foi deixando de ser a escolha principal para o setor industrial, pois cidades de diferentes portes foram escolhidas devido ao menor custo para implantação de novas indústrias (Sposito, 2015)<sup>117</sup>. A desconcentração econômica seria um reflexo da própria desconcentração das atividades industriais, pois o setor teve sua participação reduzida na economia brasileira em pouco mais de 5% no mesmo período de 1996 a 2004<sup>118</sup>. Embora as atividades industriais de bens tradicionais e de bens duráveis terem decrescido, as atividades difusoras de progresso técnico apresentaram considerável crescimento.

Precisamos entender essas mudanças inseridas em um quadro de referência mais amplo, a partir da década de 1980 ocorreram transformações no interior da atividade produtiva que redefiniram a importância das metrópoles, condicionadas pela nova face assumida pelo capitalismo em resposta à crise econômica da década anterior<sup>119</sup>. Se a industrialização não conduz mais o processo de produção de nossas cidades, isso ocorre porque não condiciona mais o capitalismo como um todo; apesar de ainda exercer um importante papel, não possui mais o mesmo peso para a economia de antigamente, tendo perdido muito espaço para o capital financeiro. Consideradas conjuntamente, essas mudanças representaram o que Harvey (2013) identifica como a passagem do sistema fordista para um regime de acumulação flexível, também chamado pós-fordista. O Brasil não passou incólume

---

<sup>115</sup> O único ramo de atividade econômica que alcançou crescimento durante o período na participação no conjunto das metrópoles foi o de serviços prestados às empresas.

<sup>116</sup> O Estado de São Paulo inteiro inclusive a capital.

<sup>117</sup> Outros autores (DINIZ e CROCCO, 1996) apontam que na verdade a industrialização do país nunca se deu em todo o território nacional.

<sup>118</sup> Apesar de ter apresentado recuperação em 2004, ainda não foi o suficiente para atingir o mesmo patamar do período anterior.

<sup>119</sup> O receituário para enfrentar a crise internacional seria: a) concentração e centralização econômica do capital, b) desconcentração espacial da produção e do consumo, c) centralização espacial do comando.

e se abriu ao capitalismo contemporâneo nas últimas décadas (TELLES, 2006): aos mercados de capitais globalizados; à reestruturação produtiva; às novas tecnologias; mudanças nas práticas gerenciais; flexibilização do contrato de trabalho.

Mas o impacto foi sentido intensamente a partir da década de 1990. As consequências da abertura brasileira ao capital internacional foram: aumento do desemprego de longa duração e do contingente de desocupados; sensível piora nas condições de trabalho com crescimento da terceirização e da informalidade. O assalariamento recuou continuamente ao longo da década, e os novos padrões do mercado de trabalho provocaram a quebra de uma estrutura ocupacional que apesar de precária, durante décadas permitiu a integração de uma mão de obra pouco ou nada qualificada. Assim foi interrompido o ciclo histórico de mobilidade ocupacional e social ascendente que estava em curso na sociedade brasileira (PASTORE, 1993), uma das dimensões do “ciclo de integração urbana” (Gribaudi)<sup>120</sup>. Esse processo foi formado também por: deslocamentos espaciais, integração no mercado de trabalho urbano-industrial, acesso à moradia e aos serviços urbanos.

O perfil das atividades impulsionadas pelo modo de acumulação flexível promoveu uma nova distribuição territorial, como a expulsão dos pobres em direção às periferias. As dinâmicas populacionais foram profundamente afetadas também, com os municípios adjacentes das RM's crescendo num ritmo maior do que o município-sede, trazendo também uma nova escala da periferização habitacional que cria padrões bem díspares: o município-dormitório e o condomínio residencial fechado ou controlado<sup>121</sup>. A periferia deixou de ser uma fronteira; tendência que convive com outra diametralmente oposta: a produção de espaços residenciais privilegiados destinados às camadas de alto poder aquisitivo e separados territorialmente do resto da cidade.

Desde a década de 1980 há uma retomada do crescimento das favelas (RIBEIRO e LAGO, 1994), tanto pela densificação das antigas, quanto pelo surgimento de novas nas áreas periféricas mais distantes da cidade. A partir daí a concentração da pobreza no país passa a ser urbana, com populações inteiras pela primeira vez aglomerando-se em regiões

---

<sup>120</sup> Até a década de 1980, a dinâmica societária brasileira foi marcada por um expressivo movimento de mobilidade social ascendente, na década de 1970 por exemplo, quase a metade dos brasileiros chegou a posições sociais mais altas que a de seus pais (mobilidade intergeracional), e mais da metade estava em posições superiores à sua posição inicial na carreira profissional. A partir dos anos 1980 podemos identificar sinais de bloqueio dos movimentos de mobilidade ascendente, principalmente no final da década, como destaca Faria (1992).

<sup>121</sup> Desde então ocorreu a emergência de novos padrões de segregação socio-espacial, cujos principais sinais são: a diversificação socioeconômica das áreas periféricas que reproduziu em seu interior a estrutura núcleo/periferia; a difusão da pobreza pelo tecido metropolitano em contraposição ao movimento de estruturação das décadas anteriores; e o surgimento de novas formas de segregação das camadas médias.

predominantemente pobres. E aí as formas de moradia pobre não se limitam às favelas, vide São Paulo, onde os cortiços se difundem pela cidade como um todo, seja no centro ou na periferia. A difusão de favelas e cortiços para o autor está diretamente ligada ao esgotamento do “padrão periférico” de crescimento urbano, e a década marca o fim do acesso à casa própria para a população pobre. Enquanto isso no Rio de Janeiro ocorreu uma paralização do processo de loteamento periférico popular (RIBEIRO ET ALII,1988).

Desde então, o crescimento na proporção de pobres nas RM's é maior que a proporção de pobres nas áreas urbanas não-metropolitanas e no total nacional; o que leva Grostein (2006) a defender que o acentuado crescimento populacional do conjunto de RM's em relação a seus estados está vinculado ao incremento de populações mais pobres, que buscam nos grandes aglomerados urbanos melhores oportunidades de emprego e acesso aos equipamentos e serviços públicos<sup>122</sup>. Os dados do IBGE mostram grandes taxas de crescimento da população residente em favelas (da ordem de 118,33%), destacando-se principalmente as regiões de Belém, Recife, Curitiba e São Paulo. Verificamos no mesmo período uma piora das condições de moradia das populações pobres, um processo de “periferização” acompanhado do aumento da favelização e da degradação ambiental provocada por loteamentos ilegais e ocupações em áreas protegidas e solos frágeis<sup>123</sup>.

Mas como apontam Ribeiro e Lago (1994), essas transformações não se referem apenas à dinâmica núcleo/periferia vigente até a década de 1970, pois modificam inclusive a produção do espaço periférico, que deixa de ser riqueza social a serviço do capital para se tornar capital. Torna-se uma mercadoria pela inserção do loteamento e da moradia na lógica imediata da reprodução do capital. Isso ocorre através de dois movimentos: a inclusão do espaço periférico, já construído em outras relações sociais, na órbita do movimento do capital que o transforma assim em valor; e a emergência de novas formas de produção sob a égide do capital. Indiferente se é uma moradia autoconstruída, ou um lote produzido por capitalistas sem capital, ambos se transformam em valores devido à expansão das relações capitalistas de produção do espaço construído.

Estamos diante de mudanças no processo de produção de nossas cidades tão grandes que chegam a redefinir suas propriedades, além de um crescimento estabilizado e dos impactos da desindustrialização houve o aprofundamento da exclusão historicamente sofrida pelas camadas populares. Na verdade, se lembrarmos que a exclusão social é anterior à

---

<sup>122</sup> A autora conclui que no Brasil a pobreza e a miséria são metropolitanas.

<sup>123</sup> Os fenômenos que originalmente estavam circunscritos ao município-sede passam a ocorrer nas regiões metropolitanas como um todo, principalmente nos municípios-dormitório.

urbanização, devemos reconhecer que ela perpassa o processo<sup>124</sup>, e articula as outras propriedades, determinando, em última instância, a produção da cidade no Brasil. O espaço urbano nasce e se desenvolve sob o peso da exclusão social; um paradoxo, já que é produzido alijando alguns dos principais agentes que promovem o seu desenvolvimento.

As mudanças das últimas décadas evidenciam a emergência de novos conflitos nas metrópoles, relacionados com a posse da terra e a expansão das moradias precárias, como cortiços, favelas e até mesmo a moradia temporária no espaço público. Isso pode apontar para o esgotamento do “padrão periférico” enquanto paradigma teórico, mas não quer dizer que a periferia deixou de ser um lócus importante para se pensar a urbanização brasileira. Pelo contrário, como acabamos de ver, ela se revela um objeto mais complexo, e a compreensão de seu processo de produção permanece essencial para entendermos a produção da cidade brasileira, cada vez mais desigual e segregada. Em nossa discussão metodológica reafirmamos a periferia enquanto lócus de análise e a exclusão social como temática abordada, contemplando assim duas dimensões, a espacial e a social de forma relacionada. Acabamos de falar da espacial teoricamente; a seguir, discutiremos a social procurando compreender como se produz a exclusão, a apresentando como um fenômeno igualmente multidimensional, que abarca o econômico e o jurídico.

### 3.4 O MERCADO IMOBILIÁRIO RESTRITO

Historicamente os trabalhadores brasileiros, em geral, foram excluídos do mercado imobiliário privado, resultado direto da industrialização com baixos salários; mas também devemos considerar a lógica de funcionamento desse mercado. O padrão estabelecido no modo de produção do espaço construído das grandes cidades brasileiras durante a década de 1970, com o advento do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), trouxe a expansão da incorporação imobiliária como forma empresarial de produção da moradia (RIBEIRO e LAGO, 1994). O pequeno especulador, ator que estava presente em todas as camadas sociais, saiu de cena e deu lugar à grande empresa imobiliária. A valorização da terra deixou de ser fundada em práticas de "reserva de valor" típicas da especulação imobiliária, para ter seu fundamento em processos que articulam valorização fundiária e valorização do capital, que

---

<sup>124</sup> Destacamos aqui as reflexões de Jessé Souza (2006a, 2006b), que estuda a desigualdade social desde o período colonial.

passou a circular entre o mercado financeiro e a produção imobiliária, criando o sistema de incorporação imobiliária.

O principal agente do SFH era o incorporador, que apesar de atuar no mercado imobiliário desde os anos 1940, tinha sua ação até então limitada devido a inexistência de um mecanismo capaz de centralizar poupanças para financiar os empreendimentos; pois até a década de 1960 o padrão de incorporação era calcado no modelo pequeno-burguês de financiamento. A dinâmica construtiva empresarial concentrou-se e renovou intensamente os núcleos urbanos, elitizando e segregando essas áreas das grandes e médias cidades, especialmente das capitais. A lógica da acumulação urbana nesse período se estabeleceu nas metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo e se propagou para várias capitais, por meio das alianças políticas das elites regionais com o poder central via política nacional de habitação.

Em muitas cidades a moderna produção capitalista foi praticamente criada pela intervenção estatal, graças à construção de moradias populares. Várias construtoras foram fundadas e cresceram em razão dessa demanda; apenas posteriormente passaram a incorporar edifícios de apartamento de luxo. Mas a atividade produtiva imobiliária não substituiu totalmente a especulação, como ocorreu nos países centrais do capitalismo; o mercado não se abriu à maior parte da população e atendia prioritariamente as classes médias e alta. O poder público nunca enfrentou de fato a questão fundiária urbana; via de regra os governos municipais e estaduais ignoraram os vazios urbanos, jogando a população em empreendimentos nas áreas completamente inadequadas para o desenvolvimento urbano (MARICATO, 1987).

O mercado imobiliário por meio de sua dinâmica hegemoniza a produção do espaço urbano, impondo novos espaços, produtos e preços imobiliários que a população mais pobre não tem acesso livre e/ou não consegue pagar. As novas formas de incorporação imobiliária inovam e modernizam as cidades<sup>125</sup>, ao mesmo tempo que acentuam a segregação social (RIBEIRO e LAGO, 1994), impulsionadas pelo deslocamento dos fundos de pensão das aplicações financeiras para o mercado imobiliário. Alguns artefatos arquitetônicos se espalham pelas cidades, como centros empresariais, shoppings centers, condomínios fechados, etc. Eles segregam e excluem não apenas pelo preço do acesso, mas especialmente

---

<sup>125</sup> Nas últimas décadas aparece a reestruturação imobiliária como uma forma de proporcionar sobrevida à decrescente lucratividade geral do capital (HARVEY, 1992), afasta a crise temporariamente retirando o capital da esfera industrial e o deslocando para a produção do ambiente construído, onde as taxas de lucro permanecem mais altas e é possível, via especulação, a apropriação de renda da terra, apesar de produzir nada no solo apropriado.



pelos muros e os sistemas de controle e segurança<sup>126</sup>. O poder público também age de forma decisiva nesse sentido: por meio de grandes investimentos nas operações que viabilizam a criação e expansão das áreas centrais, articuladas à reprodução do capital financeiro, produzindo segregação e apropriação desigual do espaço urbano.

As cidades se tornam mercadorias; enquanto tais entram numa espécie de mercado, onde devem ser vendidas. A tarefa dos administradores passa a ser a de construir uma marca, sendo que o “sucesso” de algumas acaba provocando uma corrida desenfreada por copiar fórmulas, homogeneizando as formas-conteúdo no intuito de atrair investidores<sup>127</sup>. Os grandes projetos urbanos se tornam centrais e recorrentes, de preferência realizados por meio de parcerias público-privadas, pois é consenso a ideia de que fomentam a produtividade e competitividade, o que garante uma bem-sucedida inserção no mundo globalizado. As áreas degradadas ou habitadas por grupos sociais de baixo poder aquisitivo são vistas como potenciais para passar por refuncionalizações, e se transformarem em novos complexos de consumo.

O papel de operações urbanas<sup>128</sup> nesses moldes (revitalizações, renovações e refuncionalizações) tem sido muito destacado por autores que estudam as dinâmicas urbanas contemporâneas, mas deixam de lado um tipo de operação que cumpre as mesmas funções que as demais, a urbanização de favelas. Projetos como o desenvolvido no Bolsão Audi-União tem o mesmo tamanho (em volume de investimentos e área) e importância na transformação do espaço urbano que os implementados em outras regiões mais “nobres” da cidade, contribuindo também com o uso intensivo do solo e o espraiamento da malha urbana para além dos limites dos municípios em áreas que, a princípio, não estavam destinadas para a ocupação, reproduzindo a segregação e desigualdade social. Bairros inteiros são erguidos pelo poder público, que executa grandes obras de infraestrutura: asfalto, redes elétricas, fornecimento de água e rede de esgoto e conjuntos habitacionais populares. Criando, assim, as condições para a integração dessas áreas com os outros bairros da cidade por meio de sua entrada nas redes de transporte público e comunicação, abrindo as portas para a instalação do comércio local nos mais diversos segmentos.

---

<sup>126</sup> Esta é uma dinâmica espacial e imobiliária diferente da que predominou historicamente no Brasil durante o século XX, tradicionalmente apesar da exclusão pela qual passavam, os trabalhadores ainda tinham a cidade como *locus* privilegiado da reprodução da força de trabalho.

<sup>127</sup> Resultam daí paisagens repetitivas, uma espécie de urbanização banalizada.

<sup>128</sup> Operações urbanas segundo Siqueira (2014) são: “...Operações urbanas são projetos de redesenvolvimento urbano de caráter misto, unindo políticas de uso do solo e instrumentos financeiros para promover transformações urbanísticas por meio de capitais públicos e privados.

Pelo desenho institucional do programa, a análise de projetos, a contratação de obras e a medição de etapas finalizadas eram de responsabilidade da Caixa Econômica Federal<sup>129</sup>; a promoção do empreendimento fica a cargo do setor privado. A produção é orientada de acordo com a oferta privada ao poder público, com a construtora definindo a cidade onde pretendia fazer o empreendimento, o terreno, o projeto e o número de unidades. O que prevalece é a lógica de mercado, a maximização dos ganhos das empresas como a principal condicionante na escolha dos terrenos e na elaboração dos projetos (ROLNIK, 2015). Os terrenos devem ser periféricos o bastante para minimizar a porcentagem do investimento gasto em sua aquisição<sup>130</sup>; dessa forma a implantação de conjuntos habitacionais nas bordas urbanas apenas aprofundou a problemática dos preços da terra e da segregação socioespacial de nossas cidades (Bonduki, 2009). Como a oferta de terra urbanizada era relativamente limitada na maioria dos municípios com maior centralidade, na ausência de políticas de controle da especulação e cumprimento da função social da propriedade, prevaleceu a tendência de o preço da terra aumentar na proporção em que cresce a demanda.

Novamente prevaleceu um movimento de periferização, à medida que os empresários privilegiavam as periferias para a localização dos seus empreendimentos, seja pelo preço ou pelo tamanho dos terrenos disponíveis. Além disso, é dada às pessoas sem condições financeiras de acessar o mercado imobiliário formal a oportunidade de assumirem um financiamento dentro de suas possibilidades, e a posse de um título de propriedade como qualquer morador de um bairro de classe média. Estado e mercado atuam aqui de forma complementar na condução do processo de produção de nossas cidades, mas não o fazem sem uma legislação que ampara e legitima seu funcionamento. Do ponto de vista jurídico, a ilegalidade em relação à propriedade da terra é um dos principais elementos da segregação socioespacial no Brasil, como veremos a seguir.

### 3.5 OS MARCOS LEGAIS

Trazendo os critérios legais para nosso trabalho, faremos uma reconstituição do processo de elaboração das leis que definiram a ocupação do solo no Brasil. Em 1850 foi promulgada a Lei de Terras, que deslegitimava a posse/ocupação como um meio de legitimar a propriedade; a única forma reconhecida de posse passou a ser a compra, transformando

---

<sup>129</sup> Com o poder público assumindo apenas o papel de financiador e organizador da demanda.

<sup>130</sup> Mas não a ponto de deixarem de atender as exigências mínimas para aprovação de uma operação ou demandarem custos adicionais com expansão das redes de infraestrutura básica

assim a terra em mercadoria e abrindo o caminho para o estabelecimento de um mercado imobiliário (ROLNIK, 1997). Surgia aí um novo tipo de contrato, a compra e venda de terrenos, que segundo Alfonsin (2007) também criou a dualidade legal/ilegal dentro da cidade. As implicações práticas são que a lei virou uma ferramenta de concentração de renda nas cidades, pois quando se estabeleceu essa dualidade uma parcela da população ficou ilegal. Além dessa legislação não garantir o direito à moradia, à época inexístiam políticas públicas de habitação popular.

De acordo com Blanco (2008) o problema habitacional só foi reconhecido décadas após a promulgação da lei, com o aparecimento do trabalhador livre assalariado que deveria prover a própria moradia<sup>131</sup>. A abolição da escravatura (1888) trouxe uma grande mudança ao modelo de produção, que começava a usar mão de obra assalariada. Com a abolição, a responsabilidade da moradia deixava de ser da família latifundiária e passava a ser do indivíduo negro liberto, mas numa situação de extrema pobreza. Aliado a isso, o Brasil também recebeu um expressivo número de imigrantes que vieram para trabalhar no lugar dos negros, chegando a um número de 3 milhões e 300 mil novos habitantes às nossas cidades.

Visando combater o clima de insegurança nas transações comerciais, no final da década de 1930 foi criado o Decreto-Lei no 58/1937, que regulamentou as relações contratuais entre vendedores e compradores de lotes<sup>132</sup>. Até a Lei no 6.766/1979, a questão urbanística não era o principal objeto de tratamento da legislação em nível federal, que se concentrava na relação comercial. Criada no sentido de reverter a deterioração das áreas urbanas, essa lei dispunha sobre modalidades de parcelamento, definindo loteamento, desmembramento e desdobro dos lotes<sup>133</sup>.

Com o tempo, o poder público acabou por perceber que uma legislação de parcelamento do solo com muitas exigências era boa no papel, mas excluía as parcelas mais pobres da população do acesso legal à terra. Consequentemente, essa exclusão tinha grande impacto na produção do espaço urbano, incentivava a ocupação de periferias cada vez mais distantes, uma vez que nesses espaços a compra de uma parcela de terra ainda era viável para os pobres. Pasternak (2010) apontou a existência de duas formas de urbanização:

---

<sup>131</sup> As políticas públicas de habitação popular só virão a aparecer já no século XX com Getúlio Vargas.

<sup>132</sup> Em conjunto com o Decreto no 3.079, de 15 de setembro de 1938, passaram a exigir dos loteadores alguns requisitos mínimos: área do lote de 250m<sup>2</sup>, serviços de água e esgoto, guias nas calçadas, sarjetas, arruamento e arborização e áreas livres.

<sup>133</sup> Ainda determina requisitos urbanísticos e de infraestrutura básica, além de estabelecer uma reserva de áreas para equipamento comunitário (5%), áreas verdes (15%) e sistema viário (20%). Os lotes devem ter no mínimo 125m<sup>2</sup> e frente mínima de 5m.

[...] estamos referendando duas classes de cidadãos? Afinal, se existe uma lei considerada adequada, por que não validá-la para todos, se a Constituição brasileira afirma a igualdade entre cidadãos? Quais seriam as consequências desses dois modelos para o espaço urbano? A possibilidade de urbanizar favelas, aberta pela lei, não seria um incentivo à densificação das existentes e à edificação de novas invasões? (PASTERNAK, 2010 p. 6).

A principal iniciativa neste sentido foi instituída pela Lei Federal no 10.257 de 2001 (Brasil, 2001), o Estatuto da Cidade, que representava à época uma nova agenda urbana para os anos 2000. Trazia em sua redação um conjunto de instrumentos que deveriam ser implementados nas cidades através da elaboração e execução dos Planos Diretores. Regulamentou o capítulo de política urbana (artigos 182 e 183) da Constituição Federal de 1988, definindo a função social da cidade e da propriedade urbana, além de oferecer para as cidades um conjunto inovador de instrumentos de intervenção sobre seus territórios baseada em uma nova concepção de planejamento e gestão urbanos. Se concentra em três campos:

instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir as formas de uso ocupação do solo; uma nova estratégia de gestão que incorpora a ideia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade; e a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal (ROLNIK, 2001, p.1).

Essa foi a primeira vez em nossa história que houve uma regulação federal para a política urbana, ainda mais com uma concepção de intervenção diferente da visão tecnocrática dos Planos Diretores de Desenvolvimento. A partir de então os planos diretores deveriam contar necessariamente com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos econômicos e sociais, não apenas durante o processo de elaboração e votação, mas também na implementação e gestão das decisões sugeridas. Assim, mais do que um documento técnico, o plano diretor seria um espaço de debate dos cidadãos e de definição de uma estratégia de intervenção. Contudo, a incorporação das diretrizes nos planos diretores quase nunca veio acompanhada da real aplicação dos instrumentos<sup>134</sup> planejados. Marguti, Costa e Galindo (2016) identificam três entraves para isso:

- O perfil não autoaplicável dos instrumentos inclusos nos planos diretores, na grande maioria dos casos, exige detalhamentos e regulamentações posteriores à lei<sup>135</sup>.

<sup>134</sup> Tomemos as Zeis, instrumentos de indução de ocupação do solo urbano, presentes em 81% dos planos diretores analisados: poucos foram os municípios que efetivamente definiram parâmetros urbanísticos e concretamente demarcaram as áreas de Zeis em seus territórios.

<sup>135</sup> Uma das razões que explicam a não elaboração de leis complementares para a efetiva operacionalização dos instrumentos é a descontinuidade das gestões municipais, levando à perda da força ou mesmo ao abandono de planos de médio e longo prazos.

- Um cenário estrutural de insuficiência técnica e institucional nas secretarias de governo dos municípios, muitas vezes incapazes de realizar estudos e diagnósticos consistentes para compreender as demandas da população de maneira a orientar o planejamento<sup>136</sup>.
- A falta de articulação entre os dispositivos do plano diretor e o planejamento orçamentário necessário à sua execução, além de sua restrição aos limites municipais<sup>137</sup>.

No que se refere à questão específica das ocupações irregulares, o Estatuto previa a regulamentação da usucapião (inclusive coletivo) para regularizar posses em terrenos privados e a concessão do direito real de uso para imóveis públicos ocupados por posseiros<sup>138</sup>. Mas o presidente, no ato de sancionar a lei, vetou todos os artigos referentes à concessão, permanecendo apenas a usucapião, deixando as ocupações de imóveis públicos – a maior parte das terras onde se encontram as favelas – ainda sem a cobertura da lei federal. Uma ação do poder público no sentido da regularização fundiária, após o Estatuto foi a Lei nº 9.785/1999, que instituiu as Zonas Habitacionais de Interesse Social (Zhis) como instrumento para tal; estabelecia também as zonas de urbanização específica para fins de parcelamento do solo urbano<sup>139</sup>. Outra medida de destaque foi o reconhecimento de regularizações de parcelamentos e de assentamentos como de interesse público; dessa forma, os conjuntos habitacionais construídos pelo poder público com alguma irregularidade puderam ser regularizados e registrados no Cartório de Imóveis.

O debate acerca da legalidade no Brasil se revela, então, mais complexo, devido ao fato de que por várias vezes o próprio Estado é responsável e promotor da ilegalidade. Os agentes estatais, como as Companhias de Habitação (COHAB-CT's), por vezes só conseguiam construir seus conjuntos habitacionais na periferia, onde a terra era mais barata; mas grande parte dos conjuntos tinha problemas com a documentação da gleba e/ou com a legislação urbanística e edilícia que não era observada, o que impossibilitava o registro dos lotes.

---

<sup>136</sup> Por essa razão, muitos planos diretores acabam trazendo uma réplica do portfólio de instrumentos sugeridos pelo Estatuto da Cidade, sem aderência à realidade dos municípios.

<sup>137</sup> Ao encerrar as diretrizes nas fronteiras municipais, perde-se a contextualização de toda influência sofrida e exercida pelos municípios do entorno, grande parte dos municípios se encontram em regiões metropolitanas, tratando as grandes questões de maneira pontual e não sistêmica.

<sup>138</sup> Tanto o usucapião como a concessão só se aplicariam para imóveis até 250 metros quadrados, que são a única moradia do ocupante, que se encontra na terra há mais de 5 anos, sem contestação por parte do proprietário legal.

<sup>139</sup> Essas zonas devem ser definidas pelo Plano Diretor ou por leis municipais, sendo que as Zhis podem ser instituídas também como Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis).

Apesar da elevada aplicação de recursos em infraestrutura nos grandes centros nos últimos anos, isso não necessariamente se reverteu em benefícios para a população mais pobre; descolados dos próprios planos diretores e da realidade local, esses investimentos buscam atender prioritariamente os interesses privados (MARGUTI, COSTA e GALINDO, 2016). Vide o principal programa de habitação popular das últimas décadas, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Segundo Rolnik (2015), foi pensado prioritariamente como uma resposta emergencial à crise internacional de 2008, pois visava promover o aquecimento da economia ao estimular o setor da construção civil<sup>140</sup>. Para atingir esses objetivos era necessário produzir uma quantidade expressiva de casas em curto período de tempo; preocupação que convergia os interesses de construtoras, governos locais e o Governo Federal, e os levou a ignorar qualquer demanda que pudesse atrasar a entrega dos empreendimentos, como a qualidade urbanística do entorno e a articulação com uma política fundiária abrangente<sup>141</sup>.

Os empreendimentos deveriam atender as exigências técnicas mínimas do programa, principalmente no valor de cada unidade, enquadrando-se no perfil financiado para garantir a maior taxa de lucro possível nos projetos. Assim, podemos dizer que o PMCMV, desde o seu início foi voltado para empresas que acessavam diretamente os recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) ou do FGTS (KLINTOWITZ, 2016), pois o fluxo de contratação e produção do modelo do programa garantiam o seu protagonismo. O repasse de recursos do governo federal era feito diretamente para as construtoras que construíam os empreendimentos habitacionais; a produção era orientada de acordo com a oferta privada ao poder público, com a construtora definindo a cidade onde pretendia fazer o empreendimento, o terreno, o projeto e o número de unidades.

A Lei de Parcelamento do Solo sofreu alterações em 2007, com o Projeto de Lei no 3.057/2000, que alterou as Leis no 6.766/1979 e no 9.785/1999. Esse projeto acabou sendo substituído pela Lei Federal no 11.977, de julho de 2009, conhecida como Programa Minha Casa, Minha Vida. Sobre essa revisão, Rolnik (2008) questiona se estaríamos diante de um novo marco regulatório; mas segundo a autora o que realmente seria necessário no momento

---

<sup>140</sup> Além disso, foi concebido fora da Política Nacional de Habitação, construída dentro do Ministério das Cidades desde sua criação no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). Desta forma estava desvinculado de uma política de habitação popular de maior escopo, que discutisse os rumos da urbanização brasileira.

<sup>141</sup> Pelo desenho institucional do PMCMV, a análise de projetos, contratação de obras e medição de etapas finalizadas eram de responsabilidade da Caixa Econômica Federal. Quanto à promoção do empreendimento, esta ficava a cargo do setor privado, com o poder público assumindo apenas o papel de financiador e organizador da demanda.

era um aumento de oferta de terra urbanizada e bem localizada. Tomada enquanto um conjunto, a legislação que regula a ocupação do solo no Brasil legitima a lógica e os expedientes excludentes do mercado imobiliário, sempre favorecendo os seus interesses, na mesma medida que o Estado se revela conivente com a manutenção das desigualdades históricas. A cidade que resulta dessa articulação carrega consigo profundamente essa marca; para alguns autores chega a se manifestar inclusive na sua organização territorial, levando à elaboração de um paradigma teórico que busca compreender esta relação, baseado tanto em critérios legais quanto sociais.

### 3.6 A CIDADE LEGAL E A CIDADE ILEGAL

Vários autores (Maricato,2003; Rolnik, 2006) afirmam que o crescimento das grandes cidades brasileiras, ao longo da segunda metade do século XX, se caracterizou pela configuração de duas cidades distintas, coexistindo no território de cada uma delas, a cidade legal e a cidade ilegal<sup>142</sup>. Quem nos apresenta cada uma delas são D’Ottaviano e Silva (2009): a primeira se caracteriza pela implementação de parcelamentos legalizados, localizados em geral em áreas mais centrais, destinados à moradia das classes média e altas; a segunda pela predominância de moradia das classes baixas, caracterizada pela implantação de loteamentos ilegais (ou irregulares) nas periferias dos municípios e pelas favelas em diversas áreas das regiões mais centrais<sup>143</sup>.

Essa divisão pressupõe que o acesso à cidade ocorre de modo diferenciado, sempre socialmente determinado; a cidade legal é reservada àqueles com poder aquisitivo para acessar locais que seguem padrões, normas e regras estabelecidas e aceitas, e aqueles que não possuem renda suficiente se dirigem às áreas periféricas, à informalidade e à ilegalidade urbanística (Santos; Silveira, 2008; Villaça, 1986). A dualidade legal/ilegal<sup>144</sup> associa o fenômeno da expansão urbana ao da exclusão social de acordo com Monteiro Júnior, Gabriel e Aguiar (2015), pois enquanto o poder público concentra seus investimentos na cidade reconhecida oficialmente, relega a cidade ilegal à marginalidade.

---

<sup>142</sup> Segundo a argumentação de Alfonsin (2007) a cidade ilegal jurídica e urbana é fruto da história da regulação fundiária, pois a moradia irregular acontece quando existe a moradia regular.

<sup>143</sup> A dualidade estaria presente em nossas cidades desde o início da urbanização, vide São Paulo e Rio de Janeiro, ainda nas décadas de 1940 e 1950. O que não significa que metrópoles mais novas não apresentassem a mesma cisão, pelo contrário, facilmente poderíamos identificar as mesmas “cidades” em Belém, Brasília ou Curitiba.

<sup>144</sup> Outra denominação bem usual nos estudos urbanos é cidade formal/cidade informal, mas como o critério utilizado para fazer a divisão é o jurídico optamos em nosso texto por manter legal/ilegal.

Apesar dessa dualidade surgir a partir de critérios legais, Maricato (2003) chama atenção para outros aspectos; ambientalmente representa um sério problema ao ecossistema, pois, como vimos anteriormente, a maioria das áreas ilegais são de preservação permanente e/ou apresentam algum risco; portanto, a ilegalidade em relação à propriedade da terra atua como principal agente de segregação ou *apartheid* ambiental. E politicamente, os moradores “ilegais” sonham em regularizar a situação de sua propriedade, o que acaba os tornando vítimas e instrumentos de um sistema clientelista de troca de favores com o poder público e outros segmentos da sociedade civil.

Como as próprias autoras que citamos reconhecem, na verdade estamos falando de uma mesma cidade, em que a desigualdade se manifesta em termos econômicos, sociais e políticos. O que nos leva a constatar que embora possua um valor analítico, demonstrando como as cidades brasileiras são desiguais, essa distinção não consegue elucidar como se dá a articulação entre os espaços formais e informais no processo de produção de uma mesma cidade; ou seja, não explica a integração das ocupações irregulares às áreas já urbanizadas. Não basta identificar a divisão entre cidade legal e cidade ilegal e reconhecer a existência de duas cidades sob um mesmo território, o que nos interessa aqui é compreender o processo excludente que as produz de forma concomitante. Dessa junção é que nasce a cidade capitalista no Brasil.

Portanto, a questão que devemos responder aqui é a seguinte: como a cidade capitalista no Brasil integra territorialmente um espaço que durante seu processo de produção é excluído socialmente? Para responder essa questão lançamos nossa hipótese de trabalho, que irá conduzir a discussão metodológica daqui em diante: a urbanização brasileira se dá dialeticamente, produzindo a cidade através da articulação entre os espaços irregulares e os regularizados, sendo que os últimos impõem sua dinâmica e valores aos primeiros. Nas próximas seções trabalharemos nesse sentido, procurando instrumentalizar conceitos que nos possibilitem apreender o processo de produção da cidade capitalista no Brasil como uma cidade profundamente desigual e contraditória, que inclui ao mesmo tempo em que exclui.

### 3.7 INSTRUMENTALIZANDO TEORIAS URBANAS

A condição dos excluídos esteve no centro dos estudos urbanos desenvolvidos nas últimas décadas em nosso país, não à toa um dos livros de maior impacto de Henri Lefebvre ter sido aquele que discute o urbano a partir dos direitos que são negados aos habitantes da cidade. Em meio ao conjunto da obra do filósofo, este em particular foi tão bem recebido que



até hoje influencia estudos urbanos no Brasil; trata-se de “O direito à cidade” (2011). Publicado pela primeira vez durante o movimento que marcou o ano de 1968 na França<sup>145</sup>, o título vem do principal conceito trabalhado no texto pelo autor, e desde então ultrapassou os limites do pensamento acadêmico para se tornar referência dos movimentos sociais que trazem em suas agendas as pautas envolvendo a cidade. Por aqui chegou durante a ditadura civil-militar, em um contexto que direitos, justiça e democracia estavam no centro dos debates.

Defende que a urbanização não poderia ser entendida como resultado ou subproduto da industrialização, uma vez que a precedeu historicamente e teria se desatrelado dela se impondo de forma generalizada na modernidade<sup>146</sup>. A partir desse pressuposto, Lefebvre reposiciona a discussão acerca da luta de classes e da alienação, afirmando que as duas categorias não deveriam ser compreendidas como exclusivas ao domínio fabril. Isto permitia pensar as duas na vida cotidiana da cidade, uma dimensão até então pouco explorada pelo pensamento social em geral, especialmente o marxista. A miséria da vida na cidade contemporânea, programada e imposta pelos detentores do saber técnico do planejamento urbano, coloca no horizonte mais do que nunca a urgência da emancipação humana; em suas palavras, o “direito à cidade”.

Em nossas terras, como foi uma das primeiras obras do autor a ser traduzida, foi lida sem um rigor conceitual e a expressão ganhou força por si só, por vezes utilizada sem a preocupação de seguir a definição estritamente. Isso permitiu, em certa medida, que rapidamente se tornasse um conceito interdisciplinar, adotado por arquitetos, urbanistas, juristas e cientistas sociais. Mas sua maior ressonância foi com certeza nos movimentos urbanos, através dos intelectuais mais presentes nas lutas sociais, como Ermínia Maricato, que defendia abertamente a necessidade de “ampliar a consciência” do direito à terra para “construir a consciência” do direito à cidade, implicando inclusive no exercício da cidadania. “A cidadania prevê o direito, não apenas à terra, mas à cidade, com seu modo de vida, com seus melhoramentos, com suas oportunidades de emprego, de lazer, de organização política. Terra urbana, diante desse raciocínio significa terra urbanizada” (MARICATO, 1985).

Ao recuperar a trajetória do conceito no Brasil, Tavorari (2016) identifica uma aspiração, muito mais política do que teórica, expressa nas tentativas de organizar lutas até então fragmentadas sob um denominador comum, de ampliar pautas específicas para um

---

<sup>145</sup> Já em sua origem, o conceito foi produzido num contexto bastante particular de encontro entre a universidade e as manifestações populares, em que a academia foi às ruas e os protestos ocuparam a universidade.

<sup>146</sup> Apontando para a tendência de “urbanização completa da sociedade”.

contexto mais amplo com objetivos não imediatos, de dar um sentido à apropriação dos espaços da cidade e das lutas por direitos, procurando traduzir mudanças na cultura política dos movimentos sociais urbanos. Daí sua definição deve ser pensada partindo das pautas e reivindicações dos movimentos sociais urbanas como “[...] o conjunto dessas demandas, apontaria para outras noções como as de democracia, cidadania e autonomia, seria elemento constitutivo da formação de uma consciência ou experiência compartilhada pelos movimentos sociais” (TAVOLARI, *idem*).

Nada melhor, então, do que ler o próprio autor, que fala em um direito “não jurídico”, numa demanda moral fundada em princípios de justiça; daí, o direito à cidade exigiria a completa transformação da ordem estabelecida e permitiria instaurar uma organização social autogestionária. O conceito adquire um significado mais abrangente e aparece como o direito de transformar e projetar uma nova cidade, na qual predominasse o valor de uso<sup>147</sup> e a autogestão em todos os âmbitos da vida. Novamente podemos ver sua recusa em trazer uma concepção fechada em sua obra, o mundo social surge como uma realidade em aberto, sempre em movimento através da dialética. Essa é a riqueza de seu método que devemos estudar melhor e que pode nos ser útil em nosso trabalho, um anseio não em apreender uma realidade fechada, mas a busca pela unidade em meio ao contraditório. Em suma, uma teoria que almeja a totalidade.

A interpretação de Lefebvre da sociedade capitalista a apresenta como uma totalidade não consumada, nunca sistematizada ou acabada, um movimento dialético que se vai consumando e se realizando, aberto a inúmeras contradições. Uma totalidade que absorve, assimila e domina, mas não se encerra sob uma homogeneidade, ao invés disso forma um todo de partes distintas.

É isso que dá ao modo de produção, tal como ele se reproduz, o seu bem curioso aspecto: partes distintas e, contudo, formação de conjuntos, subsistemas acompanhados de choques no todo, níveis conjuntos e disjuntos, conexões, conflitos, coerências e contradições, táticas e estratégias, fracassos e vitórias. (LEFEBVRE, 1973 p.9)

Podemos compreender a sociedade urbana também como resultado de um processo de produção conduzido por um movimento dialético<sup>148</sup>, o que nos permite defini-la igualmente como uma totalidade aberta, uma realidade não consumada. Isso nos remete a uma constatação nossa, de que a cidade brasileira se constitui um todo de partes distintas, uma unidade contraditória. As condições históricas de seu desenvolvimento, em conjunto com os

---

<sup>147</sup> Focado nas necessidades das pessoas.

<sup>148</sup> O movimento de implosão-explosão.

elementos, propriedades e contradições formam uma totalidade. Precisamos, então, de uma metodologia de apreensão da dinâmica de articulação dessas partes, que evidencie o movimento por meio dos quais o capitalismo reproduz e reinventa a forma e os conteúdos das suas próprias contradições enquanto totalidade.

A elucidação desse movimento vai nos levar a discutir a nova problemática do capitalismo contemporâneo: a re-produção das relações sociais de produção. O conceito incide sobre a totalidade, sobre o movimento da sociedade a nível global; só que não se trata de um processo que contém apenas a possibilidade da repetição, mas da superação, da negação criadora. Como afirma, “As contradições também se re-produzem, não sem modificações. [...] Outras há que se constituem de maneira que há produção de relações sociais no seio da re-produção.” (LEFEBVRE, 1973, p.104). Em meio a essas questões, coloca a centralidade desempenhada pelos conceitos de espaço social e de vida cotidiana para a compreensão de sua dinâmica de reprodução. Não se trata para o autor do espaço formal e abstrato da física ou da geometria, mas sim do espaço social. O ponto de partida e de chegada metodológico de Lefebvre não é o espaço enquanto produto, e sim o processo de sua produção social e a correspondente transformação em espaço abstrato pela sociedade capitalista. Aqui se justifica nossa insistência em falar do processo de produção da cidade, pois acreditamos que por meio desse que se dá o movimento de articulação entre as partes que formam o todo que buscamos. Para o autor, a compreensão do processo de produção do espaço social coincide com a compreensão de seu papel na atual fase do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Atentando para as particularidades de nosso capitalismo, devemos procurar evidenciar os conflitos e tensões que produzem o espaço e abrem as portas a uma nova práxis urbana. Os movimentos de ocupação irregulares, como o que deu origem ao Bolsão Audi-União, nos ajudam nesse sentido, explicitando as contradições que dão origem aos conflitos e tensões que marcam o processo de produção de nossas cidades. A principal destas particularidades já ficou evidente para nós, o caráter excludente do processo; agora precisamos entender como ela trabalha para atenuar as contradições do nosso capitalismo e garantir sua reprodução, pois assim garante a re-produção de nossas cidades. Não seria uma relação de mão única, em que o processo de produção em questão cumpre uma função para o

processo mais geral de re-produção do modo de produção capitalista, pois as cidades tem suas próprias necessidades que devem ser atendidas nesse sentido<sup>149</sup>.

Dessa forma, se pensarmos agora no modelo do “padrão periférico”, veremos que na verdade a dicotomia entre centro/periferia já não dá conta do nosso fenômeno urbano, tornado muito mais complexo devido às mudanças promovidas pela globalização nas últimas décadas. A totalidade que estamos buscando não pode ser alcançada por meio da utilização de esquemas teóricos duais, porque o próprio mundo social não cabe nessas reduções analíticas. Uma vez que o processo de produção da cidade contemporânea não se dá mais sob o paradigma da industrialização, nossas cidades não são mais produzidas a partir de um movimento de atração/expulsão para as periferias, mas por um movimento de dispersão<sup>150</sup> (GROSTEIN, 2006), dificilmente identificável. Essa mudança consolida um novo padrão que segundo a autora produz “a metrópole dispersa”, surgida para atender à demanda de infraestrutura adequada ao modo de produção flexível. Para alguns autores, como aquela que veremos a seguir, a chave para a compreensão dessas transformações e das novas dinâmicas urbanas seria o espaço fronteiro, num sentido não apenas territorial, mas principalmente social.

### 3.8 FRONTEIRAS ENTRE O LEGAL E O ILEGAL

Em suas análises sobre nosso contexto urbano, Vera Telles (2006, 2009, 2010a, 2010b) faz uma leitura de diversos trabalhos que se ocupam das mudanças ocorridas no capitalismo contemporâneo e de seu impacto sobre os países periféricos. A autora é mais uma a ler a obra de Francisco de Oliveira, e nos mostra como ela permanece referência obrigatória<sup>151</sup> não apenas para os debates sobre o “capitalismo periférico”, mas também para os estudos urbanos. A autora traz a ideia de “exceção do subdesenvolvimento” do autor para falar de um capitalismo, que na esteira da liberalização financeira, mobiliza e reproduz o “trabalho sem forma”, generalizando no cenário de nossas cidades os circuitos ilegais da

---

<sup>149</sup> Tal concepção pressupõe uma crítica ao estruturalismo de Manuel Castells (CARDOSO, 2011), que identifica o urbano e a dinâmica das práticas sócioespaciais apenas com o momento da reprodução dos meios de produção, as necessidades de reprodução da força de trabalho e a correspondente espacialização dos instrumentos, políticas e equipamentos coletivos de reprodução social, sob responsabilidade do Estado capitalista.

<sup>150</sup> Nas últimas décadas, a partir deste movimento, há um processo de transformação gradual de nossas cidades, que criou áreas onde era muito comum encontrar grandes glebas desocupadas, que representavam um hiato da urbanização.

<sup>151</sup> As reflexões mais recentes do autor presentes em “O Ornitórrinco” (2003) e “A era da indeterminação” (2007) atestam isso.

economia “em um tal intrincamento entre o oficial e o paralelo, entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito que essas binaridades perdem sentido e tornam obsoletas as controvérsias clássicas em torno do formal e do informal” (TELLES, 2009 p.167)<sup>152</sup>. Considera essa mais uma das “incompletude de nossa modernidade” – num sentido próximo ao que já vimos aqui com outros autores como por exemplo Kowarick e Oliveira – de forma *sui generis* ainda combinam o “arcaico” e o “moderno”, e exigem de nós a instrumentalização de ferramentas teóricas que superem os binarismos para sua compreensão.

Nesse sentido, define tais movimentos a partir de Michel Foucault como ilegalismos: “não se trata de um certo tipo de transgressão, mas de um conjunto de atividades de diferenciação, categorização, hierarquização postas em ação por dispositivos que fixam e isolam suas formas”<sup>153</sup> (TELLES, 2010 p.102). Espera com a utilização do conceito, assim como o autor, deslocar a discussão tautológica e estéril legal-ilegal para a investigação da dinâmica real de operação das leis, que demonstra que elas não trabalham para coibir ou suprimir os ilegalismos, mas sim para diferenciá-los internamente. Entende que a vida social é permeada cada vez mais por estas movimentações, que passam pela expansão dos circuitos da economia informal<sup>154</sup>, incluindo o comércio de bens ilegais e até o tráfico de drogas, com uma capilaridade nas redes sociais e nas práticas urbanas.

As relações incertas entre o lícito, o ilegal e o ilícito aparecem para ela como um fenômeno transversal na experiência urbana contemporânea. Trabalhadores e trabalhadoras transitam entre as fronteiras porosas do legal e o ilegal, desenvolvendo suas estratégias de sobrevivência para aproveitar todas as oportunidades que aparecem independente se são contravenções ou pequenos delitos<sup>155</sup>. Chama atenção para a transversalidade entre o ilegal, o informal e o ilícito, procurando distinguir a natureza da transgressão que se opera no âmbito da economia informal, e que define as atividades ilícitas ou criminosas<sup>156</sup>.

---

<sup>152</sup> Defende uma postura epistemológica de suspensão das binaridades – como centro-periferia, emprego-moradia, trabalho-família, trabalho-não trabalho – para chegar à apreensão da nervura própria do campo social, pois os tempos da vida e os tempos do trabalho já não são mais pautados por elas, que tinham como parâmetro o trabalho organizado nos moldes fordistas.

<sup>153</sup> Que segundo a autora tendem a organizar a transgressão das leis em uma tática geral de sujeições.

<sup>154</sup> A autora não abandona totalmente os binarismos, pois ainda fala na cidade informal ao se referir à informalidade da economia urbana.

<sup>155</sup> Há uma literatura que define estes deslocamentos como “mobilidades laterais” (RUGGIERO e SOUTH, 1997), uma zona cinzenta que as pessoas oscilam entre empregos mal remunerados e o mundo do crime, principalmente o tráfico de drogas, demandando uma negociação a cada passo baseada num cálculo moral que redefine a todo momento qual atitude é aceitável ou não.

<sup>156</sup> Pesquisas e etnografias vêm se multiplicando, levantando questões e informações acerca dos modos de funcionamento desses mercados, de seus circuitos, suas formas de territorialização, relações e interações que se processam em contextos variados (TARRIUS, 2002, 2007a; PERALDI, 2002, 2007; PINHEIRO-MACHADO, 2008).

Quando essas práticas assumem formas violentas<sup>157</sup>, se explicita a suspensão das fronteiras entre o informal, o ilegal e o ilícito, com a anulação da diferença entre a lei e a transgressão da lei. As vidas dos indivíduos que se movimentam por meio dos ilegalismos podem de uma hora para outra passarem a ser consideradas matáveis, configurando o “estado de exceção” de Giorgio Agamben. A omissão do Estado brasileiro se revela para além das áreas que já vimos aqui (urbanismo, habitação popular, preservação ambiental, assistência social); nem mesmo o monopólio do uso legítimo da força está totalmente assegurado.

O procedimento que a autora recomenda para alcançarmos o entendimento de todo esse quadro é nos voltarmos preferencialmente para o território fronteiro das “margens”,

espaços de práticas e relações que se deslocam e se redefinem não à margem do estado, mas justamente conforme as forças deste operam nesses lugares: contextos situados a partir dos quais é possível seguir e etnografar seus modos, seus tempos, procedimentos, técnicas e tecnologias de ação (TELLES, 2010b. p. 214-215).

Desse lugar seria possível apreender os sentidos da relação entre práticas extralegais e o *modus operandi* do Estado, tratando a questão da soberania em suas condições de realização cotidiana. A obra de Vera Telles nos fornece orientações valiosas, principalmente sobre o *locus* de análise da urbanização brasileira; propõe que voltemos nossos olhares para o espaço que os excluídos ocupam na cidade, pois é onde se materializam as contradições de nossa vida social. A autora espera com isso superar as perspectivas binárias que, segundo ela, não conseguem apreender a complexidade de nossa realidade, fazendo uma ponte entre a dimensão do cotidiano e as determinações macroestruturais da política e economia, insistindo na permanência do “capitalismo periférico” como paradigma teórico. Gostaríamos de nos aproximar de sua perspectiva acrescentando a questão dos mercados imobiliários informais; eles operam nas periferias como uma das formas de ilegalismos praticados por quem vive à margem. Acreditamos que essa adição pode contribuir para que nossa metodologia alcance a totalidade do processo de produção social das cidades em nosso país, como nos mostra a abordagem de Milton Santos sobre os circuitos da economia urbana.

### 3.9 OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Ao abordar o fenômeno urbano nos países do “capitalismo periférico”, o autor abre uma porta que nos proporciona discutir as formas de inserção das camadas populares na economia das grandes cidades. Embora considere as mudanças recentes no modo de produção

---

<sup>157</sup> Chantagem, extorsão, invasão, mortes e extermínios.

capitalista a nível global as maiores responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades sociais nesses países<sup>158</sup>, afirma que essas não podem ser impeditivas do consumo devido a centralidade que este ato adquire na contemporaneidade, até mesmo os mais pobres devem consumir. Logicamente que suas condições não os permitem acessar os mesmos bens e serviços que as classes média e alta, no entanto eles adquirem aqueles que suas posses os permitem. As diferenças nos padrões de consumo entre as classes se estabelecem em termos quantitativos e qualitativos, criando em nossas cidades dois circuitos de produção, distribuição e consumo, como bem coloca:

existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 2008, p.37).

Define esses dois circuitos da economia urbana como “circuito superior” e “circuito inferior”. O circuito superior resulta da modernização tecnológica, constituído por atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O inferior é, igualmente, resultado da mesma modernização; mas de forma indireta, dirige os indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou nem se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas. Longe de compor uma dualidade, os dois circuitos se definem pela existência unitária e oposição dialética, porque um não se define sem o outro. Cada um deve ser visto igualmente nos seus elementos relacionais, a partir dos nexos que possibilitam apreender a interdependência e a articulação entre ambos, compreendendo o fenômeno urbano como categoria unitária. Um é oposto ao outro em uma relação de complementaridade, ainda que, para o circuito inferior, tal complementaridade seja uma forma de subordinação.

O aprofundamento da divisão do trabalho e do consumo dá origem a novas polarizações internas na metrópole, criando um tecido urbano diverso. Os modernos centros empresariais e financeiros instalados em grandes arranha-céus coexistem com centros de comércio popular. Vide o circuito inferior que se forma nas áreas centrais das cidades, em

---

<sup>158</sup> As mudanças promovidas pelas novas formas de produção (amparadas da revolução tecnológica) geram um número limitado de empregos, pois as indústrias que se instalam são de alto coeficiente de capital, atendendo cada vez menos às necessidades de criação de novas vagas. O mercado de trabalho já precário em nossas cidades se deteriora ainda mais, aumentando a porcentagem de pessoas sem ocupação ou renda permanentes.

áreas de alta circulação que favorecem o desenvolvimento de uma economia de numerosas pequenas demandas orientadas a um consumo maciço, seja de ramos diversos ou mais especializadas<sup>159</sup>. Enquanto isso, nas áreas menos centrais, pequenos estabelecimentos e vendedores ambulantes convivem de maneira forçada com grandes redes comerciais e financeiras. E temos ainda os grandes mercados municipais aparecendo como pontos de atacado e varejo, essenciais para o abastecimento das metrópoles, distribuindo grandes marcas e ao mesmo tempo vendendo produtos locais, atendendo a demanda de ambos os circuitos.

Os grupos sociais e os espaços urbanos (centro e periferia) são operacionalizados de outras formas, fortalecendo a instrumentalização patrimonial graças a oferta dos empreendimentos populares no mercado imobiliário. Isso é observado, por exemplo, no Programa Minha Casa Minha Vida, que direciona investimentos e estímulos para uma nova produção imobiliária, interferindo e modificando significativamente a oferta habitacional nas periferias, se refletindo no processo de estruturação de nosso espaço urbano. O poder público fomenta o circuito inferior do mercado imobiliário, mas ainda não é o suficiente para atender a demanda histórica por moradia dos mais pobres, por isso estas pessoas recorrem ao que Vera Telles chama de “ilegalismos”, nos mercados imobiliários informais. Nossa principal referência sobre esses mercados e seu funcionamento é a pesquisa desenvolvida por Pedro Abramo (2006) em seis capitais brasileiras que veremos a seguir.

### 3.10 MERCADOS IMOBILIÁRIOS INFORMAIS

Em primeiro lugar, a pesquisa constata existência do Mercado Informal de Solo (MIS) funcionando de forma regular nas favelas, áreas que ele define como Assentamentos Populares Informais (API), e a principal porta de entrada dos pobres na cidade. O MIS pode ser classificado em dois grandes submercados fundiários: loteamentos e áreas consolidadas. O mercado primário é constituído pela oferta de lotes e o seu agente principal é o loteador informal, que opera a transformação de glebas de terras em lotes urbanos ou periurbanos, constituindo-se no principal vetor de expansão da malha urbana. O mercado de áreas consolidadas se constitui como mercado secundário, e é o verdadeiro vetor da oferta imobiliária habitacional do MIS. Os preços praticados no submercado informal dos assentamentos consolidados apontam para a existência de um mercado onde os preços obedecem a certa lógica e regularidade.

---

<sup>159</sup> Se destacam especialmente os dedicados ao setor de confecções, como a Rua 25 de março em São Paulo.



O mercado de loteamentos, apesar de possuir uma lógica de funcionamento oligopólica na formação dos seus preços, possui práticas de definição dos produtos e do seu financiamento que nos remetem a tradições mercantis pré-modernas; é justamente a flexibilidade no ajuste dos produtos e na adequação familiar às formas de financiamentos informal que atraem os setores populares. Tal mercado se constitui na busca por glebas baratas e sem infraestrutura na franja da ocupação urbana do solo, promovendo a extensificação do uso do solo e produzindo uma forma difusa do território informal.

Quanto ao submercado das áreas consolidadas, apresenta características bem distintas; com externalidades endógenas positivas nos assentamentos populares informais consolidados muito importantes na formação dos preços. A primeira dessas externalidades é a “de liberdade urbanística e construtiva”, que permite ao comprador de um imóvel informal exercer o direito de uso do solo sem a regulação da legislação urbanística e de propriedade do sistema jurídico-político estatal. Além dessa liberdade ser uma vantagem comparativa em relação ao mercado formal, promove uma compactação nos assentamentos populares informais (ABRAMO, 2005, 2009). A segunda externalidade endógena positiva é a “externalidade comunitária”, a economia de reciprocidades em que as famílias têm acesso a bens e serviços a partir de relações de dom e contradom, nas quais não desembolsam valores monetários, sustentada por redes sociais com dinâmicas de proximidade organizada.

Há uma tendência de retroalimentação entre eles, o submercado de loteamento gera uma demanda para o submercado nas áreas consolidadas e, vice-versa, de forma contínua e circular. O funcionamento do submercado de loteamentos produz uma demanda para o submercado nas áreas consolidadas, mas esse crescimento não pode ser respondido com uma maior oferta em razão da sua relativa inelasticidade, e acaba promovendo um crescimento dos preços do mercado informal de solo.

Como no MIS temos irregularidades na titulação das propriedades, os contratos não podem ser firmados contando com o amparo da lei; conseqüentemente, os conflitos não podem ser resolvidos pelos instrumentos de mediação e de execução legais. Demandando, portanto, uma estrutura institucional própria, que garanta a reprodução temporal das práticas mercantis informais, a permanência no tempo de uma forma particular de interdição social: a forma confiança-lealdade. Por meio dela, as partes depositam no outro uma relação de confiança com base na expectativa de reciprocidade. As relações pessoais não são importantes apenas durante as transações; é por meio delas, inclusive, que as pessoas tem informações sobre os imóveis que estão disponíveis no mercado; praticamente todos os compradores e locadores tem acesso à informação dos imóveis ou dos lotes por um parente ou amigo. O

transmissor da informação de mercado geralmente também é um parente ou amigo dos vendedores e locadores, e serve como o elemento que sedimenta e garante a estabilidade temporal da relação de confiança e de lealdade entre as duas partes da transação do mercado informal de solo.

Apesar disso, sempre existe a possibilidade de ruptura unilateral tanto do contrato quanto da relação. Por isso a necessidade de alguma mediação institucional que assuma uma posição acima das partes envolvidas; essa espécie de “autoridade” de mediação contratual é determinante para a manutenção dos contratos informais, e sua permanência garante a condição intertemporal e intergeracional dos mesmos. O autor aponta nos assentamentos populares informais a existência de uma “autoridade local”, que cumpre o papel de figura mediadora dos conflitos nas comunidades. Tais autoridades são o resultado de processos históricos locais, que atribuem um lugar de autoridade local constituída a partir de uma infinidade de processos sociais legitimadores; tais processos se dão a partir da trajetória histórica de cada comunidade, e podem ser de natureza religiosa, étnica, cultural, política ou mesmo a partir da violência e do controle pela força (ABRAMO, 2009).

A partir de suas pesquisas, Abramo pensa o MIS como elemento estruturante de nossa urbanização, central na produção de cidades superpovoadas e desiguais. Seu funcionamento nos API's promove a intensificação do uso do solo, compactando o território informal consolidado. Teríamos dois movimentos que alimentam o processo de compactação via mercado de locação informal: o primeiro é a transformação de alguns moradores dos assentamentos em locadores informais, fracionando suas moradias e/ou lotes para atender à crescente demanda de locatários nas áreas; o segundo é a preferência dos locatários informais por pequenas unidades, devido a sua reduzida capacidade aquisitiva. Via de regra, as moradias de locação informal apresentam uma forte densidade domiciliar, o que sugere uma “precarização do precário” (ABRAMO, 2007b). Para além da locação, a compactação também pode acontecer por meio do adensamento construtivo e do fracionamento de lotes para venda de imóveis nos assentamentos irregulares.

Nossas cidades seriam produtos da dinâmica dos MIS: o submercado em APIs consolidados produz uma “cidade informal” compacta; enquanto o submercado de loteamento produz uma “cidade informal” difusa, com um uso do solo fortemente extensivo, de fraca intensidade e baixa densidade predial e residencial. Ao conciliar a forma compacta e a difusão do uso do solo, promove uma forma de cidade particular, definida pelo autor como “cidade COM-FUSA”. Esse fenômeno promove uma dupla precarização do habitat e da reprodução da vida popular. O paradoxo dessa cidade cada vez mais difusa e compacta é que impõe

justamente um custo de transporte crescente à população que mora na periferia, cada vez mais distante do centro. Dessa maneira, a precarização do mercado de trabalho e o crescimento da participação de trabalhos eventuais exigem a presença física desse trabalhador em alguma centralidade, impondo um custo de deslocamento que não será necessariamente compensado com o rendimento diário do seu trabalho.

Os MIS são importantes para o processo de produção de nossas cidades; o sentido difuso que orienta a expansão da malha urbana, promovendo o espraiamento das metrópoles, é o resultado justamente das ações dos MIS. Aqui se aproxima de Grostein (2006), ao reconhecer que a cidade se desenvolve territorialmente num sentido difuso; mas enquanto a autora afirma que esse sentido lhe dá forma, e define a cidade partir desse sentido difuso, Abramo acrescenta que não é somente esse sentido que molda o nosso espaço urbano. Em comum ambos definem as cidades brasileiras a partir da forma que assumem recentemente, mas o autor elabora um neologismo que o permite expressar ao mesmo tempo uma propriedade do movimento que a produz, a compactação.

No entanto, nós não consideramos a melhor opção teórica definir a cidade brasileira a partir de sua forma ou do sentido do movimento que a produz; ambos apenas expressam o desenvolvimento das propriedades do seu processo de produção – sendo a principal delas a exclusão. Por isso achamos mais acertado definir nossas cidades a partir das propriedades mesmas, afinal, elas que definem os rumos e limites do processo em questão; a partir de agora passamos a nos referir simplesmente à “cidade excludente”. Podemos defini-la como a cidade produzida pelo processo de urbanização empreendido sob o “capitalismo periférico” no Brasil, que possui como principal propriedade a exclusão, infringida a uma parcela significativa da população em termos econômicos, políticos, sociais e espaciais. A ordem urbana que se estabelece durante o processo de produção da “cidade excludente” contribui decisivamente para a manutenção do modo de produção capitalista tal qual se desenvolveu no país, mediante o expediente da espoliação urbana. Mas essa ainda é uma definição preliminar, precisamos aprofunda-la considerando as condições de vida a que estão submetidos os excluídos.

### 3.11 KOWARICK ENCONTRA LEFEBVRE NA CIDADE EXCLUDENTE

Ao definirmos a cidade que estamos estudando e sua relação com o “capitalismo periférico” nos vemos às voltas novamente com a obra de Henri Lefebvre (1991); apesar das particularidades que o modo de produção assume em nosso país, ainda permanece

identificado, em linhas gerais, com o capitalismo internacional, e conseqüentemente com a grande temática contemporânea da re-produção das relações sociais de produção. Ao trazermos essa discussão para nosso contexto urbano, estamos nos propondo a compreender o lugar da “cidade excludente” no atual estágio do capitalismo brasileiro.

Para Lefebvre, a re-produção das relações sociais de produção não coincide com a reprodução dos meios de produção, se realiza no cotidiano, por meio dos lares e da cultura, da escola e a universidade. Esta dimensão da vida social já nos foi sugerida por Vera Telles, mas com o autor ela ganha contornos mais precisos, que a concebe como o lugar onde os fluxos globais da divisão socioespacial do trabalho e da acumulação e dominação capitalistas se materializam, adquirem sentido, redefinem e embaralham a escala local dos lugares e de suas fronteiras.

Ele [o cotidiano] se torna o plano sobre o qual se projetam os claros e os escuros, os vazios e os cheios, as forças e as fraquezas dessa sociedade. Forças políticas e formas sociais convergem nessa orientação: consolidar o cotidiano, estruturá-lo, torná-lo funcional. [...] O Novo, de alguns anos para cá, é que as conseqüências da industrialização, numa sociedade dominada pelas relações de produção e de propriedade capitalistas (um pouco modificadas, mas conservadas em sua essência), se aproxima de seu termo: uma cotidianidade programada num ambiente urbano adaptado para esse fim. A cidade tradicional explode, enquanto a urbanização se estende, o que permite hoje semelhante empresa. A cibernetização da sociedade corre o risco de produzir-se por este caminho: organização do território, instituição de vastos dispositivos eficazes, reconstituição de uma vida urbana de acordo com um modelo adequado (centros de decisão, circulação e informação a serviço do poder) (LEFEBVRE, 1991 p.73).

Ao tomar a cotidianidade como objeto tanto no plano teórico como político, Lefebvre acrescenta outra problemática cara ao marxismo, a construção de hegemonia. Promove a discussão acerca da relação entre a produção de hegemonia e a produção social do espaço enquanto lugar e expressão fundamental da re-produção.

O conceito de hegemonia, introduzido por Gramsci [...] permite ainda analisar a ação da burguesia, em particular no que concerne ao espaço [...]. A hegemonia se exerce sobre a sociedade inteira, cultura e saber incluídos, o mais frequente por pessoas interpostas: os políticos, personalidades e partidos, mas também muitos intelectuais, cientistas. Ela se exerce, portanto, sobre as instituições e sobre as representações. [...] Como a hegemonia deixaria de lado o espaço? Este seria apenas o lugar passivo das relações sociais, o meio de sua reunificação tendo tomado consistência, ou a soma dos procedimentos de sua recondução? Não. Mais adiante se mostrará o lado ativo (operatório, instrumental) do espaço, saber e ação, no modo de produção existente. Será mostrado que o espaço serve e a hegemonia se exerce por meio do espaço constituindo, por uma lógica subjacente, pelo emprego do saber e das técnicas, um ‘sistema’ (LEFEBVRE, 2006, p.29).

As principais concepções de sua obra que gostaríamos de incorporar a este trabalho são a ideia da realidade social, enquanto um processo, a noção de totalidade, o cotidiano como lugar onde se realizam as práticas socioespaciais e, por fim, a hegemonia. Creemos que a partir

delas teremos condições de abordar o processo de produção da cidade de Curitiba como um processo total, que compreende diversas esferas da vida social. Mantendo em mente que a apreensão da dinâmica da re-produção das relações sociais de produção, bem como da dinâmica de produção de hegemonia, demanda a compreensão do papel do espaço social junto à dinâmica de re-produção das relações sociais de produção.

Em nossas periferias são os mercados imobiliários informais que consolidam, estruturam e atribuem funcionalidade ao cotidiano, e o inserem no processo de produção de nossas cidades. Abordar essa dimensão a partir dos MIS nos dá a chance de superar as duas principais críticas feitas por Kowarick aos estudos urbanos desenvolvidos no país: de apresentar uma estrutura sem sujeitos; e de realizar um estudo limitado ao nível micro, localizado e pouco generalizável. Faremos isso ao focar nossa análise na atuação dos próprios moradores no processo de produção de seu bairro, por meio de sua participação na organização do MIS durante o movimento de ocupação da região.

O próprio Kowarick trabalhou nesse sentido, ao procurar instrumentos teóricos que lhe permitissem apreender os sentidos das ações dos sujeitos em meio aos processos em andamento, com a atualização da noção de “espoliação urbana” (2000), esperava superar as limitações das perspectivas teóricas que monopolizavam a Sociologia Urbana no país. Ao reposicionar a noção, passa a pensar a reprodução urbana dos trabalhadores para além da questão da reserva de mão-de-obra<sup>160</sup>, deixando de atrelar a análise das condições urbanas de existência unicamente à expansão capitalista, e de deduzir as lutas sociais da precariedade que as caracterizam; ao invés disso, indaga o significado que essa materialidade tem para os indivíduos no mundo social. Com isso a subjetividade ganha peso, em seu sentido social, da percepção coletiva do conjunto de extorsões espoliativas.

“Subjetividade social”, na acepção de produção simbólica realizada por atores coletivos que vivenciam, interpretam, confeccionam discursos com seus sinais positivos e negativos sobre uma determinada situação concreta: o ensaísmo da questão da dignidade, as reflexões advindas da filosofia política sobre o tema dos carecimentos e a historiografia, marxista ou não, que ao refletir sobre as dinâmicas da insubordinação ou da obediência, introduzem a problemática da economia moral e da justiça, constituem alguns empenhos que procuram discutir a vasta e aberta problemática dos movimentos e das mudanças sociais (KOWARICK, 2000 p. 106).

Não basta falar dos efeitos nocivos da exploração sofrida em termos quantitativos, mas focar, principalmente, no significado que são atribuídos a esses processos. A questão

---

<sup>160</sup> Esta uma noção presa às determinações macroestruturais.

passou a ser como são produzidas as experiências coletivas daqueles que vivenciam essas formas de exclusão<sup>161</sup>,

trata-se de alargar a noção de exclusão social e econômica: ela não é apenas a materialidade objetiva que decorre primordialmente do processo de venda de força de trabalho e do seu desgaste, que no caso das cidades supõe também o acesso aos bens de consumo coletivo (KOWARICK, idem p. 83).

A análise da vida urbana deve privilegiar a forma como os sujeitos vivem, aí que o autor recorre à experiência na acepção de Thompson, porque, segundo ele, essa é uma realidade que só pode ser entendida quando observada também em sua magnitude valorativa e simbólica<sup>162</sup>. Essa é uma categoria que nos possibilita analisar comportamentos, condutas e costumes em sua relação com a cultura particular de uma época ou de uma classe social, datada histórica e geograficamente.

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (Thompson, 1981 p. 10).

Nós também a trazemos para nosso trabalho; ela nos possibilita abordar a cultura da cidade de Curitiba e das pessoas que participaram do movimento de ocupação que originou o Bolsão Audi-União. Veremos como, através de suas próprias experiências, homens e mulheres se tornam sujeitos: indivíduos que vivenciam as situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses, e ainda como antagonismos, e em seguida trabalham essas experiências em sua consciência e cultura para agir sobre determinadas condições sob as quais existem. Por relações determinadas entendemos as relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares. Ao entender a cultura como componente ativo de análise histórico-social, Thompson reconhece que a experiência vivida, além de pensada, é sentida pelos sujeitos.

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...]. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas,

---

<sup>161</sup> Social, econômica ou política.

<sup>162</sup> A reprodução da força de trabalho não se esgota no equacionamento da funcionalidade da exploração capitalista, deste modo crianças, jovens, mulheres apresentam potencial de historicidade quando vistos por um olhar que não os reduz ao elo mais fraco da cadeia que engrena o exército industrial de reserva com a mão de obra engajada na produção.

obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (Thompson, 1981, p. 189).

Sua utilização modifica a perspectiva inclusive sobre elementos centrais do meio urbano, como a “casa própria”. Kowarick argumenta que essa não pode apenas ser vista como mero abrigo que protege os trabalhadores contra as intempéries do sistema econômico, nem simplesmente um recurso do “capitalismo periférico” para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho. Ela é muito mais do que isso. Se fosse assim tão limitada pelas determinações macroestruturais, qualquer alternativa histórica estaria negada de antemão. Numa aproximação entre Lefebvre e Thompson nos arriscamos a dizer que a experiência cotidiana dos excluídos nos apresenta outros significados para a “casa própria”, bem como para o processo de produção social da cidade.

Com esse reposicionamento da noção, Kowarick espera tê-la adequado aos vários aspectos das exclusões sofridas pelos moradores e trabalhadores das cidades, principalmente no que se refere ao lento e oscilante processo de institucionalização de direitos – uma discussão que também nos é muito cara e será realizada nos próximos capítulos. Na verdade, essa é a grande questão que tem se afirmado no meio urbano nas últimas décadas: apesar do país ter avançado em vários pontos como na consolidação de um regime democrático, isso não foi acompanhado pela ampliação dos direitos sociais.

Em particular, da igualdade perante a lei, da própria integridade física das pessoas e dos direitos sociais – acesso à moradia digna, serviços médico-hospitalares, assistência social, níveis de remuneração adequados. Isto para não falar no desemprego, nas múltiplas modalidades arcaicas e modernas de trabalho precário, autônomo e assalariado, ou na enorme fatia das aposentadorias que produz uma velhice muitas vezes marcada por acentuados graus de pobreza. Em suma: vulnerabilidade em relação a direitos básicos, na medida em que os sistemas públicos de proteção social não só sempre foram restritos e precários como também, em anos recentes, houve desmonte na perda de direitos adquiridos (KOWARICK, 2009, p. 67-68).

Nossa conceituação de “cidade excludente” segue essa orientação, tomando exclusão não apenas no sentido econômico, mas também no tocante aos direitos básicos. Pois o espaço das periferias é cada vez mais o lugar por excelência do que o autor define como subcidadania, uma condição de vulnerabilidade no que diz respeito aos direitos básicos dos cidadãos.

Irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade em face de um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida nas cidades. Não se trata apenas do

inconsciente perverso de tecnocratas bem-intencionados. Trata-se de um processo político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente e, ao fazê-lo, decreta uma vasta condição de subcidadania urbana (KOWARICK, 2000, p. 54).

Chegamos então a uma definição mais elaborada da “cidade excludente”: a cidade produzida pelo processo de urbanização empreendido sob o “capitalismo periférico” no Brasil, que possui como principal propriedade a exclusão, infringida a uma parcela significativa da sociedade em termos econômicos, políticos, sociais e espaciais. Esses excluídos são submetidos a uma condição de subcidadania, através do expediente da espoliação urbana. Para nossos fins esta definição basta, embora seja apenas um princípio para debates mais aprofundados sobre os sentidos da exclusão social no meio urbano brasileiro. Nossa construção metodológica está próxima do fim; definimos o *locus* de análise e possuímos as categorias que nos permitem conduzir uma análise contemplando as dimensões macro e micro. Mas ainda necessitamos de conceitos para caracterizar as ações dos sujeitos sociais e localiza-las em meio aos processos que se desenvolvem de forma concomitante, para isso recorreremos a outro autor da mesma escola teórica que Thompson.

### 3.12 ESTUDOS URBANOS E CULTURAIS

Nossa proposta de análise do processo de produção de Curitiba procura entender como se constitui e se reproduz a metrópole; tomando esse processo enquanto elemento inserido em um quadro de referência mais amplo, da produção da “cidade excludente” no Brasil. Fazemos isso a partir do conceito de cultura, no sentido utilizado pelos Estudos Culturais ingleses, mais especificamente aquele presente na obra de Raymond Williams (1979). O autor desenvolve durante toda sua obra uma nova teoria da cultura, o materialismo cultural. Sua proposta é formular uma teoria das especificidades da produção cultural e literária material<sup>163</sup>, filiada ao materialismo histórico.

O autor chega a essa posição partindo de uma recusa em considerar a cultura como uma esfera autônoma e à parte da realidade social<sup>164</sup>, a define como produto e produção de

---

<sup>163</sup> Sendo que aqui nos interessa mais particularmente a questão da produção cultural material, devido a natureza do objeto analisado.

<sup>164</sup> Tal entendimento da cultura estaria contido no modelo infra-estrutura (conjunto das relações sociais de produção constituídas pelas formas de propriedade, de distribuição e divisão do trabalho) x superestrutura (formas de consciência pelas quais os homens tomam conhecimento da realidade), característico de um marxismo mais ortodoxo, marcado por uma posição economicista e mecanicista, onde a infra-estrutura determina a superestrutura.



um modo de vida determinado, e não simplesmente o reflexo de uma base econômica. Procura enfatizar a interdependência das várias esferas da realidade social e a atuação delas como forças produtivas. Assim, ele toma a cultura como um processo, por meio do qual é produzido um modo de vida no sentido total. Aqui a aproximação com Lefebvre é óbvia, ainda mais porque também recupera o conceito de hegemonia em Antonio Gramsci, procurando chegar à totalidade.

O conceito de hegemonia de Gramsci destaca-se por, ao mesmo tempo, incluir e superar o de cultura: primeiramente o inclui, ao ser entendido como um processo social global que constitui a “visão de mundo” de uma sociedade e de uma época; e o ultrapassa, na medida em que indaga sobre as relações de poder e alcança a origem do fenômeno da obediência e da subordinação<sup>165</sup>. Consegue dar conta de uma questão muito cara a Williams durante sua obra, quanto aos processos de internalização. A hegemonia não nos deixa esquecer que dentre tudo o que é naturalizado, e torna-se parte de nosso ser social, estão as determinações (entendidas como as pressões e limites, e não como imposições no modelo mecanicista) exercidas pelas formas práticas de dominação nas relações específicas de uma sociedade de classes. Nossa consciência trabalha esses processos de dominação diretamente, legitimando-os, mas, por vezes, opondo-se a eles. Isso significa que a totalidade hegemônica enquanto processo não é totalitária, embora seja totalizante, portanto, não devemos entender o “hegemônico” como total ou exclusivo, uma vez que existem formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, como elementos significativos da sociedade.

Numa sociedade de classes como a capitalista, para que uma classe possa tornar-se dirigente deve distinguir-se e conquistar a direção baseada em sua própria ideologia, bem como em sua organização e superioridade moral e intelectual<sup>166</sup>. Pois uma classe somente torna-se dirigente quando é reconhecida pelas outras classes sua superioridade moral, intelectual e organizacional. Com o consentimento das outras classes forma-se o bloco Histórico, um sistema articulado e orgânico de alianças sociais ligadas por ideologias comuns e por uma cultura comum. Trazendo o conceito para o contexto urbano, o processo de produção de uma cidade é marcado por uma intensa disputa política, entre classes, que

---

<sup>165</sup> Na acepção da palavra, hegemonia significa simplesmente liderança, mas para Gramsci significa dominação consentida, em particular de uma classe social sobre as demais. Aponta para uma relação entre as classes sociais, inserida em meio ao processo de produção/reprodução do capitalismo. Sob a sociedade capitalista, a burguesia detém a hegemonia mediante a produção de uma ideologia que apresenta o modo de produção capitalista e sua forma de governo, a democracia, como a melhor organização social possível.

<sup>166</sup> A disputa pela hegemonia ocorreria dentro da sociedade civil: o grupo que controla a sociedade civil é o grupo hegemônico, e a conquista da sociedade política é a consolidação desta hegemonia.

procuram estabelecer o seu projeto de cidade como hegemônico. Não apenas no sentido de prevalecer enquanto grupo que leva adiante o planejamento urbano e as grandes obras concebidas por ele, mas também enquanto grupo que estabelece a visão e valores que traduzem o que é ser um cidadão do município.

O processo de produção de uma cidade se apresenta para nós nestes termos, não como um processo totalitário, que produz uma única de cidade. Os habitantes não são passivos diante da ação dos detentores do poder, dos agentes públicos e dos idealizadores da cidade, vemos isso em ações como a ocupação que originou o Bolsão Audi-União. Pensar a produção de Curitiba como um processo hegemônico nos revela a complexidade da imagem da cidade; não temos apenas uma Curitiba, mas várias, interligadas por meio de significados, valores e práticas que visam a produção de uma mesma cidade. Essas várias cidades interligadas formam nosso todo urbano; a Curitiba que se apresenta na verdade é uma realidade rica e complexa, em constante processo de produção. Aqui a ideia de duas cidades, uma informal e outra formal, também se revela insuficiente enquanto modelo teórico, porque na verdade se trata de compreender como realidades tão dispares em sua dinâmica social participam de um mesmo processo totalizante, ou melhor dizendo, hegemônico. Acreditamos que essa concepção de hegemonia nos permite operacionalizar a ideia de Lefebvre de uma totalidade aberta, ainda não consumada e em processo, considerando tanto a atuação das forças hegemônicas quanto a resistência daqueles que foram mantidos à margem.

Mas Williams não adota simplesmente o conceito de hegemonia, vai além e o amplia ao estabelecer relações entre elementos que segundo ele compõe o processo cultural: “dominante”, “residual” e “emergente”. Primeiramente o dominante, identificado em linhas gerais com as forças que procuram a manutenção e continuidade da ordem social vigente, enfatizando os traços e características dominantes e definitivas. Essas forças atuam em meio às inter-relações; e é entre os elementos variáveis e variados do processo social que podemos resgatar sua dimensão dinâmica. Nesse sentido, deveríamos procurar empregar termos que reconheçam não só “fases” e “variações”, mas as relações dinâmicas internas de qualquer processo real. Daí a ampliação dos elementos do processo hegemônico para além do dominante; o residual é o próximo de nossa exposição.

Apesar de ter sido formado no passado, apresenta-se ainda ativo no processo cultural como um elemento efetivo do presente. O residual pode ter uma relação alternativa ou mesmo oposicional com o dominante, ou ainda ter sido totalmente incorporado de forma ativa na

cultura dominante. Qualquer cultura inclui elementos disponíveis do seu passado, mas seu lugar no processo cultural contemporâneo é variável<sup>167</sup>. Está aberta a possibilidade de manter uma relação alternativa, ou mesmo oposta com a cultura dominante, diferente da manifestação ativa que foi incorporada, parcial ou totalmente, pela cultura dominante.

Normalmente, um elemento residual permanece a certa distância da cultura dominante efetiva; no entanto, certa parte ou versão dele pode, por vezes, ter sido incorporada para que a cultura dominante tenha sentido nessas áreas. Em certos aspectos, a cultura dominante não pode e não deve simplesmente permitir demasiada experiência e prática residuais fora de si mesma, sem que isso signifique um risco para sua manutenção. Isso porque justamente pela incorporação de elementos ativamente residuais, pela reinterpretação, diluição, projeção e inclusão e exclusão discriminativas, é que ocorre o trabalho de tradição seletiva.

Dentre os elementos do processo hegemônico, o maior interesse de Williams está no conjunto de forças sociais associado ao emergente, que justamente por ser emergente, guarda em si elementos novos, que podem ser tanto externos quanto internos, e legitimadores, do conjunto de ideias do sistema onde surgiu. O termo aponta para um movimento de criação constante de práticas e significados; a principal questão que levanta é sobre a distinção entre os elementos realmente novos da cultura dominante e aqueles que lhe são alternativos, ou até mesmo opostos, uma questão igualmente central no entendimento do “hegemônico” como um todo.

Por “emergente” entendo, primeiro, que novos significados e valores, novas práticas, novas relações e tipos de relação estão sendo continuamente criados. Mas é excepcionalmente difícil distinguir entre os que são realmente elementos de alguma fase nova da cultura dominante (e nesse sentido “específico da espécie”) e os que lhe são substancialmente alternativos ou opostos: emergente no sentido rigoroso, e não simplesmente novo (WILLIAMS, 1979 p.126).

Em que medida podemos considerar o novo espaço em questão como um elemento emergente? Procuraremos pelas características que possibilitam definir o Jardim Parque Iguaçu nesses termos; e, principalmente, se podemos classificá-lo como emergentepositor ao sistema, ou como legitimador do mesmo. Acreditamos que esses elementos são os

---

<sup>167</sup> Por isso a importância em diferenciar o que seria o residual do arcaico: o primeiro pode ser reconhecido como um elemento do passado, a ser observado, examinado, ou “revivido” conscientemente, de forma especializante; já o residual, embora formado no passado, se apresenta ativo no processo cultural como um elemento efetivo do presente. Desta forma, as experiências, significados e valores que não podem se expressar substancialmente nos termos do dominante ainda são vividos e praticados à base do resíduo, de uma instituição ou formação social e cultural anterior.

instrumentos que possibilitariam alcançar os objetivos pretendidos por Lefebvre, quando propôs tomar a cotidianidade para chegar ao entendimento do capitalismo contemporâneo e da problemática da re-produção das relações sociais de produção, e, ao mesmo tempo, validar a experiência enquanto eixo de análise das práticas sociais tal como propõe Thompson. Assim a teoria de Lefebvre é enriquecida com a incorporação de uma dimensão cultural, que apresenta o fenômeno urbano, enfim, como um modo de vida total que é produzido pelas próprias pessoas que habitam na cidade. A questão da moradia se revela mais central do que nunca, porque ao proverem suas próprias residências por meio de um processo de produção cotidiano, como veremos a seguir, os moradores não produzem apenas os seus próprios meios de vida, mas também o bairro e, principalmente, a cidade. Para alcançarmos nossos objetivos dividiremos a observação de nosso objeto específico em dois níveis: no próximo capítulo apresentaremos a pesquisa de campo realizada na Vila União Ferroviária com os moradores, focando em suas histórias de vida; depois, mais um capítulo para identificar os elementos do processo hegemônico em meio a essas histórias.

#### 4 CAPÍTULO 4 A VILA UNIÃO FERROVIÁRIA

Veremos neste capítulo a história da Vila União Ferroviária a partir da trajetória de algumas famílias que ainda residem na área, procurando demonstrar como elas, à medida que foram constituindo suas vidas (erguendo suas casas, seguindo carreiras profissionais, criando seus filhos), construíram um novo bairro em meio à cavas, lixo e restos de obras realizadas na cidade. Entendemos essa história de forma processual, perspectiva que toma cada ação individual e cotidiana como elemento constituinte de um todo produzido historicamente. Tomamos esse todo como resultado da conjunção de vários elementos, organizados de uma forma estruturada. Compreendemos como elementos constituintes não apenas as ações, mas também tudo que as inspirou: motivações, desejos, perspectivas.

Quanto ao processo aqui em questão, a história do Bolsão Audi União será lida como parte de um processo mais amplo, a produção social de Curitiba. O objetivo específico do presente capítulo vai justamente nesse sentido, identificar quais os elementos constituintes do novo bairro também estão presentes na urbanização da cidade. Como visto nos capítulos anteriores, devido à complexidade da urbanização de Curitiba, que ultrapassa a contribuição dos agentes públicos (técnicos e políticos), e ocorre para além das vias institucionais<sup>168</sup>, não podemos nos limitar à análise dos mesmos. Por isso voltamos nosso olhar para um processo que não possui uma realização institucional direta, pelo menos não à primeira vista, mas um “movimento”. Nesse “movimento”, incluímos não apenas a ocupação inicial, mas também a consolidação da posse dos lotes, a regularização da área, e finalmente, o reconhecimento como um bairro da cidade. Estamos assim em nosso trabalho analisando esse “movimento” como uma formação social, por acreditarmos que tal procedimento nos possibilita verificarmos as articulações existentes não somente entre seus elementos internos, mas também com formações efetivas muito mais amplas, como a urbanização da cidade.

Assim, entendemos que estaremos caminhando metodologicamente para fazer uma ponte entre as perspectivas micro e macrosociológica. Cada trajetória individual será destacada não apenas em sua especificidade, mas também em sua contribuição para o "movimento" como um todo; cada indivíduo, nesse sentido, será apresentado como uma personagem da história não apenas da Vila União Ferroviária, mas do processo de surgimento do Jardim Parque Iguazu e da urbanização da cidade de Curitiba. Teremos assim, a seguinte

---

<sup>168</sup> Os canais institucionais por meio dos quais a comunidade participa da formulação de políticas públicas voltadas a atender suas demandas.

ordem: a primeira moradora, o presidente, a mulher virtuosa, o abridor de ruas, a catequista e o empreendedor. Cada uma dessas denominações expressa mais do que uma característica ou atributo pessoal; expressa também um momento decisivo na história que estamos recuperando, como essas características foram importantes durante o processo. Veremos assim, respectivamente: os primeiros dias de ocupação; a organização da vida política dos moradores; a abertura das primeiras ruas; a organização do movimento comunitário e religioso na vila; e, por fim, as tentativas de alguns moradores de empreender seus próprios negócios.

#### 4.1 A PRIMEIRA MORADORA

A família Caetano em 1998 era composta pelo casal Cida e Ceará, e por seus dois primeiros filhos ainda pequenos: Érica e Thiago. Veremos esses fatos pela ótica de Dona Cida, como é conhecida por todos na vila, na entrevista que nos concedeu durante a realização da pesquisa. Falemos primeiramente da origem do casal que formou a família. Nascida no interior do Estado do Paraná, na cidade de Umuarama, ainda menina migrou com os pais para o Estado do Mato Grosso, onde permaneceu por 20 anos. No Mato Grosso conheceu e se casou com o marido, um imigrante nordestino que anos mais tarde, durante a ocupação, viria a ficar conhecido como Ceará. Os dois fizeram parte do movimento de imigração intenso ocorrido no estado durante a década de 1970, quando pessoas de várias partes do país se dirigiram à região, resultado de políticas de integração nacional promovidas pelo governo federal ainda durante a Ditadura Militar<sup>169</sup>. Consequentemente, vários núcleos de colonização foram fundados no estado entre as décadas de 1970 a 1980. Grande parte desses, fundados a partir de projetos de colonização privados ou governamentais, deram origem a novos municípios.

Mas esse contexto não é mencionado por Dona Cida em sua fala; ao invés disso, explica a vinda do marido do nordeste a partir de uma característica pessoal dele, o gosto por viajar e conhecer novos lugares, se mudar, uma resistência a se fixar por muito tempo num mesmo lugar. Característica que teria sido muito importante na história familiar: teria sido ela a responsável por impulsionar sua vinda com a mulher e dois filhos pequenos para a cidade de Curitiba no final dos anos 1990. Bastou a propaganda feita por um amigo que morava na

---

<sup>169</sup> Podemos citar entre as ações governamentais que promoveram esse movimento: a mobilização de recursos destinados ao financiamento de empresas; realização de obras de infra-estrutura (principalmente viária); implementação de políticas de incentivo a ocupação das terras; e ações de estímulo ao desenvolvimento regional.

capital paranaense para colocar a ideia de mais uma mudança na cabeça de Ceará; logo em seguida ele pôs à venda a pequena propriedade rural de onde tirava o sustento da família<sup>170</sup> para custear a viagem.

Devemos lembrar que era muito forte a divulgação da imagem da capital paranaense como capital ecológica, durante a primeira administração de Cássio Taniguchi. Como já vimos anteriormente, os próprios moradores da cidade compraram a imagem ecológica da capital, promovida pelo marketing; e eram agentes importantes na divulgação dessa imagem pelo país no contato com amigos e familiares, como no caso da família Caetano<sup>171</sup>.

Dona Cida não comenta o contexto que encontraram quando chegaram à cidade; ao invés disso prefere focar na experiência pessoal da família em Curitiba, como eles enfrentaram as dificuldades de viver numa nova cidade; ela destaca como a maior de todas o clima frio. Já na chegada, a família enfrentou o típico frio curitibano, em contraste com o forte calor mato-grossense; chegaram numa manhã de julho enquanto caía uma geada que Dona Cida nunca mais esqueceu. Inclusive, ela afirma que até hoje ainda não acostumou com o clima, sendo essa sua principal reclamação sobre a cidade. Quanto as outras dificuldades enfrentadas pela família, como encontrar moradia e emprego, eles puderam contar com ajuda do mesmo amigo que os convenceu a virem para Curitiba. Durante os primeiros meses na nova cidade, a família viveu nos fundos da casa do amigo no Bairro Alto pagando aluguel, enquanto Ceará fazia pequenos serviços de pedreiro.

A partir daí, começaram a estabelecer relações de amizade com diversas pessoas; um tipo de relação que novamente foi importante, pois foi responsável por oferecer uma solução para a questão da moradia própria. Graças a esses contatos o tempo que moraram de aluguel durou apenas alguns meses, pois logo outro amigo os avisou de uma ocupação que iria acontecer perto da BR-277 e os convidou a participar, uma vez que ele próprio participaria. Com o convite, Ceará se animou a ponto não apenas de participar com a família, mas também em se prontificar a ser um dos organizadores da ocupação da área que viria a ser a Vila União Ferroviária.

Nessa posição Ceará tomou posse de vários lotes no início do movimento de ocupação, e os comercializava dentro do mercado imobiliário informal que se estabeleceu já à época. Para a família esse mercado sempre representou uma importante fonte de renda; com o

---

<sup>170</sup> Enquanto moravam no Mato Grosso, o casal tirava seu sustento do trabalho de Dona Cida como doméstica na região e do marido como pequeno agricultor.

<sup>171</sup> A cidade mercadoria, construída como instrumento político pelo discurso do grupo no poder à época, não estava à venda apenas para grandes investidores e especuladores imobiliários, todas as classes podiam comprá-la, embora nem todas pudessem consumi-la da mesma forma.

lucro que conseguia entre uma transação e outra conseguia sustentar mulher e os quatro filhos, de modo que nunca precisou trabalhar formalmente com carteira de trabalho assinada, se limitando a executar apenas pequenos serviços de pedreiro na região de vez em quando. Se ele considerasse uma oportunidade de negócio boa não a desperdiçava, não hesitava em negociar até mesmo a casa em que morava com a família; o que aconteceu por várias vezes também, a ponto de Dona Cida não conseguir recordar o número exato de transações que o marido realizou, ou o número de vezes em que mudaram de endereço dentro da Vila União. Após o falecimento de Ceará, se fixaram em um endereço definitivo, em um dos terrenos que ainda possuíam à época.

A outra fonte de renda da família surgiu como uma forma de Dona Cida aliar o cuidado das crianças com trabalho: abriram uma pequena mercearia na sua primeira casa que ela administrou por sete anos até a morte do marido; assim podia trabalhar sem se preocupar em procurar alguém com quem deixar os filhos. À exceção da mercearia da família Caetano, mercados e farmácias estavam todos para além da linha do trem; isso dificultava o acesso das pessoas, que sofriam mais ainda em dias de chuva devido à lama e água que tomava conta das primeiras ruas. A mercearia tornou o casal bem conhecido entre todos os moradores.

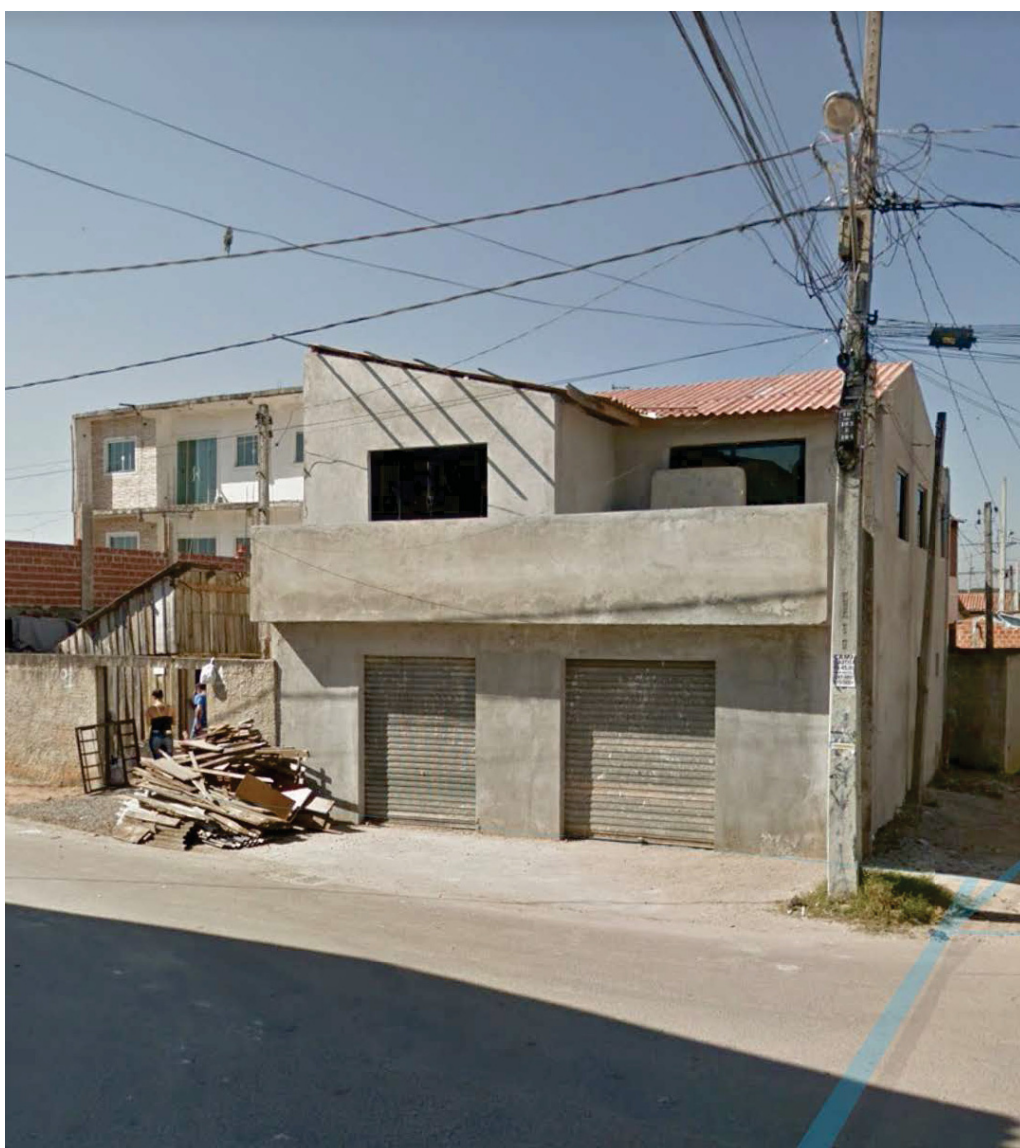
A mercearia por vezes foi cenário de desentendimentos e discussões; algumas terminaram no próprio balcão, enquanto outras nas ruas ou casas da vila. Um desses incidentes acabou com a morte de uma figura conhecida na região por envolvimento frequente em pequenos roubos e brigas com outros moradores, o “Russo”. Numa tentativa de fugir da perseguição policial, ele entrou pela mercearia e invadiu a casa da família, mas não conseguiu escapar; na troca de tiros, acabou morto no chão da sala. Outra discussão que terminou assim envolveu o próprio Ceará, que teria cobrado uma dívida da mercearia de um jovem morador, no valor de 7 reais. Esse não gostou de ter sido cobrado na frente de outros vizinhos, e poucos dias depois, ao encontrar Ceará, o assassinou à mão armada, na rua em que morava. A polícia não teve tempo de prender o assassino, que morreu poucos meses depois em outra discussão que nunca teve suas circunstâncias totalmente esclarecidas; alguns dizem que foi uma questão envolvendo tráfico de drogas, outros afirmam que foram amigos de Ceará que resolveram fazer justiça com as próprias mãos.

Além de nunca ter tido um emprego fixo, Ceará nunca regularizou a situação de suas propriedades, e nem mesmo sua situação conjugal era formalizada, o que teve impacto na família mesmo após sua morte; sua esposa não teve direito a receber pensão alimentícia, devido ao fato de nunca ter contribuído com a previdência social. Passados mais de quinze anos, Dona Cida se encontra viúva, residindo com os filhos na Rua Magnus Sondhal, a



poucos metros da “Obra Social Santo Anibal”, onde trabalha como auxiliar de serviços gerais. Vendeu todas as propriedades que o marido deixou exceto a que moravam e agora paga prestações mensais para a COHAB-CT; espera em breve ter a posse totalmente regularizada, com o documento de posse do terreno em seu nome. Os filhos falam em vender a casa e ir embora, mas ela afirma que não tem a menor intenção, devido ao quadro em que o movimento se encontra. Anos atrás, em uma visita à família, chegou a pensar em voltar para o Mato Grosso, mas acabou desistindo devido ao fato de já possuir uma nova vida na Vila União Ferroviária.

Figura 38 – Casa da família Caetano (2018)



Fonte: Acervo dos moradores.

## 4.2 O PRESIDENTE

A segunda trajetória que gostaríamos de contar a história aqui é a da família Silva, por meio de um dos seus sete filhos, Damareis Carlos Laurindo da Silva, conhecido simplesmente como “Milico”. Ele foi o primeiro membro a migrar da cidade de Quilombo, no oeste de Santa Catarina, aos 17 anos em 1994. Em sua cidade natal viviam em uma pequena propriedade rural arrendada, mas como a produção era dividida com o proprietário da terra, sobrava pouco para eles. Motivado pela promessa de ajuda de uma tia que já morava em Curitiba há vários anos – pagar a passagem de vinda e ajudar na busca por emprego –, o rapaz decidiu deixar o interior catarinense e tentar a vida na capital paranaense. Na sua partida fez uma promessa para a mãe, de trazer toda a família para Curitiba assim que conseguisse ter condições de comprar uma casa própria.

Em seus primeiros meses na cidade morou com a mesma tia que lhe pagou a viagem no bairro do Bigorrilho, durante esse período oferecia serviços de jardinagem, andando pelas ruas da cidade com um carrinho de mão carregando o equipamento. Mas essa ocupação foi breve, pois logo arranhou emprego fixo em um restaurante, onde exerceu várias funções, como faxineiro e ajudante de cozinha. Alguns meses depois, ao completar 18 anos, foi cumprir o serviço militar obrigatório; nele vislumbrou a chance de ter um pouco mais de estabilidade, seguindo a carreira militar por cinco anos.

Nessa época conheceu a primeira esposa e deu início à sua própria família, mas como ainda não tinham condições de comprar um imóvel, pagavam aluguel no bairro do Centenário próximo à área do Bolsão Audi-União. Um dia, o proprietário da casa em que moravam lhes contou das primeiras ocupações que começavam a formar o complexo, e que essa era uma boa oportunidade de ter uma casa própria devido ao preço barato dos terrenos, algo entre 50 a 60 reais. A região já era conhecida por ele, uma vez que a BR-277 era seu caminho de passagem diário, de onde podia ver as primeiras ocupações do complexo na Vila Audi. O local era chamado simplesmente de “Vila Sapo”, devido aos constantes alagamentos que ocorriam toda vez que chovia um pouco mais forte. Apesar de parecer uma boa ideia, pelos preços baixos dos lotes, Milico ainda ficou receoso; então convidou o sogro, que já tinha alguma experiência morando em áreas de ocupação, para fazer uma visita à nascente Vila União Ferroviária e ver se valia a pena participar do movimento. Nessa oportunidade, o sogro o aconselhou a comprar um terreno, lhe contando como funcionava a dinâmica de uma ocupação e insistindo que o investimento valeria a pena com a valorização da área em um curto período.

Acolhendo o conselho do sogro, decidiu participar do movimento de ocupação que estava acontecendo na futura Vila União Ferroviária; mas como já não haviam terrenos vagos, teve de pagar pela posse de dois deles. Fez negócio com um homem conhecido como “Piolho”, um especulador que sequer morava na ocupação, mas que tinha vários lotes para vender. A transação entre Piolho e Milico envolveu um aparelho de som 3 em 1, uma bicicleta e uma soma em dinheiro de 70 reais<sup>172</sup>, que levou um bom tempo para ser quitada totalmente.

Um desses lotes foi usado como moradia para a família de Milico, enquanto o outro foi uma espécie de “poupança”, que se mostrou bem rentável. Estes dois primeiros lotes foram vendidos anos mais tarde, e o ajudaram a comprar outros bens e o terreno em que mora atualmente, onde ergueu um sobrado de dois andares com a própria mão de obra<sup>173</sup>. Um deles foi bem valorizado, a ponto de lhe render em negociação uma caminhonete no valor de 50.000 reais e um carro modelo Golf por 27.000. Mas ainda assim, não tão valorizados quanto afirma que é a sua propriedade atual, que mesmo com a casa ainda em construção, valeria algo em torno 150.000 reais. Para além da boa estrutura da construção, o lote possui outro diferencial: enquanto a maioria dentro da vila mede 5m x 20m, o seu mede 11m x 20m, uma diferença considerável.

A primeira casa de Milico na ocupação foi construída com os materiais sendo trazidos com carrinho de mão atravessando a linha de trem em várias viagens, mas já era um pouco melhor que um barraco, a ponto de ser considerada por seus vizinhos como a melhor casa da rua. E logo promoveu melhorias, contando com a mão de obra da família, além da sua própria; assim começou a cumprir a promessa de trazer os demais irmãos e os pais para morar em Curitiba. Atualmente a maioria de sua família está morando na Vila União Ferroviária, com exceção de um irmão que ficou em Santa Catarina e uma irmã que mora próximo no bairro do Uberaba, e o mais importante, todos com casa própria. Os pais de Milico, Pedro e Catarina, vieram morar na vila em 2000. Quando chegaram já encontraram um mercado imobiliário mais aquecido, e pagaram 600 reais<sup>174</sup> pela posse de um lote onde o fundo fazia divisão com uma das antigas cavas de extração de areia; aterraram essa cava e a anexaram ao lote ganhando mais alguns metros, chegando a quase 400 metros quadrados<sup>175</sup>. A metragem um pouco maior possibilitou construir não apenas uma moradia para o casal, mas também para outros filhos que se casaram e começaram as próprias famílias, construíram mais duas

---

<sup>172</sup> Com base no IPCA o valor atualizado para os dias de hoje seria de R\$ 250,86.

<sup>173</sup> Obra que foi realizando aos poucos durante vários anos, conforme o dinheiro dava.

<sup>174</sup> Com base no IPCA o valor atualizado para os dias de hoje seria de R\$ 1.965,99.

<sup>175</sup> Inicialmente as cavas não foram consideradas e medidas pelos loteadores, apenas posteriormente quando foram aterradas que passaram a ser ocupadas.

casas para as famílias dos filhos Maristela e Juarez. A mãe da atual esposa de Milico também mora na vila ao lado de sua casa, tendo chegado em 2002 não conseguiu comprar um terreno imediatamente e teve de pagar aluguel durante alguns meses, quando finalmente encontrou, pagou mais de 1.000 reais<sup>176</sup>.

Logo ele ficou conhecido por todos que participavam do movimento, porque foi de sua iniciativa a abertura de uma das primeiras ruas na ocupação, para ligar a vila que nascia com as mais antigas do complexo, seguindo o traçado de uma rua já existente. Trabalhou com mais alguns vizinhos nas horas vagas naquela que batizaram como Rua Progresso, aproveitando os entulhos resultantes de uma construção no quartel onde servia; foi aí, inclusive, que ganhou o apelido de Milico. Mas a carreira militar não foi muito longínqua, voltou a ser civil e arranjou emprego como vigilante, ajudando muitos da vila a arranjar emprego na mesma empresa com indicações pessoais.

Tudo isso o tornava uma pessoa popular, e não demorou para que enxergassem nele potencial para participar mais ativamente do movimento comunitário, para além da presença em manifestações e da iniciativa em abrir ruas. Em 2004, foi convencido por alguns moradores e pelos padres da região a disputar a presidência da associação de moradores. Perdeu essa primeira disputa por uma diferença mínima, de um voto; segundo ele, sem praticamente fazer campanha. Mas esse resultado o animou a dois anos depois concorrer novamente, desta vez vencendo com cerca de 80% dos votos.

Esta foi apenas a primeira vez que ele foi eleito presidente da associação, concorreu e venceu mais quatro vezes desde então, houve apenas um breve intervalo que ficou fora do cargo após a única derrota que sofreu em disputas, mas logo foi reconduzido a ele com o impeachment do vencedor. Uma vez no cargo cada vez mais ele se inteirou e se inseriu na dinâmica do movimento comunitário da cidade de Curitiba, estando sempre presente em inaugurações de obras na região e reuniões com representantes do poder público. Foi o representante local em várias ocasiões quando foram tratados os interesses de todos os moradores do Bolsão, estabelecendo contato direto com autoridades como o Prefeito, vereadores e secretários municipais. Acabou se envolvendo nas campanhas eleitorais dos políticos e líderes comunitários de quem ficou mais próximo, como do ex-prefeito Beto Richa (PSDB) e ex-presidente da Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana (FEMOCLAM), que saiu em duas oportunidades (2012 e 2016) como candidato a vereador sem sucesso. Nas últimas eleições em 2018, resolveu ele próprio

---

<sup>176</sup> Com base no IPCA este valor atualizado para os dias de hoje seria de R\$ 2.874,22.

concorrer ao cargo de deputado estadual, visando começar a construir uma base eleitoral para concorrer a vereador em 2020, agora o maior objetivo de sua vida.

Figura 39 – Casa da família Silva (2019)



Fonte: Acervo dos moradores.

### 4.3 A MULHER VIRTUOSA

A história de algumas famílias se confunde com a história da Vila União Ferroviária; esse é o caso da formada por Andreia Aparecida Correia de Camargo e Josafá Silva de Souza. Eles se conheceram em 2003 na localidade, se casaram e tiveram dois filhos. Andreia foi também uma das primeiras moradoras, presenciou o nascimento da vila e a organização preliminar do que viria a ser o mercado imobiliário informal de lotes; foi ela que nos recebeu em casa para contar os fatos mais marcantes de sua trajetória familiar.

Nascida na cidade interiorana de Joaquim Távora – PR, Andreia vem de uma grande família de seis filhos; quando tinha nove anos de idade os pais se separaram e a mãe, sem condições de sustentar todos juntos, os deixou com os parentes para serem criados. Os avôs e tios maternos se dividiram e cada criança foi adotada por uma nova família, Andreia ficou com uma tia que era freira na cidade de Porto Alegre morando num colégio interno para cegos. Devido à separação, nunca foram uma família muito unida; exceção de uma irmã que mora em São José dos Pinhais, raramente ela os encontra; o irmão caçula, por exemplo, só foi reencontrar já adulto em 2007.

Na infância foi vítima de abusos, mas só foi revelar isso na adolescência, com 15 anos de idade, no colégio; não recebeu nenhum apoio da instituição, que para não lidar com o caso a mandou para outra unidade da rede no interior do Paraná. Tudo aconteceu muito rápido após sua saída do colégio, não chegou a concluir os estudos nessa época e foi viver na casa da avó por um curto período até sair para morar sozinha. Veio morar em Curitiba e reencontrou a mãe já com 18 anos, indo morar com ela em uma ocupação no bairro do Cajuru. A mãe estava vivendo com um homem, mas sofria com maus tratos diariamente, o que tornava a casa um ambiente pouco saudável para uma adolescente.

A mãe ficou sabendo das ocupações na região do Uberaba que estavam formando o Bolsão e resolveu abandonar o companheiro para ir com Andreia participar do movimento na Vila União Ferroviária; as duas enfrentaram, além das dificuldades típicas da vida em áreas irregulares, todos os problemas que mulheres pobres sozinhas encontram em seu dia a dia. Sem um grau alto de estudo ou treinamento profissional trabalhavam na área de limpeza em empresas terceirizadas ganhando muito pouco, o que não lhes permitia, nem mesmo na ocupação, desfrutar de uma condição mais tranquila; quando chegaram puderam adquirir apenas um lote e improvisar uma caixa de transporte como moradia.

O dono do terreno que compraram se chamava Mauro, primo do presidente da associação de moradores Coxinha; pagaram valor de R\$ 100,00 pelo terreno<sup>177</sup>. A mesma quantia foi paga por uma caixa de madeira normalmente utilizada para transportar produtos em navios. Enquanto não puderam erguer um barraco essa foi sua habitação; segundo Andreia, essa era uma solução que, apesar de precária, era muito comum na ocupação; uma pessoa vendeu várias destas caixas para famílias que não podiam arcar com materiais mais caros. Logo ela conheceu o próprio Coxinha e se envolveu com ele, foram morar juntos e deixou a mãe sozinha no lote que haviam comprado.

Das pessoas com quem conversamos ela que teve a relação mais íntima com o então presidente da associação; seu nome verdadeiro era Lucimar Aparecido Macedo e eles ficaram juntos cerca de um ano. No período ela engravidou, mas sua vida conjugal não era nada boa; sofreu várias formas de abuso por parte dele, não sendo poupada das agressões nem quando estava com a gravidez avançada, chegando a ser até esfaqueada. Não esperou nem a filha nascer para se separar dele e voltar a morar com a mãe, mas o fim do relacionamento não foi bem aceito, ameaçou tomar seu terreno e só não conseguiu porque Mauro também se interessou por ela e o impediu; embora nunca tenha tido nada com Marcos, a posse do terreno ficou assegurada.

Esse tipo de conflito na vida de Coxinha não era uma eventualidade; enquanto viveram juntos Andreia pode presenciar diversas brigas em que ele se envolveu devido aos pequenos golpes que aplicava nos moradores, desde a arrecadação suspeita com as carteirinhas da associação até negociações fraudulentas de terrenos. Recebiam pessoas todos os dias na casa que viviam em busca de ajuda, aquelas que procuravam um lugar para se instalar com suas famílias recebiam indicações de terrenos ainda à venda, que fossem de preferência de propriedade dele como um dos organizadores do mercado imobiliário informal. Relatos sugerem que ele se envolveu até com tráfico de drogas na área do bolsão; com o tempo, foi gerando cada vez mais revolta nas pessoas que se sentiam lesadas, e acabou tendo sua casa incendiada alguns anos depois, o que o fez abandonar a vila e nunca mais voltar. Apesar de terem juntos uma filha que atualmente está com 18 anos de idade, Andreia não sabe de seu paradeiro, o viu apenas uma vez depois que foi embora da vila, e nunca recebeu nenhum tipo de ajuda para criar a menina.

Com a filha recém-nascida, percebeu que precisava voltar a estudar para conseguir um emprego com remuneração melhor; recebia apenas 200 reais por mês e tinha que dar 100

---

<sup>177</sup> Com base no IPCA este valor atualizado para os dias atuais seria de R\$ 357,00.

pra cuidar do bebê numa creche que não era pública, o que lhe deixava com apenas 100 reais para passar o mês inteiro. Entrou em contato com a tia que a criou e ela se dispôs a pagar o curso técnico de enfermagem, além de enviar uma ajuda mensal no valor de 150 reais. A formação teve a duração de um ano e meio, que exigiu muito dela, não apenas no esforço em aprender os conteúdos, mas principalmente na garantia de seu sustento, pois ainda com o auxílio que recebia passava muitas necessidades. Por vezes as colegas de curso se reuniam e juntas lhe doavam uma cesta básica, o que amenizava um pouco sua situação. Os sacrifícios foram muitos, inclusive após o término do curso, o pagamento do seu registro junto ao Conselho Regional de Enfermagem (COREM) exigiu mais um mês de trabalho árduo e restrições para economizar, somente quando arranhou um emprego fixo em um hospital pode levar uma vida um pouco mais confortável.

Nessa época conheceu Josafá em uma igreja evangélica do outro lado da linha do trem, ele era pastor e morava nos fundos das instalações, estava recém-separado e em poucos meses estavam morando juntos na vila, com ela esperando o primeiro filho do casal. A mãe já morava com um novo companheiro na mesma rua em que tinham casa, e, embora Andreia não tenha ficado mais sozinha, as dificuldades continuaram; nesse princípio ele estava desempregado e não podia contribuir nas despesas da casa. A situação da família se estabilizou quando ela passou em concurso público para trabalhar na Prefeitura Municipal de Curitiba como técnica de enfermagem nas unidades de saúde; trabalhou em algumas delas desde então, até se fixar na mesma unidade que a atendeu quando sofreu violência doméstica, a Lotiguassu.

O marido acabou conseguindo emprego como vigilante e puderam somar seus esforços na criação dos filhos; os pais dele vieram morar com o casal em 2005 e ajudaram na construção da casa em que vivem todos e da igreja em que Josafá ainda atua como pastor no mesmo terreno. Procurando criar espaço para adultos e crianças na casa, utilizaram uma solução segundo eles recorrente na cidade de origem da família de Josafá em Manaus – AM, ergueram um pé direito mais alto e construíram um mezanino com os quartos. Reservaram a parte de baixo para uma cozinha e uma sala de estar bem espaçosas, além de um banheiro e uma lavanderia menores.

O aproveitamento do espaço só foi possível porque o terreno é maior do que o padrão estabelecido na vila, medindo 10m x 19m, sendo que quando foi comprado Andreia conta que era 9m x 10m. Ganhou esses metros na divisão das quadras e abertura das ruas; antes ninguém sabia ao certo onde eram os limites dos lotes, e o barraco onde moravam foi construído nos fundos; todos achavam que era um terreno baldio na frente e atravessavam por ele todos os



dias chegando a abrir um caminho; então, quando foi definido o traçado definitivo, desconsideraram esse trecho como rua e o agregaram a sua propriedade. Permaneceram morando nos fundos e construíram a igreja na frente ocupando todo o espaço sem deixar nem ao menos um quintal, uma das poucas reclamações de Andreia que gostaria de ter algumas plantas e flores para cuidar.

Atualmente a vida da família gira basicamente em torno da igreja, que não é afiliada a nenhuma congregação nacional, se denominando simplesmente Igreja Evangélica da Vila União Ferroviária. O número de fiéis é pequeno, mas frequentam semanalmente os cultos e a sua casa, que se tornou um ponto de encontro para essas famílias. A música que anima as reuniões fica a cargo de Josafá e seus filhos; a única que não toca nenhum instrumento é justamente Andreia. Além dessas atividades, organizam campanhas e comemorações em datas como páscoa e natal, arrecadando doações que são distribuídas entre os mais carentes da comunidade; por vezes também, as pessoas doam diretamente a eles brinquedos para os meninos ou outros bens como material escolar.

Ao nos contar sua trajetória Andreia relembra os fatos mais marcantes, sempre fazendo questão de dizer que se considera uma vencedora, que lutou contra todas as adversidades e conseguiu construir uma vida de que se orgulha. Abriu um canal na plataforma do YouTube para postar vídeos de trabalhos artesanais que realiza nas horas vagas e algumas das apresentações de sua família nos eventos da igreja; seu nome é Mulher Virtuosa.

Figura 40 – Casa da família Souza (2019)



Fonte: Acervo dos moradores.

#### 4.4 O ABRIDOR DE RUAS

Como temos visto o movimento de ocupação da Vila União Ferroviária acolheu pessoas vindas de várias partes do país, com trajetórias bem diferentes, inclusive para algumas que não era novidade viver em ocupações irregulares. Um desses casos é o porteiro Roberto Carlos de Paula, que chefia sua família e nos recebeu em sua casa para uma entrevista. Na juventude ele morou numa das primeiras favelas de Curitiba, a extinta favela do Capanema; essa se originou ainda nos anos 1950 no bairro do Prado Velho, e foi uma das primeiras da cidade a passar por um processo de “desfavelização” no final da década de 1970. A área que foi urbanizada abrange a atual sede da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), permanecendo a região conhecida como “Vila Pinto”, em alusão ao líder que controlava a venda de terrenos na ocupação. O Plano de Desfavelamento da Prefeitura justificava a erradicação da favela afirmando que era “a maior favela da cidade em área” (IPPUC, 1979, p.

27)<sup>178</sup>, que “poderia crescer indefinidamente” (Ibidem) e, ainda, que o “padrão socioeconômico da vizinhança totalmente diverso” (Ibidem) poderia dificultar a integração dos favelados à cidade.

Mas essa política estava longe de significar uma solução para o problema da habitação das populações mais pobres na cidade, tanto que a própria família de Roberto ainda sofreria com isso durante várias décadas. Desde então ele morou em diversos locais sem se fixar de forma permanente ou possuir casa própria, passando muitos anos na cidade de Maringá no interior do estado, onde constituiu família e teve cinco filhos. O emprego em que permaneceu mais tempo foi como auxiliar de serviços gerais na Cocamar Cooperativa Agroindustrial, uma das principais cooperativas agrícolas não apenas do Paraná, mas do Brasil.

No final da década de 1990 Roberto foi atingido pela mesma onda de desemprego que atingiu muitos dos nossos entrevistados, e resolveu vir para Curitiba com a família em busca de emprego; apenas a filha mais velha, que já havia casado, acabou ficando no interior. Chegaram em janeiro de 1999, e felizmente já em março arranhou emprego como vigilante; a primeira casa em que moraram nesse retorno à capital foi no bairro do Pinheirinho, ainda pagando aluguel em uma região da periferia longe do centro da cidade. À época já sabiam da ocupação antes mesmo de se mudarem, pois o avô dele havia comprado um terreno no começo do complexo, perto da BR-277. Outros parentes moravam na região, e na Vila União Ferroviária especificamente morava uma tia proprietária de alguns lotes. Ela foi uma das primeiras pessoas a participar do movimento de ocupação e comercializou seus lotes entre os membros da própria família, além de doar dois, para um irmão e uma irmã de Roberto respectivamente. Além dela, o padrasto e a própria mãe de Roberto moravam na área; inclusive ele perdera uma oportunidade de negócio no terreno que a mãe possuía nos fundos da igreja católica, no valor de 500 reais, pois a existência de uma cava muito grande o desestimulou a fechar a compra. Acabou então comprando o terreno do padrasto, pelo valor de 1.000 reais<sup>179</sup>, com 500 reais de entrada e o resto em várias prestações.

A maioria deles permanece até hoje morando na Vila União Ferroviária: o irmão ainda é seu vizinho, morando ao lado na mesma rua, enquanto a irmã mora em uma rua próxima. A mãe mora em outra das vilas do complexo, na Vila Reno, há cerca de dezoito anos. A tia por sua vez se mudou após vender os terrenos que possuía, pois não acreditava que

---

<sup>178</sup> Segundo o IPPUC a favela representava cerca de 10% do total de domicílios favelados existentes no Município em 1976.

<sup>179</sup> Com base no IPCA o valor atualizado para os dias atuais seria de R\$ 3.568,93.

um dia a vila se estruturaria e a situação dos terrenos seria legalizada, já que não conseguiu valores muito altos pelas propriedades. Desde então, não se fixou em nenhum lugar, Roberto nem mesmo sabe onde ela mora atualmente, apenas que ela passou por outras cidades do estado, como Campo Largo e Morretes. Quanto aos filhos da família que vieram para a ocupação, o segundo mais velho ainda mora no quintal com o filho, após o fim de seu casamento; o caçula mora em outra rua próxima; enquanto um outro filho mora no bairro próximo chamado Solitude e a filha mora em Santa Catarina.

A presença de sua família foi marcante não apenas pelo mercado imobiliário estabelecido entre seus membros; também tiveram papel na organização estrutural da ocupação. Dentre os familiares, o cunhado que trabalhava em uma loja de materiais de construção na época foi quem comprou mais de 2.000 metros de fio para puxar a primeira fiação de luz. Ao lado de seu irmão, Roberto abriu a rua em frente à sua casa, que se chamava Jardim Itibirê e terminava no encontro com a então rua Progresso, utilizando apenas ferramentas como pás e enxadas. Os vizinhos ficaram de fazer um rateio para pagar as despesas, mas, segundo ele, na última hora muitas pessoas pulavam fora e sequer participavam do trabalho pesado. Dessa forma, a maioria da rua em que mora foi aberta por ele e pelo irmão sozinhos, lembra que apenas Milico ajudou no trecho inicial, pois à época também morava na mesma quadra, e foi outro vizinho, que trabalhava durante o dia inteiro, quem praticamente dividiu toda despesa com ele e o irmão. A casa atual em que vive com a esposa, feita de alvenaria, foi construída por ele em 2008 nos fundos do terreno; enquanto a primeira casa que construíram de madeira continua na frente, como habitação para o filho.

Figura 41 – Casa da família De Paula em 2001 e 2018



Fonte: ACERVO PDUR

#### 4.5 A CATEQUISTA

A próxima história a conhecermos é da família Medeiros, chefiada pela copeira Inês, que também se envolveu diretamente em várias ações reivindicatórias e associativas na vila. Mais uma nascida no interior do estado, na cidade de Pitanga, ela vem de uma família de pequenos agricultores, o pai era um sitiante que trabalhava a duras penas para sustentar a família. Pensando em ajudar principalmente a mãe, que tinha problemas de saúde, veio para Curitiba com 18 anos no início dos anos 1990. Conseguiu trazer a família para a capital dois anos depois, e atualmente eles moram na região metropolitana, na cidade de Araucária.

Em Curitiba conheceu o ex-marido e logo começou a formar sua família, tendo dois filhos, uma menina e um menino. Ele era outro imigrante que nasceu no interior do estado, mas que cresceu no Paraguai; já adulto, morou no estado de Rondônia antes de migrar para Curitiba. Da mesma forma que Inês, havia migrado para a cidade por motivo de doença: o pai tinha um câncer e veio com a família toda em busca de tratamento melhor nos hospitais da capital.

Apesar dos dois estarem empregados, ele como cobrador e ela como copeira, nenhum recebia uma boa remuneração; tanto que, mesmo com os salários juntos, não conseguiram juntar dinheiro para comprar a casa própria, a duras penas pagaram aluguel até receberem ajuda de uma amiga no bairro do Uberaba que os deixou morar de favor nos fundos de sua casa. Seu marido ficou sabendo da ocupação por meio do membro de um partido político, que segundo ela foi quem organizou a ocupação com seus próprios objetivos. O principal deles seria atribuir a responsabilidade pela organização da ocupação a um partido adversário, e utilizar isso politicamente nas eleições que estavam prestes a acontecer no mesmo ano. Por isso não se preocupou em organizar efetivamente as pessoas que participaram do movimento, pretendia apenas criar um fato que pudesse ser utilizado para tais fins, sequer esteve presente para ajudar as pessoas no ato da ocupação. Também não estava interessado em saber quantas famílias iriam participar ou se iriam conseguir se consolidar na área, pois não assumiu nenhuma responsabilidade com o movimento.

Da primeira visita à ocupação Inês lembra que a área era praticamente um banhado, com lama, mato e água para todo lado. Mesmo achando que dificilmente a ocupação resistiria muito tempo e que a área um dia ficaria seca, se mudaram para a ocupação em junho de 1999, morando primeiramente num barraco e, algum tempo depois, começaram a construir a casa onde mora até hoje. Apesar da localização ser boa na rua mais seca em meio ao lamaçal, as condições do terreno não eram; havia uma grande cava nos fundos que precisou de 14 caminhões de entulhos para ser aterrada. Afirma que durante o primeiro ano do movimento a maioria das pessoas vinha só para ocupar e vender os terrenos, confirmando a existência do mercado imobiliário informal que já apresentamos. Apenas quando vieram as famílias que estavam fugindo do aluguel em busca da casa própria é que a ocupação teria se consolidado; aos poucos o cenário foi mudando, com a área ganhando o aspecto de uma vila pobre.

Inês sempre teve participação ativa na comunidade, especialmente nos movimentos da igreja católica. Em sua casa foram realizados os primeiros encontros para rezar o terço na comunidade, movimento que anos depois viria a culminar na construção da capela Santo Anibal, em frente à casa da família. Durante vários anos foi catequista, e membro da Pastoral da Criança, fazendo visitas às casas para acompanhar o desenvolvimento das crianças da vila. Os trabalhos enquanto catequista e na Pastoral da Criança a permitiram conhecer de perto a realidade das famílias na vila, e até hoje mantém contato com as crianças que ensinou nas aulas semanais na capela; a maioria hoje é adulta, e muitos já formaram suas próprias famílias.

Por conta dessa participação, foi chamada quando o pároco do rogonistas, Padre Lédio, organizou o grupo de moradores para atuar na ausência da associação de moradores. Ela chama o grupo simplesmente de “Os Doze”, sendo que ninguém mais faz referência não só ao grupo, mas também ao número de participantes. À medida em que a associação foi se consolidando esse grupo dos “doze” foi deixando de ser necessário para a articulação dos moradores, e todos os membros com exceção de Inês deixaram de participar do movimento comunitário.

Sua militância não se limitou à participação nos “Doze”, chegou a concorrer ao cargo de conselheira tutelar na regional do Cajuru sem sucesso, e na associação de moradores também disputou uma eleição, mas foi derrotada por Milico que entrava para seu primeiro mandato. Uma vez chegou a participar da diretoria da associação, assumindo o cargo de secretária para ajudar uma vizinha que assumiu a presidência quando da morte do marido, Dona Rosa. Isso sem contar ainda com os trabalhos que desenvolveu nos projetos de Economia Solidária organizados pelos padres rogonistas, como a cooperativa dos catadores de materiais recicláveis e a padaria comunitária, sempre no contato direto com as famílias em situação mais vulnerável na vila, em sua maioria chefiadas por mulheres que precisavam de ajuda para sustentar os filhos pequenos.

Ela chegou a trabalhar como gestora da padaria comunitária, não trabalhando diretamente na produção dos pães, mas coordenando o processo desde a produção, venda e divisão dos lucros. Procurando se capacitar para a função, fez vários cursos oferecidos por ONG's que organizam o movimento popular na cidade e que foram parceiras dos projetos implementados na vila, como a Central dos Movimentos Populares (CMP) e o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFÚRIA), recebendo conteúdos que ampliaram bastante seus horizontes, tomando conhecimento desde o processo de decisão democrática até os princípios da Economia Solidária. Mas a padaria enfrentou problemas de adaptação das participantes à proposta da economia solidária que vimos no primeiro capítulo, além de ter sido assaltada três vezes durante os dois anos em que funcionou, dificuldades que acabaram levando ao encerramento do projeto.

Conforme o tempo foi passando e os rogonistas foram deixando esses projetos de lado para focar no atendimento às crianças na OSSA, ela também foi diminuindo sua atuação, passando mais tempo com os filhos e com o neto que sua filha mais velha lhe deu. Entretanto isso não a impede de tomar conhecimento dos principais projetos e programas do poder público na região, e de acompanhar os processos eleitorais na associação e no município. Ela ainda é uma referência do movimento comunitário na vila; grande parte dos moradores lembra

dela trabalhando nos projetos da igreja e sua palavra tem peso para algumas pessoas, que lhe pedem opinião sobre o quadro político em geral (desde o nível local até o nacional). Tece críticas bem contundentes à atuação do poder público e à falta de participação de seus vizinhos na política comunitária, afirmando que a saída para a melhora na vida de todos seria uma ampla participação e engajamento, fiscalizando e cobrando a atuação dos representantes eleitos em prol dos moradores do complexo.

Figura 42 – Casa da família Medeiros (2019)



Fonte: Acervo dos moradores.

#### 4.6 O EMPREENDEDOR

Para algumas pessoas, a conquista da moradia foi apenas o primeiro passo de um projeto de vida que ambicionava outras realizações, como podemos ver com a família Chagas, chefiada pelo vigilante Sirley, que mora junto com o filho adolescente na Vila União Ferroviária. Nascido no interior do Paraná, na cidade de Guarapuava, distrito de Marquinho, ele está morando em Curitiba desde 1999. Nessa época já atuava como vigilante, tendo feitos alguns cursos de capacitação e atuado em diversas empresas do interior desde 1994. Mas a



capital do estado teria um mercado mais promissor para a profissão, por ser uma cidade maior; enquanto Guarapuava e região teria um mercado saturado para o setor. Como já estava morando com a futura mãe de seu filho, que trabalhava como auxiliar de cozinha e pensavam em formar uma família, uma cidade maior representava esperança de melhora de vida para todos.

O casal também foi afetado pela crise econômica da época, e mesmo tendo uma profissão, Sirley não conseguiu achar emprego em sua área imediatamente; além de pequenos bicos como segurança em eventos teve que trabalhar na construção civil como servente de pedreiro. A principal despesa do casal em sua chegada era com aluguel, que pagavam por uma pequena casa nos fundos do terreno de um parente no Bairro Alto, além dos gastos com o filho recém-nascido.

Apesar disso, Sirley e a companheira nutriam o que para eles era o sonho de qualquer pessoa que migra do interior para a capital, a casa própria. Tentaram encontrar uma moradia por meio do mercado imobiliário formal, mas a renda familiar não dava para financiar, e muito menos para comprar, uma casa ou apartamento. A eles restou, então, a mesma alternativa que a milhões pelo país a fora: a entrada no mercado imobiliário informal por meio da aquisição de posse de uma moradia não regularizada. No meio tempo entre o trabalho como pedreiro e o retorno à carreira de vigilante, ele ficou sabendo por um amigo da ocupação na área do complexo Audi-União. Esse amigo com quem trabalhava na construção civil era primo por outro lado da família do parente com quem estava morando, seu nome era João Iagra. A família de João foi uma das primeiras ocupantes da Vila União Ferroviária, sendo bem conhecidos e com uma boa reputação entre os moradores.

Havia receio de sua parte em participar do movimento e comprar um terreno na ocupação; a visão que tinha dos ocupantes inclusive era até mesmo preconceituosa, pois acreditava que a maioria deles não passavam de marginais que não queriam pagar pela casa própria. Mas em uma visita à Vila União Ferroviária em seus primeiros dias conheceu pessoas que o fizeram mudar de opinião, pôde conversar com alguns dos primeiros a participar do movimento, como a nossa entrevistada Dona Cida, que deram esperança e o encorajaram a participar também. Eles o incentivaram a vir para a área, afirmando que todos ali apoiariam uns aos outros, lutando juntos e ganhando mais força do que se continuassem procurando por moradia individualmente.

Resolveram apostar e compraram a posse de um lote de outro primo de Iagra; o valor pago foi de 1.600 reais<sup>180</sup>, transação documentada em cartório, mas da qual atualmente não possui mais nenhuma documentação, já que acabou vendendo anos depois. Já havia um barraco de madeira construído no terreno, medindo 3m por 2,20m. Nesse primeiro momento veio com a companheira e o filho para garantir a posse, e se instalou apenas com um colchão para dormirem os três. Para garantir água e luz elétrica fez a carteirinha da Associação de Moradores; no breve período de apenas 20 dias construiu, com ajuda de dois primos, uma casa de 30 metros quadrados, que já apresentava condições um pouco melhores de moradia. A casa possuía uma sala, cozinha, banheiro e um quarto. Mas essa também ainda era provisória. Durante os próximos dois anos passou construindo uma casa de 80 metros quadrados, que está em pé até hoje. A nova casa já oferecia um mais de conforto com 3 quartos, sala, cozinha, banheiro e lavanderia.

Alguns anos depois apareceu uma nova oportunidade para Sirlei, de se tornar comerciante e abrir o próprio negócio, uma loja de materiais de construção. Um primo seu já possuía uma pequena loja de materiais de construção na cidade, no Bairro Alto, e lhe propôs abrirem uma filial em sociedade. Abriram a loja no ano de 2005 esperando aproveitar o ritmo das construções da vila, pois várias famílias como a dele estavam ampliando suas casas, um mercado que parecia promissor para a sociedade. O espaço que encontraram para a loja foi um pequeno barracão propriedade de Dona Cida que ainda não estava pronto, mas que podia servir para suas instalações, além de ter um espaço para manter um pequeno estoque de materiais. Firmaram um contrato de aluguel e começaram os trabalhos, nos primeiros seis meses os negócios foram tão bem que decidiram ampliar sua estrutura com a compra do barracão e de um terreno ao lado para o estoque. Perguntou para o filho mais velho de Dona Cida se havia interesse em vender o barracão, pois se houvesse ele colocaria sua casa à venda para conseguir o dinheiro necessário, mas para sua surpresa o rapaz estava prestes a se casar e precisava de uma casa para morar. Então propôs a Sirlei uma troca, a estrutura em que a loja funcionava, com capacidade para suportar um outro andar em cima que poderia servir de moradia, pela casa de 80 metros quadrados da família Chagas.

Durante dois anos a loja foi crescendo e se mantendo bem, embora Sirlei nunca tenha deixado de trabalhar como segurança à noite, até que o primo lhe sugeriu que trabalhassem aceitando cheques e parcelamento das compras de material. O que parecia ser uma oportunidade de ampliar os negócios acabou se revelando uma espécie de armadilha quando

---

<sup>180</sup> Com base no IPCA o valor atualizado para os dias atuais seria de R\$ 5.242,65.

eles não conseguiram controlar a inadimplência dos clientes; sem um capital de giro que pudesse cobrir as perdas com uma grande quantidade cheques sem fundo, em questão de meses os lucros que a loja vinha tendo foram se tornando dívidas, e rapidamente essas superaram as condições dos sócios de cobri-las. A falência veio e eles não puderam evitar. Ao menos ele manteve a estrutura em que funcionava a loja e a transformou em sua casa; construiu mais um pavimento em cima, onde passou a morar com o filho após o fim de seu casamento. A estrutura ainda continuou rendendo algum dinheiro para sua família, diminuindo o seu prejuízo: alugou o espaço de baixo para algumas famílias e até para uma igreja evangélica por pouco tempo.

Figura 43 – Casa da família Chagas (2019)



Fonte: Acervo dos moradores.

#### 4.7 AS EXPERIÊNCIAS COLETIVAS

Podemos dizer, após conhecer as histórias de alguns dos moradores da Vila União Ferroviária, que todos basicamente procuravam melhores condições de vida, e a casa própria seria o primeiro passo nesse sentido. Conhecemos famílias que vieram de vários estados, geralmente do interior, de cidades pequenas e com pouca estrutura urbana; a cidade de Curitiba aparece como um polo de atração para essas pessoas devido ao fato de ser uma capital, uma cidade maior que teria melhores oportunidades de emprego com boas remunerações. A vinda para a capital paranaense seria o início de um projeto de vida, como nos conta Sirley em sua entrevista:

[...] aí eu pensei que a gente tem alguns objetivos na vida então migrar pra uma cidade maior né pra tentar aí conseguir um campo maior de trabalho porque o campo de segurança nas cidades pequenas ele é muito limitado, então são poucas empresas, o municípios eles até oferecem algumas vagas de trabalho mas não é o suficiente pra todo o povo que tem então o povo pra se levantar um pouquinho melhor ou ele migra pra uma cidade maior ou ele continua né sempre...Curitiba é uma cidade central, uma capital bem centralizada que aqui nós pensamos o seguinte: como a gente já tinha alguns parentes que vieram do interior e já tinham se instalado aqui então a gente viu algumas possibilidades de também se instala em Curitiba (trecho retirado de entrevista com Sirley, em agosto de 2012).

Porém, sua condição prévia não lhes permitiu desfrutar das mesmas oportunidades de enfrentar a crise que outras pessoas, principalmente as que já residiam capital. Desde antes de sua vinda suas vidas já eram profundamente afetadas pela desigualdade social, que não os deixou de afetar quando de sua chegada. Tanto que descrevem sua chegada com expressões como “com uma mão na frente e outra atrás”, e “com a roupa do corpo”. Seus baixos salários não lhes permitiam comprar uma casa ou apartamento financiado, e também morar de aluguel em um bairro bem localizado. Seu destino acabou sendo a periferia de Curitiba, morando de aluguel ou de favor na casa de parentes, numa demonstração da dimensão espacial de nossa desigualdade social.

No princípio, os organizadores tomaram posse de vários lotes, para vendê-los em seguida a novos ocupantes, dando início a um mercado imobiliário informal dentro da ocupação. Vários dos primeiros moradores seguiram os exemplos dos três, e logo não havia mais terrenos livres; cada nova família que chegava tinha de pagar pelo terreno que pretendia tomar posse. Quando chegou na ocupação, Andreia já encontrou os lotes medidos e divididos de forma rudimentar, mas era o princípio do MIS de loteamentos na área.

Eles chegaram lá em cima e dividiram com fita sabe essas fita de k7? E fizeram vários terrenos, tinham aqui devia ter uns vinte trinta terrenos entendeu? E tudo dividido com fita, então a gente ia pelas ruazinha de terra né, de barro preto não era

barro, era um pó pior ainda que era um pozinho assim que subia que era terrível, aí você tinha pros dois lados fitas de k7 né amarradas, esse é um terreno, esse é outro terreno, entendeu? Daqui a lá na linha do trem. E já tinham organizado, daí ele só começou a repassar pro pessoal (trecho retirado de entrevista com Andreia, realizada em dezembro de 2018).

Figura 44 – Ocupação inicial da Vila União Ferroviária em 1999



Fonte: Acervo dos moradores.

Apesar desta ser praticamente a única forma de conquistarem uma moradia, muitos ainda assim tinham receio em participar do movimento e comprar um terreno na ocupação, como vimos no caso de Sirley; devido à irregularidade dos lotes não haviam garantias de que permaneceriam ou que conseguiriam um dia ser os proprietários legais. Ele e a companheira pesaram bem os prós e contras antes de decidir aderir ao movimento; tiveram uma conversa em que aventaram a possibilidade de enfim ter uma casa para a família, e que por isso valia correr os riscos.

O começo assim a gente pensou pelo lado do risco, mas esse risco no momento ele existia um risco e existia uma aposta, porque quem não corre risco ele não chega nos objetivos, porque todo projeto, toda luta que você vai fazer, então ele existe o risco.

Mesmo que se você for abrir uma empresa, você for comprar um terreno, porque você tá sobre um emprego, e esse emprego amanhã ou depois ele pode não existir mais. Assim como você compra um terreno de uma imobiliária, documentado, amanhã ou depois, você que tem família perde esse emprego, vai perder esse terreno. Porque se você não pagar, que vai acontecer? A imobiliária vai te tomar. Então nós pensamos com a minha ex-esposa o seguinte: “tudo bem, no momento a gente não pode comprar de uma imobiliária, então vamos arriscar. Corre o risco da gente perder? Corre”. Mas nós pensamos também por outro lado, “mas corre o risco de entrar um órgão do governo competente, e legalizar e a gente também sair no lucro”. Então a gente pensou pelos dois lados, e graças a Deus deu certo (trecho retirado de entrevista com Sirley, realizada em agosto de 2012).

Muitas outras famílias tomaram a mesma decisão; após o início com um pequeno número de pessoas, o movimento de ocupação foi ficando mais intenso. Diariamente chegavam novos ocupantes segundo Dona Cida: “toda semana, toda semana, acho que dentro de um ano aqui cê via assim já quase uma cidade já”. A partir da rede de relações de amizade aos poucos foi incorporando relações comerciais; vários dos primeiros moradores seguiram os exemplos dos organizadores, e logo não havia mais terrenos livres, cada nova família que chegava tinha de pagar pelo terreno que pretendia tomar posse. O funcionamento do MIS de loteamentos era organizado minimamente pela Associação de Moradores, que na ausência de contratos ou escrituras, confeccionava uma carteirinha que atestava a posse de lote na área. O custo de 5 reais à época, segundo a diretoria da associação, seria destinados a custear as despesas, que não eram muito claras para seus associados, como nos disse Milico.

Olha, funcionava da seguinte maneira: tinha uma carteirinha, você comprava uma carteirinha, naquela época era cinco reais e você tinha o nome do teu terreno, o número do teu terreno, do lote, tudo. E na época que eu cheguei aqui era na faixa de 50, 60 reais você comprava um terreno aqui dentro. [...] Você comprava o terreno e daí na sequência você ia até a associação e fazia a carteirinha. Então a carteirinha era como se fosse hoje um contrato, uma escritura, no caso do terreno (trecho retirado de entrevista com Milico, em maio de 2012).

Em meio a um aquecido mercado imobiliário informal, os primeiros ocupantes dos lotes tinham de permanecer praticamente 24 horas por dia guardando sua nova propriedade para garantir posse. Em alguns casos, bastava a pessoa sair por uns dias para que uma nova família ocupasse. Milico, por exemplo, contou com a ajuda de um irmão que estava desempregado à época para cuidar do seu terreno por algumas semanas, enquanto não começava a construção de sua casa. O rapaz permanecia o tempo todo no local sem sair sequer para comer, pois as cunhadas traziam a alimentação em marmitas diariamente.

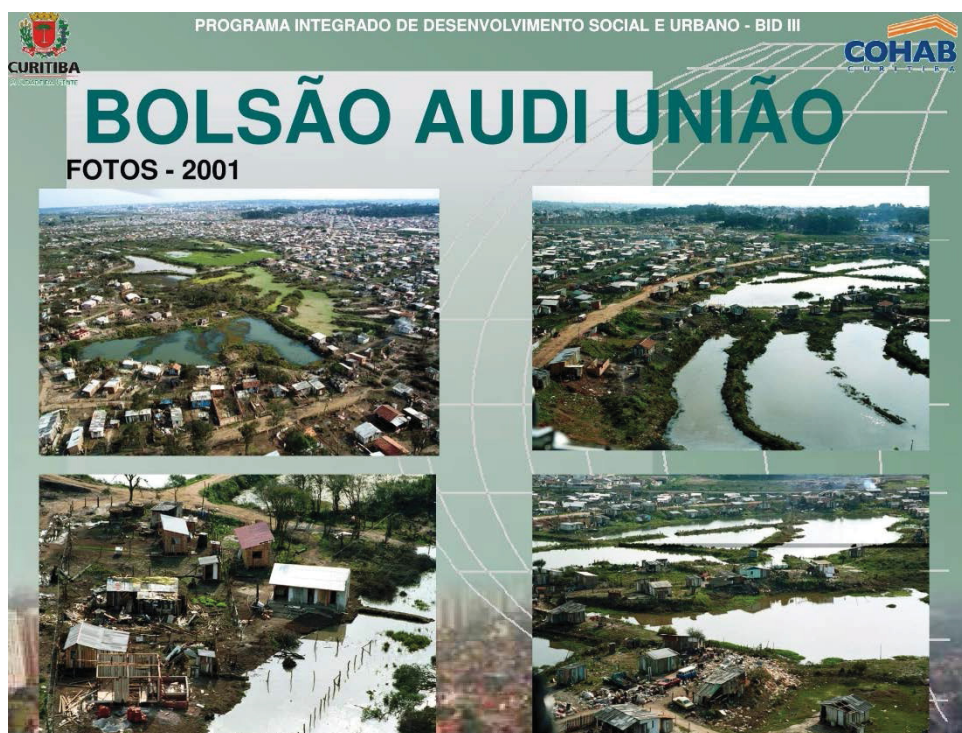
Após o início do processo, se formou um MIS de área consolidada, com os preços das casas e terrenos aumentados consideravelmente num curto espaço de tempo. Muitas famílias que chegaram nos anos seguintes não conseguiram comprar um lote pagando os mesmos valores baixos do início e tiveram que pagar aluguel na vila, revelando a existência

de um MIS tão estabelecido a ponto de se dividir em compra e aluguel. O aluguel inclusive seria uma fonte de renda melhor do que a compra e venda de terrenos, mais estável e regular. Essa oportunidade de negócios atraiu e ainda atrai vários investidores, pessoas que compram terrenos e constroem as vezes até três casas exclusivamente para alugar; vários deles nunca chegaram nem a pensar em morar na área. Claro que o padrão dessas casas de aluguel não é alto; até porque alguém com uma condição financeira melhor certamente prefere morar em um bairro com uma estrutura melhor. Em meio a esse mercado muitos participaram apenas enquanto investidores, tomando posse de lotes para aguardar a valorização nos anos seguintes, uma prática que foi diminuindo no decorrer dos anos embora nunca tenha deixado totalmente de ocorrer.

Nos primeiros dias da ocupação as famílias enfrentaram muitas dificuldades, basicamente de ordem estrutural, devido à falta de serviços básicos e condições mínimas de transporte e habitação. A única rua que já estava aberta, e que não era um banhado, é a atual Rua Doutor Magnus Sondhall. Mas à época era apenas um caminho coberto por saibro, utilizado anos antes pelos caminhões das construtoras na extração de areia das cavas. Estas mesmas cavas formavam os banhados, identificados pelas pessoas como pequenos lagos, daí o nome pelo qual começaram a chama-la, Rua do Lago. Andreia nos descreve bem esse cenário:

Eu não sei se te falaram mas era tudo preto, subia um pozinho preto assim uma coisa terrível sabe? E era cheio de buraco, aqui era tudo água, atravessando a linha ali tinha água, na frente do OSSA que não era OSSA ainda tinha cava, não tinha como vim aqui de carro, era tudo água, entendeu? Tinha água pra todo, tudinho era tudo lugar, ali onde que é a Camila era um lago gigante, enterraram tudo pra fazer. A panificadora, ali tem aquele mercado verde ali na esquina, do outro lado era água até quase perto da outra esquina que você sobe pra ir pro outro lado. Era um lago gigante (trecho retirado de entrevista com Andreia, realizada em dezembro de 2018).

Figura 45 – Cavas do Bolsão Audi-União (2001)



Fonte: Acervo COHAB-CT

Sirley nos contou como foi o processo de construção de sua primeira moradia na vila, das dificuldades que teve de enfrentar para erguer a casa no terreno que era um banhado, sujeito a inundações toda vez que chovia. Como além de não terem condições financeiras para construir rapidamente não tinham para onde ir enquanto esperavam, optou por começar a erguer as paredes da casa nova por fora da velha, aproveitando algumas de suas estruturas. Podemos dizer que este foi um processo cotidiano, que foi vivido pela família diariamente; à medida que os cômodos ficavam prontos as condições de habitação ficavam mais confortáveis e uma nova realidade se sobrepunha à antiga.

Era muito banhado então tinha que fazer um alicerce de 60 80 centímetros e aterrar, fazer o alicerce pra daí começar a casinha pra cima porque quando chovia a água vinha, o lamaçal, vinha na porta assim então era uma luta muito braba na época [...] Essa casinha eu demorei por dois anos né primeiro essa de 60 metros foi fácil de 30 metros quer dizer então essa casinha primeiro de 30 metros que foi 3 por 10 eu fiz uma salinha, uma cozinha e um banheiro e um quarto. [...] Fizemos do lado do barraquinho, assim que a gente fez a parte estrutural cobrimos fizemos a parte bruta assim o piso e rebocamos só por dentro assim conforme tá essa outra obra ali, a gente já jogou as coisas pra dentro... isso demorou ai uns 15 dias pra fazer essa primeira casinha. [...] Daí eu fiz uma casa com 80 metros, com 6 cômodos, bem boa né, 3 quartos, sala, cozinha, banheiro, lavanderia, fiz uma casa de 80 metros bem acabadinha. [...] eu comecei a de 80 por fora dela, ai eu comecei, eu usei parte da estrutura dela dessa de 30 metros a parte da frente dela foi usada, então eu usei as partes de trás pras divisórias dela então eu usei os alicerces do começo eu usei (trecho retirado de entrevista com Sirley, realizada em agosto de 2012).



Não foram poucas as construções que tiveram de ser realizadas nas mesmas condições; o terreno em que mora a família de Inês, por exemplo, teve de receber 14 caminhões de entulhos para que houvesse condições de começar a erguer a casa. Mas as maiores cavas não foram aterradas nesse início; apenas anos depois, com as obras da prefeitura para construção do conjunto habitacional Moradias União Ferroviária, que elas foram preenchidas. e então, durante um certo tempo as pessoas utilizaram essas águas para lavar roupa e outros fins, como tomar banho. As casas mais próximas jogavam seu esgoto nelas, contaminando e limitando o seu uso; mais uma vez quem nos fala deste cenário é Andreia:

tinha uma época que a gente podia lavar roupa, lavar louça na cava né. Tinha uma cava bem aqui mais perto, aí depois acho que 2000 por aí já não dava mais, tomava banho na cava e tudo. Só que a água pra tomar a gente tinha que pegar lá em cima na linha do trem. Depois que começou a crescer e ter mais casa daí já foi contaminando tudo daí não dava mais pra entrar. O esgoto era todo jogado nas cavas, o que foi contaminando e comprometendo as águas. Era um esgoto a céu aberto (trecho retirado de entrevista com Andreia, realizada em dezembro de 2018).

Aos fundos da ocupação, na Área de Proteção Ambiental (APA), chegaram a ser construídas palafitas nas margens do Rio Iguaçu, formando a chamada “Ilha do Mel”<sup>181</sup>. Sabemos que o risco de inundações é grande em áreas como essa, daí o medo de enchentes ser algo muito presente na vida destas famílias. Essa foi certamente a situação mais vulnerável de todo o bolsão desde o seu início, pois ali se instalaram as famílias mais carentes do movimento. O poder público as retirou dali alegando tanto risco ambiental quanto social, mas o processo de realojamento pecou pela falta de transparência para os próprios moradores, que não sabiam ao certo o que estava acontecendo. Ninguém sabia ao certo quais seriam as famílias desalojadas e qual seria o seu destino, e o medo de serem retiradas tomou conta não apenas dos moradores da “ilha”, mas de todos que moravam no complexo. Qualquer movimentação passou a ser entendida como um passo no sentido de abrir espaço para ações de despejo; e quando elas finalmente ocorreram, foram marcadas por muita truculência.

Até mesmo as obras realizadas na área eram entendidas como meios de forçar a saída das famílias da ocupação. Como quando foi realizado o manilhamento e logo em seguida houveram inundações devido a fortes chuvas. Roberto acredita piamente que as obras mudaram a direção da vazão da água para pressionar as pessoas a saírem da “Ilha do Mel”, pois em seguida a realização dessas teria entrado água nas casas de sua rua pela primeira e

---

<sup>181</sup> A ocupação que os moradores chamam atualmente de “Ilha do Mel” é a mesma que o poder público identifica como “União das ilhas”, que vimos no primeiro capítulo ter sido extinta com a realocação de seus ocupantes para outras áreas devido ao risco que estavam correndo.

única vez. Ele sequer cogita que a intensidade das chuvas naquele ano tenha sido maior, ou que as obras ainda não estivessem prontas quando das chuvas. Afirmo que essa ação da prefeitura teria sido uma atitude mais extrema, em represália aos moradores do local que começaram a quebrar o equipamento da prefeitura em protesto à sua retirada. Ocorreram diversos conflitos entre moradores e polícia, o motivo para a atuação mais violenta para garantir a desocupação das famílias.

Só teve uma vez uma chuva que deu que entrou água né, faltou mais ou menos uns cinco seis centímetros pra entrar água dentro de casa, aquela casinha de madeira, na época foi que eles abriram a valeta ao contrário ali pra tirar pra forçar a saída do pessoal ali da ilha do mel né só que aí complicou nós aqui também, a água quando chovia que o rio enchia ao invés da água sair aqui das cava pro rio, primeiro ela entrava aqui dentro pra quando a água baixasse pra ela retornar pro rio de volta. [...] Eles fizeram ao contrário né, ao invés de fazer ela descendo acompanhando o rio eles fizeram ela subindo do jeito que o rio descia, de frente com o rio na lateral, porque o pessoal da ilha do mel começou a quebrar maquinário da epo na época, a firma que tinha ali, aí eles foram lá e fizeram, fizeram uma valeta e fizeram um tipo de um dique pra represar a água, que daí ela mais entrava do que saia (trecho retirado de entrevista com Roberto, realizada em novembro de 2012).

Em meio a tantas dificuldades estruturais que as famílias enfrentaram, ficava difícil mesmo ter uma compreensão dos rumos das obras e do processo de urbanização, sendo que foram eles que tiveram de erguer a estrutura mínima para a área ser habitada. O rio era um limite para a ocupação do território aos fundos, e a linha do trem nunca deixou de funcionar como uma espécie de fronteira, separando não apenas a ocupação da área legalizada, mas também de toda a cidade de Curitiba, um obstáculo a ser superado desde a chegada das famílias e a construção dos primeiros barracos. Os recém-chegados carregavam seus pertences e material de construção em etapas, vinham de carro (próprio ou de amigos e familiares) até a linha, depois faziam várias viagens a pé para levar o que quer que fosse para dentro da ocupação. Devido à precariedade no acesso à área, Dona Cida afirma que à época era mais fácil ir até o centro da cidade do que do outro lado da linha:

Era difícil porque não tinha farmácia, né? Tinha um mercado, não sei se cê já ouviu falar do mercado Goés, que hoje é um grande mercado ali, grandão, então, tinha ele, mas ele era bem pequenininho. Então a gente não tinha essa rua pra gente passar aqui, então a gente passava por aqui, aquele viaduto lá pra chegar lá nele. Não dava pra você passar nada por aqui. Não tinha rua não tinha nada por aqui entendeu? Essa rua pra passar, então a gente vinha de carro, tinha que pega ele aqui e passa por um viaduto pra fazer compra e chegar nele lá. Pra ir pra Curitiba era facinho, porque pra ir pra Curitiba daqui é facinho, cê pego o ônibus ali cê tá em Curitiba, no centro e tudo né? (trecho retirado de entrevista com Cida, realizada em março de 2012).

Figura 46 – Crianças atravessando a linha do trem (2012)



Fonte: Gazeta do Povo (08/09/2012)

A fronteira não era apenas territorial, era principalmente social. Logo os moradores do complexo passaram a sofrer preconceito, geralmente eram responsabilizados por crimes e até pelo preço alto da conta da luz elétrica do outro lado da linha. Ofensas e acusações infundadas aconteciam não somente por parte dos vizinhos das áreas regularizadas, até mesmo os agentes públicos hostilizavam quando lhes prestavam atendimento. O filho bebê de uma das famílias atendidas por Inês em seu trabalho na Pastoral da Criança morreu por falta de atendimento médico na unidade de saúde local, e quando ela foi manifestar sua indignação acabou sendo mal recebida pelo funcionário de plantão na ocasião, que culpabilizou a situação de ocupantes irregulares pela morte da criança.

Eu lembro que eu era agente da pastoral da criança, daí morreu uma criança por negligência médica eu fui lá reclama no Alvorada o homem foi muito grosso com a minha pessoa sabe? Daí eu lembro assim que eu falei pra ele como agente da saúde eles deveriam lutar pelo povo não falar daquele jeito tipo morreu porque nós era uns invasores de terra por aí que ele falou (trecho retirado de entrevista com Andreia, realizada em dezembro de 2018).

Aqui aparece outra pauta que unifica todos os moradores: o seu reconhecimento como cidadãos da cidade, que pagam os impostos e obedecem às leis, e que, portanto, também são possuidores de direitos que deveriam ser atendidos pelo Estado. Eis alguns dos sentidos da espoliação que sofrem cotidianamente, a ausência de serviços básicos demonstra muito bem isso, como o não atendimento pelos correios, uma vez que as ruas não constavam nos mapas da cidade. Isso significava que a vila não era sequer parte da cidade, tal qual Andreia conta o constrangimento que passava toda vez que precisava preencher algum cadastro ou prestar concurso público.

Quando eu fui fazer o ENEM que eu quase perdi porque eu não tinha endereço, então pra mim eu ter um endereço entendeu, um comprovante de residência assim gente, foi maravilhoso. Daí eu não lembro como que eu fiz mas eu lembro que eu quase perdi minha bolsa, que eu quase não consegui fazer faculdade na época porque eu não tinha comprovante de residência. Era muito ruim, era como se você não existisse, você não ter o comprovante. Aí em alguns lugares eu dava o endereço da minha vó, mas a minha vó mora lá em São José entendeu? [...] Então eu lembro assim putz quando eu peguei aquele primeiro comprovante de residência na minha mão gente, eu falei “gente agora eu tenho como provar onde eu moro (trecho retirado de entrevista com Andreia, realizada em dezembro de 2018).

Da mesma forma, como não esperaram pelo poder público para atender sua demanda por moradia, os ocupantes também não esperaram por ele para deixar a região do Bolsão habitável, tiveram de providenciar a estrutura mínima para a ocupação. O fato de terem de erguer eles mesmos a estrutura do local não era novidade para ninguém, durante suas vidas inteiras sentiram o peso da ausência do Estado, que se eximiu de promover políticas de enfrentamento a graves problemas como a desigualdade social e o déficit habitacional. Não foram só as casas que foram autoconstruídas: as primeiras ruas que surgiram foram abertas pelas pessoas com as próprias mãos, usando enxadas para carpir o mato que havia nos lotes.

Figura 47 – Aterramento da Rua Pedro Joaquim de Castro (2001)



Fonte: Acervo dos moradores.

Roberto conta que cada caçamba de entulhos de construção custava 3 a 4 reais, e como eram necessárias várias delas para aterrar os trechos que viriam a ser as ruas, os custos ficavam difíceis de serem cobertos por uma única família. Além do gasto financeiro, precisavam passar alguns meses sob uma rotina de trabalho bem pesada para abrir uma rua. No seu caso foram apenas até o final dos terrenos em que moravam, deixando para os vizinhos o trabalho de abrir a rua até o final da quadra encontrando com a rua Um na época, atualmente rua Marilei Carvalho. Ainda lembra muito bem das dificuldades para deixar o trecho ao menos transitável, dos materiais que eram utilizados e de como eles eram espalhados pelo chão para dar forma ao traçado. Sendo que nem tudo dava para ser utilizado,

e algumas das famílias que trabalhavam com materiais recicláveis tentavam aproveitar aquilo que era rejeitado para fazer algum dinheiro, nada se perdia para eles.

Pra conseguir essa rua aí que dava pra transitar bem melhor do que era no começo, nós levamos mais ou menos acho que uns quatro meses. Pra entra pra cá pro quintal tava fazendo essa rua com um metro e pouco de altura essa rua saiu com um metro e pouco de alta que tudo que era tranqueira que vinha madeira nós separava no meio da rua, se desse tempo de queima nós queimava, se não desse tempo de queima nós forrava o chão embaixo e jogava aquela sujeira e caliça por cima, e o material que dava pra reciclar tinha um pessoalzinho ali que criança e algumas mulher que vinha ia separando e ia vendendo pra eles mesmo (trecho retirado de entrevista com Roberto, realizada em novembro de 2012).

Enquanto trabalhavam, muitos faziam críticas: desde ao material utilizado até à altura com que a rua estava ficando. Mas no final, essa altura se revelou ideal quando começaram as obras de urbanização, as máquinas da prefeitura vieram fazer o trabalho de aplainamento e abaixaram o aterro que eles realizaram, então ele afirma que se tivessem feito um pouco mais baixo as obras teriam rebaixado o caminho e aberto um verdadeiro buraco. A altura teria também protegido as casas de alagamentos, pois só uma vez chegou a entrar água no seu terreno.

Figura 48 – Rua Pedro Joaquim de Castro antes e depois (2001 e 2018)



Fonte: ACERVO PDUR

No mesmo esquema de “mutirão” funcionavam os demais serviços básicos, improvisados por meio dos chamados “gatos”<sup>182</sup>. Entre os vizinhos mais próximos eram formados pequenos grupos que dividiam as despesas entre si; no entanto, essas ligações não traziam água e luz elétrica com a mesma qualidade e intensidade que levavam às casas das pessoas que moravam fora da ocupação, por vezes a energia elétrica caía no meio de um banho e a água não vinha com a mesma pressão de uma ligação normal. A estabilidade dependia do tamanho da rede formada, algumas contavam com mais de 30 casas, e conseqüentemente eram comuns quedas de energia, como lembra Milico: “Mas tinha redes aí que eram 40, 50 casas, aí a luz era uma velinha. Você ia assistir uma TV e as vezes tava lá na hora do gol, eu como corinthiano roxo, a TV velha apagava. Por causa da luz fraca né.” No caso do fornecimento de água as dificuldades eram outras, devido não só ao número de participantes, mas também às condições de construção das casas e à distância da rede de origem onde eram feitas as ligações<sup>183</sup>.

A irregularidade das ligações era motivo para apreensão e constante medo da polícia, que por vezes aparecia justamente na hora em que algum morador estava realizando a ligação e apreendia os materiais dando prejuízo a todos que tinham contribuído. A mesma irregularidade acabava sendo fonte de conflitos entre a própria comunidade, pois abria a possibilidade para pequenos golpes serem aplicados por pessoas mal-intencionadas. Toda vez que alguma delas caía ou era interrompida pela polícia, era necessário arrecadar dinheiro novamente para comprar os materiais que seriam usados para o religamento, mas os custos não eram passados de forma transparente; quando os moradores conferiam os valores verificavam que os organizadores estavam lucrando na arrecadação. Brigas se seguiram daí e não era raro chegarem às vias de fato, com violência física e expulsão dos golpistas da ocupação como lembra Roberto.

Caso no começo lá perto da linha do trem, do outro lado da linha do trem até chegar na linha do trem às vezes à noite o pessoal passava ali e roubava os fio, puxava, onde conseguisse arrancar arrancou né, aí amanhecia sem energia elétrica, aí pra arrumar aquilo de lá eles corria ali se tivesse trinta pessoa na rede eles corria de porta em porta pra ver se a pessoa dava quinze, vinte, trinta reais. Às vezes o pedaço de fio que tinha sido roubado, levado não dava cem metro e o cara chegava lá e falava “ô foi duzentos metro de fio, aí cada um tá ajudando com tanto”. Aí cê dava dinheiro quando chegasse no final se todo mundo desse o dinheiro e você somasse, ia dar bem mais. Então você tava vendo que o cara só tava levando vantagem. Você tinha que correr atrás disso, agora se você não corresse atrás não ia saber se era

---

<sup>182</sup> Tais operações demandavam a participação de várias pessoas e levavam um certo tempo, por causa disso, levaram cerca de duas semanas para estabelecer as ligações clandestinas de água e luz.

<sup>183</sup> A pessoa que tinha caixa d'água na altura de uns dois metro e meio, dois metro e setenta a água não subia durante o dia, só subia à noite.

verdade ou não (trecho retirado de entrevista com Roberto, realizada em novembro de 2012).

A saída encontrada por algumas famílias, como a de Milico e a de Roberto, foi criar redes pequenas, limitadas a parentes ou a vizinhos de confiança, e com materiais que não pudessem ser confundidos com de outras redes. A diferença nos materiais ajudava a resolver outra fonte de conflito entre os moradores, a propriedade das redes. Também eram comuns as discussões terem início com a acusação de que uma família estava participando sem a permissão dos outros membros, ou com o questionamento da “propriedade” de quem estava organizando. Na maioria das vezes o objetivo de quem começava a discussão era arrancar mais dinheiro da família que estava tendo sua participação contestada. A desconfiança acabava minando dessa forma a cooperação entre os ocupantes, pois ninguém era digno de confiança absoluta e a honestidade não era algo com o que se podia contar por parte de todos.

Da mesma maneira como ocorria com os “gatos” de luz e água, golpistas tentavam se aproveitar das pessoas que procuravam um lote para comprar. Por vezes nem tinham posse assegurada daquilo que vendiam, originando conflitos posteriores entre os compradores e as pessoas que tinham a posse verdadeiramente. E como as ruas não estavam definidas oficialmente e algumas não estavam totalmente abertas, em certos casos eram vendidos terrenos literalmente no meio das ruas, o que interferiu no traçado dessas; várias delas ficaram sem saída para outras maiores.

Brigava, aqui tinha muito porque uns vinha pegava o terreno só marcava e não vinha morar, aí outros vinha e vendia. Vendia porque nunca via a pessoa, vendia terreno, vendia rua com terreno, na hora de construir era o maior rolo que dava. [...] Se você prestar atenção tem lugar aqui que os terreno é dividido no meio que o próprio pessoal vendia metade, tem lugar aqui que a rua chega e dá de frente. Então teve uns que se dizia mais esperto que pra pessoa que vinha de fora ou não eles vendiam a rua dizendo que era um terreno aí chegou e construiu como que por sinal até hoje tem alguns que ainda no meio da rua e não sai né, só saíram mesmo nessa mudança que teve agora que na legalização na continuação de rua, como que a rua ia ficar, aonde o pessoal tava que foi removido (trecho retirado de entrevista com Roberto, realizada em novembro de 2012).

A associação que organizava o MIS se mostrava omissa nessas disputas; não ouvimos nenhum caso em que ela interferiu mediando o conflito e propondo uma resolução. Vemos assim que, desde os primeiros dias da ocupação, a violência esteve presente marcando profundamente a vida das famílias da vila; de discussões sobre os limites dos terrenos ocupados até questões banais terminavam comumente de forma violenta. Seja por arma de fogo, ou por arma branca, várias vezes os atritos terminaram com a morte de um dos envolvidos, Milico relata:



Aqui era um local de crime né cara, por qualquer deizão ali o cara ia lá e matava, vi vários homicídios assim de eu presenciar a pessoa atirando na outra. Por motivo às vezes fútil, às vezes dez reais, às vezes uma simples discussão, um querer ser mais que o outro. Porque que fazias essas ocupações não tinha uma boa índole assim, eram poucos igual exemplo do Ceará que ficou ai um bom tempo, Coxinha, Simão, mas a maioria da galera praticamente aqui já não existe mais (trecho retirado de entrevista com Milico, realizada em maio de 2012).

Ocorriam quase diariamente assassinatos e até mesmo incêndios de casas, acontecimentos tão frequentes que Roberto até banaliza um pouco em sua fala o fato de ser comum encontrar cadáveres pelas ruas da vila, “em visto do que era no comecinho além de você não ter iluminação você tinha que tomar cuidado onde pisava, se você não pisava em barro, em valeta, você pisava em gente morta. Aqui de vez você trombava com alguém caído no chão” (trecho retirado de entrevista com Roberto, realizada em novembro de 2012). Um fator que influenciava decisivamente nos conflitos entre os moradores era o uso de drogas, seja o álcool ou as chamadas drogas ilícitas (maconha, craque, cocaína). Em alguns casos foi o combustível que teria acalorado os ânimos; em outros, a mercadoria que teria levado as vítimas a contrair dívidas que não tinham condições de pagar. Traficantes da região não hesitavam em cobrar o que lhes era devido de forma violenta, à luz do dia e no meio da rua mesmo<sup>184</sup>.

O sentimento de abandono é presente para muitas pessoas, inclusive moradores antigos teriam, segundo Inês, ido embora por causa da violência. E ela não fala apenas dos delitos praticados pelos próprios moradores ou pelo tráfico de drogas; o envolvimento de policiais com o crime é também comum, tanto que comenta de mortes que ocorreram como forma de “queima de arquivo”. A violência policial fez várias vítimas que não chegaram a ser fatais, pequenos traficantes sofreram abusos, atos de tortura que levaram suas famílias a fugir da vila praticamente de uma hora para outra. A lei do silêncio que impera em espaços dominados pela violência impera entre as pessoas na vila sem que seja necessário ser reforçada, todos sabem dos riscos que correm se “abrirem a boca”, o maior episódio de violência que atingiu o bolsão além do saldo de mortes causou a partida de testemunhas que poderiam identificar os autores.

Um colega nosso mesmo que ele era liderança, ele foi embora porque o irmão dele entrou no tráfico, eles não foram criados pra isso mas ele acha que indo embora some o problema né, o irmão dele ficou já foi preso, primeiro a polícia pegou ele quebrou todos os dedo dele e depois soltaram ele depois de um tempo mas eles

---

<sup>184</sup> Chegamos a ver durante nossas visitas rodas com adolescentes e jovens adultos consumindo e comercializando maconha nas ruas da vila no meio da tarde, mas nenhuma vez fomos abordados por eles ou pudemos perceber que negociavam outro tipo de droga mais pesada.

levam lá só pra transforma a pessoa em mais bandido que já era, na minha opinião né (trecho retirado de entrevista com Inês, realizada em abril de 2013).

Esse silêncio sobre a violência (seja ela policial ou do crime organizado) se repete em todas as entrevistas que realizamos; uns ficam mais tensos do que outros e chegam a desconversar pedindo para mudar de assunto, fazendo um único comentário: hoje em dia as coisas estão bem mais calmas. Mas quando olhamos para a arquitetura das residências identificamos um padrão curioso, que acreditamos refletir o medo que as pessoas sentem da violência, os muros e grades são os mais altos possíveis, não raro escondem a casa quando o portão está fechado. A casa de Roberto é um exemplo disso, o muro e o portão escondem o quintal inteiro, não conseguimos visualizar nem mesmo o telhado da casa da rua.

Figura 49 – Casa da família De Paula (2019)



Fonte: Acervo dos moradores.

Essa ordem demonstra ser eficiente na manutenção de uma certa paz; nunca assistimos a um episódio de violência de qualquer tipo enquanto trabalhávamos ou nos sentimos sendo observados. Talvez seja devido a esse equilíbrio entre as duas forças que o peso da ação estatal na área da segurança pública não seja tido como tão importante pelos

moradores, mesmo quando é mais efetiva. Nenhum morador destaca a instalação da Unidade Paraná Seguro (UPS) – que funciona até hoje na região –, como central para a redução da violência local, tanto que somente mencionam sua existência.

A cada problema que abordamos constatamos que a relação com o poder público sempre foi complicada: descaso, truculência e preconceito são recorrentes. E para piorar o quadro, a ação coletiva da comunidade nunca foi muito organizada, se resumindo a questões pontuais. O risco de desocupação era frequente, daí era necessária a vigilância e ação coordenada de todos diante das possíveis ameaças. Os moradores se revezavam na responsabilidade de vigiar as movimentações da polícia; quando uma viatura era avistada fazendo ronda nas proximidades todo mundo era chamado a bloquear a entrada da vila, localizada na linha do trem que demarcava a fronteira com as áreas urbanizadas próximas.

Por vezes a comunidade se unia para fazer protestos reivindicando a regularização e urbanização da área, com queima de pneus e bloqueio da BR-277 ao lado de onde começou o complexo alguns anos antes. As datas escolhidas para esses protestos geralmente eram no fim de algum feriadão, quando sabiam que o trânsito seria intenso no retorno das pessoas das praias. Essa era a forma encontrada pelos moradores para tentar chamar atenção do poder público e sensibilizar a sociedade para a pauta que os unificava: a luta por moradia. O roteiro de cada manifestação era bem básico, os pneus queimados trancavam a BR no aguardo da Polícia Militar que vinha negociar a desobstrução da via; com muita sorte aparecia alguma rede de televisão para documentar e eles davam entrevistas apresentando suas reivindicações. Via de regra, o protesto não ia muito além disso e não havia resistência à polícia, tanto que ninguém acabava preso.

A tentativa de romper com essa desarticulação veio da atuação dos padres rogacionistas, que incentivaram os moradores através de vários projetos, como a cooperativa popular de catadores de materiais recicláveis e a padaria comunitária. Na padaria, seguindo a concepção da Economia Solidária, todas as trabalhadoras tinham direito a voz e voto em todas as decisões que se faziam necessárias a qualquer momento do processo, e repartiam os lucros igualmente, independente da função assumida, reservando uma parte para garantir o capital de giro. Além da produção dos pães e bolos, as participantes tinham de se esforçar também nas vendas pelas ruas e casas na vizinhança; mas nem todas se envolviam nessa parte do processo, o que dificultava o sucesso financeiro do projeto.

Na dinâmica de funcionamento da Economia Solidária, ninguém recebia antes de que fosse arrecadada uma certa quantia de dinheiro que pudesse ser repartida entre todas; mas a maioria estava habituada a trabalhar de forma diarista ganhando mesmo que fosse pouco a

cada dia de jornada, o que tornava difícil explicar e passar para todas um novo expediente. Esse problema de adaptação existiu durante todo o tempo em que a padaria funcionou, contribuindo decisivamente para que a experiência não fosse duradoura.

A cooperativa passou pela mesma dificuldade, que aliada à falta de direitos trabalhistas, tornava a permanência em qualquer dos dois projetos um esforço considerável para pessoas que se encontravam já em uma situação bem precária. A cooperativa especificamente sofreu grandes baixas quando mulheres cooperadas preferiram trabalhar com registro em carteira para o atravessador que tinha um barracão do outro lado da rua, as garantias mínimas da formalidade eram atrativas para elas. Novamente as mulheres são as maiores vítimas de um quadro de vulnerabilidade, como Inês faz questão de lembrar ao falar das vizinhas que trabalham com a coleta de material reciclável, fazendo um paralelo com sua própria condição.

Eu vou catar porque não posso deixar meus filhos muito tempo sozinho daí eu faço o horário que eu quero, eu vejo muito isso nas mães, eu passo por isso só que eu trabalho à noite sabe, durante o dia eu tô com meus filho, faço almoço sabe, e muita gente é porque não sabe fazer outra coisa eles falam mas não é, é porque não quer mesmo talvez. É porque eu acho duro ali a profissão né, imagine eles fazem o papel deus que me perdoe mas eles fazem o papel de cavalo puxando aquele carrinho né, é ou não é? Desse lado, do lado físico assim, judia muito da pessoa e do outro lado muitos não tem nem noção do bem que eles fazem pra sociedade tirando o lixo. [...] Daí tem as pessoas que são carrinheiras que trabalham por exemplo durante o dia pra comer de noite assim entendeu?" (trecho retirado de entrevista com Inês, realizada em abril de 2013).

Com o tempo muitas pessoas deixaram de coletar materiais recicláveis para se inserir no mercado de trabalho, ainda que em empregos com baixos rendimentos; inclusive alguns atravessadores que atuavam na vila fecharam seus negócios, como aquele que Inês comentou ter empregado as cooperadas; no seu barracão funciona atualmente uma loja de materiais de construção. O cenário das ruas mudou bastante nos últimos anos: era comum encontrar materiais reciclados espalhados em frente às casas nas quadras em que funcionavam os comércios que revendiam esses materiais.

Nenhuma iniciativa foi capaz de preencher a lacuna deixada pela inoperância da associação de moradores, que nunca deixou de ser um instrumento políticos daqueles que assumiram o cargo de presidente nas sucessivas gestões. Dona Cida fala na associação nesse sentido desde quando ela foi fundada sob a presidência de “Coxinha”; sua percepção é que ele personificava a associação, como se fosse sua propriedade não apenas a instituição, mas o próprio bairro que surgia. Tanto que ela não se refere em nenhuma oportunidade à associação, ao invés disso fala simplesmente do “Presidente”:

Eles falam presidente, sabe né? Dono de um bairro. Então, e esse era, mas ele saia, diz que tinha que conversa com o Prefeito, conversa com deputado, pra apoiar ele. Entendeu? Ele sempre tinha reunião, ele ia. [...] Ele ia sozinho, porque só ele era o presidente assim. Ele ajudava as pessoas. (trecho retirado de entrevista com Cida, realizada em março de 2012).

A forma como Milico enxerga a política municipal vai no mesmo sentido, destacando contatos, carisma, influência, sem nunca mencionar canais institucionais e processos de tomada de decisão democráticos. Isso fica muito claro quando ele explica os motivos que para ele seriam os responsáveis pela não aprovação do primeiro projeto de urbanização da área, de autoria do vereador Adenival Alves Gomes (PT) em 2003. Segundo Milico, o vereador teria uma forma de fazer política muito oposicionista, que não privilegiaria o diálogo com o prefeito, o que para ele seria necessário. Inclusive explica com suas próprias palavras os procedimentos para aprovação de projetos na câmara municipal:

Você sabe que na Câmara de Vereadores você tem que ter ou fingir que é amigo pra você poder ter alguma coisa aprovada, e o Adenival era um cara que assim, a maneira dele lutar era diferente, então ele era um cara brigador assim. E hoje já é totalmente diferente, você tem que aprovar do outro vereador pro outro vereador aprovar a tua proposta, então é como fosse até um favor: “você faz um favor pro outro que eu faço pra você, se você não fizer pra mim eu não faço pra você”, então eu acho que é isso que dificulta (trecho retirado de entrevista com Milico, realizada em maio de 2012).

Em sua fala não existem diferenças ideológicas entre os políticos, os partidos não são mencionados, e também não há qualquer menção a projetos políticos maiores; as relações pessoais seriam o motor da política municipal, uma espécie de clientelismo entre vereadores e prefeito. As suas relações com os políticos foram estreitadas durante a gestão de Beto Richa (2005-2010), justamente quando aconteceram as principais obras na região. Nesse período que desenvolveu sua concepção de política, ao ver como se relacionavam os líderes comunitários com o Prefeito e os vereadores. Em nenhum momento de sua fala comenta dos canais existentes para apresentar as demandas da comunidade, pois isso ocorreria sempre em conversas com os políticos da cidade, em tom informal nos bastidores dos eventos públicos.

Não faz nenhum comentário sobre os eventos em si e os assuntos debatidos, como as audiências da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); é como se eles fossem de segunda importância diante das conversas pessoais e das redes de contatos estabelecidas nessas oportunidades. O atendimento ou não do poder público aos anseios da comunidade dependeria do relacionamento entre os líderes comunitários e as autoridades, sendo necessário um alinhamento político entre eles. A urbanização do complexo, em suas palavras, foi obra exclusiva da vontade do ex-prefeito, não inserida em qualquer política pública específica do município ou algum plano governamental. A política aparece assim como uma atividade que

se faz cotidianamente, sem procedimentos ou registros formais que garantam sua institucionalização e continuidade para além do mandato dos envolvidos, ou ainda a transparência dos recursos aplicados. Um bom político é aquele se faz mais próximo, que chama os líderes comunitários pelo nome, e cumpre as promessas que fez pessoalmente.

Por essa perspectiva, a instalação de aparelhos públicos na região teria sido fruto de sua iniciativa em convencer os políticos municipais por meio de diálogos informais a construí-los na área de sua comunidade, ao invés de outros bairros da cidade. Essa sua ‘pró-atividade’ estaria presente desde o movimento de ocupação, quando abriu a primeira rua da Vila União Ferroviária, fato que sempre volta a mencionar em nossas conversas. Sua postura, no entanto, o isola por vezes; em uma de nossas visitas à vila não o encontramos em casa, fomos informados de que estava passando pelo bairro conferindo os preparativos para a ação das equipes da prefeitura, que no dia seguinte iriam fazer a numeração oficial dos lotes, mas para isso acontecer era necessário que houvesse uma marcação prévia nos muros indicando os números. Ficamos esperando, e alguns minutos depois ele chegou em casa sem camisa e carregando um balde com um pincel dentro, então ficamos sabendo que ele próprio pintou em cada muro o número que a prefeitura deveria seguir durante seus trabalhos. Como ele sempre tem a iniciativa, os moradores se eximem em ocasiões como essa, mas seguem votando nele para a associação de moradores.

Inês enxerga as dificuldades de se organizar a associação como sendo de ordem tanto pessoal quanto política: devido à falta de uma estrutura administrativa consolidada quem assume o cargo de Presidente acaba carregando um peso muito grande sozinho, e sem receber qualquer remuneração por isso. Ela faz questão de afirmar que o ocupante do cargo pouco faz sozinho, que a comunidade precisa voltar a se envolver mais. Recorda que em outros tempos o engajamento já foi muito maior, quando a ameaça de despejo e realojamento era mais presente, a mobilização era mais fácil pois as pessoas se envolviam<sup>185</sup>. Segundo ela, agora as pessoas estariam mais pacatas e não procuram se organizar pra lutar por seus direitos, embora ainda falte muita coisa para melhorar as condições de vida; e sem a participação coletiva fica muito difícil para o presidente conseguir o atendimento de todas as demandas.

Em outros tempos a vida comunitária era mais coletivizada e festiva, Andreia lembra que nos primeiros dias de ocupação as noites eram marcadas por encontros em que todos os moradores comiam e se divertiam, alguns levavam instrumentos musicais como violões e

---

<sup>185</sup> Da mesma forma que Milico fala das manifestações em conjunto com moradores de outras vilas do complexo, como da vez em que fecharam a BR-277 reivindicando reconhecimento da prefeitura e melhoria nas condições de vida na área.

cantavam madrugada a dentro, um costume que foi sendo abandonado com o tempo. Mesmo que estas celebrações não tivessem caráter estritamente político, podemos dizer que fomentavam valores necessários a uma participação política mais ativa por parte de todos, como a solidariedade e o companheirismo, e ajudavam a enfrentar as dificuldades de uma forma mais amena.

Tinha assim essas coisas ruins mas a gente fazia muita roda assim, eles ficavam cantando, colocava um caldeirão com osso assim não tinha comida não tinha muita coisa pra comer não mas a gente fazia, não tinha muito morador né, se reunia colocava uma panelada de osso pra cozinhar e ficava no fogo lá, cantando, e eles bebendo, eu nunca bebi né e a gente comia aquele caldo com farinha (trecho retirado de entrevista com Andreia, realizada em dezembro de 2018).

Figura 50 – Encontros noturnos entre os moradores (entre 1998 e 2000)



Fonte: Acervo dos moradores.

Durante nossas conversas, em nenhuma vez Inês fala sobre conselhos ou outros canais participativos, apesar de fazer uma crítica bem contundente à forma como as pessoas na comunidade enxergam a política, os maiores exemplos que cita dizem respeito ao processo eleitoral. Para ela o maior momento da cidadania seria o voto, e as pessoas não entenderiam sua importância, até mesmo seus ex-catequisandos, que no passado ajudaram muito o grupo

dos doze em diversas oportunidades hoje estariam afastados da comunidade e alguns venderiam seu voto em troca de favores como um tanque de gasolina para o carro. Reconhece que existe um cálculo nesses casos, que prioriza os interesses individuais aos coletivos, que atende uma demanda imediata, de curto prazo. Esse cálculo não chega a considerar o partido, as propostas ou o passado do candidato, se ele já fez algo pela comunidade, se esteve ao lado deles em momentos difíceis. O voto aparece como uma moeda de troca, com a qual as pessoas podem lucrar algo de quatro em quatro anos, mesmo que as condições estruturais que determinam sua condição de exclusão permaneçam.

Outra coisa também é que eu vejo mais isso não é só aqui que eu vejo o brasileiro como um todo, só sabe votar ele não sabe ... muitos até vende o voto, vamo ser franco até meus ex-catequisando já vendem o voto por conta de gasolina, eu nunca vendi meu voto assim eu tento votar consciente mas eu sei que na maioria das vezes eles só pensam na gente pra pagar imposto, por mais que a gente more em uma ocupação tudo que a gente compra a gente paga imposto e pra votar, eles não respeitam o eleitor, a grande maioria pelo menos (trecho retirado de entrevista com Inês, realizada em abril de 2013).

Comparando sua fala sobre política com a de Milico podemos dizer que elas se complementam: enquanto uma foca na relação entre eleitores e candidatos, a outra se atem à relação entre representantes parlamentares e autoridades. Mas ambas falam de uma dinâmica marcada por um clientelismo cotidiano, que passa por cima de canais institucionais por meio da informalidade que define as relações estabelecidas entre os agentes. No entanto, nenhum deles tem ideia das estruturas hierárquicas que regem as esferas administrativas, e muito menos quais são as atribuições exatas de cada uma delas. Sua visão é parcial, não chegando a um quadro geral da política que tanto os afeta.

Os dois apontam que o avanço da regularização fundiária e as obras de urbanização coincidiram com a desmobilização dos moradores da vila, mas apenas Inês consegue estabelecer uma relação entre os fatos. Ela sugere que as pessoas passaram a pensar mais em si mesmas do que no grupo, mas não consegue entender como ocorreu essa mudança. Essas são pautas que se referem em primeiro lugar à propriedade privada, muito mais próximas do direito do consumidor do que da cidadania, e da individualidade do que da coletividade. Podemos ver isso nas falas dos entrevistados quando dão sentido as suas trajetórias pessoais, sempre destacam a luta que tiveram de enfrentar para alcançar seus objetivos, sendo o maior deles a casa própria. A moradia e tudo mais que conquistaram não aparecem como direitos que foram respeitados, mas sim como vitórias pessoais, e aqueles que não obtiveram o mesmo sucesso não foram ambiciosos e determinados o suficiente. Andreia chegou a recusar o



benefício do Bolsa-Família pois, segundo ela, não precisava, uma vez que trabalhava para se manter, mesmo recebendo uma baixa remuneração:

Sempre brinco assim que eu olhei pra cima da linha do trem, que se eu olhasse só isso, na época não tinha bolsa-família não tinha essas coisara nada, eu tinha que me coçar né pra comer, cheguei assim a não ter leite pra dar pra ela, dá farinha com água pra ela tomar porque não tinha nada. Eu sabia que se eu não coçasse não ia ter dinheiro entendeu? Tanto quando veio o primeiro censo do Bolsa-família na época acho que chamavam de outro nome eu tava dentro daquele barraquinho caindo aos pedaço a menina bateu lá “você quer fazer seu cadastro?” eu já tava trabalhando no hospital né “quer fazer seu cadastro no Bolsa-família?” falei “não, não preciso” deu uma olhada pra casa deu uma olhada pra mim, e eu nunca fiz o cadastro entendeu? Nunca recebi porque eu já tava trabalhando no hospital, ainda tava naquela condição mas já tava trabalhando diferente (trecho retirado de entrevista com Andreia, realizada em dezembro de 2018).

A principal qualidade que todos ressaltam em suas falas é a determinação. Alguns, como Sirley, afirmam que foi a pobreza que os tornou assim, desde cedo superaram todas as dificuldades que estavam colocadas. Nunca nada teria vindo fácil para ele, por isso a insistência em continuar apesar das dificuldades. Em relação a pessoas ricas eles teriam até uma vantagem, apesar da evidente desigualdade financeira: teriam uma força maior do que as pessoas que nasceram em famílias ricas.

A gente sempre tem, a gente é bem determinado com um pé no chão porque a gente vem de família pobre né, então geralmente quando o cara nasce dentro de uma quando tem posses as pessoas se tornam até mais frágil pra dificuldade e como nós viemos de família bastante pobre, de família de guerreiros mesmo, então a gente vem determinado desde pequeno em chegar em algum lugar então quando a gente encontrou algumas dificuldades a gente não perdeu a garra e continuou lutando determinado em chegar mesmo, em procurar e chegar (trecho retirado de entrevista com Sirley, realizada em agosto de 2012).

Apesar de seu caráter individual, a atuação desses moradores, quando tomada coletivamente, se revela a principal força do processo de urbanização da vila; o poder público reconheceu a ocupação existente a legitimando e a tornando oficialmente parte da cidade de Curitiba. O trabalho individual dos ocupantes chegou até a orientar algumas obras da prefeitura, como a pavimentação das ruas, que seguiu o traçado aberto por eles e a divisão das quadras. Roberto recorda que em uma reunião, agentes públicos reconheceram que o trabalho da comunidade e sua organização teria facilitado a execução das obras estruturais que eram necessárias. Então as obras que foram desenvolvidas aproveitaram o que estava feito, e melhoraram as condições de vida de todas as famílias.

Única coisa que eu ouvi fui em reunião que eles falavam isso que como aqui tinha sido bem organizado [...]. Aqui foi o povo que toco mesmo, essas ruas mesmo a maior parte a organização da rua prefeitura veio aí só teve o trabalho de passar a máquina só, porque de aterro mesmo aqui eu posso dizer que aqui sem medo de errar que noventa e nove por cento das rua que teve aqui todo o aterro foi a parte mais grossa a parte mais difícil quem fez foi a população. [...] Mesma coisa essa

aqui, essa aqui foi, dava pra transita dava, só tava uma rua cheia de calombo, quando a prefeitura veio com a máquina aqui ela só empurrou um pouco de material aqui ali onde faltava só completou né, mas nem colocou né que ali faltava uns cinco metro pra falta de fechar a rua, só plaino, joga um material ai um saibro mas depois de tempo né e aí ficou (trecho retirado de entrevista com Roberto, realizada em novembro de 2012).

Figura 51 – Rua Pedro Joaquim de Castro antes e depois (2001 e 2018)



Fonte: ACERVO PDUR

O movimento era principalmente uma forma de pressionar politicamente o poder público, a reconhecer o direito à moradia dessas famílias, que sempre foram excluídas em todas as cidades que viveram; sua permanência, apesar de todas as dificuldades enfrentadas e a precariedade da área, era uma forma de exigir a regularização e urbanização da vila. Os primeiros ocupantes tinham isto muito bem definido, como uma estratégia a ser seguida; tanto que a apresentavam de forma didática àqueles em dúvida de participar como Sirley:

No momento, a gente vai entrar numa área que é da prefeitura, uma área que é particular, e assim que as famílias se assentarem aí é montada uma comissão né, dentro do bairro né, e é levado os requisitos até a prefeitura. Aonde a prefeitura vai designar um órgão competente, para assentar esse povo né, pra legalizar a área, pra que esse povo possa pagar. Que a gente nunca teve a intenção assim de entra numa área pra não pagar, a nossa intenção era ter aquele espacinho da gente, mas a gente sempre teve a prioridade de ter o espacinho, mas pagar por esse espaço né, não ficar

assim num lugar que é dos outros, da prefeitura ou muitas pessoas “aqui é do meu pai aqui eu vou ficar, então a gente teve esse objetivo sempre de procurar um lugar pra gente viver a vida mas certinho né (trecho retirado de entrevista com Sirley, realizada em agosto de 2012)

Essa é uma fala presente em todas as conversas que realizamos com moradores da Vila União Ferroviária, de que ninguém se recusava a pagar, mas que todos queriam apenas que os valores das prestações coubessem dentro de seus orçamentos. Não se tratava simplesmente de fugir do mercado imobiliário formal, e sim de adentrar um circuito onde os preços dos imóveis fosse mais acessível. Todo mundo ali seria honesto e trabalhador, e ao promover a regularização o poder público estaria reconhecendo isso; novamente o consumidor se sobrepõe ao cidadão. O Estado se limita a referendar mais uma vez a lógica do mercado imobiliário e da cidade mercadoria.

Os depoimentos que colhemos em nossas entrevistas contam uma história de Curitiba que é desconhecida, ou melhor dizendo ignorada pelos órgãos oficiais, e quando nos focamos na atuação apenas de técnicos ou das elites políticas e econômicas também acabamos procedendo desta forma. Partimos do pressuposto de que a cidade é produzida cotidianamente por seus próprios moradores, até mesmo por aqueles que são excluídos pelo processo, sua iniciativa e atuação são centrais para a produção não apenas do espaço social, mas de todo o contexto social da cidade.

Por isso destacamos as memórias que trazem momentos cotidianos como importantes para a construção de um contexto maior, como o aterramento de uma cava ou a formação de uma rede clandestina de fornecimento de luz elétrica. A cidade não nasce apenas da prancheta de grandes urbanistas ou da agenda dos políticos, vemos isso claramente na Vila União Ferroviária à medida que o traçado das ruas vai sendo definido e as relações entre as pessoas vão se estabelecendo. Desta maneira a cidade vai ganhando sua forma, enquanto novas famílias vão chegando e construindo suas vidas, acabamos de mostrar como estas trajetórias se articulam e formam experiências coletivas.

Mas para inseri-las num quadro de referência mais amplo precisamos recorrer às teorias e conceitos que apresentamos anteriormente, então em nosso próximo capítulo retomaremos esse processo não apenas no sentido espacial, mas também social. Faremos uso da teoria dos estudos culturais, considerando o processo de urbanização de Curitiba enquanto um processo hegemônico. Os episódios e trajetórias irão reaparecer ao lado de questões que já tratamos anteriormente, mas agora procurando estabelecer uma relação mais profunda entre elas, fazendo a ponte entre o contexto particular e o mais geral, entre a microssociologia e a macrossociologia.

## **5 CAPÍTULO 5 – A URBANIZAÇÃO VISTA DA OCUPAÇÃO: UM PROCESSO HEGEMÔNICO**

Entendemos que cada uma destas pessoas, em suas experiências, por meio de suas ações, participou ativamente da urbanização de Curitiba nas últimas duas décadas. Ao tomarmos a produção social do espaço como um processo hegemônico nos termos dos Estudos Culturais entendemos que as forças que a conduzem se fazem presentes exercendo pressões e limites sobre os habitantes da cidade, até mesmo os excluídos, determinando as condições a partir das quais conduzirão suas vidas e participarão desta história.

Estas forças possuem uma necessidade contínua de serem renovadas, legitimadas, defendidas e transformadas, e trabalham neste sentido. A compreensão da dinâmica das inter-relações entre todos os pontos deste processo nos permitirá tratar a produção da cidade não apenas na materialidade de suas obras e edificações, mas enquanto a produção de um modo de vida total. Para isso, devemos identificar os elementos historicamente variáveis que atuam aqui: dominantes, residuais e emergentes. Procuraremos a seguir por tais elementos em meio às experiências das famílias que participaram do movimento de ocupação na Vila União Ferroviária, identificando como pressionaram os indivíduos, e como estes reagiram e definiram estratégias para se movimentarem dentro dos limites que lhes estavam postos. Uma cidade é produzida em meio a imposições e resistências, um processo que não é totalitário porque enfrenta oposição e por vezes até a assimila, mas que é total porque produz um modo de vida que engloba as diversas dimensões da vida social como veremos a seguir.

### **5.1 O DOMINANTE**

Primeiramente, falaremos das forças dominantes que atuaram aqui. Essas são sobretudo estruturais, contempladas na literatura sociológica que trouxemos no capítulo anterior, quando tratamos das propriedades do processo de urbanização brasileiro. A principal força que impulsionou a produção da “cidade excludente” foi o “capitalismo periférico”, a forma específica como se desenvolveu ditou os rumos que nossas cidades tomaram e as características (físicas e sociais) que elas assumiram durante sua trajetória. O modo de produção capitalista no Brasil foi implementado mediante a superexploração da classe trabalhadora e a exclusão de uma parcela significativa da população, justamente durante as décadas em que foram verificadas as maiores taxas de crescimento econômico de nossa

história; milhares nunca receberam uma parcela mínima de toda a riqueza gerada ou tiveram direitos fundamentais reconhecidos.

Se mesmo em tempos de prosperidade o país combinava desenvolvimento econômico e pauperização, com a remuneração da imensa maioria dos assalariados nunca acompanhando os aumentos dos lucros e da produtividade, que dirá em época de crise. A espiral inflacionária que tomou conta de nossa conjuntura econômica na década de 1980, aliada à adesão dos governos ao neoliberalismo na década seguinte, acentuaram ainda mais as disparidades. O caráter excludente de nosso capitalismo se intensificou, baseado em inúmeras formas de extração de mais-valia absoluta<sup>186</sup>. A dinâmica de criação e apropriação do excedente econômico gerava tanto a acumulação do capital, quanto o alto grau de pauperismo; mediante o recurso às múltiplas modalidades de rebaixamento do custo de reprodução e reposição da mão de obra, durante nossa expansão econômica a geração de empregos ainda conseguia contrabalancear as baixas remunerações; mas nas últimas décadas marcadas pela recessão, muitos não conseguiram nem ao menos se tornar trabalhadores superexplorados.

As histórias dos mais pobres são marcadas por uma trajetória ininterrupta de exclusão. Acabamos de ver que essa realidade não se expressa apenas em estatísticas e gráficos de desempenho econômico; mais do que números, os atingidos por esse quadro possuem nome e sobrenome, e suas histórias de vida mostram como são mais suscetíveis às instabilidades advindas das crises e da reestruturação produtiva. A grande maioria das famílias que participou do movimento de ocupação da Vila União Ferroviária sofreu diretamente com os efeitos das mudanças ocorridas no mundo do trabalho; via de regra, seus membros estavam ocupados em subempregos com salários baixos, informais ou terceirizados, várias mulheres chefiavam suas famílias recebendo salários menores do que os homens. A instabilidade era algo comum para eles mesmo antes de participarem do movimento; muitos nunca chegaram a assumir uma ocupação fixa praticamente durante toda sua vida profissional; o tempo de permanência em cada emprego geralmente se contava em meses. Isso nunca lhes permitiu manter qualquer tipo de poupança, nada que assegurasse um futuro tranquilo; nem mesmo a garantia de uma aposentadoria possuíam, já que não contribuía com a previdência.

---

<sup>186</sup> Como por exemplo o aumento das horas trabalhadas e o ingresso de vários membros da família no mercado de trabalho.

Mas no Brasil a exclusão não resulta exclusivamente das especificidades do “capitalismo periférico”, durante nossa história ela se afirmou como uma força dominante em si; além dos parques ganhos milhares sempre foram alijados de seus direitos civis, e isso também se intensificou no período que estamos destacando. Justamente durante as décadas de 1980 e 1990 passamos por uma abertura democrática com o fim de mais de duas décadas de ditadura civil-militar, foram eleitos presidentes pelo voto direto e chegou a haver alternância de poder; no entanto, isso não significou uma ampliação no campo dos direitos sociais, que permaneceu sendo uma grande questão do nosso país. A igualdade perante a lei não era observada de fato e os mais pobres permaneceram sem condições de acessar bens considerados universais; falamos não apenas do direito à habitação, mas do direito à cidade. O país que se abria à modernidade capitalista, recebendo tecnologias avançadas, ainda mantinha elementos tradicionais – não apenas tradicionais, podemos dizer arcaicos e ultrapassados. A democracia nascente não conseguiu superar as barreiras excludentes que estavam consolidadas, e essas pessoas permaneceram em situação de vulnerabilidade econômica e social; vale lembrar a ausência ou precariedade das políticas sociais compensatórias: os irrisórios valores referentes ao auxílio desemprego, pensões e aposentadoria, etc. Precisamos verificar quais os impactos dessas forças sobre o meio urbano.

A noção de espoliação urbana (KOWARICK, 2000) nos permite trazer essa discussão para o processo de produção da “cidade excludente”, e acreditamos que ela ainda possui sua validade devido a manutenção e o aprofundamento da exploração e desigualdade. Nesse sentido, os moradores com quem conversamos foram espoliados em todas as cidades que viveram, submetidos a uma série de extorsões que lhes negou direitos e serviços de consumo coletivo, e despertou um sentimento de ausência a partir do qual passaram a se enxergar como injustiçados. Uma das formas de superar as diversas injustiças a que foram submetidos era justamente lutar por uma moradia própria com as armas que tinham às mãos; sem recursos para morar em bairros melhor localizados, ocuparam terrenos sem estrutura em uma área de risco ambiental, no intuito de forçar o poder público a reconhecer os seus direitos e atuar a seu favor. Sua reivindicação era por uma política sensível às suas condições financeiras; tanto que nenhum dos entrevistados falou em permanecer em um terreno sem pagar ou sem regularizar sua posse, apenas exigiam que os valores cobrados coubessem em seus orçamentos familiares.

Sabiam bem que essa era uma estratégia com resultados a longo prazo, que deveriam se colocar numa situação de risco até conseguirem ser ouvidos, tendo em mente que a resolução definitiva para seu problema demoraria. Neste meio tempo, teriam de enfrentar

todas as dificuldades comuns aos movimentos de ocupação irregular, como a violência e a falta de uma estrutura básica à habitação, além do preconceito por sua condição. A sua luta não era apenas por moradia, mas pelo reconhecimento de seus direitos básicos, pela superação de uma condição que Kowarick (2000) define como subcidadania. O que coloca nossa discussão não apenas em termos econômicos, pois enquanto subcidadãos são considerados perigosos e desordeiros pelo discurso oficial, e como tal devem ser controlados, vigiados constantemente. Previamente são categorizados como potenciais criminosos, justamente por apresentarem os traços que demonstram a exclusão que sofrem.

Essa discriminação e segregação não é importante apenas por impulsionar a acumulação capitalista por uma espécie de mais-valia absoluta urbana. Essa concepção de ordem também é importante para fundamentar uma forma de controle social pela história da vida privada das pessoas: o mundo da desordem, potencialmente delinquente, é jovem, de tez morena ou escura, malvestido, de aparência subnutrida. De preferência não porta ou não tem carteira de trabalho e mora nos cortiços das áreas centrais ou nas favelas das periferias. Sobre essas modalidades de moradia, o imaginário social constrói um discurso que esquadrinha a mistura de sexos e idades, a desorganização familiar, a moralidade duvidosa, os hábitos perniciosos, olhando estes locais como focos que fomentam os germes de degenerescência e da vadiagem e daí o passo para a criminalidade (KOWARICK, 2000, p.54).

Esse é também o conteúdo do discurso do crime e do medo que vimos anteriormente em Caldeira (2000), que classifica todos os excluídos (negros, pobres, nordestinos) como criminosos perigosos e os principais autores da violência urbana; sendo que na verdade são as maiores vítimas dela, seja aquela infringida pelo crime organizado ou pela polícia<sup>187</sup>, o que a torna legítima até mesmo para eles. Pudemos acompanhar a implantação da Unidade Paraná Seguro (UPS) no início de nosso trabalho de campo e verificar como isso se dá *in loco*; as viaturas se posicionavam nas entradas do complexo, dali partiam as incursões quando eram iniciadas as rondas. A impressão que tivemos foi de que o papel dos policiais, na verdade, era proteger as pessoas que moravam fora do bolsão dos seus vizinhos que viviam ali, a tranquilidade foi mantida principalmente para a vila próxima, que convivia de forma mais próxima com os policiais em serviço. Tanto que até hoje a UPS está instalada na região na área mais consolidada do bairro, e raramente encontramos alguma viatura policial dentro da vila durante nossas visitas. Esse expediente apenas endossa os relatos que ouvimos de nossos entrevistados, justificando o medo que tinham da violência policial. Foram comuns os relatos de abuso e utilização de força excessiva nos primeiros dias de funcionamento da UPS,

---

<sup>187</sup> Para Kowarick a condição de subcidadão urbano constitui forte matriz para o diagnóstico da periculosidade, distinguir marginais de cidadãos comuns seria fácil para os policiais, pois estes teriam uma tipologia física bem definida: subnutrido, malvestido, subempregado.

registrados em reportagens por um jornal de grande circulação. Mas não houve nenhuma investigação, apenas foram produzidas peças publicitárias que falavam em resultados positivos das ações desenvolvidas.

Podemos dizer que a repressão policial se soma às outras formas de violência que os mais pobres sofrem cotidianamente na “cidade excludente”, às diversas modalidades da espoliação<sup>188</sup> que lhes impõe o status de subcidadãos. Mas essas pessoas estão longe de aceitar passivamente a sua condição, e muito menos se render ao imobilismo; o aumento expressivo dos movimentos de ocupação que verificamos nas últimas décadas nos mostra isso. Uma ideia presente na tradição do pensamento marxista e rediscutida por Raymond Williams nos ajuda a pensar as formas de resistência às forças dominantes que os excluídos desenvolvem, a determinação.

O autor recupera o conceito de determinação em Marx a partir da raiz do termo na língua inglesa, o remetendo a dois sentidos, de “exercer pressões” e “estabelecer limites”. Daí a retomada da ideia de determinação a partir de seu sentido etimológico, de “estabelecer fronteiras”, ou “estabelecer limites”, como uma experiência de “limites objetivos”. O sentido básico aí era o de determinar um limite, um fim a alguma ação. O avanço de Williams está em conceber a determinação não apenas enquanto uma imposição, mas sim enquanto um movimento, caracterizado também por pressões. Tais pressões seriam expressas em forças que impõem a uma ação, e que, uma vez internalizadas, constituem nossa consciência cotidiana em todas as áreas da vida social<sup>189</sup>. A exclusão é determinante sim, mas no sentido de que impõe um limite, de que exerce uma pressão sobre quem a sofre. Isso significa simplesmente que eles devem agir em meio a tais limites e pressões, e continuar com suas vidas cotidianamente. A exclusão enquanto propriedade do processo de urbanização se revela assim totalizante, mas não totalitária, pois ainda permite atos de resistência por parte dos excluídos.

O grande movimento de imigração em direção aos grandes centros pode ser lido, então, como uma ação dentro dos limites colocados pela conjuntura macroeconômica do período, definida de forma concomitante pela industrialização e a urbanização<sup>190</sup>. Essas eram as condições objetivas que determinavam o sentido de suas ações, os forçando a imigrar; mas

---

<sup>188</sup> Salários baixos, transportes e jornadas de trabalho, para não falar nas situações de doenças, acidentes e desemprego.

<sup>189</sup> Isso nos remete ao sentido de “determine” em inglês: determinar que se faça alguma coisa, ou estar disposto (determined) a fazê-la, constituindo um ato de vontade e propósito em realizar uma ação.

<sup>190</sup> Vimos que a forma como se deu a industrialização do país ditou o passo acelerado em que se deu o crescimento de nossas cidades e impôs a concentração populacional nas grandes metrópoles, os acentuados fluxos migratórios advindos pelo êxodo rural alimentaram esta dinâmica por décadas.



eles que definiam dentro de sua margem de atuação como o fariam, escolhendo a cidade para onde se dirigiriam.

O padrão seguido pela maioria dos imigrantes de famílias pobres foi praticamente o mesmo; primeiro vinham aqueles com mais condições de enfrentar as adversidades e ter sucesso nas cidades grandes (geralmente o filho ou filha mais velha, assim que atingia um grau de instrução que o permitia disputar melhores vagas de emprego), para depois, quando em situação, mais estável pudesse trazer a família inteira. Grande parte da mão de obra responsável por erguer nossas maiores metrópoles seguiu esse caminho, sendo atores centrais em seu processo de produção. Apesar de semelhante na sua forma, cada cidade teve seu próprio tempo; Curitiba, por exemplo, registrou grande crescimento na década de 1990, quando as maiores cidades do sudeste já não experimentavam o mesmo ritmo intenso de desenvolvimento. Foi expressivo o aumento da informalidade e dos postos de emprego terceirizados, as únicas formas de se inserir no mercado de trabalho encontradas por pessoas nas mesmas condições dos moradores da vila, com baixa escolaridade e sem qualificação profissional.

A chegada das duas montadoras europeias (Audi e Renault) foi o principal acontecimento que definiu o momento econômico e político; a tônica do discurso do grupo político no poder se baseava na promessa de empregos que seriam criados, na contramão dos demais estados que não conseguiam interromper o aumento do desemprego. Embora tenham gerado número expressivo de empregos, houve dificuldade de contratação de mão de obra especializada, ambas as montadoras tiveram de oferecer treinamento para formação dos técnicos da linha de montagem. Para além do seu impacto econômico, a presença de ambas era tão forte no imaginário popular que o nome do conjunto Vila Reno pôde ser facilmente confundido com Vila Renault pelos moradores. Mas a referência era feita como uma forma de se contrapor ao discurso oficial, uma manifestação daqueles que se sentiam excluídos pelas políticas públicas que promoviam a industrialização no Estado, que não recebiam a mesma atenção que era dispensada às multinacionais. O nome da montadora alemã na periferia de Curitiba passou a ser associado também à pobreza e todos os demais problemas relacionados a ela; podemos ler o nome até como uma denúncia do atendimento privilegiado que o Estado dispensava à indústria automobilística, ao mesmo tempo em que abandonava os pobres à própria sorte.

Isso evidencia ainda mais a omissão do poder público em relação às populações pobres no meio urbano, principalmente no que diz respeito à habitação popular. Enquanto grandes grupos econômicos recebem incentivos fiscais e outras formas de favorecimento,

praticamente inexistem políticas articuladas de atendimento aos mais carentes. Como nossa política de uso do solo se caracteriza por não pautar o conflito da ocupação do solo urbano<sup>191</sup>, o Estado somente se faz presente quando se trata de reprimir violentamente as manifestações populares por direitos sociais; como no exemplo do protesto dos moradores do bolsão que bloquearam a BR-277 reivindicando uma moradia digna, eles foram ouvidos apenas pela Polícia Militar que foi atender a ocorrência. Essa ausência na verdade se revela a forma de atuação contraditória do Estado, enquanto agente do processo de produção da “cidade excludente”: ele deixa que o espaço urbano seja organizado livremente pela especulação imobiliária, que define a velocidade e a direção da expansão da metrópole. Esse é o sentido, que apontamos anteriormente, da atuação complementar de Estado e mercado imobiliário, enquanto agentes das forças hegemônicas da urbanização brasileira.

A estruturação urbana em Curitiba foi profundamente influenciada pela dinâmica da produção imobiliária, vide o movimento de subperiferização ocorrido nas décadas de 1980 e 1990 (ULTRAMARI E MOURA, 1994), provocado pelo considerável aumento do preço da terra, que pressionou os moradores mais pobres dos bairros periféricos da cidade a se deslocarem para mais longe ainda. Em razão da crise da produção empresarial, o financiamento imobiliário passou a depender dos recursos próprios dos compradores, restringindo o mercado àqueles que podiam assumir os custos da construção. A elevação do padrão habitacional acabou produzindo uma segregação social cada vez maior; os bairros mais distantes foram justamente os principais responsáveis pela expansão da mancha urbana, pois eles mantiveram seu ritmo de ampliação. Surgem ao lado de enclaves fortificados, como os condomínios fechados do “Uberaba de cima”, os bolsões de pobreza, como o complexo “Bolsão Audi-União”.

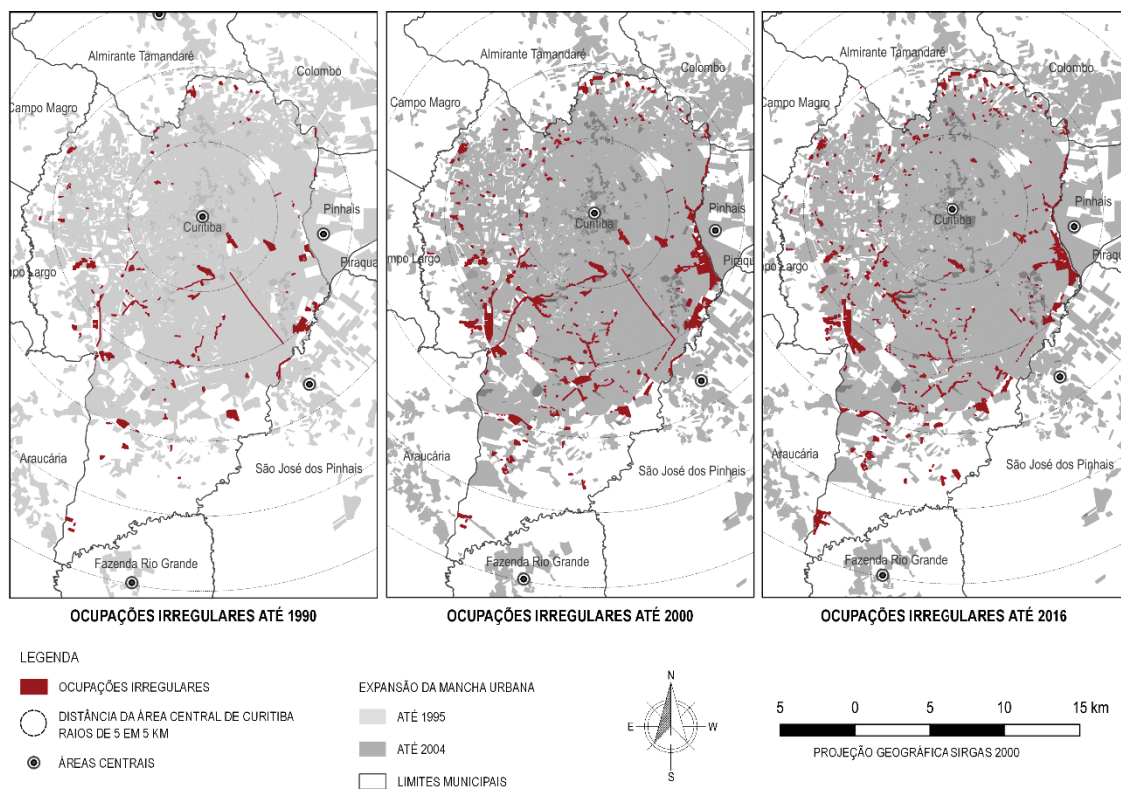
Por isso os assentamentos irregulares não formam uma cidade à parte, uma “cidade ilegal”, como a caracterização de grande parte dos estudos urbanos que vimos sugere; eles se integram à cidade legal, para formar uma só cidade. O processo de produção de Curitiba se dá a partir da integração dessas duas “cidades”, produzindo e reproduzindo a desigualdade social de forma concomitante pela produção do espaço. No caso do complexo Audi/União, especificamente, podemos verificar que ele acompanha a tendência que já vimos anteriormente em Firkowiski (2001), de crescimento da cidade em áreas de mananciais a leste do seu território e nos limites com os municípios vizinhos. Ao sobrepor a localização das ocupações irregulares à mancha urbana da década em que elas ocorreram, verificamos que

---

<sup>191</sup> Enquanto países europeus por exemplo projetam a expansão urbana publicamente.

elas a expandem ou consolidam, se incorporando à cidade. Isto fica bem visível na sobreposição de 1995 e 2004 que trazemos aqui.

Figura 52 – Participação das ocupações irregulares na expansão da mancha de ocupação urbana (1990 – 2016)



Fonte: IPPUC

Nem mesmo o avanço das ocupações irregulares sob as APP's é contido; as ações públicas executadas no sentido de fiscalizar os assentamentos nessas áreas são poucas e esparsas (FERRAZ, PINTO e BLANCHET, 2018), embora 13% dos bairros da cidade apresentem essa realidade, e justamente a regional Cajuru, onde está localizado o “Bolsão Audi-União”, é aquela em pior situação: 30,51% dos seus domicílios em área de APA e/ou APP e 37,85% de sua população nessa condição. Isso nos leva a rediscutir a questão ambiental que vimos no capítulo 1: apesar do Direito Ambiental ser utilizado como uma espécie de “argumento absoluto” para justificar despejos e realocações, quando se trata do alargamento da mancha urbana é praticamente ignorado, nada deve impedir o crescimento da cidade. Esta inclusive é a resposta para nossa questão de pesquisa: a integração territorial à cidade de espaços socialmente excluídos é possível porque essa condição é funcional ao processo de urbanização, ao permitir que sejam ignorados ou relativizados os impedimentos

legais e ambientais à expansão urbana. Desta forma o processo de urbanização em si se revela excludente.

A partir da observação do movimento de produção dos espaços informais de moradia, podemos dizer que a atual fase de estruturação espacial na metrópole caracteriza-se pela ocorrência simultânea dos movimentos de desconcentração e concentração (SILVA, 2014a). Eles são derivados de diferentes vetores de crescimento dos espaços informais: um extensivo e outro intensivo. É com diferentes sentidos de expansão que ocorre a reestruturação da metrópole.

O surgimento de assentamentos irregulares nas duas últimas décadas em Curitiba se dá através destes movimentos, que promovem um crescimento que, ao mesmo tempo se intensifica no núcleo, e se expande em direção às periferias distantes. Isso estabelece novas relações centro-periferia no aglomerado urbano da RMC, que produzem uma reestruturação espacial. Esse é o mesmo movimento que produz e consolida metrópoles cada vez mais complexas e fractais, que lhes dá forma:

O movimento de desconcentração é produzido pelo crescimento extensivo, que conforma uma metrópole mais dispersa e uma urbanização descontínua. O reforço à concentração deriva do crescimento intensivo, que ocorre pelo adensamento dos assentamentos informais pré-existentes e situados nas áreas mais cêtricas em relação à cidade-polo. [...] A existência simultânea dos movimentos de desconcentração e reconcentração deu origem a uma estrutura espacial menos regular, mais heterogênea e fragmentada, pois a localização dos conteúdos que no paradigma anterior eram reconhecidos como centro e periferia já não se encontram mais tão claros e ordenados como no passado, comprovando que a presente fase é de reestruturação (SILVA, 2012 p. 246).

Apesar de fundamentais na produção da “cidade excludente”, os pobres são praticamente abandonados à própria sorte pelo poder público; a instituição que mais sentem a presença é a jurídica, que por meio de suas leis garante a permanência da ordem urbana, assumindo para isso um caráter claramente seletivo, se configurando como outro agente hegemônico do processo de produção da “cidade excludente”. Para nossas elites as leis tem sido muito eficientes no sentido de manter uma estrutura social profundamente hierarquizada, que perpetua privilégios em prejuízo de grande parte da população. James Holston (2013) identifica aí a existência de um “mau governo da lei”, que é instrumentalizada como um sistema de estratégias e complicações burocráticas pelo Estado e por indivíduos, para ofuscar problemas, neutralizar oponentes, garantir a impunidade e, principalmente, legalizar o

ilegal<sup>192</sup>. Vide o caso das vilas do complexo que foram extintas com base no direito ambiental, realocando as famílias que ali moravam para periferias mais distante ainda na cidade. Mas o principal exemplo desse “mau governo da lei” usado pelo autor é o da legislação fundiária: historicamente as leis de terra no Brasil se mostraram um instrumento de desordem calculada, elaboradas para favorecer a manutenção de conflitos e incorporar ilegalidades aos processos legais. Os beneficiados teriam sido os grupos com recursos políticos e econômicos capazes de fazer valer seus interesses; e o resultado, a concentração de terra na mão de poucos grandes proprietários.

As parcelas mais pobres da população foram excluídas do acesso legal à terra. O processo de urbanização no país simplesmente repetiu o padrão de exclusão à propriedade que marcou o acesso à terra no campo, dificultando a posse legal de lotes nos centros urbanos. Os mesmos fatores que fragmentaram e subjugarão os pobres rurais – acesso restrito à terra e aos direitos políticos, ilegalidades na moradia, e o “mau governo da lei” – negaram aos trabalhadores urbanos a experiência da cidadania<sup>193</sup>. Nossas leis possuem algumas lacunas que, se fossem preenchidas, contribuiriam muito para a formação de outra estrutura urbana; por exemplo, elas não preveem a requalificação de áreas centrais esvaziadas, com muitos imóveis desocupados, o que garante a concentração da riqueza em certas áreas.

Considerando a ação desses agentes hegemônicos, a tensão é constante devido à maneira como as forças dominantes atuam exercendo pressões e estabelecendo limites às vidas dos mais pobres, aos encaminhamentos que dão às suas reivindicações, lhes negando direitos básicos. A solução encontrada por eles foi a criação de periferias cada vez mais distantes, onde milhares puderam assentar residência, construindo suas próprias moradias ilegalmente, uma vez que nesses espaços a compra de uma parcela de terra ainda era possível para as camadas mais pauperizadas da população. Consequentemente, essa exclusão teve grande impacto na produção do espaço urbano, com a proliferação de espaços como favelas, cortiços, loteamentos irregulares e clandestinos. Apesar da precariedade, da insegurança e de todas as incertezas da vida em áreas irregulares<sup>194</sup>, essa ainda é considerada uma alternativa viável pelas pessoas sem condições de acessar o mercado imobiliário formal. Ao lembrarmos que o incremento populacional das grandes cidades tem se dado majoritariamente pela

---

<sup>192</sup> Exemplo de que ao longo de nossa história o sistema de distribuição diferenciada de direitos serviu mais como um mecanismo para legitimar e perpetuar desigualdades do que para combatê-las.

<sup>193</sup> O caso de São Paulo é o melhor exemplo disso, pautado pelo discurso da modernização a urbanização da metrópole o processo de segregação espacial expulsou os trabalhadores pobres das zonas centrais da cidade.

<sup>194</sup> A constante ameaça de despejos devido à irregularidade da propriedade, ou os riscos de desastres naturais como inundações e deslizamentos comuns por causa das condições de degradação destas áreas.

chegada dos pobres às periferias cada vez mais inchadas, podemos pensar os participantes de movimentos de ocupação irregular, como da Vila União Ferroviária, também como agentes do processo de produção da “cidade excludente”, em oposição aos agentes hegemônicos.

A forma mais eficiente dos excluídos conduzirem sua atuação é via organização coletiva, que pode ser ou não referenciada em movimentos nacionais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); uma afiliação desse tipo influencia em grande medida os caminhos tomados e as práticas que desenvolvem cotidianamente. Podemos ver assim que a determinação a que estão sujeitos não é capaz de lhes impor um destino final; que muito do tensionamento existente é devido justamente à resistência que oferecem às forças dominantes, restando a essas se mobilizar no sentido de controlar os movimentos oposicionistas. Os excluídos se empenham em uma luta que, ao reivindicar direitos básicos, trabalha pela superação da condição de subcidadão, e um de seus principais pontos é o reconhecimento de que seu bairro faz parte da cidade. Estes constantes tensionamentos nos levam a pensar que a exclusão não é uma condição, mas um processo, o que reforça o termo utilizado por nós para pensar a cidade e a urbanização, o excludente, por sugerir um movimento de constante exclusão.

O processo hegemônico de urbanização excludente aparece então em nossa análise como um processo totalizante, mas não totalitário; só que ainda não apreendemos toda sua complexidade. Para isso, devemos voltar nossos olhares também para as inter-relações entre movimentos e tendências que se dão interna e externamente à cultura dominante, procurando por elementos residuais que, embora formados no passado, se apresentam ainda ativos no presente. Qualquer ordem cultural inclui elementos disponíveis do seu passado, mas seu lugar no processo hegemônico em desenvolvimento é variável. Eles podem ter sido incorporados ao sistema, ou ter se colocado numa posição alternativa ou oposicional, como experiências, significados e valores que não conseguem se expressar substancialmente nos termos do hegemônico, mas que ainda são vividos e praticados à base do resíduo, de uma instituição ou formação social e cultural anterior. A cultura dominante opera o trabalho da tradição seletiva pela reinterpretação, diluição, projeção, inclusão e exclusão discriminativas. A Curitiba que surge como oficial resulta dessa operação cultural, que define os símbolos e significados culturalmente válidos que devem ser reconhecidos por todos. Na Vila União Ferroviária podemos identificar os elementos residuais ainda presentes de forma bem significativa na vida das pessoas: o mercado, a família, a religião e o clientelismo.

## 5.2 O RESIDUAL

Começamos pela instituição do mercado; ele estava presente de forma residual no processo de formação da Vila União Ferroviária através do mercado imobiliário informal, que passou a funcionar logo após a ocupação inicial. Seguindo a caracterização que vimos anteriormente de Abramo, para os Mercados Informais de Solo (MIS), podemos dizer que à época se tratava ainda de um mercado primário de imóveis novos que oferecia loteamentos clandestinos, tendo os líderes do movimento atuando como fracionadores. Eles organizaram o mercado dividindo entre si o que viriam a ser as quadras, definindo o tamanho padrão dos lotes, fazendo a medição de cada um e estipulando os preços que seriam cobrados. Adotaram a estratégia comum aos loteadores informais que operam pelo país afora, escolhendo uma gleba sem custo na franja da cidade, que estava abandonada por ter esgotado seu potencial de extração de areia para construção civil e não possuir condições de ser ocupada para fins habitacionais. Como era próxima a algumas ocupações irregulares que estavam se consolidando lhes pareceu que haviam boas chances de se estabelecerem na região; inclusive se orientaram por estas ocupações quando começaram seu próprio movimento, e seguiram adentrando a área limitados pelo Rio Iguaçu e a linha férrea na direção da Avenida das Torres, dando mais um passo na formação do complexo Bolsão Audi-União. O mercado informal de loteamentos se confirma assim em Curitiba também como um importante vetor de expansão da malha urbana.

Além de não investirem na compra da gleba, não empregaram nenhum valor na infraestrutura dos lotes, a terra era entregue nua, cada família tinha que providenciar o mínimo para erguer um barraco que pudesse lhes servir de abrigo provisório. Isso significava que tinham de aterrar os terrenos, abrir as ruas e fazer as ligações clandestinas de luz e água com os recursos e mão de obra que pudessem dispor. Dessa forma, foi o MIS que organizou o movimento inicialmente, definindo a localização e a ordem em que se daria a ocupação das quadras e lotes, além dos traçados que as ruas seguiriam.

Tal qual Abramo, identificamos aqui uma lógica oligopolista na ação dos líderes que definiu os preços dos produtos e a predominância de tradições pré-modernas nas negociações de compra e venda. Os organizadores procuravam lucrar, ao mesmo tempo em que não podiam praticar preços muito altos, pois correriam o risco desses serem restritivos às condições financeiras das famílias, que estavam participando justamente para fugir dos custos elevados do aluguel; afinal, somente haviam aceitado enfrentar tantas dificuldades devido sua incapacidade de fazer uma poupança para a compra da casa própria.

Diante dessas limitações o mercado acabou se adaptando às posses dos envolvidos, e as tradições mercantis arcaicas prevaleceram nas transações realizadas, a lógica da necessidade por várias vezes se sobrepôs ao lucro financeiro. O preço “tabelado” de 50 reais por lote nunca passou de uma sugestão, os vendedores negociavam o valor a receber se adequando às capacidades de pagamento dos possíveis compradores, aí o escambo aparecia como principal relação comercial entre as partes. Quando a pessoa não tinha todo o valor em dinheiro para pagar, geralmente complementava com algum bem ou simplesmente praticava a troca integralmente pelo que tinha à mão para oferecer. Vimos que em alguns casos a necessidade considerada mais urgente para determinar o preço do terreno era a ocasião de fazer um churrasco para os amigos ou a oportunidade de realizar um antigo sonho de consumo. Essas alternativas permitiam atender os dois lados, atendendo as necessidades de ambos dentro das possibilidades que estavam dadas.

Num segundo momento, quando já era possível identificar um Assentamento Popular Informal (API), se manteve o imperativo das necessidades das famílias. Os compradores aproveitaram as vantagens que esse mercado proporciona, como a liberdade construtiva e urbanística. Além de lhes ser permitido construir sem cumprir as normas técnicas e restritivas impostas pelos órgãos oficiais, nunca antes em suas vidas havia lhes aparecido uma chance tão real de lucrarem com algo que fosse seu, até porque essa foi a primeira propriedade que muitos deles possuíram, daí o fracionamento dos lotes ter sido tão recorrente quanto verificamos nas entrevistas. A compactação do território foi uma consequência inevitável, com duas e por vezes até três casas ocupando o espaço destinado inicialmente a apenas uma. E quando as famílias cresciam a verticalização era uma saída viável e recorrente, com construções improvisadas realizadas em regime de urgência, pois o nascimento de um filho ou o casamento de outro não poderiam esperar por um planejamento mais adequado na hora de erguer um quarto ou mais um andar. Nesse cenário era comum um casal ter que começar sua vida dividindo uma habitação apertada com a família de um dos cônjuges, sujeitando todos a um convívio estressante e precário.

Cada vez mais os imóveis foram se valorizando financeiramente, oportunizando às famílias atender necessidades maiores. Se no princípio o preço de venda era cotado com base nos custos de um churrasco ou de uma bicicleta nova, com o decorrer dos anos ele passou a ser calculado pensando em um carro novo ou uma casa menor para o filho que iria casar. Da ocupação, passando para a vila, até o novo bairro, o mercado imobiliário foi se desenvolvendo consideravelmente. E com a entrada de outro agente importante nesse processo a valorização foi ainda mais acentuada; estamos falando do poder público, que reconheceu a consolidação



da ocupação e realizou obras de infraestrutura em todo complexo. Mas em conjunto com as obras ocorreu a regularização fundiária através da COHAB-CT, que abriu a vila ao mercado imobiliário formal e estabilizou os preços, pois o contrato firmado com os proprietários definia oficialmente um valor para o imóvel, mas que nunca poderia ser cobrado integralmente porque deveriam ser consideradas as prestações devidas e descontadas no preço final.

Falando assim pode até parecer que a estabilidade promovida pela regularização os impediu de enriquecer; mas devemos lembrar que por fazer parte do circuito inferior da economia urbana esse mercado não movimentou somas expressivas, vide os líderes do movimento que foram os primeiros grandes “especuladores” da região. Como uma das especificidades dos MIS é a inexistência da figura do incorporador, eles atuaram num vazio que havia, mas estavam lutando como os demais ocupantes pelo direito à uma moradia digna, e enfrentaram as mesmas agruras. Mesmo com o passar dos anos se mantiveram atuando fortemente no mercado imobiliário informal da API, com o primeiro presidente da associação de moradores assumindo o protagonismo nesse sentido, organizando a entidade para cumprir a função de mediar o mercado.

A carteirinha confeccionada pela associação era uma espécie de registro de propriedade, que reconhecia o direito de posse sobre o lote identificado. Numa transação poderia assegurar que quem estava vendendo era o verdadeiro dono do imóvel, reconhecido oficialmente pelo órgão representativo da comunidade. A associação estaria se colocando enquanto autoridade local na mediação contratual<sup>195</sup>, garantindo a manutenção dos contratos informais e sua permanência temporal, e exercendo uma força coercitiva representativa na ausência de um poder coercitivo legal. No entanto, esse papel não foi efetivo de fato, devido as atitudes no mínimo suspeitas do presidente; o dinheiro cobrado no ato da confecção dos documentos nunca teve sua destinação esclarecida, e não ouvimos nenhum relato sobre sua intervenção em meio a uma disputa por terra. Realmente essa foi uma grande perda para o movimento, pois mesmo em se tratando de relações de caráter comercial havia uma dimensão política importante que poderia ter significado um avanço na organização dos moradores, se houvesse uma instituição presente e atuante a quem as pessoas pudessem recorrer em situações de conflito.

Na ausência de uma autoridade que pudesse servir de fiador dos contratos informais, as relações de confiança e lealdade entre as partes prevaleceram como base de sustentação do

---

<sup>195</sup> Um papel necessário nos MIS, como bem coloca Abramo (2009).

mercado imobiliário informal na Vila União Ferroviária. Compradores e vendedores depositavam um no outro expectativas de reciprocidade que estabeleciam uma relação que dependia da permanência da forma confiança-lealdade como interdição social, amparada por uma trama de relações de amizade e parentesco que impulsionou e movimentou o mercado desde os seus primeiros dias. Praticamente todos os ocupantes tiveram acesso à informação da existência do movimento e da disponibilidade de imóveis para compra por um parente ou amigo; esse indivíduo que serviu de informante geralmente também era parente ou amigo de alguém que estava envolvido, o que dava uma certa segurança àqueles que estavam indecisos em participar. Vimos vários exemplos disso em nossas entrevistas.

No que diz respeito às relações mercantis, foram as redes de amizade e parentesco que estabeleceram a relação de confiança e lealdade necessária ao funcionamento do mercado, e que garantiram a estabilidade temporal entre os agentes que assumiam a relação contratual. A oferta dos imóveis se dava principalmente por meio das redes dos próprios moradores, que contavam tanto com pessoas que já moravam na vila como fora; as oportunidades de negócio eram transmitidas a quem pudesse interessar no boca a boca mesmo, informando o preço e as condições mínimas de negociação.

A formação e importância dessas redes nos leva a discutir outro elemento residual que ainda se faz presente de forma bem significativa no movimento: a família. Algumas delas estabeleceram entre seus membros relações comerciais nesse mercado imobiliário informal, de venda, troca e até mesmo em alguns casos, doação de lotes. Vide o exemplo da tia de Roberto, que negociou os terrenos que possuía entre os próprios parentes. Mas essas relações não tinham caráter apenas comercial, a importância da família estava para além disso.

Presente desde as sociedades tradicionais, quando cumpria a função de criar uma rede estável de relações amigáveis ou íntimas que resistem através do tempo-espço (GIDDENS, 1991), a unidade familiar perdeu espaço com o advento da modernidade. Mas no contexto que estamos tratando aqui, das famílias brasileiras pobres, são reforçados os aspectos fundantes dessa instituição social, principalmente o reconhecimento social dos deveres de solidariedade com relação a seus membros. Essas pessoas são justamente as que mais sofreram com a flexibilização do trabalho das últimas décadas, se em praticamente todos os países capitalistas a família assumiu cada vez mais as funções de previdência social da antiga sociedade salarial do pleno emprego, que dirá em países como o Brasil, onde essa sociedade nunca se desenvolveu totalmente. Para aqueles que entraram no mercado de trabalho sob condições tão desfavoráveis, como os moradores da Vila União Ferroviária, a inserção nunca foi completa e acompanhada por direitos básicos.

Segundo Lavinias e Nicoll (2006), os dois fatores que mais expõe as famílias pobres à vulnerabilidade social no Brasil são o mercado de trabalho e nosso sistema de proteção social. A instabilidade estrutural do primeiro atinge principalmente o homem, que não consegue cumprir sua função de provedor. Mas quando a mulher cumpre esse papel não é algo novo para ela, pois a maioria delas trabalha desde muito cedo, o seu maior problema está em manter o respeito num universo moral que o condiciona à presença masculina<sup>196</sup>.

Quanto ao sistema de proteção social, inexistem políticas permanentes e universais de apoio às famílias; o que contribui com a insegurança e vulnerabilidade consideravelmente<sup>197</sup>. Inês possui essa percepção, da ausência principalmente em relação as mulheres que tem de chefiar suas famílias sozinhas como ela, de como as políticas públicas de proteção social ainda são insuficientes. Por isso a família conservou um papel importante na “proteção social”, no desenvolvimento de estratégias de acesso ao emprego e na diversidade das práticas do trabalho, com a ausência do Estado na formulação e execução de políticas de proteção social o seu peso para as camadas mais pobres em nosso país é maior do que para as classes abastadas (PAUGAM, 2005), pois nesse quadro de desamparo muitos contam apenas com seus parentes mais próximos para os socorrer quando necessário.

Tamanha importância na verdade explicita sua fragilidade, pois qualquer eventualidade como o desemprego, a doença, a invalidez ou a morte de um dos provedores pode jogar famílias inteiras na pobreza extrema (TELLES, 2001). A batalha pela sobrevivência mobiliza todos os membros para o mercado de trabalho (homens e mulheres, adultos, crianças e velhos); o processo de proletarização então atinge a família coletivamente, sem regras que definam as condições de entrada e saída. Os filhos começam a trabalhar cedo, ainda adolescentes tem que ajudar no sustento de todos, e como também não tem muita qualificação conseguem geralmente um subemprego, e não raramente tem que abandonar a escola para se dedicar integralmente ao emprego.

Durante as décadas em que as pessoas se dirigiram mais intensamente para os grandes centros alimentando nosso processo de urbanização, houve uma transição no papel

---

<sup>196</sup> A cobrança é maior sobre aquelas que tem filhos e acabam assumindo a dupla função de mãe e provedora muitas vezes de forma solitária.

<sup>197</sup> O principal programa do governo federal das últimas décadas, o Bolsa-Família, não foge à regra. Apesar de definir prioritariamente a mulher como responsável por receber e gerir o benefício, não oferece nenhuma contrapartida que auxilie as que se encontram em situação mais difícil, então elas devem recorrer à rede de ordem privada formada por parentes e vizinhos.

dessa instituição<sup>198</sup>. As famílias que participaram do movimento de ocupação que estamos estudando foram formadas em meio a esse contexto, então já apresentam os efeitos dessas mudanças em sua dinâmica de relacionamento. Apenas em uma delas encontramos a mulher dedicada exclusivamente ao cuidado da casa sem trabalhar fora, mas devemos destacar que elas entram no mercado de trabalho em condições no mínimo tão precárias quanto seus companheiros, geralmente em ocupações consideradas femininas como limpeza e cozinha, terceirizadas ou empregadas informalmente. Via de regra, seus salários são menores do que os dos homens, o que dificulta ainda mais a manutenção da casa quando vivem sozinhas com os filhos.

As desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho independem da classe social e da ocupação, mas se fazem sentir com muito mais peso sobre as pobres, por isso os direitos trabalhistas sempre pautaram em grande medida as lutas femininas por igualdade. Elas também se inseriram em outros movimentos sociais que entraram em cena durante a redemocratização, como aqueles pelo direito à saúde, à habitação e à educação, por vezes ocupando até lugar em sua direção. Muitas mulheres da vila participaram ativamente das mobilizações que reivindicavam a permanência na área e a regularização das propriedades, e com a morte de um dos presidentes da associação de moradores no meio de seu mandato uma delas chegou a assumir o cargo.

Numa conjuntura em que as mediações sociais de “classe” estão enfraquecidas, a família foi provocada a participar de novas formas de trabalho social que asseguram a existência social e o reconhecimento social dos seus membros, como a filantropia e a economia solidária. Em nossas entrevistas pudemos ver como essas experiências foram importantes embora tenham sido relativamente curtas, pois envolveram pais, mães e até os filhos em suas atividades. As mulheres foram as protagonistas desses movimentos, tanto da cooperativa de catadores quanto da padaria comunitária, aprenderam a valorizar a coletividade e a organizar melhor seu trabalho com noções básicas de administração. Assim como ocorreu com a associação de moradores, essas iniciativas não conseguiram efetivar seu potencial político, nos deixando somente especulações sobre as possibilidades que foram perdidas pelos moradores.

Esse quadro só fez aumentar a importância da família para eles, que viviam no limite da miséria, enfrentando uma luta diária pela sobrevivência. Esse é o imperativo sob o qual os

---

<sup>198</sup> Essa transição se acentuou durante todo o período da industrialização até o final da década de 1980, principalmente com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e a família nuclear teve de se adaptar à igualdade entre os sexos.

pobres a definem dentro de um universo moral, fazendo dela o espaço onde se constroem sinais de respeitabilidade capazes de neutralizar os estigmas da pobreza e dar dignidade aos atingidos pelas adversidades que tanto temos falado (CORREA, 1994). No país as relações primárias, familiares e locais mantiveram-se como a principal referência para o indivíduo, sobretudo para aqueles mais vulneráveis diante das proteções sociais insuficientes, reafirmando a importância dos laços de solidariedade primária. Ela aparece como o “último espaço” de proteção quando tudo mais escapa ao controle dos indivíduos, trazendo um sentimento de segurança.

De acordo com Vera Telles (2006), em conjunto com a casa ela se configura enquanto um território protegido, que demarca a distância com o que está “do lado de lá”, das ameaças latentes que podem acontecer a qualquer momento, nas ruas, pelas mãos da própria vizinhança. Não à toa ela foi o espaço em que muitos na Vila União Ferroviária se refugiaram quando o medo da violência cotidiana tomou conta de suas vidas, se isolando da comunidade consideravam que estariam a salvo. Ela se revela então como uma espécie de garantia ética, num mundo em que as possibilidades de levar uma vida digna são cada vez menores (TELLES, 1993); nesse sentido que ocorre a valorização da família unida, das figuras do "pobre honesto" e do "trabalhador responsável" que povoam o universo popular, e que aparecem praticamente em todas as falas de nossos entrevistados, na ênfase que dão à honestidade daqueles que ocuparam e permaneceram.

Pautado por esse eixo moral, o núcleo familiar se expande constituindo uma rede com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo (SARTI, 2003)<sup>199</sup>. A rede está para além dos laços consanguíneos, sendo formada por aqueles em quem se pode confiar, inclusive as relações com os parentes de sangue só se mantem se for possível receber e retribuir, no que Menezes (2002) chama de “reciprocidade generalizada”. Como muitas vezes não há condições de retribuir imediatamente, o valor da confiança se firma, a pessoa ajuda quem precisa esperando receber ajuda quando for necessário. Em meio a tantas carências, a necessidade se impõe como critério mais justo, afinal todos passam por alguma falta em seu dia a dia. Na lógica de que parente é alguém com quem se pode contar, o vizinho pode ser como um parente. Em nossas periferias a sociabilidade estaria concentrada no local de moradia, os vizinhos se tornam amigos, estabelecendo vínculos fundamentais de obrigações morais que caracterizam a sociabilidade dos pobres.

---

<sup>199</sup> Configurando uma trama de obrigações morais que envolve seus membros, procurando viabilizar sua existência como apoio e sustentação.

Na Vila União Ferroviária não foi diferente, desde o início as redes no bairro do Uberaba formadas por amigos e familiares foram importantes para que a notícia da existência do movimento se espalhasse, chegando aos ouvidos de quem estaria disposto a participar. A confiança no portador das informações que dava segurança em participar do movimento; como aconteceu com Milico que só se convenceu após ouvir o conselho de seu ex-sogro, acreditando na experiência dele decidiu correr os riscos e procurar um lote para comprar na ocupação. Eram os parentes também os primeiros dispostos a ajudar na superação dos obstáculos e barreiras que dificultavam a fixação no local, alguns montavam guarda para garantir a posse, outros traziam comida, colaborando no que fosse mais urgente e necessário. Quando as ajuda deles não era suficiente os ocupantes se viam obrigados a recorrer aos vizinhos com quem haviam estabelecido algum contato e que já podiam considerar amigos, formando pequenas redes de reciprocidade. Normalmente estas se formavam para executar os trabalhos de infraestrutura como abertura de ruas, ou para a criação de pontos clandestinos de luz e água. O critério adotado para convidar ou aceitar novos membros era a expectativa de reciprocidade: a confiança que a pessoa passava de que iria retribuir quando os demais precisassem era o que lhe dava acesso à rede. A retribuição poderia vir por meio de esforço físico ou dinheiro, como vimos no caso de Roberto, que trabalhava apenas com os vizinhos que sabia que iriam contribuir de alguma forma.

Essa confiança não era algo que se conquistava facilmente, ainda mais em um cenário dominado por atitudes escusas, daí o predomínio das pequenas redes de abastecimento formadas apenas por famílias que mantinham uma relação muito próxima. As práticas recíprocas estreitavam os laços de amizade existentes, e despertavam uma solidariedade que os permitia recorrer em várias ocasiões, como quando não havia com quem deixar as crianças para trabalhar ou comparecer a outros compromissos. Praticamente todos lembram com saudades da época que havia essa união, mas essas redes se esfacelaram à medida em que as demandas que motivaram sua formação foram minimamente atendidas pelas obras de urbanização, como o fornecimento de energia elétrica pelo poder público.

Essas redes de reciprocidade somente deixaram de ser tão necessárias com a regularização fundiária e o início das obras de urbanização. Reduzida a seu núcleo básico, a família se reafirma enquanto espaço seguro quando os indivíduos estão abandonados à própria sorte, sem referências coletivas ou institucionais. Nesse quadro deixam de confiar nos vizinhos e a família nuclear é cada vez menor, se limitando apenas àqueles que moram na mesma casa, e com laços sanguíneos.

Se consolida uma esfera pública pautada pelo privado, por um universo moral com reflexos no desenvolvimento da cidadania na vila. É construída uma ordem de vida inteiramente projetada nas reciprocidades morais da vida privada, onde se veem os sinais de uma privatização de experiências que não conseguem ser formuladas na linguagem pública dos direitos<sup>200</sup>. Isso revela que direitos e leis dizem respeito a algo mais do que os problemas da engenharia institucional dependentes das formas de governo, estão inscritos nos modos de existência cotidiana, nas formas de vida e nas regras da sociabilidade: no modo como identidades são construídas e percebidos os lugares simbólicos de pertinência na vida social. É por esse ângulo que vem à tona os efeitos de nossa peculiar experiência de cidadania que não generaliza direitos, que não chega a consolidar as regras da civilidade e os termos de identidades cidadãs.

Nesse universo moral a cidadania desenvolve um significado que reafirma a principal propriedade que identificamos em nosso processo de urbanização, o seu caráter excludente. Segundo Kowarick (2000), ela está atrelada ao maior símbolo de vitória individual no meio urbano, a casa própria. Esse é o espaço onde ascende o “cidadão privado”:

[...] aquele que, com seu esforço e perseverança, venceu na vida, pois ergueu durante muitos e penosos anos a sua própria casa. Núcleo de sociabilidade baseada em contatos primários, ela encarna a realização de um projeto individual de existência: a segurança real e simbólica da propriedade (KOWARICK, 2000, p.94).

O autor reconhece que o termo é um contrassenso, formado pela junção de dois conceitos antitéticos, pois cidadania se baseia na ideia de universalidade de direitos como coisa pública, enquanto o privado significa o particular e restrito, carregando um sentido de perda ou privação. Mas ele faz todo sentido quando consideramos que a moradia representa a vitória da determinação individual; daquele que perseverou em uma dura batalha por vários anos consumindo economias e energias físicas, e para aqueles que tiveram de ocupar, tornar habitável o terreno e construir suas casas com as próprias mãos isto é mais forte ainda. Nossos entrevistados elaboram um discurso sobre suas trajetórias que atribui seu sucesso às mesmas virtudes que os afastam dos estigmas da pobreza, especialmente o caráter e a disposição ao trabalho duro, sintetizadas na figura do “trabalhador honesto”. Em contrapartida, acabam culpabilizando quem não conseguiu alcançar o mesmo êxito, pois ao afirmar que essas qualidades podem se sobressair diante das desigualdades sociais deixam subentendido que aqueles que permanecem em condição pauperizada simplesmente não as possuem, os próprios

---

<sup>200</sup> No espaço da família homens e mulheres se reconhecem como sujeitos morais, unidos se tornam capazes de fazer frente às adversidades da vida e, "apesar da pobreza", garantir dignidade e o mínimo de respeito (Caldeira, 1984; Zaluar, 1985).

excluídos legitimam a exclusão que sofrem. Relembrando as palavras de Andreia, ela “olhou por cima da linha do trem”, enquanto suas amigas e vizinhas teriam se conformado e permanecido na mesma situação em que se encontravam desde a infância pobre.

Esse discurso e essa concepção de cidadania fundamentam uma moralidade que valoriza a família unida, pobre, porém honesta, que através de muito trabalho persistiu e venceu todas as agruras ao conquistar a propriedade<sup>201</sup>. A organização familiar em torno dela concebe seu espaço como um refúgio contra os perigos das ruas, do mundo exterior, mas reduz o mundo social à sociabilidade primária da unidade familiar. Por essa ótica moral, a experiência da pobreza percebe as injustiças sofridas como uma série de rupturas das reciprocidades esperadas numa vida em sociedade: do esforço não recompensado; do trabalho mal remunerado; da polícia que confunde o trabalhador com bandido; da lei que penaliza os mais fracos e favorece os poderosos. Ocorre uma inversão, que considera o espaço público das ruas como espaço da exclusão e da violência, enquanto o espaço privado seria seguro, invertendo também os princípios da cidadania<sup>202</sup>. O privado aqui significa ao mesmo tempo não ter acesso aos direitos básicos e estar separado, isolado ou excluído.

A vitória da casa própria, mesmo em uma área em processo de urbanização e regularização, pode representar uma primeira vitória, mas já é o suficiente para eles considerarem que não é mais necessário a mobilização coletiva, que isso pode ser deixado para os fracassados, como uma coisa exclusiva para baderneiros. Agora que a situação está regularizada podem se manter a salvo em seus lares das violências que ocorrem na região, com o tráfico e a polícia. As mobilizações como as ocorridas na BR não são mais necessárias, pelo contrário, são até condenadas. Com exceção de Inês, todos os demais entrevistados afirmam que esse tempo ficou para trás e alguns chegam a dizer que hoje elas não passam de “coisa de baderneiros”, de pessoas que querem apenas promover confusão na vila agora que os governantes estão atendendo as suas demandas.

Outro elemento residual presente que oferece abrigo diante das forças dominantes do processo hegemônico é a religião, também mantendo a discussão num universo moral. Esse é um elemento que os autores clássicos da Sociologia Urbana apostavam que iria desaparecer nos grandes centros devido uma tendência inevitável à secularização da modernização

---

<sup>201</sup> A casa própria separa os vencedores dos perdedores em dois mundos distintos, no seu reino impera a ordem, disciplina e harmonia, ao passo que a favela é dominada pela promiscuidade, desordem e violência, tornando sinônimos pobreza e imoralidade.

<sup>202</sup> Os membros da família se sentem protegidos dos perigos presentes nas metrópoles do subdesenvolvimento industrializado, onde o espaço público é excludente e violento, e a condição de subcidadania está generalizada, daí se constrói uma percepção que solidifica valores e símbolos individuais, principalmente o cidadão privado.



capitalista. Mas não foi o que se verificou no Brasil, algumas manifestações religiosas realmente perderam espaço chegando quase a sumir do espaço urbano; porém outras não apenas se mantiveram, como cresceram consideravelmente nas últimas décadas, vide o fenômeno do neopentecostalismo nas periferias brasileiras. Para Oliven (1982), ocorre algo parecido com o que acabamos de ver com a família: não tendo nenhuma alternativa senão submeterem-se as regras do jogo econômico, que cada vez mais os submete às formas mais duras de exploração, resta aos pobres recorrer a práticas e crenças religiosas, que trazem algum consolo para sua situação e uma compreensão para a perda dos valores tradicionais. A presença religiosa sempre foi forte na vila, sendo importante para a consolidação da ocupação.

O principal papel assumido pelas igrejas católicas nessas áreas é a caridade, que atribui um significado religioso à doação de bens aos mais necessitados, e embora o discurso católico progressista não atribua lugar central à caridade, até mesmo eles desenvolvem campanhas nesse sentido, pois a carência dessas populações torna as doações<sup>203</sup> uma ajuda considerável na sua luta por sobrevivência. Na vila a atuação da igreja foi significativa de várias maneiras, como já vimos: a experiência da economia solidária contribuiu na organização das famílias de carrinheiros, bem como das mulheres que criavam os filhos sozinhas e precisavam se sustentar. Mas a principal atuação foi mesmo no atendimento às crianças e adolescentes num trabalho complementar ao das irmãs ursilinas, que foram as primeiras a chegar na ocupação com a fundação da creche em 2000<sup>204</sup>. O atendimento que prestam é muito importante para as famílias, que podem deixar os filhos aos cuidados das instituições durante o horário em que estão trabalhando. As matrículas podem ser feitas até mesmo por famílias que não se confessam católicas; como a procura é grande o único impeditivo é mesmo o número de vagas, em caso de lotação é aberta uma lista de espera.

Quanto às igrejas evangélicas, a atuação delas não dá o mesmo peso para a caridade, sua principal contribuição é como posto de emprego para as classes baixas, o indivíduo pode ser pastor de uma pequena igreja sem possuir uma alta qualificação<sup>205</sup> e ser remunerado por isso, como o caso do marido de Andreia. No entanto, elas acabam desenvolvendo algumas ações esporádicas voltadas aos mais carentes, que precisam de toda ajuda possível. Josafá oferece cursos gratuitos de música para as crianças em colégios da região, além de receber doações de diversos produtos para distribuir entre os moradores.

---

<sup>203</sup> Alimentos, roupas, brinquedos, etc.

<sup>204</sup> Atualmente as irmãs atendem as crianças até os 05 anos de idade e os rogaionistas com a OSSA continuam as acolhendo dos 06 até os 16 anos, abrindo 180 vagas todos os anos.

<sup>205</sup> Como curso superior de teologia por exemplo.

Em ambos os casos, seja católica ou evangélica, elas formam uma rede de apoio aos moradores, que se junta às redes formadas pelos vizinhos e família, com a vantagem sobre a vizinhança e parentes de possuírem maior amplitude geográfica e social<sup>206</sup>. A igreja que Josafá administra só se mantém por causa dessa rede inclusive: eles não possuem uma receita constante, mas como representa um ponto de encontro e apoio para as famílias que participam dos seus cultos, eles se apoiam uns aos outros e desenvolveram um tipo de relação bem próximo em momentos fora das orações. As redes evangélicas trabalham em prol da valorização da pessoa e das relações pessoais, criando laços de confiança entre seus membros que promovem ajuda mútua, além de ações que visam aumentar a autoestima e fomentar o empreendedorismo. Não se limitam à sua finalidade religiosa, funcionando por vezes como circuitos de trocas que envolvem dinheiro, comida, recomendações de trabalho, etc. Desenvolvem com isso uma reciprocidade entre os fiéis baseada no princípio bíblico de ajudar primeiro os “irmãos de fé”<sup>207</sup>, algo bem diferente dos programas filantrópicos de católicos e kardecistas. As redes religiosas e familiares se sobrepõem, criando uma rede de solidariedade que atenua a vulnerabilidade social, sempre entendida como uma intervenção de ordem sobrenatural no mundo.

No caso dos católicos progressistas, como os rogacionistas, além de fomentar essas redes de apoio mutuo, focam principalmente na atuação política. Esse trabalho tem sido central e em muitos lugares tem apresentando resultados bem positivos; em especial na formação de novas lideranças da própria comunidade que possam se mobilizar em prol das reivindicações de todos. Esse era o objetivo do Padre Lédio quando ajudou a formar o grupo que atuava na ausência da associação de moradores. Por esse posicionamento e militância, os católicos se destacam politicamente, os diferenciando das outras religiões como as pentecostais, que pregam a neutralidade e negam, por princípio, uma motivação religiosa para qualquer atividade relacionada com política.

As diferenças entre católicos e pentecostais se acentuam nesse ponto: os primeiros enfatizam a necessidade de mudança social e defendem os interesses de classe tentando criar uma identidade coletiva do pobre e da classe explorada; já os pentecostais oferecem um discurso politicamente neutro, mas ao reforçarem a identidade religiosa evangélica em seus encontros produzem um impacto mais profundo. No processo eleitoral a maioria dos evangélicos vota com base nessa identidade, escolhendo candidatos que professem a mesma

---

<sup>206</sup> Apesar de apenas as igrejas católicas valorizarem explicitamente o apoio mutuo, este ocorre espontaneamente nos diferentes grupos, religiosos ou não, dos bairros pobres no Brasil (Leeds e Leeds 1970).

<sup>207</sup> Os crentes que frequentam a mesma igreja.

fé e defendam os interesses do grupo; daí o crescimento de uma representação e candidatos protestantes nas últimas décadas.

Mas independentemente da posição política, uma religião ajuda no desenvolvimento de estratégias de sobrevivência, dando motivações, criando valores ou um estilo de vida que ajuda por vezes até a progredir financeiramente. Todas desenvolvem a experiência do pertencimento, do poder, de fortalecimento autoestima, dando um suporte comunitário e reforçando a solidariedade social. Acabam trabalhando no sentido de dar poder aos pobres, um poder sobrenatural “encantado” no caso dos pentecostais, ou “desencantado” e claramente humano para os católicos progressistas, que depositam sua fé na organização popular.

Mas para que os moradores pudessem se articular nesse sentido seria necessário se contrapor a outro elemento que podemos considerar residual, e que atua no campo político: o clientelismo. Entendemos esse fenômeno como:

[...] a relação política de natureza vertical que visa a troca de algum bem ou serviço público para uso privado ou coletivo, bem como outras recompensas de natureza simbólica, em um ambiente de competição democrática, sempre vinculados a uma relação de compromisso e lealdade, cuja aceitação envolve o comprometimento da liberdade e das possibilidades de escolha política do indivíduo (DIAS e LIMA, 2009).

O clientelismo é recorrente nas relações entre moradores e políticos, principalmente aqueles que atuam na esfera municipal. Apesar dessa prática favorecer claramente os políticos, gostaríamos de acrescentar que para as classes populares pode se tratar de um cálculo racional que procura por vantagens a curto prazo, como vimos em nossas entrevistas<sup>208</sup>. Mainwaring (1999) estabelece uma distinção que nos ajuda a entender esta prática tão cotidiana, entre clientelismo “tradicional e moderno”. O tradicional estaria assentado nas bases de uma sociedade agrária onde a cidadania era limitada a poucos; já o moderno se caracterizaria pelo controle de políticos e intermediários de uma ampla quantidade de bens e serviços públicos. Mas a maior diferença entre os dois é que enquanto a vertente tradicional era baseada em laços pessoais, a moderna se realiza em um contexto de mercado político. Um mercado alimentado pelas redes formadas por líderes comunitários, vereadores e Secretários de Estado, que funciona a todo vapor nas áreas mais pobres da cidade, que necessitam de recursos e obras para implementar melhorias em benefício de seus moradores.

---

<sup>208</sup> Mais recentemente cientistas políticos tem analisado o clientelismo como uma estratégia desenvolvida pelos atores envolvidos no jogo político (ANDRADE, 1990), uma perspectiva que nos interessa porque nos permite pensar os atores como dotados de intencionalidade, tanto o político quanto o eleitor.

Devido à inoperância de nossas instituições democráticas, que nunca olharam para eles, os pobres duvidam da possibilidade de uma grande transformação social que possa mudar suas vidas; acham mais crível a possibilidade de vencerem na vida pelo esforço individual e com a ajuda de seus contatos pessoais, amparados na moralidade que acabamos de ver. Um presidente de associação como Milico vê aí uma oportunidade de carreira: primeiramente entra em uma rede levando as demandas dos seus vizinhos; depois estabelece a sua própria rede de contatos a partir da qual vai trabalhar por soluções junto ao poder público, frequentando eventos, espaços e sendo cabo eleitoral; e ao ver que os membros da rede acima dele lucram com isso perceberá que pode fazer o mesmo, para isso terá de se candidatar e fazer campanha reivindicando para si as benfeitorias que chegaram ao seu bairro. Independentemente do partido ao qual estejam vinculadas, essas lideranças estabelecem com o sistema político uma função de intermediário (Kuschnir 2000, e Bahia 2003), mediando a relação entre parlamentares e eleitores.

Ao fazer com que o bem chegue à comunidade, a liderança associa sua concessão desse bem à solidariedade do patron estabelecendo assim uma dívida pessoal entre o cidadão e o patrão. A retribuição a esse ato de solidariedade é cobrada pela liderança por ocasião do processo eleitoral, fechando assim o ciclo de ajuda mútua. Muitas vezes essa retribuição vai além do depósito do voto na urna. A liderança consegue transformar a capacidade de mobilização da comunidade em uma verdadeira máquina de apoio político; a comunidade se transforma em um exército pronto para defender seu patrão na batalha eleitoral. É assim que “uma mão lava a outra” (DIAS e LIMA, 2009, p.13).

O principal ganho de quem está em melhor posição na rede é esse apoio político, pois está para além do voto, vide o abaixo-assinado puxado pelas associações de moradores da cidade pela permanência de Fernanda Richa na presidência da FAS. A participação que se efetivou neste caso revela como o clientelismo é perfeitamente compatível com a democracia participativa, fechando um ciclo entre político e comunidade. Pensando no ponto de vistas destas pessoas, para elas as soluções coletivas parecem que nunca virão, resta procurar caminhos individuais como os abertos pelas redes clientelistas, ou então se resignar à sua condição. Mas o ganho individual se dá em detrimento da coletividade, uma vez que a institucionalização de práticas clientelistas fragiliza ainda mais as organizações populares, ao levar as pessoas a esvaziarem movimentos e partidos em favor de seus canais personalistas (MAINWARING, 1999). Basta lembrarmos que em todo o complexo Bolsão Audi-União onde essas práticas são bem difundidas, as associações de moradores nunca foram ativas de fato, sempre foram dependentes das relações pessoais de seus presidentes com os políticos.

Num contexto de escassez é compreensível o fato dos excluídos pensarem o seu voto a partir de um cálculo racional, como uma moeda de troca que podem fazer uso no mercado

de troca de favores<sup>209</sup>. Esse mercado segue a mesma lógica do mercado capitalista, que reconhece a racionalidade do comportamento individual (OFFE, 1984), um raciocínio que torna o sistema de incentivos clientelista uma resposta racional tanto para clientes quanto para políticos, que permite introduzir algum grau de segurança e previsibilidade num mundo hobbesiano (Graziano 1983).

O caso em que isso ficou mais evidente durante nosso trabalho de campo foi a entrega de cobertores realizada pela FAS. Pudemos acompanhar essa ação inteira numa tarde de inverno em um colégio da região, em meio aos moradores que seriam atendidos. Primeiramente devemos destacar que não se tratou de uma simples distribuição de cobertores, foi um grande evento com a presença de autoridades, gestores públicos e lideranças políticas da cidade inteira, e não apenas do bairro do Uberaba. Algumas lideranças eram pessoas sem cargo na administração municipal da época, mas que já haviam sido candidatos a vereador pela base do ex-prefeito Beto Richa, e que trabalhavam junto às comunidades pobres da cidade. Todos puderam discursar, e em suas falas não apresentavam a ação como política social parte de algum programa implementado pelo governo municipal, mas como fruto da boa vontade e benevolência da ex-primeira Fernanda Richa, idealizadora e realizadora das primeiras entregas ainda durante a gestão do marido. As qualidades pessoais dela foram exaltadas várias vezes, em especial a sua caridade e sua inteligência, atributos que faziam dela a maior liderança popular da cidade.

---

<sup>209</sup> As condições sociais que temos apontado durante nosso trabalho também são favoráveis à manutenção do clientelismo, Andrade (1990) afirma que o quadro de exclusão é propício às relações de troca e outras transações típicas.

Figura 53 – Distribuição de cobertores campanha do agasalho (2012)



Fonte: O Autor.

Entre os moradores, a maioria era de mulheres que vieram com os filhos trazendo carrinhos de mão, de bebê ou de feira para carregar tudo que recebessem; a presença das crianças era fundamental pois quanto maior a família maior o número de cobertores.

Figura 54 – Distribuição de cobertores campanha do agasalho (2012)



Fonte: O Autor.

Mas o seu comportamento não era totalmente passivo enquanto esperavam, pudemos ouvir suas conversas e notar sua inquietação com a demora das falas. Algumas chegaram a ficar irritadas dizendo estar com pressa para arrumar as coisas em casa, praticamente ninguém prestou atenção o tempo todo no teor dos discursos das autoridades e lideranças.

Figura 55 – Distribuição de cobertores campanha do agasalho (2012)



Fonte: O Autor.

Isso não quer dizer que repudiavam a forma clientelista como estavam sendo conduzidos os trabalhos, ou que não se consideravam em dívida com os responsáveis pela distribuição, o desempenho eleitoral da família Richa e de seus apoiadores na região afasta estas possibilidades. O que gostaríamos de argumentar aqui é que a decisão de votar nesse ou naquele político para as pessoas da comunidade não demonstra uma relação de lealdade e retribuição, mas sim resulta de um cálculo bem elementar: qual deles pode lhes oferecer algo em troca de seu voto, pode ser desde um bem simples, como um cobertor, até uma obra na rua de sua casa.

Vemos claramente com esse exemplo como as políticas públicas foram apropriadas pelo clientelismo, e as de habitação popular não fogem à regra (Mello 1989), o que demonstra como a centralização dos recursos pode permitir práticas clientelistas, principalmente quando ocorre sem a descentralização dos recursos. No mercado político que funciona à base dessas práticas, a casa regularizada numa área urbanizada é o maior ganho possível apenas com um simples voto. Nossos entrevistados atestam isso ao identificar a intervenção do poder público na vila como obra individual do ex-prefeito Beto Richa, o maior beneficiário sem dúvida. Na opinião do Mello (*idem*), esse modelo propicia a “conjunção de interesses entre executivos municipais, a burocracia central e grupos privados que atuam na prestação de serviços de intermediação”.

No Brasil o personalismo impregna as instituições independente da esfera (municipal, estadual ou federal), as elites contam com uma rede de corretagem que vai dos altos escalões até as localidades mais longínquas, por isso as relações pessoais e hierárquicas são tão centrais para o acesso a bens públicos. Muitas pessoas se beneficiam dessa dinâmica de funcionamento de nossa política. Eis uma das razões para a longevidade do clientelismo: para o indivíduo estar ligado a uma rede clientelista pode significar a chave para diversas vantagens de diferentes ordens: empregos, verbas, concessões públicas, etc. A compra de votos via tanque de gasolina cheia identificada por Inês mesmo não acontece apenas na comunidade que conhecemos aqui; vemos uma ampla difusão de expedientes semelhantes em diversos bairros e localidades, amplamente difundidos e reproduzidos sem a menor cerimônia ou constrangimento<sup>210</sup>. A capilaridade do clientelismo e sua permanência tornam difícil sua erradicação, e representa um grande obstáculo à democratização e aos direitos sociais em nosso país.

Todos os elementos residuais que identificamos mantem uma relação com os elementos dominantes do processo de urbanização de Curitiba, que oscila entre a aprovação e a oposição, o mercado imobiliário, a família, religião e clientelismo são elementos do passado; mas à medida que estão vivos no presente, operam com significados e valores da cultura dominante em seu trabalho de manutenção. São essencialmente as experiências que não podem se expressar unicamente em termos do dominante que se esperava que desaparecessem com a consolidação do modo de vida urbano, mas que ainda são vividas à base do resíduo de uma instituição ou formação social e cultural anterior. Manifestam com

---

<sup>210</sup> O processo de urbanização ao invés de erradicar trouxe para os grandes centros as velhas práticas que nasceram no meio rural, tanto que em São Paulo e Rio de Janeiro elas vem se intensificando desde a ditadura militar (Andrade, 1990), por partidos de todas as matizes ideológicas.



sua permanência ativamente o trabalho da tradição seletiva, por meio daquilo que foi incorporado, em grande parte ou totalmente, por meio da reinterpretação, diluição, projeção, inclusão ou exclusão. Procurando entender como se dá este trabalho olhamos para as estratégias desenvolvidas pelos moradores, que garantiram sua sobrevivência e permanência sob condições tão adversas, determinadas pelas forças dominantes. Vimos assim como a cultura dominante tenta se impor, que ela não pode e não deve simplesmente permitir experiências e práticas residuais fora de si mesma, sem que isso signifique um risco para sua manutenção. No entanto, isso não encerra nossa observação; devemos nos voltar para identificar o elemento emergente de todo este processo, o surgimento da vila em si, e discutir em que medida a urbanização se reafirma ou se reinventa a partir de um movimento que a princípio surge como consequência da efetivação de suas propriedades. Esse movimento nega ou aceita os rumos que estão dados pelo processo? Pode ser considerado afiliado à categoria de emergente crítico ao sistema ou estaria em sintonia com o processo de expansão da desigualdade social no contexto urbano da sociedade brasileira? Veremos a seguir.

### 5.3 O EMERGENTE

Nascido no espaço para além dos limites estabelecidos da cidade, tendo a linha de trem como uma espécie de fronteira que a separava da cidade, o Jardim Parque Iguaçu surge a partir do Bolsão Audi-União por iniciativa de seus próprios moradores. Certo que o início do complexo de ocupações ocorreu ao lado de um loteamento existente da COHAB-CT, mas esse serviu apenas como orientação da direção que a ocupação deveria seguir. Sua expansão ocorreu em uma área que sequer era reservada para isso, alguns dos ocupantes tinham sérias dúvidas sobre a viabilidade de permanecer na região, mas mesmo assim a maioria deles persistiu e conseguiu consolidar as vilas. Diante de sua permanência o poder público regularizou as propriedades e realizou obras para prover a estrutura necessária à habitação; a ocupação, de certa forma, orientou o sentido das obras, não à toa que as primeiras foram para evitar novas enchentes. Eles foram os protagonistas desse processo, mas isso se deve apenas a suas qualidades pessoais como determinação?

Acreditamos que sua própria condição, precária e adversa, lhes deu a capacidade de enfrentar e superar os problemas que poderiam ter sido impeditivos ao movimento. Para eles não era nova a experiência de viver no limite; pelo contrário, sempre estiveram a um passo da miséria, na fronteira entre o legal e o ilegal, a informalidade e o formal. A exclusão que sofreram durante suas vidas inteiras os manteve à margem, não apenas territorialmente, mas

cultural e socialmente. Trazemos novamente a obra de Vera Telles (2010) para discutir essa condição; a autora define “margens” não apenas em termos territoriais, pensando-as como “espaços de práticas e relações que se deslocam e se redefinem não à margem do estado, mas justamente conforme as forças deste operam nesses lugares” (TELLES, 2010, p. 214). Não são exteriores ao Estado, o seu deslocamento os permite se localizarem tanto no interior quanto fora do aparato estatal; esse lugar indefinido no limiar da institucionalidade abre um leque de possibilidades.

Essas pessoas se movimentam nas fronteiras incertas do legal e ilegal traçando estratégias de negociação de regras e limites, redefinindo o próprio Estado em suas experiências cotidianas<sup>211</sup>. A autora trabalha com a ideia de “margens” para tratar do contexto urbano no Brasil contemporâneo, principalmente as esferas do trabalho e da criminalidade, tomando a experiência dos pobres como referência. Nossa aproximação com sua obra se deve a identificarmos uma lacuna que pensamos que esta pesquisa seja capaz de preencher, acerca da habitação popular.

A trajetória do Jardim Parque Iguaçu desde os movimentos que originaram as vilas que faziam parte do complexo Bolsão Audi-União nos mostra como pessoas que estiveram sempre à margem reinventaram não somente suas vidas, mas a cidade de Curitiba. A expansão da mancha urbana da metrópole se deu através de um movimento de ocupação e resistência, que contestou os limites que estavam postos pelo mercado imobiliário formal e pela legislação urbana, forçando o poder público a rever e a negociar valores mercantis, leis e até mesmo a concepção de cidade. A tentativa fracassada de criar um parque homenageando a imigração japonesa nos moldes dos parques que exaltavam os imigrantes europeus nos mostra um aspecto disso: a falta de identificação dos moradores locais com o espaço deveria servir de alerta ao governo municipal, para a necessidade de construir uma cidade mais inclusiva, que reconhecesse a contribuição importante dada pelos imigrantes pobres e errantes na construção da capital<sup>212</sup>.

A proliferação de atividades ilícitas no espaço poderia nos levar a concluir precocemente que a irregularidade é sinônimo de criminalidade; mas na verdade as fronteiras aqui são porosas, não tão simples de serem estabelecidas. Basta lembrarmos que a informalidade se revelou uma estratégia dos ocupantes, uma etapa a ser vencida no caminho

---

<sup>211</sup> Embora sejam marcados pela exceção estes espaços não são estéreis, pelo contrário, a criatividade também prolifera à medida que favorecem a experimentação e a reinvenção da vida das pessoas que lá residem.

<sup>212</sup> E os espaços como o Parque da Imigração Japonesa não foram ocupados pelas pessoas, poucas famílias como a de Inês faziam visitas ao lugar nos fins de semana.

da propriedade privada que tanto almejavam, a casa própria. Seu maior objetivo era a regularização, a obtenção de seu status de cidadãos por parte de um Estado que nunca olhou para eles antes, que ao invés disso promoveu ações que os excluíram e os mantiveram assim durante a produção da cidade em que vivem. Mas a ausência estatal não se fazia sentir apenas negativamente, na inexistência de políticas sociais, de segurança, saúde e educação, também dá oportunidades de subverter a ordem dominante.

Um autor que nos chama atenção para o potencial subversivo e criativo de espaços que nascem nesse limiar é Mike Davis (2006), ao criticar a ineficiência dos programas de urbanização em favelas pelo mundo afora, ele defende que cada um destes territórios deveria ser convertido em um laboratório do futuro: um bairro onde crianças, poetas e utopistas pudessem brincar elaborando projetos a longo prazo. Arquitetos e urbanistas compareceriam como técnicos, mas não como portadores de soluções definitivas, pois o poder de decisão permaneceria nas mãos dos próprios moradores.

Nenhuma das ocupações do Bolsão recebeu esse tipo de assessoria, apesar de não possuírem o saber técnico de um arquiteto ou engenheiro, os moradores conseguiram abrir ruas e organizar quadras, e ainda construíram suas próprias casas. Aqueles que haviam trabalhado na construção civil como pedreiro ou servente de obras eram autodidatas, mas esse conhecimento prático que possuíam foi o suficiente para dar um aspecto à ocupação mais próximo de um bairro popular do que de uma favela, um diferencial dentro do próprio complexo<sup>213</sup>.

Figura 56 – Bolsão Audi-União (2016)



Fonte: O Autor.

---

<sup>213</sup> O Jardim Icarai que surgiu na sequência não conseguiu manter o padrão e apresentava um arruamento bem mais precário.

Um exemplo de improviso e inventividade é a casa da família de Andreia, como a maior parte do terreno foi ocupada pela igreja, o marido e o sogro construíram um mezanino de madeira aproveitando a altura do teto e ganhando espaço para os quartos de todos. Segundo ela, essa seria uma solução comum na terra natal deles, Manaus-AM, e já que haviam trabalhado como marceneiros teria sido uma tarefa fácil para eles.

Figura 57 – Vista interna da casa da família Souza (2019)



Fonte: Acervo dos moradores.

Mas nem todas as famílias puderam contar com essa criatividade e técnica; as debilidades das moradias ficam mais claras quando olhamos para a estrutura delas: praticamente todas foram erguidas sem uma planta; frequentemente os planos iniciais eram modificados por causa do nascimento de mais um filho ou a chegada de algum parente, tanto que facilmente encontramos residências em que a disposição das peças não é funcional; enquanto outras tem escadas com degraus muito altos ou janelas muito pequenas para o tamanho dos cômodos.

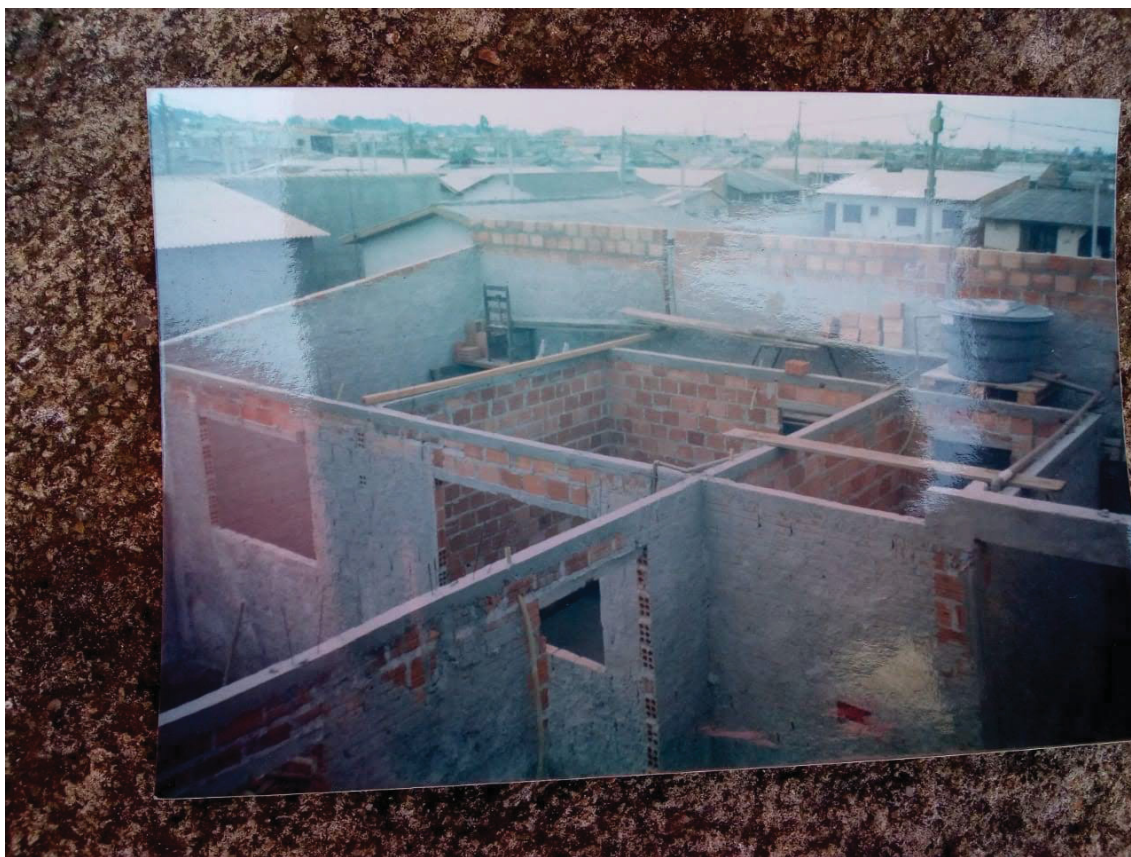
Figura 58 – Bolsão Audi-União (2016)



Fonte: O Autor.

Muitos deles aprenderam a assentar tijolos e a erguer uma parede construindo a própria residência, com os poucos recursos que conseguiam economizar e o tempo escasso que tinham para trabalhar, o que fez várias obras se arrastarem por anos. Essa é uma das limitações do regime de autoconstrução comum nas periferias brasileiras; entre nossos entrevistados mesmo, apenas as casas da família de Andreia e da família de Inês podem ser consideradas totalmente acabadas. Enquanto isso Milico e Roberto até hoje guardam dinheiro e trabalham em momentos de folga para terminar de erguer uma parede ou dar o acabamento em uma peça.

Figura 59 – Construção da casa da família De Paula (2003)



Fonte: Acervo dos moradores.

Como essas famílias não podiam esperar, se sujeitavam a morar em casas ainda incompletas e por vezes até perigosas devido às ferramentas e entulhos espalhados pelo chão. Seus critérios para definir uma moradia habitável não eram nada exigentes, um teto para a família era mais urgente do que qualquer outra necessidade. As residências de Cida e Sirley se encontram nessas condições: ainda precisam de ampliações e outros retoques, mas suas famílias já habitam elas normalmente.

Figura 60 – Construção da casa da família De Paula (2003).



Fonte: Acervo dos Moradores.

Do ponto de vista urbanístico, nem com a intervenção pública houveram grandes inovações; as obras eram funcionais, mas não ousavam em nenhum aspecto ou apresentavam preocupação estética. De certa maneira também estavam voltadas apenas para atender as necessidades mais básicas da população; não que os técnicos públicos fossem incapazes de proporcionar mais, foram as sucessivas administrações que definiram as políticas de habitação popular nesse sentido<sup>214</sup>. O principal objetivo mesmo é referendar o modelo da cidade existente, da “cidade excludente”, e o processo de urbanização em curso, não havendo um planejamento a longo prazo que projete as próximas décadas.

Para outro autor que já trabalhamos, James Holston, as potencialidades desses espaços já são realidade. Identifica a emergência de uma cidadania urbana que tem as grandes metrópoles do país como espaço e objeto de reivindicações, se estabelecendo como arenas de disputa onde surgem manifestações que reivindicam acesso a direitos, denunciam injustiças e colocam em xeque os privilégios enraizados nos costumes e nas leis brasileiras. Seu trabalho

---

<sup>214</sup> Tanto que o conjunto habitacional construído na região segue os mesmos moldes de outros espalhados pela cidade.

procura mostrar a emergência de uma cidadania à margem da cidadania formal, que define como “cidadania insurgente”. O exercício dessa outra forma de cidadania tem como espaço privilegiado o meio urbano, pois é fomentada pelas mazelas de nosso processo de urbanização. Nas periferias superpovoadas, e com sérios problemas estruturais, os grupos historicamente excluídos se levantam e se colocam como atores políticos na arena pública lutando por seus direitos, principalmente o direito à moradia.

A consolidação das periferias por meio desse processo<sup>215</sup> fez emergir novos atores políticos e uma nova concepção de cidadania que questionam os privilégios existentes e sua manutenção. Esses novos sujeitos políticos nasceram da luta pela legalização das moradias, ressignificando práticas e os valores da propriedade fundiária legitimados pela nossa concepção de cidadania<sup>216</sup>. Vide a capilaridade e importância cada vez maiores assumidas pelo MTST, presentes nas principais cidades do país, organizando movimentos de ocupação tanto em áreas públicas quanto privadas; não à toa seu principal líder concorreu nas eleições presidenciais brasileiras de 2018. A utilização dos signos diferenciados para sua contestação representaria, então, uma ruptura com a cidadania vigente, e uma demanda por tratamento igualitário.

Mas ao voltarmos nossos olhares para as experiências que encontramos na Vila União Ferroviária diríamos que o autor superestimou esse potencial. A emergência dessa cidadania não é algo inerente a tais contextos; para ocorrer requer algumas condições, como pudemos verificar. Os moradores foram protagonistas em vários sentidos durante todo o processo, porém nunca tiveram autonomia política plena, como atesta a permanência de práticas clientelistas desde o princípio da ocupação. Acreditamos que o caráter insurgente apontado por Holston trata justamente disso, da conquista dessa autonomia, que por sua vez pode ser alcançada apenas coletivamente, pela articulação e fortalecimento das organizações locais, aquelas que vão sistematizar as demandas da comunidade e pauta-las de forma reivindicatória.

O predomínio do clientelismo é impeditivo disso pois esvazia essas organizações em favor dos canais personalistas, suas práticas se desenvolvem nas dobras das fronteiras apontadas por Vera Telles, nos agenciamentos políticos próprios a mercados de proteção e às

---

<sup>215</sup> Segundo o autor os conflitos advindos da ocupação ilegal de terras originam novas formas de organização política.

<sup>216</sup> Estes novos atores se organizam em movimentos calcados na linguagem dos direitos e dos princípios igualitários que expandiram a cidadania democrática e desestabilizaram o regime diferenciado, e mesmo que não o tenham substituído, houve uma legitimação do conceito de direitos gerais fundamentados na constituição.



práticas de extorsão<sup>217</sup>, que funcionam de forma similar ao que identificamos no mercado político de trocas, contornando os limites legais e submetendo princípios democráticos universais a critérios e interesses individuais, condicionando a circulação de bens, mercadorias, pessoas e populações itinerantes. Os envolvidos circulam livremente mostrando como as fronteiras existentes são porosas e redefinidas a todo momento; sabem muito bem lidar com os códigos de ambos os lados, afirmam conhecer seus direitos, mas quando percebem que não serão atendidos neles, recorrem a sua rede de laços pessoais<sup>218</sup>.

A estratégia adotada na luta pela casa própria segue o mesmo princípio: fazem uso do “mau governo da lei” a seu favor, da mesma forma como as elites sempre o fizeram, só que ao invés de funcionar como uma tentativa de corromper a cidadania, a fazem funcionar no sentido de serem incluídos nela. Sabem que tem o direito à moradia; mas sabem também que não serão atendidos pelo Estado ou terão condições de acessar o mercado imobiliário formal; então ocupam irregularmente e se esforçam para permanecer e consolidar a posse, o que lhes permite recorrer à usucapião para regularizarem a propriedade. Essa estratégia, no entanto, deve ser adotada coletivamente e de forma minimamente organizada, pois quanto maior e mais organizado for o movimento melhores são as chances de sucesso.

Na vila, a associação de moradores foi criada logo nos primeiros dias de ocupação, mas se limitava a organizar o mercado imobiliário informal, a primeira instituição a funcionar efetivamente. Entendemos o MIS aqui como parte do circuito inferior da economia urbana (Santos, 2008), existindo em uma oposição dialética ao mercado imobiliário formal. Ao atender as pessoas excluídas do circuito superior, atua de forma complementar a ele, sendo que os dois obedecem a uma mesma lógica: da cidade como mercadoria. Todos podem acessar o grande mercado imobiliário no circuito que atende suas possibilidades financeiras; assim, a exclusão é tratada como uma segmentação mercadológica: o direito à cidade se reduz ao direito de consumir.

Para além desse aspecto econômico, o MIS possui um papel socializador que pouco discutimos, e esse nos explica como ele conseguiu organizar e conduzir o movimento de ocupação no início da Vila União Ferroviária. Como qualquer mercado, ele existe de forma preliminar desde as relações de troca mais simples, praticadas desde as sociedades tradicionais e até mesmo pelas crianças das sociedades contemporâneas; eis a razão de sua efetividade: seus princípios são aprendidos e assimilados já durante a socialização primária. O

---

<sup>217</sup> Fiscais, polícia, agentes políticos, agentes locais dos poderes públicos etc.

<sup>218</sup> Estabelecem uma relação de confiança e lealdade que se expressa no voto durante o processo eleitoral, quem é candidato acredita que receberá os votos de seus eleitores, e estes esperam ganhar algo com sua vitória.

imperativo de atender uma necessidade também se faz presente conjuntamente do cálculo racional que objetiva o lucro. Ou seja, qualquer mercado capitalista, seja ele formal ou informal, do circuito superior ou inferior, opera a partir de valores básicos que todos conhecem e os tem internalizados desde sempre.

A omissão da associação de seu papel enquanto autoridade local deixou um vazio que no MIS foi ocupado pelas relações de confiança e lealdade, e na política comunitária foi preenchido pelo clientelismo. Em contrapartida, os espaços reservados às práticas democráticas são raros, e a participação política não é fomentada ou valorizada quando ocorre. Reconhecemos que movimentos com uma organização, nos moldes do MTST, operam com outra dinâmica, com processos de formação política e de tomada de decisão participativa regulares que procuram integrar todos os militantes<sup>219</sup>. Não identificamos a existência de processos e muito menos de canais de participação que pudessem contribuir nesse sentido: a associação nunca criou espaços e procedimentos para cumprir essas funções; foi praticamente inexistente durante um determinado período, e reduzida a um veículo para atuação política de seu presidente na maior parte de sua história.

Quanto aos outros elementos residuais, religião e família, os significados que adquirem em meio ao processo de desenvolvimento da Vila União Ferroviária vão no sentido contrário à autonomia dos moradores. As instituições mais próximas da comunidade, as igrejas, em sua maioria dão a seus fiéis um poder “encantado”, que pouco tem validade no mundo material. Ou, quando seguem outra orientação, fomentam ações que amenizam os efeitos negativos do processo hegemônico, mas que não contestam sua lógica e muito menos propõe uma nova direção a ele. A família constituída em torno da casa própria além de ser a base de uma “cidadania privada”, também desenvolve uma ética individualista e arrivista. Após viverem sob condições extremas e abandonadas à própria sorte essas pessoas passam a pautar sua conduta do “cada um por si”, o que dificulta o estabelecimento de laços de solidariedade para além dos muros do quintal: o “cidadão privado” é real, ao passo que a “cidadania insurgente” é uma possibilidade.

E podemos ir mais longe, ao acreditarem que são os únicos responsáveis por prover suas demandas são incapazes de reconhecer os próprios direitos, como o caso de Andreia que se recusou a preencher o cadastro do programa Bolsa-Família. A instituição estatal aparece para eles como uma entidade alheia e que raramente trabalha a seu favor; pelo contrário, na

---

<sup>219</sup> O MTST se organiza basicamente em coletivos (políticos, organizativos e territoriais), onde cada militante assume tarefas e se submete à avaliação dos demais de tempos em tempos, num processo de construção constante tanto do movimento quanto das ocupações.

maioria das vezes se faz presente apenas de forma repressiva violentando e enclausurando. Retomando e ampliando a norma ética que acabamos de identificar, se estabelece no meio urbano o primado do “cada um por si e o Estado contra todos”<sup>220</sup>.

As potencialidades apontadas por Holston, de contestar os limites de nossa democracia e de criar condições para a superação de nossa desigualdade social são assim desperdiçadas. Os indivíduos permanecem à margem, não conseguem se integrar totalmente à cidade em que vivem, que dirá pensar em um novo modelo para ela. Os elementos dominantes do processo de urbanização se impõem, e os residuais estão incorporados, preservando e perpetuando as principais características do capitalismo periférico. O momento da reprodução das forças das relações de produção se coloca ao mesmo tempo como o momento da re-produção da cidade excludente.

Concluimos que as vilas nascidas a partir desse processo estão em sintonia com o hegemônico; portanto, são emergentes que representam simplesmente uma nova fase do dominante, uma nova etapa na produção da “cidade excludente”, protagonizada pelos excluídos porque apenas eles podem promover a expansão da sua mancha urbana numa região que a princípio não apresentava condições mínimas de ser urbanizada e habitada<sup>221</sup>. Mas o que realmente importa no entendimento do emergente, em comparação com os outros elementos é que ele não é simplesmente uma questão de prática imediata. Na verdade, com o emergente estamos diante de uma experiência social ainda em processo, que sequer foi definida como social. Frequentemente o que teríamos de observar nesses casos seria uma emergência preliminar, capaz de já exercer pressões sobre os indivíduos, mas não ainda perfeitamente articulada. Aqui o Jardim Parque Iguaçu existe ainda de forma preliminar, seu nome inclusive não se sobrepôs ao do complexo Bolsão Audi-União; os moradores se identificam como moradores de suas vilas, e valorizam essa identidade. Para compreender melhor essa condição de emergência preliminar, Williams reserva outros dois conceitos, a consciência prática e as estruturas de sentimento, como veremos a seguir.

---

<sup>220</sup> Numa livre adaptação nossa dos versos da música “Homem Primata” da banda Titãs: “*Eu aprendi a vida é um jogo/ Cada um por si e Deus contra todos/ Você vai morrer e não vai pro céu/ É bom aprender, a vida é cruel/ Homem primata Capitalismo selvagem*” (BRITO, FROMER, PESSOA e REIS, 1987)

<sup>221</sup> O Estado a princípio não pode executar uma ação que ele mesmo define como ilegal.

#### 5.4 A CONSCIÊNCIA PRÁTICA DOS MORADORES

A consciência prática refere-se à consciência daquilo que é de fato vivido, seja em linhas institucionalizadas ou em espaços sociais em formação. Estamos falando de um pensamento realmente social e material, mas ainda em fases embrionárias, antes de se tornar uma experiência totalmente articulada e definida. Articula os elementos do processo hegemônico, nos mostrando que eles não existem de forma isolada, e que se efetivam de forma concomitante na ação das pessoas. Um novo espaço na cidade não surge a partir de um elemento específico (dominante, residual ou emergente), mas da articulação de todos eles, em meio ao processo de urbanização que produz Curitiba; por isso podemos dizer que bairro e cidade são produzidos simultaneamente.

Essa consciência é alcançada de forma igualmente processual, pela interiorização da cultura e das relações sociais em seu sentido mais amplo, com os homens se tornando conscientes do conflito econômico fundamental e sendo levados a lutar por seus interesses. A consciência prática dos moradores é evidenciada nas estratégias e ações executadas por eles, desde quando tomaram a decisão de participar do movimento, e o emergente alinhado à urbanização demonstra que ocorreu uma interiorização da ordem cultural dominante. O movimento como um todo expressa isso: que sabiam muito bem o que teriam de fazer para conseguir sua moradia, consolidar a ocupação e reivindicar a intervenção do poder público.

As semelhanças nas dificuldades enfrentadas e nas saídas utilizadas nos remete ao pressuposto do conceito de consciência coletiva, de que toda a produção individual é social, porque nasce das relações práticas entre os homens. Ao considerarmos toda consciência como social, passamos assim a perceber que seus processos ocorrem tanto entre a relação quanto entre o relacionado, de modo que se refere a mais do que formas e unidades fixas. Williams chama atenção para o fato de que a consciência prática é na maioria das vezes diferente da consciência oficial, e isso não é uma questão de liberdade relativa ou controle. Os moradores mostram em suas falas que estavam conscientes que cada dificuldade, cada obstáculo, cada obra improvisada, foi um meio para atingir o seu objetivo maior, a casa própria. A perspectiva de conseguirem vencer os obstáculos foi aumentando conforme se consolidavam na região, isso os fazia acreditar na viabilidade da ocupação e da vila até nos momentos mais difíceis.

Internalizaram a ordem cultural dominante, tomando conhecimento mínimo das normas legais e das regras implícitas que regem a questão da moradia no meio urbano. Por exemplo tinham compreensão do funcionamento do mercado imobiliário formal, a ponto de, mesmo sem condições de o acessarem, terem adaptado seus princípios e procedimentos a suas

posses financeiras. Embora haja a interiorização, vemos que uma ordem dominante nunca é absoluta, pois há sempre em graus variados consciência prática, relações específicas, habilitações especiais e percepções específicas. Esses elementos são negligenciados, excluídos, reprimidos ou simplesmente não reconhecidos, como a contribuição dessas pessoas para a urbanização de Curitiba. Sem falar na capacidade que o processo tem de incorporar aquilo que a princípio pode lhe ser oposto.

Nosso trabalho nos permitiu verificar como se produz uma cidade, pensando sua urbanização pautada por suas próprias necessidades de desenvolvimento. Por necessidades, estamos nos referindo tanto àquelas do capitalismo periférico, das elites locais quanto dos moradores do bairro. Durante o seu desenvolvimento se estabelece uma disputa pelo atendimento dessas necessidades, que vai determinar a manutenção ou superação da ordem social vigente.

Admitimos que as formas sociais são mais reconhecíveis quando articuladas e explícitas, como as instituições, formações e tradições. Mas nesse caso o bairro existia enquanto tal antes de ser regularizado, havia uma identidade comum aos moradores do complexo. Mesmo em estágio preliminar não significa que seja menos importante para o processo de urbanização, pois o reconhecimento mais elementar não representa um inventário total, nem mesmo da consciência social em seu sentido mais simples, pois só se tornam consciência social quando são vividos, ativamente, em relações reais, e, além do mais, em relações que são mais do que trocas sistemáticas entre unidades fixas. As mudanças devem ser tomadas, desde o início, como experiências sociais, e não como experiências “pessoais”<sup>222</sup>. Quando essas relações sociais se estabelecem afastadas do instituído, ocorrendo, por exemplo, à sua margem, passam a ser o embrião de novas formas sociais, uma articulação inicial de novas forças em processo de produção.

Pensando a urbanização a partir daí, entendemos que a cidade se produz individualmente e socialmente, e cada pessoa que ocupou um lote individualmente participou da produção da cidade como um todo. Cada nova casa, rua, bairro e/ou região faz parte desse processo. A cotidianidade apontada por Lefebvre pode ser o plano em que ocorre essa existência embrionária, como vimos na trajetória que analisamos. Portanto, a urbanização não pode ser considerada obra apenas dos detentores do poder ou dos técnicos que a planejaram,

---

<sup>222</sup> Devemos entender que toda produção individual é também social, pois é fruto das relações práticas entre os homens.

mas de cada morador e família que escolheram essa cidade como sua moradia. As suas ações, movidas pela consciência prática, são o que Williams define como estrutura de sentimento.

### 5.5 O BOLSÃO INTEGRADO À CIDADE: ESTRUTURAS DE SENTIMENTO

O autor concebe as estruturas de sentimento como experiências em solução, distintas de outras formações semânticas sociais já precipitadas, existentes de forma mais evidente e imediata. A opção por “sentimento” é no sentido de ressaltar uma distinção em relação a conceitos mais formais como “visão de mundo” ou “ideologia”; assim, o enfoque seria nos significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente, e nas relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas. Reconhece que uma definição alternativa seria estruturas de experiências, pois o termo “experiência” seria mais amplo; mas um dos seus sentidos, no inglês original, está no tempo verbal do passado, o que representaria um obstáculo ao reconhecimento da área da experiência social presente, que está sendo definida.

Por isso estruturas de sentimento compreende melhor a consciência prática de um tipo presente, viva e inter-relacionada. Mas não descartamos o conceito de experiência em nosso trabalho, o utilizamos no sentido de que os grupos sociais com a mesma vivência produzem um discurso e uma ação de caráter coletivo a partir dela<sup>223</sup>. Quanto ao termo estruturas, as formas de agir são definidas como tal por formarem um conjunto, com relações internas específicas entre seus elementos, em constante tensão. A produção de uma cidade pode ser considerada estruturada nesse sentido: os significados e valores colocados em movimento durante o processo constituem uma totalidade complexa e ordenada.

Isso que permite nos voltarmos para uma experiência ainda em processo como a que analisamos, ainda não reconhecida como social, mas como privada, idiossincrática, e entender como ela é central para a urbanização de Curitiba<sup>224</sup>. Uma articulação efetiva, bem ampla, que compreende desde o movimento político de ocupação até as relações estabelecidas entre os moradores. A partir da força de vontade e da ação individual de cada uma dessas pessoas, se constrói uma nova vila, um novo bairro e uma nova cidade. A consciência que o movimento possuía nos possibilita entender o novo bairro como uma estrutura de sentimentos no sentido proposto por Williams, porque mais do que racionalizar, cada pessoa sentia que estava

---

<sup>223</sup> Esta concepção que está presente na obra de Kowarick (2000), quando ele discute a experiência que os grupos excluídos tem da urbanização nas grandes cidades brasileiras.

<sup>224</sup> Certo que as experiências seriam mais facilmente reconhecíveis quando formalizadas, legalizadas, pela existência de canais institucionais que atendem a demanda democrática da população. No entanto, quando isso ocorre uma nova estrutura de sentimento já está começando a se formar.

fazendo parte de um processo maior. A partir daí estabelecem relações entre si, com esse mesmo objetivo em comum, não apenas de possuir a casa própria, mas de serem reconhecidos como parte da cidade.

Com este conceito o autor pretende dar conta de questões que não se limitam às instituições formalmente identificáveis, mas principalmente das formações sociais, os movimentos e tendências efetivos, que influenciam significativa e por vezes decisivamente no desenvolvimento ativo de uma ordem cultural, mantendo uma relação variável e oblíqua com as instituições formais. Neste trabalho estamos discutindo o urbano como uma ordem cultural, em meio a qual nosso objeto específico se desenvolve, primeiramente como um elemento essencialmente oposto, mas durante o processo de produção de Curitiba enquanto “cidade excludente” ele é incorporado pelo hegemônico. Sua existência a princípio fronteira é institucionalizada sem, no entanto, a correspondente institucionalização dos direitos, o que mantém esses indivíduos à margem da sociedade.

Tal existência no limiar poderia, a princípio, significar uma contestação efetiva e prática às forças dominantes do processo de produção de nossas cidades, uma demonstração da incapacidade do Estado de incluir as camadas mais desfavorecidas da população. Mas uma vez implementados os projetos de urbanização, vemos que todos vão no sentido de incorporar o novo bairro à cidade por meio de projetos que reafirmam o processo em seus principais traços. Os moradores aceitam tal incorporação, desde que signifique seu reconhecimento como parte da cidade, que representa ao mesmo tempo seu reconhecimento como cidadãos, possuidores de direitos. Embora a cidadania seja exercida nos termos do “cidadão privado”, como uma prática individual e arrivista. Para eles o importante é que a partir de agora também fazem parte da história bem-sucedida da urbanização curitibana, demonstrando que essa se faz não apenas com grandes obras e projetos arquitetônicos, mas com a participação ativa, inclusive dos excluídos. Contraditoriamente, esse é um resultado que legitima sua exclusão: a “cidadania privada” isenta aqueles no poder de trabalhar pela inclusão de todos, pois está nas mãos dos indivíduos a chave para sua ascensão e reconhecimento social.

A existência do Jardim Parque Iguaçu é latente desde o movimento que originou o Bolsão Audi-União, uma tensão constante na cidade, entre seus moradores e os que vivem nos bairros próximos. Havia preconceito, estigma, e medo de que eles ficassem e se estabelecessem, o que tornava necessário o reforço de sua identidade enquanto moradores e não invasores, criminosos. Isso pode ser identificado nas falas, como um desejo, um sentimento, presente em frases como “aqui todos são trabalhadores”, “todo mundo quer pagar pelo que é seu”, “a gente também paga imposto”. A Prefeitura e as demais esferas do poder

público os identificavam enquanto problema social, de segurança pública. O seu surgimento e posterior oficialização como parte da cidade representa, portanto, uma importante modificação, física e social, definindo novos limites territoriais e atribuindo novos significados e valores à experiência de ser um cidadão. Mas um último ponto nos mostra que ele ainda permanece à margem da cidade: seu nome.

Apesar de ter sido oficializado pela Prefeitura Municipal com uma denominação que abarca todo o complexo, praticamente não há referências ao Jardim Parque Iguaçu nem mesmo em documentos oficiais<sup>225</sup>. Segue sendo identificado como Bolsão Audi-União, um sinônimo de pobreza e exclusão. Apesar de termos iniciado falando no Jardim, encerramos retomando a denominação do Bolsão, pois esta se revelou mais efetiva. Ao invés de adotar um nome artificial que ninguém reconhece, acreditamos que a saída mais adequada seria a oficialização de cada vila; não enquanto bairro, mas enquanto uma parte do Uberaba. Isso representaria o respeito à identidade dos moradores, que construíram e nomearam o local em que vivem a partir de suas próprias experiências e valores. Poderia ser inclusive um primeiro passo da valorização do papel que os excluídos cumprem no processo de produção da cidade, dos movimentos de ocupação irregular como forças atuantes e centrais da urbanização.

Embora ainda sofram com a estigmatização e a falta de reconhecimento, em nossas conversas eles foram unânimes: consideram que a vila faz parte de Curitiba, e se dizem felizes por morar na capital. Vemos assim que o significado de ser morador de uma cidade é reinterpretado a cada dia, a cada nova obra, a cada nova campanha eleitoral. Estamos aqui discutindo a cidade de uma forma viva; enquanto ela vai se constituindo nunca está pronta, se constrói a cada nova ocupação, que expande seus limites físicos, recebe novos moradores que vão incorporar os valores vigentes no sentido de se afirmar como parte dela, ao mesmo que trarão novos valores que renovarão os significados deste pertencimento. Então podemos dizer que uma cidade não é apenas construída, mas vivida e sentida por moradores, técnicos e políticos que participam ativamente de sua produção, enquanto um valor, que representa muito para quem escolheu nela viver.

As formas de agir de todos os envolvidos formam um conjunto estruturado, que nos possibilita pensar o processo hegemônico de urbanização como uma estrutura de sentimentos. Assim compreendemos como se desenvolvem no mesmo bojo a constituição da cidade excludente e a formação do sentimento de pertencimento a ela, a identidade cidadina; e o caso da Vila União Ferroviária em Curitiba é um belo exemplo por nos permitir entender a

---

<sup>225</sup> Os relatórios da COHAB-CT sobre os projetos executados na região.



produção da capital paranaense nesse sentido. Identificamos as relações internas entre os elementos do processo, e todos os significados e valores que trabalham, marcadas por uma constante tensão. As relações comerciais, políticas e afetivas podem ser vistas como parte integrante de um mesmo movimento. Cada venda, troca de terreno, possui a mesma participação efetiva na constituição da cidade que a atuação política dos participantes, da mesma forma que as amizades e laços íntimos que se estabelecem no local. Aqui podemos falar da cidade produzida de uma forma estruturada a partir deles, não apenas como uma obra física, mas cultural, no sentido da produção de um modo de vida total.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na noite de 07 de dezembro de 2018 um incêndio criminoso destruiu mais de 200 moradias na ocupação 29 de Março, vila que faz parte de um complexo de ocupações localizado na CIC, composto por mais três assentamentos irregulares além dela: Nova Primavera, Tiradentes e Dona Cida<sup>226</sup>. Esse foi o ponto alto de uma sucessão de atos violentos que tiveram início no dia anterior, com a morte de um policial militar que havia ido atender ocorrência de “perturbação de sossego”. Moradores relatam que após a execução durante todo o dia policiais cometeram uma série de abusos em represália, com invasões às casas sem mandado judicial, tiros e ameaças. No começo da noite foram assassinados dois moradores a tiros, e finalmente quando já era quase dia 08 houve o incêndio que entrou madrugada a dentro.

As primeiras declarações da PM negaram as acusações, alegando que os dois moradores mortos tinham envolvimento com o crime organizado, mas um vídeo que circulou pelas redes sociais mostrava dois homens com coletes da polícia disparando contra casas e mandando moradores entrarem fez a corporação investigar o caso. Em janeiro de 2019 foram cumpridos dez mandados de busca e apreensão em todo o Estado<sup>227</sup>, pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e a Corregedoria da Polícia Militar do Paraná, por enquanto não foram divulgadas informações mais detalhadas sobre o andamento do processo. Quanto às famílias que ficaram desabrigadas, ONG’s arrecadaram doações e ofereceram abrigos provisórios, e 21 casas foram levantadas em caráter de emergência por uma delas, a TETO. Essa mesma organização se mobilizou para arrecadar dinheiro que custeará a reconstrução de mais 98 unidades habitacionais. A Prefeitura Municipal se limitou a anunciar que as famílias atingidas receberiam o benefício de aluguel social por seis meses, sem apresentar qualquer solução definitiva para os problemas que afligem o complexo, principalmente a irregularidade das propriedades.

Este ano completa uma década da chacina que aterrorizou o Bolsão Audi-União, e infelizmente a realidade das ocupações irregulares continua extremamente violenta, como demonstra esse caso recente da 29 de março. Um quadro comum ao país inteiro: praticamente todas as semanas encontramos notícias nos jornais que falam de casos semelhantes, em praticamente todas as metrópoles. No último ano, em especial a cidade do Rio de Janeiro, viu

---

<sup>226</sup> A estimativa é de que mais de 1.500 famílias vivam no complexo.

<sup>227</sup> Em Curitiba, Campo Largo, Guaratuba e Piraquara.

aumentar consideravelmente a violência do Estado contra os pobres com a intervenção federal sob o comando das Forças Armadas; foram registradas mais de 1.500 pessoas mortas em ações policiais, geralmente em comunidades carentes, superando o recorde que era do ano de 2007 com 1.330.

A comoção e revolta duram somente até a próxima morte; o discurso que legitima esse tipo de ação e iguala pobres a criminosos permanece com grande apelo social, tanto que as últimas eleições presidenciais foram vencidas por um candidato que não sentia o menor constrangimento em pregar que “bandido bom é bandido morto”. Durante a campanha eleitoral frases como “direitos humanos para humanos direitos” tomaram conta das redes sociais e das conversas familiares, o que se refletiu na composição do parlamento; a nova legislatura da Câmara Federal que acaba de assumir teve um aumento expressivo da chamada “bancada da bala”<sup>228</sup>, que passou de 36 para 102 deputados. Tal quadro deixou preocupados especialistas em segurança pública e ativistas de vários movimentos sociais, pois há um grande temor de mais retrocessos nessas áreas.

Retomando os apontamentos de Kowarick (2009) sobre o descompasso existente no Brasil entre democracia política e direitos civis nos arriscamos a dizer que eles foram superados, mas não pelo avanço de direitos como acabamos de ver, e sim pelo recrudescimento da democracia em nossas terras. Desde que a crise econômica internacional chegou ao país a instabilidade também tomou conta de nosso cenário político; a Presidenta eleita em 2014 sofreu um impeachment envolto em controvérsias na metade de seu mandato, e desde então vários episódios autoritários ocorreram. Por vezes, inclusive foram adotadas práticas truculentas para retirar direitos básicos, como durante a tramitação da reforma trabalhista.

Somos levados a discutir as obras anteriores de Kowarick (1979), escritas ainda durante a ditadura civil-militar, onde o autor argumentava que o surgimento do regime autoritário se devia à necessidade do “capitalismo periférico” em manter os elevados patamares de pauperização no país. Os recentes acontecimentos nos sugerem que em momentos de grave crise econômica essa necessidade é mais premente, o que poderia ser uma explicação para o fato da democracia brasileira ser tão frágil. Um remédio possível seria justamente a consolidação dos direitos civis, como forma de estabelecer garantias mínimas aos mais pobres e combater a exclusão que sofrem diariamente.

---

<sup>228</sup> O grupo de parlamentares que defende o endurecimento do código penal e das políticas de segurança pública, se colocando contrários aos Direitos Humanos.

Mas como consolidar os direitos civis quando somos conduzidos pela norma ética arrivista que identificamos neste trabalho no meio urbano? A condição extrema em que vivem os excluídos torna quase natural o estado de privação, a ponto de não reconhecerem a si próprios e muito menos seus pares como detentores de direitos, o que afasta quase que permanentemente a possibilidade de desenvolverem qualquer sentimento de solidariedade ou cooperação que seriam necessários a organização coletiva reivindicatória. Todas as conquistas que alcançam lhes aparecem como fruto exclusivo de seu próprio esforço, e àqueles que não conseguiram teria faltado determinação e persistência. Se consideram os responsáveis pelos males de que são vítimas: a exclusão, a violência e a desigualdade.

Iniciamos nossa investigação procurando compreender como é produzida a cidade brasileira a partir dos espaços das ocupações irregulares, chegamos a uma definição dela que aponta para mais do que a produção material: a “cidade excludente” é o resultado do processo de urbanização que produz um modo de vida total, perpetuando a ordem social marcada pela exceção. Nosso trabalho de campo focado no cotidiano das famílias que vivem nessas áreas nos revelou tal ética e nos levou a esta nova questão que constitui uma agenda de pesquisa futura, na qual poderemos aprofundar uma das temáticas já abordadas aqui, a cidadania.

Pretendemos dialogar com obras de autores que trabalham a cidadania no Brasil contemporâneo a partir de outros objetos específicos e perspectivas diferentes da adotada por nós, mas que coincidem em determinados pontos com nossas constatações. Alguns destes autores já compareceram em nossas reflexões, como Teresa Caldeira (2000), que enxerga a segregação urbana como complementar à violência urbana. Porém, enquanto falamos do ponto de vista dos excluídos, a autora traz a experiência das classes altas, que erguem enclaves fortificados na esperança de se refugiarem das ameaças do crime. Nossas análises confluem quando ambos identificamos a emergência de noções “privadas” de cidadania: os pobres, pela forma como percebem a concessão de direitos básicos; e os ricos, pela vivência nos espaços fechados e murados que nega elementos básicos da vida pública em coletividade<sup>229</sup>. Então acreditamos ser interessante procurar por mais confluências entre nossos trabalhos, que nos possibilitariam discutir a vida no meio urbano para além da experiência de uma classe em particular.

Nesse sentido, os trabalhos recentes de Jessé de Souza (2015) nos ajudam a mensurar a amplitude da máxima que identificamos orientar a inserção das classes populares na esfera

---

<sup>229</sup> A autores cita os seguintes elementos: a primazia das ruas e sua abertura; a circulação livre de multidões e veículos; os encontros impessoais e anônimos entre pedestres; o lazer e os encontros públicos em ruas e praças; e principalmente a presença de pessoas de diferentes origens sociais circulando no mesmo espaço.

pública da “cidade excludente”, do “cada um por si e o Estado contra todos”. Ao tratar da conjuntura social e política durante as manifestações de junho de 2013, o autor resgata as raízes do que chama de uma ideologia anti-estatal, segundo ele construída pelas elites econômicas para melhor monopolizar e instrumentalizar o Estado a seu favor. Sua penetração em nossa sociedade seria marcante, vide a adesão das classes médias à narrativa que demoniza o Estado e enaltece o mercado, o principal conteúdo dos discursos proferidos nos atos convocados por movimentos conservadores a favor do impeachment da Presidenta Dilma Roussef. As palavras de ordem anticorrupção representariam o casamento perfeito entre o moralismo da classe média e a ideologia anti-estatal, justificando inclusive a seletividade e o caráter antidemocrático dos operativos da operação policial que combateu os supostos crimes dos governos petistas. A eficiência desse instrumento ideológico se revela claramente no caráter das políticas implementadas pós-impeachment, que beneficiaram novamente as elites detentoras do poder econômico.

As relações que as classes sociais estabelecem com o Estado no Brasil podem ser a chave para desenvolver uma “teoria da ação social da modernidade periférica”, que o autor procura elaborar em outras obras (SOUZA, 2006); pois seja pela ausência, pela ineficiência ou pela instrumentalização, essa é a instituição que media os conflitos sociais no país. O fato desses se resolverem na maioria das vezes favorecendo os mesmos setores significa que há uma dinâmica que articula os interesses das classes de modo a obter sempre o mesmo resultado, condicionando as ações dos sujeitos numa mesma direção.

A obra da Sociologia Brasileira que mais se aproxima dessa “teoria da ação social da modernidade periférica”, segundo o próprio Jessé de Souza, é “A integração do negro na sociedade de classes”, de Florestan Fernandes. O estudo já clássico desvenda os mecanismos que operam o ocultamento do principal elemento da estrutura social que produz e reproduz a desigualdade e a exclusão em nosso país, o racismo. Embora a discriminação racial seja evidente em nossa sociedade nunca é reconhecida sua existência; o conflito em torno dele nunca é aberto, devido à eficácia de mais uma ideologia dominante, a “democracia racial”. O desajustamento social do ex-cativo na sociedade que se moderniza é negado; ou melhor, tornado normal, graças à falsa ideia defendida pelos brancos de que há inclusão defendida, e ao conformismo assumido pelos negros. Ao desmascarar essa narrativa o autor desvela o caráter excludente que a ordem moderna (do capitalismo competitivo) possui no país, apontando que a efetivação da democracia depende de algumas condições, dentre elas o fim do racismo.

Embora separadas no tempo, as duas ideologias discutidas pelos autores cumprem muito bem o papel que se espera delas, de legitimar a ordem social dissimulando suas contradições, eximindo o Estado de seu papel no combate às desigualdades e atribuindo aos indivíduos excluídos a responsabilidade por superarem a situação de penúria em que se encontram. Vimos isso *in loco*; em nossas incursões a campo entramos em contato com os discursos que os mais pobres elaboram para dar sentido às suas trajetórias de vida, desde a época em que pagavam aluguel, passando pela moradia em barracos, até a regularização da casa, pudemos ouvir menções recorrentes a figuras que outros autores como Telles (1993) já haviam identificado como o “pobre honesto” e o “trabalhador responsável”. Essa é a base simbólica da ética arrivista que eles desenvolvem cotidianamente, e também o substrato de uma ideologia que a princípio aparenta estar alicerçada num discurso meritocrático, mas que se afasta dele por ser adaptada às condições precárias em que levam suas vidas; pois eles não ambicionam os mais altos postos e salários, almejam simplesmente sobreviver. Essa é sua maior vitória, e a “casa própria” a conquista que a representa, significada por uma narrativa que demonstra como venceram na vida. O resultado é o mesmo alcançado pelas ideologias: individualiza graves problemas sociais e despolitiza as demandas das classes populares.

A única inclusão promovida nas últimas décadas foi via consumo, nos anos 2000; mas ela não se opôs a essa narrativa, pelo contrário, a referendou. Os trabalhos de Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco (2014, 2018) sobre as periferias de Porto Alegre-RS se voltam para os significados que as classes populares atribuem a esse processo, e mostram como esse espaço foi um campo fértil para as ideias do Presidente recém-eleito. Uma vez interrompida a ascensão social consumista pela crise, as pessoas novamente se encontraram totalmente desamparadas e entregues à própria sorte; desempregadas ou submetidas a exaustivas jornadas de trabalho, despertando nelas sentimentos de descontentamento e raiva contra o *establishment*, que foram mobilizados habilmente por uma retórica revanchista, que atribuía às políticas inclusivas o fim dos anos de bonança.

Esses eleitores da periferia que compraram os argumentos do então candidato não necessariamente se identificavam totalmente com sua visão de mundo – o ódio às minorias e a defesa de uma virilidade raivosa –, mas vislumbraram alguma possibilidade de saírem da crise nas palavras de uma figura que não se identificava com os partidos políticos no poder desde sempre. Vimos isso *in loco* em nossa última ida a campo no meio da campanha eleitoral de 2018, na aceitação dos moradores do bolsão às ideias mais extremas sem necessariamente acreditar que elas fossem se concretizar, essas são pessoas que sempre foram amáveis conosco e nos receberam muito bem, nunca foram agressivos ao tratar de qualquer assunto e

muito menos na defesa de seu voto. Mas fazendo uma ponte com nossos achados podemos dizer que houve uma identificação entre eleitores e candidato sob a ética do “cada um por si”, de uma certa forma a trajetória política dele se assemelha a dos excluídos, que lutaram sozinhos contra tudo e todos para sobreviver: tanto ele quanto seus eleitores pobres venceram unicamente devido a seu próprio esforço. Lógico que essa é uma reflexão preliminar, baseada mais em impressões do que em constatações, procurando aproximações possíveis entre nosso trabalho e de pesquisadoras que também tem mergulhado no que chamam de “Brasil profundo”.

Gostaríamos de fomentar esses debates porque acreditamos que o referencial teórico que adotamos em nosso trabalho nos proporcionaria isso: ao tomar o processo de urbanização nos termos do hegemônico a exclusão nos apareceu como inerente, mais do que um resultado esperado ela é o objetivo do processo, excluir uma grande parcela da população para garantir os privilégios das classes dominantes. Vide o caso do planejamento urbano de Curitiba, que podemos sim afirmar que é bem-sucedido, principalmente em segregar os pobres. Os acenos de inclusão como regularização de ocupações irregulares amenizam o quadro e seduzem os desvalidos a continuarem tentando, persistindo, pois, uma hora a sua vez também chegará. Então permanecem contribuindo para a produção não apenas da “cidade excludente”, mas de toda a ordem social que a origina, regida pela lógica do “capitalismo periférico”.

Claro que não significa que esgotamos todas as questões envolvendo ao complexo Bolsão Audi-União, ainda pretendemos voltar a elas futuramente. Estudamos apenas uma das vilas; não descartamos um retorno às demais para resgatar suas trajetórias e apurar as semelhanças e diferenças entre cada movimento. Reconhecemos que nossa abordagem pode ter sido muito generalista; várias das temáticas levantadas mereceriam um aprofundamento, como a avaliação das políticas públicas implementadas na área.

Os indicadores sociais que apontam a situação de vulnerabilidade do bolsão ainda devem ser discutidos de forma mais pormenorizada, debatendo avanços e retrocessos desde seu surgimento, e os condicionantes estruturais que os determinam. Seria muito importante realizar um diálogo multidisciplinar com profissionais de outras áreas do conhecimento que trabalham com as populações que vivem em ocupações irregulares, para procurar por soluções definitivas de velhos problemas, que identificamos serem recorrentes e constituem obstáculos ao desenvolvimento local.

Na mesma direção, se faz necessário lançar um olhar sobre outros complexos e ocupações espalhados pela cidade, conduzidos por movimentos organizados, como a 29 de março, ou independentes, tal qual o Bolsão. Assim as condições para a emergência e

consolidação de uma cidadania insurgente podem ser melhor exploradas, averiguando se a dicotomia autonomia versus clientelismo também aparece como central em outros casos. Aqui convergem o debate sobre a politização dos pobres no meio urbano e a agenda de pesquisa dos direitos civis que acabamos de expor, mostrando que é impossível separar a esfera política da social quando nos voltamos para a exclusão existente em nosso país, e as condições de sua superação.

Ainda sobre as particularidades de outros assentamentos irregulares, os conflitos mais evidentes podem ser de outras ordens não contempladas neste trabalho, ou que apenas apresentamos rapidamente, como a ambiental, por exemplo. O comprometimento dos recursos naturais das grandes metrópoles é flagrante, com as reservas de água potável sendo contaminadas por redes de esgoto clandestino, e as áreas verdes sendo dizimadas indiscriminadamente. A saúde dos moradores sofre da mesma forma, a medida em que estão diretamente expostos a rejeitos que não são coletados, aumentando consideravelmente o risco de contraírem doenças infectocontagiosas. Isso sem falar nas ameaças diretas à vida das pessoas que vivem nesses locais, pois toda vez que chove um volume pouco maior do que esperado o risco de desastres é grande, agravado pelas condições em que se encontram as construções.

Outra possibilidade real é de encontrarmos territórios onde as disputas entre tráfico e polícia são mais violentas do que vimos, mais explícitas e com número maior de vítimas, afinal de contas, infelizmente não há sinais de diminuição dos índices de assassinatos e outros crimes comuns nessas áreas. Temos os dados em mapas da violência urbana, mas precisamos contrapor as narrativas dos próprios indivíduos que são vítimas dela àquelas apresentadas por declarações constrangidas da polícia e por programas policiais que apenas engrossam o discurso que criminaliza os mais pobres.

Para tanto seria oportuno um diálogo com pesquisas etnográficas, que promovem uma imersão maior na vida das pessoas e se revelam por vezes mais apropriadas para tratar desses relatos, apreendendo sentidos e significados que talvez passem despercebidos em outras formas de abordagem. A rotina de ida a campo é outra, com visitas constantes e demoradas, o que demanda o estabelecimento de uma relação de confiança e mais tempo para desenvolver um trabalho consistente. No entanto os ganhos compensam o esforço, revelando aspectos que haviam passado despercebidos e trazendo fatos corriqueiros como eventos únicos.

A integração das ocupações irregulares à cidade não ocorre da noite para o dia; após 20 anos as vilas do bolsão ainda não fazem parte de Curitiba, como as áreas para além da



linha do trem no resto do bairro do Uberaba; portanto um método como esse nos daria a oportunidade de acompanhar essa história de forma mais processual. Temos outros casos de vilas curitibanas que hoje ninguém mais se recorda que já foram ocupações um dia; houve o silenciamento das vozes de atores importantes e o apagar de fatos marcantes do processo de urbanização, ficando somente a versão oficial contada a partir do ponto de vista dos sujeitos alinhados às forças hegemônicas.

Pensando nisso que demos início em 2018 a um projeto de extensão universitária através do PDUR, visando recuperar e preservar a memória dos moradores e da Vila União Ferroviária; coletamos dados e registros fotográficos de vários momentos desde o movimento de ocupação inicial. Os primeiros resultados apareceram de forma preliminar no primeiro capítulo desta tese quando falamos do mercado imobiliário informal que funcionou no princípio de tudo. Esperamos trazer mais materiais em breve e desenvolver ações duradouras, envolvendo novos pesquisadores que possam nos auxiliar em uma tarefa tão grande. talvez esses sejam aqueles que desenvolverão os trabalhos nas temáticas que não conseguimos cobrir. Se isso ocorrer poderemos nos considerar felizes com os objetivos alcançados, pois não ambicionamos dar a palavra final sobre nossa temática ou sobre nosso objeto em específico, mas ter aberto as portas para reflexões que enriqueçam os estudos urbanos sobre a cidade. Curitiba já foi estudada sob várias perspectivas, sobretudo sociológicas e urbanísticas, ficando em evidência quase tanto como Rio de Janeiro ou São Paulo, na nossa literatura especificamente havia um hiato que esperamos ter interrompido agora. Tomara que tenhamos ao menos mostrado que novas interrogações surgem todos os dias, e colocam um novo horizonte para velhas questões, então a necessidade de novas pesquisas se faz premente.

Em Curitiba identificamos os principais elementos que definem a “cidade excludente”, conceito que formulamos para descrever as metrópoles brasileiras, tendo como base a obra de Lúcio Kowarick e a noção de “espoliação urbana” (1979, 2000). Mas consideramos que essa construção teórica não se concluiu; seria interessante investigar outras grandes cidades do país para discutir a presença destes e outros elementos, o que nos possibilitaria corrigir imprecisões e medir o alcance dessa concepção. Gostaríamos, por exemplo, de verificar se ocorre o mesmo padrão de expansão da malha urbana, com as ocupações participando de forma tão decisiva. Existem redes de pesquisadores, como o Observatório das Metrópoles, nas quais poderíamos nos inserir e ter acesso a análises que se ocupam especificamente sobre essa questão, promovendo assim uma ampliação não apenas de nosso trabalho, mas de outros autores. Nosso intuito é a partir da “cidade excludente” prosseguir com a agenda que acabamos de apresentar, tanto no que concerne aos direitos

civis, quanto no que diz respeito aos aspectos urbanísticos, tomando a cidade no sentido do materialismo cultural como procedemos até aqui. Chegamos ao final desta tese, porém estamos longe de ter concluído nossa empreitada pelo campo da Sociologia Urbana, “*o mundo começa agora, apenas começamos*”.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro. Quatro notas preliminares sobre a teoria econômica da favela: localização residencial e mercado imobiliário. In: **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.
- ABRAMO, Pedro. **A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003.
- ABRAMO, Pedro. La ciudad latinoamericana y sus particularidades: mercado del suelo y estructura urbana. **Los Desafios de una política de suelo en América Latina**, Cidade de México, v. 1, p. 76-103, 2005.
- ABRAMO, Pedro. **Características estruturais do mercado informal de solo nas grandes metrópoles latino-americanas**. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2006.
- ABRAMO, Pedro. **Aluguel informal e acesso dos pobres à cidade**. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.
- ABRAMO, Pedro. **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. São Paulo: ANTAC, 2009.
- ABRAMO, Pedro; INFOSOLO. **Características estruturais do funcionamento do mercado informal de solo nos assentamentos informais consolidados das grandes cidades brasileiras**. HABITARE/FINEP, Caixa Econômica Federal. Rio de Janeiro, 2006. (Mimeo.).
- ABRAMOVAY, Ricardo et al., **Mercados do empreendedorismo de pequeno porte**. 1. ed. Brasília: CEPAL, 2003.
- ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**, 37: 34-46, 1994.
- ABREU, Maurício de Almeida; BRONSTEIN, Olga. **Políticas Públicas, Estrutura Urbana e Distribuição da População de Baixa Renda na Área Metropolitana do Rio de Janeiro**. Convênio IDCR/CNPU, IBAM, novembro de 1978.
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.13-35.
- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. **Sociedade e Estado**, v. 10, n. 2, p. 299-342, 1995.
- ALBUQUERQUE, Aline. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade modelo”**. 2007. Dissertação (Mestrado) – FAU da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAU-USP, 2007.
- ALFONSIN, Betânia. O significado do Estatuto da Cidade para os processos de regularização fundiária no Brasil. In: **Ministério das Cidades (Coord). Regularização Fundiária Plena: Referências Conceituais**. Brasília, 2007. p. 68-99.
- ALMEIDA, Ronaldo. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. In: Faustino Teixeira; Renata Menezes (Org.). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ANDRADE, Ilza Leão de. **O Clientelismo e sua Capacidade de ser Mutante: Um passeio pela Bibliografia 1990**.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago 2004.
- AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- AZEVEDO, Sérgio de. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à**

- reforma urbana.** RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- BACK, Carla Cintia. **Os limites e contradições da aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade em Curitiba e Blumenau:** "Transferência do Direito de Construir" e "Outorga Onerosa do Direito de Construir". Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2004.
- BAENINGER, Rosana. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes. *In:* GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antonio Carlos (Org.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: O desafio urbano regional.** São Paulo: UNESP, 2003.
- BAGNASCO, Arnaldo. **Tracce di comunità:** temi derivati da um concetto ingombrante. Bolonha: Il Mulino, 1999.
- BAHIA, Luiz Henrique Nunes. **O Poder do Clientelismo:** Raízes e Fundamentos da Troca Política. Rio de Janeiro: Renovar. 2003.
- BALTRUSIS, Nelson. **A dinâmica no mercado mobiliário informal na Região Metropolitana de São Paulo:** Um estudo de caso nas favelas de Paraisópolis e Nova Conquista. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2000.
- Barros, Joana. Exploring urban dynamics in latin american cities using an agent-based simulation approach. *In:* HEPPENSTALL, Alison J.; CROOKS, Andrew T.; SEE, Linda M.; BATTY, Miachel (Org.). **Agent-based models of geographical systems.** Dordrecht: Springer Netherlands, 2012. p. 571-589.
- BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BEGA, Maria Tarcisa Silva. A Região Metropolitana de Curitiba e as mobilizações populares: análise de algumas experiências recentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba-PR, n. 98, p. 33-48, 1999.
- BEGA, Maria Tarcisa Silva. Planejamento-espetáculo e a construção do cidadão-consumidor. as imagens de Curitiba. *In:* ROSA, Maria Arlete; SANTOS NEVES, Lafaiete (Org.). **CURITIBA educação, movimentos sociais e sustentabilidade.** Curitiba-PR: CRV, 2011, v. 1, p. 41-70.
- BLANCO, Gabriel. Breve histórico e comentários sobre a Lei de Parcelamento do Sol Urbano (Lei Federal 6.766/79). *In:* SAULE JÚNIOR, Nelson. (Org.). **A perspectiva do direito à cidade e da reforma urbana na revisão da lei de parcelamento do solo.** São Paulo: Instituto Polis, 2008
- BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar.** São Paulo: Nobel Editora, 1982.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. *In:* MARICATO, Ermínia (Org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) do Brasil Industrial.** São Paulo: Alfa-ômega. 1982.
- BONDUKI, Nabil. Origens do problema da habitação popular em São Paulo 1886-1918. *In:* **Espaço & Debates,** n.º 5, São Paulo, 1982.
- BONDUKI, Nabil. Crise de habitação e a luta por moradia no pós-guerra. *In:* KOWARICK, Lúcio. (Org.). **As Lutas Sociais e a Cidade,** Editora Paz e Terra, São Paulo. 1988
- BONDUKI, Nabil. Origens da Habitação Social No Brasil (1930-1964). **Análise Social,** LISBOA, v. 29, n. 127, p. 711-732, 1994.
- BONDUKI, Nabil. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. **Teoria e Debate,** v. 82, p. 1. 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

- BRASIL. **Lei nº 11.124, de 16 de junho.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, territórios e cidadania. **Dados**, v. 48, n. 1, p. 189-222, 2005.
- CAILLÉ, Alain. **L’antropologie du don.** Paris: Desclée de Bouver, 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros:** o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CAMPOS, Heleniza; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). **Valorização do Solo e Reestruturação Urbana:** Os Novos Produtos Imobiliários na Região dos Vales – Rio Grande do Sul - Brasil [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.
- CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. *In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR.* Anais. Rio de Janeiro. 2011.
- CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. *In: CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARDOSO, Patrícia; ROMEIRO, Paulo. **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social à luz do novo marco legal urbanístico:** subsídios para implementação nos estados e municípios – Lei Federal nº 11.125/05. São Paulo: Instituto Pólis, 2008.
- CARLOTO, Cássia Maria. Ruptura ou esforço da dominação: gênero em perspectiva. *In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Org.). Políticas Públicas e igualdade de gênero.* São Paulo, 2004. p. 149-156.
- CARVAHO, André de Souza. **Vivendo às margens:** Habitação de Interesse Social e o processo de segregação socioespacial em Curitiba. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.
- CARVALHO, Luiza. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. **Revista serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 57, p. 85, jul. 1997.
- CASTELLS, Manuel. La urbanización dependiente en America Latina. *In: CASTELLS, Manuel. (Org.). Imperialismo y urbanización en América Latina.* Barcelona: Gustavo Gili, 1973. p.12-34.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTELLS, Manuel; GODARD, Francis. **Analyse des rapports entre l’entreprise, l’État et l’urban à partir d’une enquete sur la croissance industrielle et urbaine de la région de Dunkerque.** Paris: Mouton, 1975.
- CASTELNOU NETO, Antônio Manoel Nunes. **Ecotopias urbanas:** imagem e consumo dos parques curitibanos. Curitiba. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, 2005.
- CHESNAIS, Francois. **A Finança Mundializada:** Raízes Sociais e Políticas, Configuração, Consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COHEN, Joel. Beyond population: everyone counts in development. **Center for Global Development Working Paper 220**, Washington, D.C.: Center for Global Development, jul. 2010.

- COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA. **Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente: Diagnóstico versão preliminar.** Curitiba: [S. n.], 2007.
- CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *In: Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil.* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CURITIBA. **Boletim Casa Romário Martins COHAB-CT: 41 anos de planejamento e realizações.** Curitiba, v. 30, n.133, dez. 2006.
- CURITIBA. Companhia de Habitação Popular de Curitiba; Instituto e Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente.** Curitiba, 2007.
- CURITIBA. **Projeto pegadas da memória.** Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1989-92.
- DAGNINO, Renato Peixoto (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.** Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.
- DANTAS, Cauby. **Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho.** [s.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/y4x7f>>. Acesso em: 14 fev. 2020. <http://books.scielo.org/id/y4x7f/pdf/dantas-9788578793296-03.pdf>.
- DAVIDOVICH, Fany Rachel. **Metrópole: Escalas, Questões e Situação no Brasil. Encontro Nacional da ANPOCS, Anais.** Caxambu, 2001.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. Tempo, Trabalho e gênero. *In: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora M. de; LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; Vera, SOARES (Org.). Reconfiguração das relações de gênero no trabalho.* São Paulo: CUT, 2004.
- DEGEN, Ronald Jean. **O Empreendedor: Fundamentos da Iniciativa Empresarial.** 8. ed. São Paulo: McGraw- Hill, 1989.
- DENALDI, Rosana; LEITÃO, Karina; AKAISHI, Ana Gabriela. O recente processo de elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social no Brasil: limitações e perspectivas. *In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Anais.* Rio de Janeiro, Anpur. 2011
- DIAS, Carlos Magno Machado; LIMA, Cássia Helena P. **Clientelismo, lideranças comunitárias e construção de estrutura de oportunidades.** 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia.** Belo Horizonte, v. 6, n. 1, pp. 77-103. 1996.
- DINIZ FILHO, Luiz Lopes; VICENTINI, Yara. Teorias espaciais contemporâneas e conceito de competitividade sistêmica e o paradigma da sustentabilidade ambiental. *In: MENDONÇA, Francisco. Impactos socioambientais urbanos.* Curitiba: Ed. UFPR, 2004.
- D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo; SILVA, Sérgio Luís Quaglia. Regularização fundiária no Brasil: velhas e novas questões. *In: Planejamento e Políticas Públicas*, n. 32, IPEA, 2009.
- DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política Social Focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do Governo Lula. **Revista Katalysis**, v. 10, p. 24-34, 2007.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. **Estado, Previdência Social e Habitação.** 1983. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1983.
- FARIA, Vilmar. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. **Novos estudos**, no. 29, pp. 98-119, 1991
- FARIA, Vilmar. A conjuntura social brasileira. **Novos estudos**, n. 33, 1992, p. 103-114.

- FERRARINI, Adriane Vieira; GAIGER, Luiz Inácio; SCHIOCHET, Valmor. Economia Social e Solidária: estado da arte e agenda de pesquisa. **Revista Brasileira De Sociologia**, v. 06, p. 157-180, 2018.
- FERRAZ, Miriam Olivia Knopik; PINTO, Amanda Luiza da Silva Oliveira; BLANCHET, Luiz Alberto. Assentamentos Irregulares em Curitiba/Pr: A Proteção Ao Meio Ambiente e os Entraves para a Regularização de Moradias. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 15, n. 32, p. 167-199, mai./ago. 2018.
- FERREIRA, Alvaro; MATTOS, Regina Célia; RUA, João. **Desafios da Metropolização do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- FERREIRA, Alvaro. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, Alvaro; MATTOS, Regina Célia; RUA, João (orgs.). **Desafios da Metropolização do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. Globalização e urbanização subdesenvolvida. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 10-20, out 2000.
- FERRO, Sérgio. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FIORI, José Luís. **Os Moedeiros Falsos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- FREITAS FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de. Industrialização e ação do Estado. Considerações sobre a Região Metropolitana de Curitiba (PR). **RA EGA (UFPR)**, Curitiba, v. 1, p. 119-131, 1997.
- FREITAS FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- FREITAS FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.103, p.79-100, jul./dez. 2002.
- FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no Terceiro Mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista de Educação**, v. 24, jan/jun. 1998.
- FREITAS, Eleusina Lavôr Holanda de. **Como qualificar conjuntos habitacionais populares**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2002.
- FUKS, Mário. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debates nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.
- GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. Curitiba revisitada. Comunicação, cultura e planejamento: alguns elos para a compreensão da imagem construída. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 51-66, 1993.
- GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)**, Curitiba, v. 16, n. 16, p. 31-50, 2001.
- GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó-SC: Argos Editora Universitária, 2003.
- GARSON, Sol. **Regiões metropolitanas: por que não cooperam?** Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles, 2009.
- GAIGER, Luiz (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, pp. 333-361, 2011.
- GORDILHO, Angela. **Novas formas de habitar, velhas estruturas**. Trabalho apresentado ao XVI Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Minas Gerais, Caxambu, 20 a 23 de outubro de 1992.
- GRANELLE, Jean-Jacques. **Economie immobiliere: analyse et applications**. Paris: Editions des Journaux Officiels, 1999.
- GRAZIANNI, Luigi. Political Clientelism and Comparative Perspectives. **International Political Science Review**, vol. 4, n. 4, p. 425-434, 1983.
- GRIBAUDI, Maurizio. **Itinéraires ouvriers**. Espace et groupes sociaux à Turin au début du XX siècle. Paris: Éditions EHESS, 1987.
- GRISA, Jairo Ângelo. Caracterização da história oral e de vida. In: GRISA, Jairo Ângelo. **Histórias de ouvintes: a audiência popular no rádio**. Itajaí: Univale, 2003. p. 285-302.
- GROSTEIN, Marta Dora; MEYER, Regina Maria Proserpi. Metrôpoles Brasileiras: seus desafios urbanos e suas perspectivas. Pós. **Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP**, São Paulo, p. 34-59, 2006.
- GRÜBLER, Arnulf; BUETTNER, Thomas. Urbanization past and future. In: GRÜBLER, Arnulf; FISK, David (Org.). **Energizing Sustainable Cities: Assessing Urban Energy**. Abingdon, United Kingdom: Routledge, 2013. p. 17-30.
- GUÉRIN, Isabelle. Introdução Geral. In: **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. **Favelas em Belo Horizonte: Tendências e desafios**. Trabalho apresentado ao XVI Encontro Anual da ANPOCS. Minas Gerais, Caxambu, 20 a 23 de outubro de 1992.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. As vilas – favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números. In: QUEIROZ RIBEIRO, Luiz Cezar (Org.). **O futuro das metrôpoles**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- HAYAKAWA, Iuri Fukuda; ULTRAMARI, Clovis. Situações de risco como definidoras de inflexões no planejamento e na gestão urbana: um estudo em Curitiba. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu- MG. 2008.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. A história oral. In: HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 92-100.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA–IBGE. 1950-1991. **Censo demográfico do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO PÓLIS. **A produção do Programa MCMV na Região Metropolitana da Baixada Santista: impactos urbanos e ambientais dos empreendimentos**. São Paulo: MCMV/CNPq, 2014.
- IPEA/CGPUR; FAUUSP; IE-NESUR/UNICAMP. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano**. Vol 4: instrumentos de planejamento e gestão urbana: São Paulo e Campinas. Brasília: IPEA, 2002.



- IPPUC. **Revista do IPPUC: Memória da Curitiba Urbana.** Escola Ecológica de Urbanismo. Curitiba: Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Curitiba, 1992.
- IPPUC. Plano de Regularização Fundiária para Áreas de Preservação Permanente. Curitiba, 2006.
- IUPERJ. **Dimensões do planejamento urbano: o caso de Curitiba.** Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1973.
- JACCOUD, Luciana de Barros. Lutas sociais e democracia: 1960/1964. *In: PAVIANI, Aldo (Org.). A Conquista da cidade: movimentos populares em Brasília.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- JARAMILLO, Samuel; PÁEZ, Andrés. **Hacia una teoría de la renta del suelo urbano.** Bogotá: Univ. Los Andes, 1985.
- KANASHIRO, Milena. **Paisagens étnicas em Curitiba: um olhar histórico-espacial para a busca de entopia.** Curitiba. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, 2006.
- KLINTOWITZ, Danielle; IACOVINI, Rodrigo Farias Gonçalves. Political Arrangements of "Minha Casa Minha Vida" Program – The Role of State, Civil Construction Industry and Civil Society. *In: XVIII ISA World Congress Of Sociology: Facing An Unequal World: Challenges For Global Sociology.* Tokyo: 2014.
- KLINTOWITZ, Danielle. **Entre a reforma urbana e a reforma imobiliária: a coordenação de interesses na política habitacional brasileira nos anos 2015.** Tese de Doutorado. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. 2015
- KLINTOWITZ, Danielle. Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista? **Cadernos Metrôpole (PUCSP)**, v. 18, p. 165-190, 2016.
- KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. **S, M, L, XL.** Roterdã: 010 Publishers, 1995.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais na cidade: São Paulo Passado e Presente.** Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos.** São Paulo: Editora 34, 2000.
- KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** São Paulo: Ed. 34, 2009.
- KOWARICK, Lúcio; CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado. *In: KOWARICK, Lúcio (org.). As lutas sociais na cidade: São Paulo Passado e Presente.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.
- KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; LIMA NETO, Vicente Correia. **Texto para discussão 1853 – Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: onde fica a Política Habitacional?** Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2013.
- KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- KUSCHNIR, Karina. **O Cotidiano da Política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LANGENBUCK, Juergen Richard. **A Estruturação da Grande São Paulo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1972.
- LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.
- LEAL, Wanja S. de Sousa Dias. **Vida e Trabalho das Mulheres Catadoras de Resíduos Sólidos no aterro Municipal de Manaus: um olhar para a comunidade Lagoa Azul.** Dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Am, 2010.
- LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. O Brasil e o mito da ruralidade urbana: experiência urbana, trabalho e valores nas 'áreas invadidas' do Rio de Janeiro e de Lima. *In: LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. A sociologia do Brasil urbano.* LEEDS, Elizabeth. LIMA,

- Trindade Nisia (Org.). Tradução de Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed., p. 133-194. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. A sociologia do Brasil urbano. Tradução de Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Tradução de Maria Idalina Furtado. Póvoa de Varzim: Ulissea, 1972.
- LEFEBVRE, Henri. **A Re-produção das relações de produção**. Tradução de Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto: Edições Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. **A Vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri e GUTERMAN, Norbert. Introdução aos Cadernos sobre a dialética de Hegel. *In*: LENIN, Vladimir Il'ich. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Tradução de José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2011.
- LENCIONI, Sandra. A Metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.120, p. 133-148, 2011.
- LIMA, Cristina de Araújo. **A ocupação de áreas de mananciais e os limites dos recursos hídricos na RMC: do planejamento à gestão ambiental urbana metropolitana**. Curitiba. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná. 2000
- LIMA, Jacob Carlos. Trabalho informal, autogestionário e gênero. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 2, 2006.
- LIMA, Rosirene Martins. **Conflitos sócio-ambientais urbanos: o lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/ Jardim Icaraí**. Curitiba: Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – Universidade Federal do Paraná. (Tese de Doutorado), 2007.
- LIMA, Rosirene Martins. A cidade contra a cidade: trajetórias curitibanas em conflito. **GEOUSP ESPAÇO E TEMPO**, v. 28, p. 34-58, 2010.
- LIMA, Rosirene Martins; SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Conflitos Socioambientais: o direito ambiental como legitimador das ações do Estado no Jardim Icaraí, Curitiba. **Ambiente e Sociedade (Campinas)**, v. XVIII, p. 133-148, 2015.
- LIMA NETO, Vicente Correia; KRAUSE, Cleandro; e FURTADO, Bernardo Alves. **Texto para discussão 2044 – O déficit habitacional intrametropolitano e a localização de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida: mensurando Possibilidades de atendimento**. Brasília: Ipea, 2015.
- LOJKINE, Jean. Y a-t-il une rente foncière urbaine? **Espaces et Sociétés**, n. 7, Paris, p. 89-94, 1971.
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOPES, José Sérgio Leite. A “ambientalização” dos conflitos sociais. *In*: LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 17-38.
- MADE - Programa De Doutorado Em Meio Ambiente E Desenvolvimento. **Urbanização e recursos hídricos na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004. CD-ROM.

- MAGALHÃES S. F. **Ruptura e contiguidade, a cidade na incerteza**. 2005. Rio de Janeiro; Tese (Doutorado em Arquitetura e urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.
- MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (Org.). **Explaining institutional change: ambiguity, agency, and power**. Nova York: Cambridge University Press, 2009.
- MAINWARING, Scott P. **Sistemas Partidários em Novas Democracias: O Caso do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MARCUSE, Peter. Space and race in the Post Fordist city: The outcast ghetto and advanced homelessness in the United States today. In: MINGIONE, Enzo (Org.). **Urban Poverty and the Underclass**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; GALINDO, Ernesto Pereira. A trajetória brasileira em busca do direito à cidade: os quinze anos de estatuto da cidade e as novas perspectivas à luz da nova agenda urbana. In: COSTA, Marco Aurélio (Org.). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2016. p. 11-25.
- MARICATO. Ermínia (Org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- MARICATO. Ermínia. Direito à terra ou direito à cidade? **Cultura Vozes**, Petrópolis: Ed. Vozes, v. 89, n. 6, p. 405-411, 1985.
- MARICATO. Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar**. Do Milagre Brasileiro à Crise Económica. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MARICATO. Ermínia. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual Editora, 1998.
- MARICATO. Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2000.
- MARICATO. Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARICATO. Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo - IEA USP, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.
- MARQUES, Eduardo Cesar e BICHIR, Renata Mirandola. Estado e espaço urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas. **Revista de Sociologia e Política**, 2001, n.16, pp.9-28.
- MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo da Gama; SARAIVA, Camila. Favelas no município de São Paulo: Estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1, p. 15-30, 2003.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MASSONI, Luis Fernando Herbert. A História Oral e as Memórias dos Excluídos na Escrita do Conhecimento. **Revista Interdisciplinar de Ciência Aplicada**, v. 2, p. 36-41, 2017.
- FERREIRA, Alvaro; MATTOS, Regina Célia; RUA, João. **Desafios da Metropolização do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- MCIDADES, Ministério das Cidades. **Cadernos MCidades: Política Nacional de Habitação**. Brasília, n. 4, 2006.
- MCIDADES, Ministério das Cidades. **Guia de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS**. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, 2008a.
- MCIDADES, Ministério das Cidades. **Manual para apresentação de Propostas**. Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação/Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, 2008b.

- MCIDADES, Ministério das Cidades. **Curso à distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, 2009.
- MCIDADES, Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Habitação – versão para debates**. Brasília: Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação, 2010.
- MCIDADES, Ministério das Cidades. **Relatório de Gestão do exercício 2012**. Brasília, Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação/ Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php/conselho-gestor-fnhis/prestacao-de-conta>. Acesso em 20 fev. 2019.
- MEDINA, Veloso Lurian. **Participação e Espaço Urbano no Contexto Colombiano**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997
- MELLO, Marcus. Políticas Públicas e Transição Democrática. Notas sobre o Reformismo Conservador na Política Social e de Habitação no Brasil 1974-1984. *In*: MOURA, Alexandrina Sobreira (Org). **O Estado e as Políticas Públicas na Transição Democrática**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.
- MELO, Marcus André. **The State, the Housing Question and Policy Formation in Brazil 1937-1975**. Tese submetida à Universidade de Sussex, Inglaterra (mimeog.), 1987.
- MELO, Marcus André. A não política da casa própria 1946-1947. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 15, São Paulo, 1991.
- MELO, Marcus André. O Estado, o boom do século e a crise da habitação: Rio de Janeiro e Recife (1937-1946). *In*: FERNANDES, A. & GOMES, A. (Org.). **Cidade & História**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1992.
- MENDONÇA, Francisco. Curitiba: um exemplo no caos urbano? **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 227, 2006.
- MENDONÇA, Maí Nascimento. **Curitiba sem mestre**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1992.
- MONTALI, Lilia. Família e Trabalho na Reestruturação Produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)**, n.42, p. 55-71, 2000.
- MONTEIRO JUNIOR, Amaury Pinto de Castro; GABRIEL, Marcelo Luiz Dias da Silva; AGUIAR, Rizia Miranda. Sustentabilidade Urbana: Alternativa para a inclusão da 'cidade informal' no planejamento urbano das grandes cidades brasileiras. *In*: **IV Singep - Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade**, 2015, São Paulo. Sustentabilidade Urbana: Alternativa Para A Inclusão da, 2015.
- MONTGOMERY, Mark; et alli (Org.). **Cities Transformed: Demographic Change and its Implications in the Developing World**. London: Earthscan, 2004.
- MOREIRA, Luiza de Marilac Miléo. **Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas relações com a economia solidária**. Dissertação de mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas – Manaus, 2013.
- MOREIRA, Tomás Antonio. **Política Habitacional e Locação Social em Curitiba**. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71. 2014
- MOREIRA, Tomás Antonio; LEONELLI, Gisela Cunha Viana; NASCIMENTO NETO, Paulo. Respostas municipais ao problema de habitação social na Região Metropolitana de Curitiba. **Revista Oculum Ensaios**, Campinas, n.5, 2012.
- MOREIRA, Tomás Antonio; RIBEIRO, Joana Aparecida Z. M. T. A questão fundiária brasileira no desenho das políticas nacionais de habitação: considerações a partir do início do século XXI. **Cadernos Metrópole (PUCSP)**, v. 18, p. 15-31, 2016.
- MOURA, Rosa. Os riscos da cidade modelo. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- MOURA, Rosa; RODRIGUES, Ana Lúcia (Org.). **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2009.
- NOBRE, Miriam. Mulheres na Economia Solidária. 2003. In: CATTANI, Antonio. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Editora Veraz e Unitrabalho, janeiro de 2003.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- OFFE, Claus (Org.). **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.55-137.
- OLIVEIRA, Denninson. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: UFPR, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos Cebrap**, n.2, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (org.). **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Editora Boitempo Editorial, 2007.
- OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, 19 dez. 2008.
- OLIVEIRA, Maria Cristina Bley da Silva de. **Política de Habitação Popular no Brasil: Passado e Presente**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- OLIVEIRA, Márcio de. A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1970-2000). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, p. 97-106, 2001.
- OLIVEN. Rubem. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1982.
- PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba: documento para discussão**. Curitiba, 2001.
- PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba: propostas de ordenamento e novo arranjo institucional**. Curitiba, 2006.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 26-68.
- PASTERNAK, Suzana. A favela que virou cidade. In: Márcio Moraes Valença. (Org.). **Cidade (I)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- PASTERNAK, Suzana. São Paulo e suas favelas. Pós. **Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP**, v. 19, p. 176-197, 2006.
- PASTERNAK, Suzana. Loteamentos irregulares no município de São Paulo: uma avaliação espacial urbanística. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 1, p. 131-170, 2010.
- PASTERNAK TASCHNER, Suzana. **Caderno de Pesquisa do LAP 39: Desenhando os espaços da pobreza**. São Paulo: FAUUSP, 2004.
- PASTORE, Jose; HALLER, Archibald. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In: ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante; VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Pobreza e Mobilidade Social**. São Paulo: Nobel, 1993, p. 25-52.
- PELLIGIA, Vittorio. **Il paradossi della fidúcia: scelte razionali e dinamiche interpersonali**. Bologna: Il Mulino, 2007.
- PERALDI, Michel. Économies criminelles et mondes d'affaires à Tanger. **Culture & Conflits**, n. 68, p. 111-125, 2007.
- PEREIRA, Gislene. **Produção da cidade e degradação do ambiente: a realidade da urbanização desigual**. Curitiba. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, 2002.

- PEREIRA, Gislene; SILVA, Madianita Nunes da. Mercado imobiliário e estruturação do espaço na Região Metropolitana de Curitiba. **Cadernos Metr pole**, [S. l.], n. 18, fev. 2012.
- PEREIRA, Luiz (Org.). **Urbaniza o e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Reestrutura o imobiliária e produ o do espaço metropolitano: nega o urbano e a urbaniza o tradicional. In: FERREIRA, Alvaro; MATTOS, Regina Célia de; RUA, João (Org.). **Desafios da Metropoliza o do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 153-170.
- PEREIRA, Valnei. Planejamento urbano e turismo cultural em Belo Horizonte, Brasil: espetaculariza o da cultura e a produ o social das imagens urbanas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL NAYA, 2., 2003, Internet. **Anais[...]**. [S. l.: s. n.], 2003.
- PEIXOTO, Ana Paula Maciel. **Vacância residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte**: mobiliza o do estoque vago para a promo o de habita o de interesse social. 2011. 225 p. Disserta o (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 117-133, jun 2008.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Rolezinhos: Marcas, consumo e segrega o no Brasil. **Revista Estudos Culturais**, v. 1, n. 1, jun. 2014.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonaroismo. **Cadernos IHU ideias**, v. 16, n. 278, p. 3-15, 2018.
- POLLI, Simone Aparecida; GUSSO, Ramon José. Movimentos de moradia em Curitiba: história, repertórios e desafios (1977-2011). **Anais dos Encontros Nacionais da Anpur**, v. 15, n. 1, 2013.
- PORTO, Marcelo Firpo. Ecologia, economia e política: contradi es, conflitos e alternativas do des-envolvimento. In: RANDOLPH, Rainer; TAVARES, Hermes Magalhães (Org.). **Política e planejamento regional**: uma coletânea. Brasília: Gráfica Movimento, 2013. p. 84-97.
- PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. Favela, favelas: unidade ou diversidade na favela carioca. In: QUEIROZ RIBEIRO, Luiz Cesar de (Org.). **O futuro das metrópoles**: Desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revam, 2000. p. 375-403.
- PULHEZ, Magaly Marques. Plano de habita o, produ o de habita o: as fronteiras de conflito da política pública – considera es a partir do caso da cidade de São Carlos (SP). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 99-117, maio 2012.
- RALLET, Alain; TORRE, André (Org.). **Quelle proximité pour innover?** Paris: L'Harmattan, 2007.
- RIBEIRO, Edal ia Maria. A política de Habita o Popular no Brasil em Tempos de Globaliza o Neoliberal. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luis, MA, 2007. 1 CD-ROM.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa do. **Reestrutura o nas Grandes Cidades Brasileiras: o modelo centro/periferia em questão**. Rio de Janeiro: IPPUR, 1994. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetr poles.ufrj.br/download/reestruturacao\\_cidades.pdf](http://www.observatoriodasmetr poles.ufrj.br/download/reestruturacao_cidades.pdf). Acesso em: 10 maio 2019.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz *et al.* **Produ o Imobiliária e Uso do Solo Urbano: estudo das rela es entre capital e propriedade fundiária na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1988.

- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz ; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Metropolização e as estruturas produtivas: convergências e divergências espaço-temporais. **Cadernos Metrôpole** (PUCSP), v. 12, n. 24, p. 331-348, 2010.
- RODRIGUES, Arlete Moyses. A Política Habitacional e a Intervenção no Espaço Urbano. In: FERREIRA, Alvaro; MATTOS, Regina Célia; RUA, João. (Org.). **Desafios da Metropolização do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 253-261.
- RODRIGUEZ, Alfredo; SUGRANYES, Ana (Org.). **Los con Techo: un desafío para la política de vivienda social**. Santiago, Ediciones SUR, 2005.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: FAPESP/NOBEL, 1997.
- ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 100-111, 1999.
- ROLNIK, Raquel. Estatuto da Cidade - Instrumento para quem sonhal. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1-8, 15 jul. 2001.
- ROLNIK, Raquel. As tipologias e os requisitos urbanísticos e ambientais do parcelamento do solo urbano no Projeto de Lei nº 3.057/00. In: SAULE JÚNIOR, Nelson (Org.). **A perspectiva do direito à cidade e da reforma urbana na revisão da lei de parcelamento do solo**. São Paulo: Instituto Polis, 2008.
- ROLNIK, Raquel. **Como produzir moradia bem localizada com os recursos Programa Minha Casa, Minha Vida?** Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília, Ministério das Cidades. 2010
- ROLNIK, Raquel; KLINTOWITZ, Danielle; IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves. Habitação em municípios paulistas: construir políticas ou “rodar” programas? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 2, p. 149-165, 2014.
- ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato; NAKANO, Kazuo. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. **Revista de Direito da ADVOCEF**, n. 13, p. 123-158, nov 2011.
- ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [S. l.], p. 4-5, 2009.
- ROLNIK, Raquel *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas:: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015.
- ROSA, Bárbara Oliveira. Mulheres invisíveis: a identidade das catadoras de materiais recicláveis. **Gênero**, Niterói, v. 14, n. 2, p. 91-104, sem 2014.
- ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. 2009. 194 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- RUGGEIRO, Vincenzo; NIGEL, South. The Late City as a Bazaar: Drug Markets, Illegal Enterprise and Barricades. **The British Journal of Sociology**, v. 48, n. 1, p. 54-70, mar 1997.
- SANTAMARINA, Cristina; MARINAS, José Miguel. Histórias de vida e história oral. In: SANTAMARINA, Cristina; MARINAS, José Miguel (Org.). **La historia oral: métodos y experiencias**. Madrid: Debate, 1993. p.257-285.
- SANTOS, C. **Processo de crescimento e ocupação da periferia**. Rio de Janeiro, IBAM/CPU, 1982.
- SANTOS, C.; BRONSTEIN, O. Meta-urbanização – o caso do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Municipal**, v. 25, n. 149, 1978.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Voltando a pensar as favelas por causa das periferias. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS DO PLANEJAMENTO URBANO E HABITACIONAL, 1978, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: PUC/NEURB, 1978.

- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiros. *In*: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Habitação – o que é mesmo que pode fazer quem sabe? *In*: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). **Repensando a Habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton *et al.* **Território, globalização e fragmentação**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Lara. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SÃO PAULO (Cidade). **Censo de favelas**. São Paulo: PMSP, Sehab, 1987.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.
- SATTERTHWAITE, David. The Transition to a Predominantly Urban World and its Underpinnings. **Human Settlements Discussion Paper: theme - urban change-4**. Londres: International Institute for Environment and Development (IIED), 2007.
- SAULE JÚNIOR., Nelson. O direito à cidade e a revisão da lei do parcelamento do solo. *In*: SAULE JÚNIOR., Nelson (Org.). **A perspectiva do direito à cidade e da reforma urbana na revisão da lei de parcelamento do solo**. São Paulo: Instituto Polis, 2008. p. 7-29.
- SCHMIDT, Naiara Conservani. Subcidadania e Estigma: elementos organizadores do urbano. **Revista LEVS (Marília)**, v. 1, p. 69-81, 2012.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência do Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010. 363 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SILVA, Sandro Pereira. Reciclagem e economia solidária: análise das dimensões estruturais dos empreendimentos coletivos de catadores no Brasil. **POLÍTICA & TRABALHO (UFPA IMPRESSO)**, v. 46, p. 229-249, 2017.
- SILVA, Helena Maria Menna Barreto. **Terra e moradia: que papel para o município?** 1997. 260 p. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- SILVA, Madianita Nunes da. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba**. 2013. 260 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- SILVA, Madianita Nunes da. O processo de produção dos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba entre as décadas de 1990 e 2000. *Urbe*. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, p. 89-108, 2014a.
- SILVA, Madianita Nunes da. Produção dos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 13, 2014b.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-26.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. Brasiliense, São Paulo, 1973.



- SIQUEIRA, Marina Toneli. **Entre o fundamental e o contingente: dimensões da** gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. *Cadernos Metrópole*, v. 16, p. 391-416, 2014.
- SMITH, Neil. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007.
- SMITH, Roberto. **Propriedade da Terra e Transição: Estudo da Formação da Propriedade Privada da Terra e Transição Para o Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo horizonte: UFMG, 2003.
- SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- SOUZA, Nelson Rosário. **Planejamento urbano, saber e poder: o governo do espaço e da população em Curitiba**. 1999. 316 f. São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia). FFLCH, Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 1999.
- SOUZA, Nelson Rosário. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, p. 107-122, 2001.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. In: FERREIRA, Alvaro; MATTOS, Regina Célia; RUA, João (Org.). **Desafios da Metropolização do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- STIGLITZ, Joseph. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Editora Futura, 2002.
- TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas: Les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland, 2002.
- TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 104, p. 93-109, 2016.
- TELLES, Sarah Silva. Família e relações de parentesco no universo popular. **DESIGUALDADE & DIVERSIDADE** (PUCRJ), v. 15, p. 137-159, 2016.
- TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- TELLES, Vera da Silva. Debates: A Cidade em Questão. In: TELLES, Vera Salles; CABANES, Robert (Org.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.
- TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a Cidade. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 84, p. 142-173, 2009.
- TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2010a.
- TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, p. 97-126, 2010b.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Tradução de Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. Tradução de Denise Bottman. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, n. 5, p. 9-28, 2002.
- TONELLA, Celene. **O urbanismo do desespero: um estudo dos processos de luta pelo espaço urbano no Paraná – 1985/9992**. 1997. São Paulo. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, São Paulo, Unesp, 1997.
- TONELLA, Celene. O movimento popular por moradia e a questão urbana em Curitiba (1986-1992). **Diálogos**, Universidade Estadual de Maringá, v. 9, n. 3. 2005.

- TONELLA, Celene. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba. Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal?. **Cadernos Metr pole** (PUCSP), v. 12, p. 239-262, 2010.
- TOPALOV, Christian. **Les Promoteurs Immobiliers. Contribution   l'analyse de la production capitaliste du logement em France**. Paris: Mouton, 1974.
- ULTRAMARI, Clóvis. **Boas práticas e o fim das utopias: o 3o o setor e as agências internacionais de financiamento e fomento**. 2001. Curitiba. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, 2001.
- ULTRAMARI, Clóvis; MOURA, Rosa (Org.). **Metr pole grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Urbaniza o e recursos hídricos na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004
- UN-HABITAT. **The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements**. London: Earthscan, 2003.
- UN-HABITAT. **O Estado das Cidades do Mundo 2006-2007**. London: Earthscan, 2006.
- UNITED NATIONS. Shanghai manual: a guide for sustainable urban development of the 21st century. **Outcome of the World Expo 2010**. Disponível em: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/shanghaimanual.pdf> Acesso em 10 de abr. 2019.
- United Nations Population Fund. **Population Dynamics in the Least Developed Countries: Challenges and Opportunities for Development and Poverty Reduction**. New York: [S. n.], 2011.
- United Nations Department of Economic and Social Affairs/Population Division. World Population Prospects: The 2012 Revision. **Volume I: Comprehensive Tables**. [S. l.]: [S. n.], 2013.
- United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat). **State of the World's Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide**. Abingdon, UK: Earthscan, 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Urbaniza o e recursos hídricos na Regi o Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.
- VALLADARES, L cia do Prado (Org.). **Habita o em Quest o**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- VALLADARES, L cia do Prado. Les favelas dans la mondialisation les favelas en tant que march . *In: Colloque mondialisation  conomique et gouvernement des sociétés l'am rique latine, un laboratoire?*, 2000, Paris. Dossie [...]. Paris: GREITD, 2000.
- VALLADARES, L cia do Prado. **A inven o da favela: Do mito de origem   favela.com**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- VARON, Concei o de Maria Ferraz de. **E a História se Repete... As Vilas Operárias e os Conjuntos Residenciais dos IAPs no Rio de Janeiro**. 1988. São Paulo. Disserta o (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- VASCO, Kelly Maria Christine Mengarda. **O Programa Minha Casa Minha Vida como ferramenta para interven o nas favelas de Curitiba: o caso da Vila Santos Andrade**. 2018. 2010 p. Curitiba. Disserta o (Mestrado em Planejamento Urbano). Programa de Pós-gradua o em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.
- VETTER, David Michael. **The Impact on the Metropolitan System of the Interpersonal and Spatial Distribution of Real and Monetary Income: the case of Grande Rio**. Los Angeles: UCLA/School for Architecture Urban Planning, 1975.
- VETTER, David Michael. A Segrega o Residencial da Popula o Economicamente Ativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo grupos de rendimento mensal. **Revista Brasileira de Geografia e Estatística**, ano 43, n. 4, p. 587-603, out/dez 1981.

- VETTER, David Michael; MASSENA, Rosa Maria Ramalho. Quem se Apropria dos Benefícios Líquidos dos Investimentos do Estado em Infra-Estrutura Urbana? *In:* MACHADO da SILVA, Luis Antonio (Org.). **Solo Urbano: Tópicos sobre o uso da terra.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 49-77.
- VILLAÇA, Flávio. **O que todo o cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo: Global, 1986.
- WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade.** Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília - Imprensa Oficial, 1999.
- WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da “economia solidária”. **Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 105-115, 2008.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Tradução de Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. *In:* VELHO, Osvaldo Guilherme. **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 90-113.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo.** Rio de Janeiro. Revan: ed. UFRJ, 1994.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- ZIRKL, Frank. Desenvolvimento urbano de Curitiba (Brasil): Cidade Modelo ou uma exceção? **Actas latinoamericanas de Varsovia**, n. 26, p. 87-98, 2003.

## ANEXO 1

### ANEXO 1 – PERSPECTIVA BOLSÃO PÓS OBRAS



FONTE: ACERVO COHAB-CT

## ANEXO 2

### ANEXO 2 – PERSPECTIVA BOLSÃO PÓS OBRAS



FONTE: ACERVO COHAB-CT

### ANEXO 3

#### ANEXO 3 – BOLSÃO AUDI UNIÃO



FONTE: ACERVO COHAB-CT



## ANEXO 5

### ANEXO 5 – PERSPECTIVA BOLSÃO PÓS OBRAS



FONTE: ACERVO COHAB-CT